

volume 19 • número 1

cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

universidade presbiteriana mackenzie

ARQUITETURA E POLÍTICA



cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo
universidade presbiteriana mackenzie

Volume 19 • Número 1

ISSN 1809-4120

<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau>

EQUIPE EDITORIAL

Maria Isabel Villac, Editora

Ana Gabriela Godinho Lima, Editora Temática

Maria Augusta Justi Pisani, Editora Temática

Charles Vincent, Editor Executivo

Danielle Alves Lessio, Assistente Editorial

Leticia Lodi, Assistente Editorial

Samuel Bertrand Melo Nazareth, Assistente Editorial

Verônica Moralli de Andrade, Assistente Editorial

PARECERISTAS ADHOC

Amando Candeira Costa Filho | Universidade de Fortaleza

Ana Claudia Scaglione Veiga de Castro | Universidade de São Paulo

Antonio Ferreira Colchete Filho | Universidade Federal de Juiz de Fora

Carlos Almeida Marques | Universidade de Lisboa

Daniela Marzola Fialho | Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Edison Ribeiro | Universidade Nove de Julho

Fernanda de Macedo Haddad | Universidade Paulista

Giselly Barros Rodrigues | Universidade Ibirapuera

Jonathas Magalhães Pereira da Silva | Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Manoel Antonio Lopes Rodrigues Alves | Universidade de São Paulo

Marcelo de Andrade Roméro | Universidade de São Paulo

Márcia Ferreira Prestes | Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Maria Assunção Ribeiro Franco | Universidade de São Paulo

Roberto Heiden | Universidade Federal de Pelotas

Volia Regina Costa Kato | Universidade Presbiteriana Mackenzie

Yara Cristina Labronici Baiardi | Universidade de Sorocaba

Yumi Yamawaki | Universidade Tecnológica Federal do Paraná

PREPARAÇÃO DE ORIGINALS

Carlos Villarruel

REVISÃO

Studio Ayres

LOGOTIPO

Bebé Castanheira

PROJETO GRÁFICO

Marcia Gregory

DIAGRAMAÇÃO FINAL

Danielle Alves Lessio



EDITORIAL

ARQUITETURA E POLÍTICA

ANA GABRIELA GODINHO LIMA

MARIA ISABEL VILLAC

ARTIGOS

- 8 ALTERNATIVAS DEL URBANISMO BOTTOM-UP EN CONTEXTOS PRECARIOS LATINOAMERICANOS: POLÍTICA, ARQUITECTURA Y APROPIACIÓN PARA LA PRODUCCIÓN SOCIAL DEL HÁBITAT Y LA VIVIENDA, PERU**
PATRICIA CALDAS TORRES
- 23 Os INVISÍVEIS PORTADORES DE FUTURO**
ANA CLAUDIA DUARTE CARDOSO
LETÍCIA RIBEIRO VICENTE
RAFAELA CAROLINA BULHÕES DE OLIVEIRA
- 38 O CAMPO URBANO**
CELMA PAESE
- 51 MICROPOLÍTICAS LGBT NO ESPAÇO URBANO DE UBERLÂNDIA – MG**
CÁSSIO HENRIQUE NAVES MOTA
LUIZ CARLOS DE LAURENTIZ
- 62 DINÂMICA DO MOVIMENTO DE PESSOAS E COPRESENÇA: PASSAGENS E PERMANÊNCIAS**
ANDRÉ SOUZA SILVA
ALESSANDRA TERIBELE
- 79 PLANOS TERRITORIAIS METROPOLITANOS: GOVERNANÇA, CONSENSO E COLABORAÇÃO**
GABRIELA STEIN ZACCHI
SERGIO TORRES MORAES
- 91 As SUPERFÍCIES VEGETADAS COMO ALTERNATIVA PARA AS CIDADES RESILIENTES**
MARIANA DARÉ ARAUJO NEVES
DANIELLA DO AMARAL BONATTO
- 107 AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO EM UMA CIDADE MÉDIA CATARINENSE: PERCEPÇÕES SOBRE SATISFAÇÃO E NECESSIDADES DOS USUÁRIOS**
ANGÉLICA SACCOL BERLEZE
MARCOS MARTINEZ SILVOSO
JULIO CESAR ARAUJO DA SILVA JUNIOR
- 127 ARTETETO RESPONSÁVEL: ARTE URBANA COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS URBANÍSTICAS (PALAVRA CRUZADA: A VOZ DO LEBLON)**
FREDERICO ASSIS

Editorial

O Edital 2019-1 propôs como tema “ampliar o debate sobre as realidades concretas em que arquitetas, arquitetos e urbanistas vêm trabalhando para transformar os territórios urbanos precários em lugares melhores para se viver, inclusivos, acessíveis, sustentáveis e, acima de tudo, humanos, este número da revista convida a refletir sobre as pautas que as ciências da Arquitetura e do Urbanismo têm a propor para os planos de governo de candidatas e candidatos, para a formulação de políticas públicas e para a construção de agendas locais e mundiais de desenvolvimento”. E questionava, “como reconhecer, analisar, sistematizar e dar a devida visibilidade aos conhecimentos de projeto e construção que vêm sendo desenvolvidos na prática, e pela prática de trabalho nas comunidades e com as comunidades, de modo a que elas assumam o papel relevante que precisam ter nas pautas e agendas políticas, locais e internacionais?” Em resposta à temática proposta e a estes questionamentos, o número de 2019-1, que ora se publica, apresenta uma colaboração a raciocínios que agregam ações alternativas e posturas inclusivas. Seja uma fala a partir do lugar da iniciativa autônoma que se formaliza no fazer, congregada pelas colaborações coletivas e as ações insurgentes advindas de apropriações e da experiência do cotidiano. Seja uma crítica desde o ambiente das iniciativas formais, institucionalizadas e provenientes de discursos e ações de um saber erudito e técnico.

I

A fala, desde o lugar da iniciativa autônoma, revela uma posição crítica, inovadora e ética, frente às conjunturas impostas por um momento histórico alienado das questões intrínsecas à experiência urbana. A potência de uma cultura cotidiana de associação e participação solidária se associa ao mapeamento da cidade “real”, em tempo e espaço, e a questões socioculturais e políticas intrínsecas às formas de vida. As trocas visíveis nos ambientes comuns da equação da

vida cotidiana expressam rupturas com os padrões massificados (ARANTES, 2009, p. 106)¹, problematizando e permitindo revisar a tradição interpretativa que separa o culto, o popular e o “massivo” (CANCLINI, 2006)².

O projeto do arquiteto e do urbanista, ao comprometer-se com o contemporâneo, se alinha a essas premissas e situa-se dentro de uma linhagem que atribui um papel central para a própria situação humana em seus modos de expressividade, de tal forma que o mesmo possa revelar e apoiar o sentido do vivido em seus contextos de existência (VILLAC *et al.*, 2018)³.

O texto **“Alternativas del urbanismo bottom-up en contextos precarios latinoamericanos: Política, arquitectura y apropiación para la producción social del hábitat y la vivienda en Lima, Perú”** abre esta seção e apresenta conjuntos de habitação social, projetados segundo o modelo europeu de Cidade Jardim, que foram adaptados pelos moradores, segundo suas necessidades. E se posiciona «Frente a las políticas que excluyen y no enfrentan situaciones urbanas de pobreza en los territorios precarios latinoamericanos», para «formular algunas pautas desde el urbanismo y la arquitectura para orientar políticas públicas de vivienda en masa en el caso peruano, específicamente en Lima».

“Os invisíveis portadores de futuro” «analisa casos de ocupação informal, com matriz tradicional localizados na Região Metropolitana de Belém (PA)», de forma a «ampliar a compreensão do papel das comunidades tradicionais inseridas em contexto urbano e periurbano, [...] e destacar seu potencial de contribuição para a realização de uma agenda global de construção de políticas públicas mais inclusivas e plurais seguindo as propostas da Agenda 2030 (ONU, 2015)».

“O Campo Urbano” traz uma análise sobre «o surgimento da biopolítica moderna no século XX, por meio da separação do humanitário e do político e comenta como a segregação na cidade foi se configurando, até o surgimento do campo como nómos espacial contemporâneo». Propõe que o sentido de coexistência na urbe seja reconhecer esta complexidade do apartheid urbano que foi se configurando, desde sua origem histórica com a divisão da urbe em espaços ‘dentro e fora das muralhas’.

1 ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARI-CATO, E. (org.). 5. ed. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2009.

2 CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2006.

3 VILLAC, M. I. *et al. Relatório de Pesquisa “Culturas e cidade: teoria e projeto”*, Ago2018. Fomento MackPesquisa Edital fev2016 a jan2017; CNPq - Chamada CNPq/ MCTI N° 25/2015 Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas - dez2015 a ago2018.

No final, o texto chama a atenção para a responsabilidade dos arquitetos como agentes de mudanças de paradigmas espaciais e espacialidades para «a busca de uma política que seja forte e inteligente o suficiente para promover o acolhimento e coexistência entre diferentes».

“Micropolíticas LGBT no espaço urbano de Uberlândia - MG”

tece um relato «a partir da observação participante e revisão bibliográfica sobre as naturezas de apropriações e subversões espaciais de pessoas LGBT no território urbano de Uberlândia, MG na contemporaneidade». Também DISCUTE O VALOR dessas micropolíticas, que subvertem os espaços neutros, PARA QUE «arquitetos e urbanistas se destituam da falácia do discurso neutro e apolítico de projeto e entendam o espaço urbano como diverso e plural».

“Dinâmica do Movimento de pessoas e copresença: passagens e permanências”

explica como a dinâmica espacial do movimento de pessoas aponta «possibilidades de incrementar esse aspecto da vida social urbana». Para tal, apresenta alguns aspectos teóricos «sobre a relação entre espaços e usos, que abarca as conexões físicas duais, de passagens e permanências, entre os domínios públicos e privados do sistema configuracional urbano, ou seja, as gradações de interfaces espaciais estabelecidas entre as edificações e o espaço aberto público».

II

No plano dos estudos voltados à cidade formal, três artigos abrangem, respectivamente, a esfera da elaboração de Planos Territoriais Metropolitanos, a avaliação e proposição de melhoria das condições ambientais de cidades com baixo índice de vegetação e a Avaliação Pós-Ocupação de um conjunto residencial promovido pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Nos três casos os resultados de pesquisa e reflexões representam insumos para repensar políticas públicas de planejamento e ação.

No primeiro artigo, **“Planos Territoriais Metropolitanos: governança, consenso e colaboração”**, é proposto o reconhecimento de fatores que, em uma estrutura de governança interfederativa, ou seja, que transcenda os limites dos municípios, podem contribuir para o êxito de planos territoriais metropolitanos. Três passos são destacados neste sentido: a interdependência dos participantes, a estrutura de incentivos oferecida e a representatividade adequada de cada ator no processo. Neste contexto, a disposição das várias partes em trabalhar de forma

articulada desponta como fator determinante.

No artigo seguinte, **“As Superfícies Vegetadas como Alternativa para Cidades Resilientes”**, são relatados os resultados de um estudo realizado em um trecho da cidade de Vitória (ES), por meio do software ENVI-met, que compara o desempenho da implantação de vegetação em paredes e em telhados, em áreas urbanas densas e de calçadas inadequadas para receber arborização, apontando para um desempenho melhor das superfícies verticais, no que se refere ao aumento da umidade relativa do ar, temperatura e índice PMV.

Por fim, o trabalho **“Avaliação Pós-Ocupação em uma Cidade Média Catarinense: percepções sobre satisfação e necessidades dos usuários”**, discute os resultados de pesquisa realizada em um conjunto habitacional de baixa renda, construído no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, na cidade de Chapecó (SC), com vistas a avaliar o desempenho funcional dos edifícios, bem como a apropriação e níveis de satisfação das famílias que os ocupam. Por meio de instrumentos quantitativos e qualitativos de Avaliação Pós-Ocupação, ficou constatado o baixo desempenho destas moradias, tanto no que se refere a aspectos funcionais e de dimensões, quanto no que se refere às particularidades daquela comunidade.

Ana Gabriela Godinho Lima
Maria Isabel Villac

Alternativas del Urbanismo *Bottom-up* en Contextos Precarios Latinoamericanos: Política, Arquitectura y Apropiación para la Producción Social del Hábitat y la Vivienda en Lima, Perú

Alternativas do Urbanismo *Bottom-up* em Contextos Precários Latino-Americanos: Política, Arquitetura e Apropriação para a Produção Social do Hábitat e da Habitação em Lima, no Peru

Bottom-up Urban Planning Alternatives in Precarious Latin American Contexts: Politics, Architecture and Appropriation to the Social Production of Habitat and Housing in Lima, Peru

*Patricia Caldas Torres. Dr. rer. pol. pela Universidad Nacional de Ingeniería, Lima, Peru.
E-mail: pcaldas@uni.edu.pe*

Resumen

Frente a las políticas que excluyen y no enfrentan situaciones urbanas de pobreza en los territorios precarios latinoamericanos, el presente artículo intenta formular algunas pautas desde el urbanismo y la arquitectura para orientar políticas públicas de vivienda en masa en el caso peruano, específicamente en Lima. Se estudian conjuntos de vivienda modernos de Lima, aquellos planificados bajo el modelo europeo importado de la ciudad-jardín, pero que sin embargo fueron adaptados progresivamente por los mismos residentes a sus necesidades. El concepto de la "otra modernidad" de C. Franco nos ayuda a interpretar el cambio de lo planificado como la asociación entre una ciudad estática dominada (la ciudad-jardín) y otra cotidiana y dinámica (la ciudad informal), donde los procesos de apropiación y autoconstrucción son esenciales. Las estrategias se hacen legibles a partir de la teoría de "los usos de niveles" de Habraken y la de los "sistemas biológicos" de Salignaro. Se reflexiona sobre la necesidad de un cambio en las políticas neoliberales de vivienda para grupos de bajos ingresos que se aleje de la idea de la vivienda como producto y que fomente el concepto de la vivienda como proceso. Aquella donde los residentes se vuelven coproductores creativos de su entorno construido y donde es posible la producción social del hábitat y la vivienda. Se analiza el rol del Estado, del gobierno local, de los arquitectos y urbanistas cuando se planifican barrios inclusivos y resilientes que se adaptan a las cambiantes necesidades de los residentes por su propia iniciativa y autogestión.

Palabras clave: Urbanismo bottom-up; Ciudad informal; Políticas públicas de vivienda; Producción social del hábitat y de la vivienda.

Abstract

Facing excluding policies that don't confront urban poverty situations in precarious Latin-American territories, the present article tries to formulate some guidelines based on urbanism and architecture to guide mass housing public policies in the Peruvian case, more specifically in Lima. The main object of this study was modern housing sets of Lima, those planned under the imported European model of a garden city that were adopted, however, to the inhabitants needs in a progressive way. The "another modernity" concept from Franco, C. helps us interpret the change of the planned model as an association between a dominated static city (the garden city) and an everyday dynamic city (the informal city) in which the appropriation and self-construction are essential. Strategies become readable from Habraken's theory of "level uses" and Salignaro's "biologic systems". That makes us think about the need for change in the neoliberal housing policies for low-income groups to policies that can move away from the idea of housing as a product and that can foment housing as a process; in which the residents become creative co-producers of their constructed surroundings and the social production of habitat and housing is possible. We analyze the role of the State, local government, architects and city planners when planning inclusive and resilient neighborhoods that adapt to the changing resident needs on their own initiative and self-management.

Keywords: Bottom-up urbanism; Informal city; Public housing policies; Social production of habitat and housing.

Resumo

Ante as políticas que excluem e não enfrentam situações urbanas de pobreza nos territórios precários latino-americanos, o presente artigo tenta formular algumas pautas a partir do urbanismo e da arquitetura para orientar políticas públicas de habitação em massa no caso peruano, especificamente em Lima. Estudam-se conjuntos de habitação modernos de Lima, aqueles planejados sob o modelo europeu importado da cidade-jardim que, entretanto, foram adaptados progressivamente pelos moradores às suas necessidades. O conceito de "outra modernidade" de C. Franco nos ajuda a interpretar a mudança do planejado como a associação entre uma cidade estática dominada (a cidade-jardim) e outra cotidiana e dinâmica (a cidade informal), na qual os processos de apropriação e autoconstrução são essenciais. As estratégias tornam-se legíveis a partir da teoria de "os usos de níveis" de Habraken e a dos "sistemas biológicos" de Salignaro. Faz uma reflexão sobre a necessidade de uma mudança nas políticas neoliberais de habitação para grupos de baixa renda, que se distancie da ideia da habitação como produto e que fomente o conceito da habitação como processo. Aquela em que os residentes se tornem coprodutores criativos de seu entorno construído e na qual é possível a produção social do hábitat e da habitação. Analisa-se o rol do Estado, do governo local e dos arquitetos e urbanistas quando se planejam bairros inclusivos e resilientes que se adaptam às constantes necessidades dos residentes por sua própria iniciativa e autogestão.

Palavras-chave: Urbanismo bottom-up; Cidade informal; Políticas públicas de habitação; Produção social do hábitat.

IDENTIFICANDO UN LABORATORIO URBANO PARA LA INVESTIGACIÓN DEL URBANISMO Y LAS POLÍTICAS DE VIVIENDA EN MASA EN LATINOAMÉRICA

Hay tres razones que hacen de los ejemplos construidos de ciudad-jardín entre 1950 y 1970 en Lima, mejor dicho del *garden suburb-dormitorio*, singulares laboratorios urbanos para la investigación del urbanismo *bottom-up* en relación a las políticas de vivienda en masa en Latinoamérica y en general en el sur global. La primera razón es que estos ejemplos son testimonio de la implantación de un modelo urbano europeo de validez universal y una teoría americana (*neighbourhood-unit*) que fomentaban el crecimiento orgánico de la ciudad en unidades de apariencia autónoma para resolver el problema de las denominadas *barriadas* en los bordes de la ciudad. Estos ejemplos, conocidos en Lima como “Unidad Vecinal” (UV), representan significativamente al Estado y materializan principios modernos¹, entre ellos los del CIAM. Las UVs reflejan en su concepción una ruptura con la tradición urbana local de la ciudad compacta con sus elementos de manzana, calle y plaza. Con estos ejemplos los arquitectos negaron la *barriada* como forma de desarrollo urbano y desconocieron la identidad urbana de los habitantes de bajos recursos, basada en la solidaridad y autogestión.

La segunda razón es que en los ejemplos construidos, hoy en día inmersos en el contexto urbano de las *barriadas* más antiguas de Lima, es evidente el fuerte efecto de la apropiación informal y los procesos de autoconstrucción en la transformación de la ciudad. El modelo urbano fue planteado desde la arquitectura, no desde el urbanismo, para reemplazar a las *barriadas*. Debido a los escasos fondos públicos, los modelos construidos adolecieron desde su planificación, de servicios comunales y mayormente tuvieron que ser construidos en etapas. Uno de los conjuntos de vivienda influenciado por el modelo urbano de la UV que fomentaba áreas residenciales con equipamiento común al sólo pudo ser planificado en su trazado y lotización, infraestructura urbana y algo de servicios comunales, es el caso de la Unidad Pedro Ruiz Gallo, donde las viviendas unifamiliares las construyeron los residentes. Este conjunto ubicado en el Callao posee 388 lotes en un terreno de 1 ha, una densidad planificada de 171 hab./ha, 50% de área libre y una zona central con colegio, capilla y área verde (figuras 1a y 1b)².

Los complementos de lo existente en los modelos de las UVs para lograr no solo nuevos espacios de vivienda cuando la familia crece, sino también equipamiento comunal, espacio público en el espacio exterior abstracto, y además las estrategias informales para modernizar bloques de vivienda envejecidos después de más de 50 años, revelan una producción social del hábitat y la vivienda y justifican la integración de procesos de apropiación y autoconstrucción en programas de vivienda de mediana y alta densidad para habitantes de bajos recursos.

La tercera razón para escoger los ejemplos construidos de la UV en Lima, es que su transformación es comparable a la del Proyecto Experimental de Vivienda (Previ) aunque aparentemente se trate de concepciones antagónicas. Previ, ubicado al norte de Lima continúa siendo un referente emblemático en el debate de la vivienda popular en Latinoamérica. Se concibió bajo el principio de “baja altura-alta densidad” como un barrio de crecimiento incremental con prototipos de vivienda ampliable. A diferencia de la UV que nació bajo una visión elitista sobre las *barriadas*, Previ se distanció en su concepción de los modelos abstractos de la primera fase de la modernidad y consideró las diferencias culturales e identidad de los residentes, así como condiciones locales³. Las UVs revelan un concepto de vivienda estática, mientras

1 En Latinoamérica es reconocida Brasilia por su significativa representación del Estado y porque físicamente materializa las teorías del CIAM. Ver Spencer (2012, p. 66).

2 Información obtenida de los planos de levantamiento realizados por Cofopri (1999), organismo gubernamental de formalización de la propiedad informal.

3 Sobre el Previ, ver Huapaya (2014, p. 33-35).

que Previ refleja un concepto de vivienda orgánica y evolutiva según las cambiantes necesidades de los residentes.

En Previ, 25 años después del Plan de las UVs para Lima, las políticas de vivienda integraron la autoconstrucción en el contexto de una fase de crisis por el explosivo crecimiento poblacional y los rápidos procesos de urbanización. La expresión de esta crisis son los asentamientos informales que llevaron a reflexiones sobre cómo planificar las denominadas barriadas. Con Previ se reconocen las estrategias informales de la barriada como solución al desarrollo urbano y se realiza un proyecto que reúne innovadores prototipos de vivienda ampliable. Las UVs no fueron concebidas con departamentos ampliables, pero los patrones racionales de su arquitectura, que expresan una fase de experimentación tipológica en la vivienda con alta calidad de diseño – en algunos casos con la presencia de referentes locales (quinta, calle, manzana y plaza) – fueron moldeados según el crecimiento familiar y las cambiantes necesidades de sus habitantes. Las viviendas unifamiliares ampliables de Previ han demostrado ser más flexibles que los departamentos de los bloques racionales de las UVs transformadas, sin embargo, dependiendo de las características particulares de diseño, los habitantes de las UVs lograron duplicar o triplicar el área de los departamentos. Desde una perspectiva actual, la arquitectura planificada de las UVs constituye el inicio de los procesos de adaptación realizados por sus habitantes. Cabe reflexionar, entonces, si así como en Previ, pero ahora frente a la crisis del urbanismo neoliberal, sería posible incorporar los procesos de apropiación y autoconstrucción en programas de vivienda multifamiliar en masa en territorios urbanos precarios.



Figuras 1a y 1b: Unidad Pedro Ruiz Gallo, planta general del conjunto y vista de las viviendas con área recreativa

El potencial de la “otra modernidad” en las UVs, aquella que asocia una ciudad estática dominada (la ciudad-jardín) a otra cotidiana dinámica (la ciudad informal), ha alcanzado legitimidad en varios de los conjuntos de vivienda analizados, sin embargo permanece invisible a los ojos de políticos, arquitectos y urbanistas en el país y pasará algún tiempo hasta que los arquitectos peruanos reconozcan que el urbanismo y la arquitectura *bottom-up*, con sus procesos de autoconstrucción y apropiación para el planeamiento de barrios de mediana y alta densidad representa un nuevo desafío en ciudades como Lima donde lo que predomina en el territorio es la ciudad informal. Las UVs transformadas muestran que el urbanismo *bottom-up* contiene estrategias más apropiadas a la identidad y patrones de grupos sociales de bajos ingresos que el concepto de la vivienda como producto final.

OTRA DEFINICIÓN DEL CONCEPTO “PRODUCCIÓN SOCIAL DEL HÁBITAT”

El concepto de “producción social del hábitat” ha demostrado validez en Latinoamérica en ciertos proyectos de “vivienda multifamiliar incremental” planteados como

soluciones de vivienda en masa para grupos de bajos ingresos⁴. Este tipo de proyectos ya habían sido promovidos en otros lugares desde los 1960 por el arquitecto holandés John Habraken y el *Open House Journal* (2002)⁵. Como experiencias latinoamericanas podemos mencionar el Proyecto de Vivienda Multifamiliar Incremental Ciudad Bachué en Bogotá, Colombia desarrollado por el Arquitecto Patricio Samper y su equipo de arquitectos entre 1978 y 1982. El proyecto partió del concepto moderno de la estructura Dominó y reflexiones en torno a las estrategias de la vivienda progresiva e informal⁶. En México surgió un movimiento urbano en los 1970 que alcanzó relevancia en los 1980 por sus esfuerzos en el campo de la vivienda popular y entre 1975-76 se construyó la primera solución de vivienda progresiva multifamiliar, el Proyecto de Vivienda Cooperativa Guerrero (6 pisos, 350 departamentos en un terreno de 1450m²) que adaptaba los métodos del arquitecto Habraken basados en el edificio de vivienda como soporte. Se trató del primer ejercicio de diseño participativo ocurrido con esta experiencia en México⁷.

Pero este concepto de la producción social del hábitat no siempre fue reconocido por programas de vivienda basados en el planeamiento moderno. En los tiempos de posguerra, ante el fenómeno generalizado de los asentamientos informales y el explosivo crecimiento poblacional, la respuesta de los gobiernos latinoamericanos fue impulsar ambiciosos programas de vivienda a través del modelo de la Unidad Vecinal (UV) para definir los límites de la expansión de la ciudad de aquel tiempo y evitar así la proliferación de las barriadas.

La UV se apoyaba en el modelo urbano del garden-suburb-dormitorio⁸ y tuvo fuerte impacto en la segregación socio-espacial de la ciudad de Lima⁹, se empleó el concepto de “producción de vivienda” y no de “producción social del hábitat”¹⁰, se excluyó al habitante de bajos recursos de la posibilidad de incorporar en lo planificado sus necesidades y deseos. En las UVs la carencia de espacio de vivienda para un grupo de residentes que había formado familia y que quedaron excluidos del mercado oficial de la vivienda social debido a sus bajos ingresos económicos (casi 30% del total de residentes), los motivó a quedarse en el barrio y adaptar su entorno construido a las necesidades de la familia extendida. Esto es una de las causas principales de la “producción social del hábitat” en las UVs transformadas por efecto de la apropiación. Los habitantes no sólo consiguieron nuevos espacios de vivienda para sus cambiantes necesidades sino que lograron espacios de producción y negocios pequeños y adaptaron el espacio exterior abstracto para lograr espacios públicos, espacios de encuentro, de intercambio social, espacios con significado como la plaza, la quinta¹¹ y la calle estrecha.

Los planteamientos modernos reducían a los habitantes a consumidores pasivos, pero ellos se convirtieron en activos usuarios que participaron en la coproducción del espacio logrando insertar el garden-suburb dormitorio en la fábrica urbana y generando cierta autonomía, por lo menos a escala de los servicios comunales, convirtiendo los modelos construidos en barrios inclusivos.

En contraste con el concepto de “producción de la vivienda”, el segundo concepto de “producción social del hábitat”, para el caso de las UVs transformadas, se funda en múltiples experiencias ganadas por grupos sociales de bajos ingresos y sus

4 Romero estudia este tipo de proyectos en México en su análisis sobre la, producción social del hábitat. Ver Romero (2003), p. 8-15.

5 Habraken (2002)

6 Sobre Ciudad Bachué ver tesis de maestría de Silva (2016), de la universidad TU-Berlin.

7 Romero (2003), op.cit. p. 11.

8 Término empleado por Almondoz (2013)

9 Golda-Pongratz (2008) analiza los efectos de la modernidad en el planeamiento urbano y la estructura de la ciudad de Lima que intensificaron no sólo la segregación socio-espacial en Lima sino sobre todo la segregación racial

10 Principios basados en la investigación sobre producción social del hábitat. Ver Romero (2003), p. 8.

11 La quinta es una tipología local de vivienda colectiva para clase obrera. La encontramos principalmente en predios del centro tradicional, en la parte indígena del centro de Lima, en el Rimac y otros barrios de clase media-baja, incluso de clase media. Consta de un pasaje o patio semipúblico al cual se ingresa desde la calle exterior, a través de dicho pasaje o patio semipúblico se accede a las unidades de vivienda.

principios son: a) Las estrategias y medidas de adaptación llevadas a cabo por los habitantes no se rigen por los fines del consumismo capitalista, b) la innovación social de los residentes en lo planificado ha sido posible gracias a sus variadas prácticas de apropiación frente a situaciones de cambio, c) la apropiación se basa en un enfoque participativo de barrio flexible y sostenible (en lo cultural, social, económico y ambiental) en base a la cultura de la “familia extendida”, estrategias de organización vecinal y autogestión, cooperativismo y estrategias de carácter ambiental en relación al cuidado y mantenimiento de jardines de uso colectivo o uso compartido, surgidos por la apropiación.

Estos principios evidencian la posibilidad de un nuevo concepto de “producción social del hábitat” que combine las estrategias de la ciudad planificada “dominada” con las de la ciudad informal “cotidiana”. Este concepto se aleja de la incompreensión de la necesidad de vivienda así como de propuestas y programas que rechazan socialmente las soluciones provenientes de grupos desventajados de la sociedad¹².

HACIENDO LEGIBLE EL URBANISMO *BOTTOM-UP* PARA POLÍTICAS DE VIVIENDA SOCIAL: EL MODELO DE LOS “USOS DE NIVELES”

Una forma de hacer legible el urbanismo *bottom-up* en las múltiples alternativas semi-formales de las UV transformadas es a través del concepto de “usos de niveles” de Habraken (2002).¹³ El análisis por niveles de usos muestra el potencial de morfologías con capacidad de crecimiento y adaptables a múltiples programas rompiendo con la idea de la vivienda como producto. Los residentes de las UV han rellenado, edificios-barra, edificios-manzana, viviendas en serie, grupos de casas, edificios de alta densidad y, en menor medida, torres de edificios.

En las UV se identificaron los siguientes niveles: a) estructura urbana, b) tejido, incluyendo áreas verdes y mobiliario urbano, c) edificio, d) relleno y e) muebles de la vivienda. Se han elegido la UV3, UV Matute y CH Palomino para entender los usos de niveles que han surgido por la apropiación de una estructura serial, de un sistema de manzana-calle-plaza y de una estructura “alfombra” respectivamente. Considerando el universo total de los barrios estudiados, en total 22, a nivel del edificio o “soporte”, se identifican varios tipos de edificios, de vivienda colectiva o unifamiliar, los que albergan equipamiento comunal y los que alguna vez albergaron equipamiento comunal y por su obsolescencia fueron reciclados para otro uso. De otro lado se encontraron ciertas edificaciones recicladas para el uso residencial (p. ej. torre de agua en Unidad Modelo).¹⁴

LAS UV MODIFICADAS

Si comparamos las modificaciones en los tres tipos de estructuras, la serial de la UV3 (Figuras 2, 3, 4 y 4a), donde las extensiones sobre los jardines delante de los departamentos convirtieron los espacios cul-de-sacs de los edificios-barra en espacios tipo “quinta” desde donde se accede a la nuevas unidades de vivienda y a los ingresos comunes de los edificios-barra; la de trazado “alfombra” con edificios curvos del CH Palomino (Figuras 5, 6a, 6b y 7) con rellenos horizontales nucleares, ortogonales y lineales en torno al módulo (9m x 9m); y la del sistema de manzana-calle-plaza de la UVMatute (Figuras 8, 9 y 10) que rellena vacíos en los volúmenes de los edificios-barra, es evidente la influencia de la arquitectura racional en la capacidad de innovación de los residentes.

El relación al nivel del tejido, éste involucra en la modificación de las UVs el concepto de “espacio de uso compartido”, el cual relaciona de diversas formas lo público y lo

¹² Sobre los principios de la “producción social del hábitat” ver Jakob (2003), p. 7.

¹³ Según la teoría de diseño de soportes de Habraken (2002).

¹⁴ Ver el análisis de las unidades vecinales transformadas en Caldas (2015).

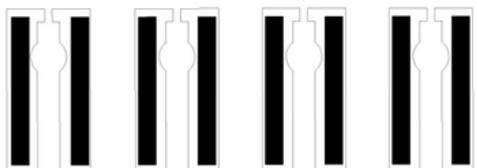
privado en el espacio exterior. Las áreas verdes forman parte del tejido, éstas fueron planificadas para ser espacios de contemplación pero los residentes las han recreado definiendo jardines colectivos, pequeños parques ecológicos, pasajes y caminos internos del barrio a través de cercas bajas o cercos verdes con especies locales. El mobiliario urbano ha surgido por iniciativa de los residentes mismos.



Figura 2: Soportes y rellenos en la UV3

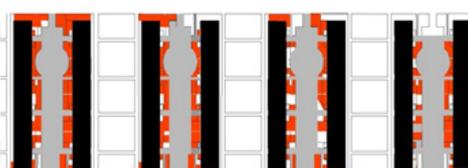


Figura 3: Diseño urbano: Estructura urbana serial



Edificio o "soporte"

Figura 4: Espacios cul-de-sac de los edificios-barra recreados por los habitantes a manera de "quintas". Las ampliaciones generan pasajes de ingreso a las escaleras comunes de los edificios-barra, plazas circulares y en los extremos cierto cerramiento con respecto al espacio de la calle que intensifica el carácter privado del cul-de-sac



Dos niveles: Edificio + variaciones de relleno = vivienda



Figura 4a: Tejido y edificios en UV3 con transformaciones redundantes que ocurren en todos los bloques paralelos: Los residentes recrean el espacio de "quinta" con carácter privado en el espacio cul-de-sac. Se introduce una plaza

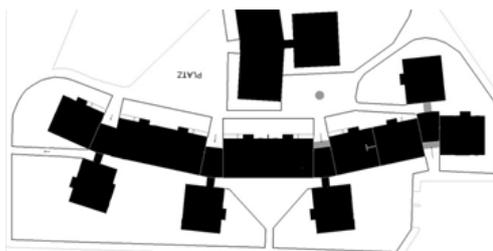


Figura 5: Soportes y rellenos en el primer piso y sobre techos de bloques curvos del Conjunto Habitacional Palomino. En los bordes del conjunto se ubican las casas unifamiliares en serie

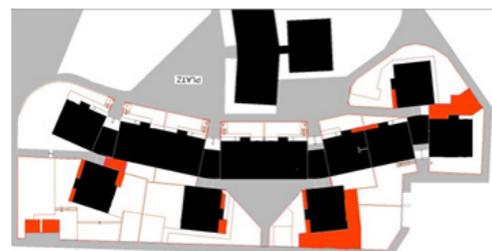


Figura 6a: Diseño urbano: Estructura "alfombra" con bloques curvos

Figura 6b: Tejido y edificios en CH Palomino, se incorporan cercos bajos para delimitar espacios verdes colectivos, caminos interiores y jardines en los frentes de departamentos del primer piso.

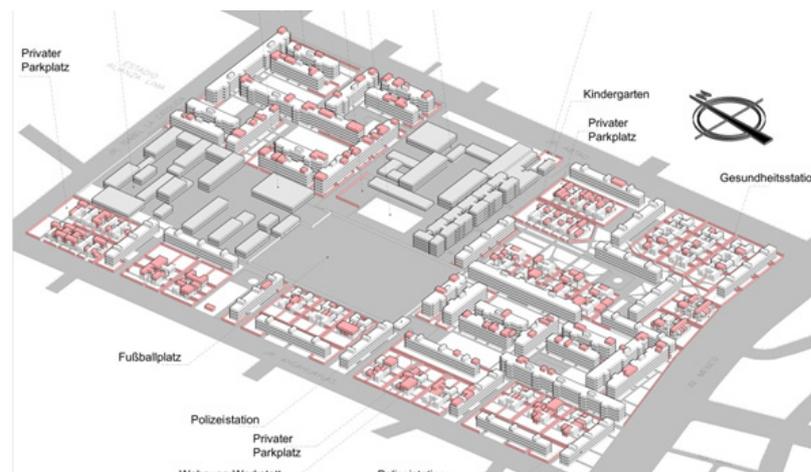


Edificio o "soporte"



Dos niveles: Edificio + variaciones de relleno = vivienda

Figura 7: Ampliaciones nucleares, horizontales o dispersas en torno a los módulos de 9 x 9 m que conforman los bloques curvos. A través de cercas, muros bajos y arbustivas, los residentes recrean espacios de plaza y de transición o ingreso a las escaleras comunes de los edificios



Soportes y rellenos UV Matute

Figura 8: Soportes y rellenos en el primer piso y sobre techos de bloques en la Unidad Vecinal Matute. El conjunto cuenta con dos colegios, un campo de fútbol, piscina y una capilla

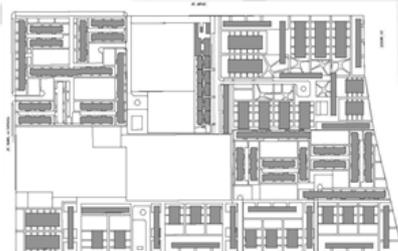
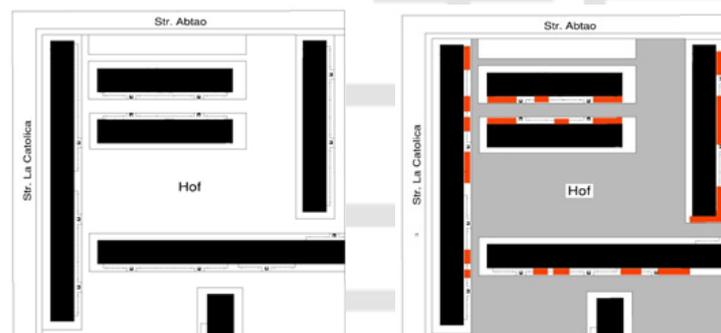


Figura 9: Diseño urbano: Mezcla de estructura serial y sistema de manzana-plaza-calle

Figura 9a: Tejido y edificios en UV Matute, se delimita la calle interior con cercos sobre jardines delante de departamentos del primer piso.



Edificio o "soporte" Dos niveles: Edificios + variaciones de relleno = vivienda

Figura 10: Soportes y rellenos en el primer piso y sobre techos de bloques en la Unidad Vecinal Matute. El conjunto cuenta con dos colegios, un campo de fútbol, piscina y una capilla

NIVEL DE USOS EN UV3 (MORFOLOGÍA SERIAL CON EDIFICIOS-BARRA)

En esta parte del análisis se emplean unos gráficos basados en el modelo teórico de los 5 niveles de usos de Habraken (2002) que relacionan los sistemas físicos con la jerarquía territorial (Figura 11). El presente análisis se basa en el trabajo de campo realizado en los casos de estudio (UV3, UV Matute y CH Palomino) entre 2006 y 2011. Para ello se entrevistaron a actores sociales clave (residentes fundadores e hijos de residentes fundadores) que participan o no en la organización vecinal y toma de

decisiones ante el fenómeno de ampliaciones de los departamentos y adaptaciones del entorno construido del barrio. Se prestó atención a la frecuencia de los cambios informales y a determinar lo colectivo e individual en ellos.



Figura. 11: Modelo de los 5 niveles de sistemas físicos relacionados a la jerarquía territorial. Fuente: Habraken (2002)

La toma de decisiones de los usuarios para el caso de la UV3 se ha dado en todos los niveles. A nivel de la estructura urbana ha surgido una construcción lineal frente al área deportiva que define un camino interior. En el nivel del tejido, en la distribución de responsabilidades colectivas de quiénes y qué área verde mantienen y cuidan los residentes han participado todos. Así han recreado las áreas verdes planificadas transformándolas en jardines de uso compartido (2, 4 a 12 familias) que son definidos a través de arbustos bajos. También han recreado un par de áreas verdes existentes de mayor tamaño en pequeños parques denominadas parques ecológicos por los mismos habitantes.

A nivel del relleno, en las decisiones de qué, dónde y cuándo ampliar el departamento, han participado todos los residentes (1000 familias). En los edificios-barra esta negociación se da de manera colectiva, en los grupos de casas esto se da en menor grado, se trata de intervenciones predominantemente individuales pues el diseño arquitectónico influyó en una mayor libertad para realizar pequeñas extensiones de lo existente sin necesidad de contar con la aprobación de la colectividad. En los edificios-barra los residentes recrearon el tradicional espacio tipo "quinta" en los cul-de-sacs consiguiendo mayor sensación de cerramiento con las extensiones. La "quinta" es una tipología local organizada a partir de un espacio semipúblico interior de carácter privado, sea patio o pasaje interior, a través del cual se accede a las unidades de vivienda. A su vez, al espacio semipúblico interior se accede por un ingreso desde la calle. La transformación de los cul-de-sacs en espacios tipo "quinta" es una intervención por etapas que logra una diferenciación entre los jardines públicos y el espacio quieto y calmado, predominantemente residencial, de la quinta configurada por las ampliaciones de los departamentos. Este espacio agrega dinamismo al espacio exterior por los nuevos ingresos agregados a los ya existentes en el bloque debido a la incorporación de nuevas unidades espaciales (mini-departamentos, habitaciones independientes, talleres, garajes y a veces un par de bodegas o negocios).

En la esfera privada, las ampliaciones de los departamentos surgen muchas veces por negociaciones entre los miembros de la familia extendida. Se consiguen nuevos accesos independientes para mini-departamentos o para independizar una habitación existente o nueva. Esto sucede no sólo en departamentos del primer piso sino también del segundo piso o a veces incluso en pisos superiores.

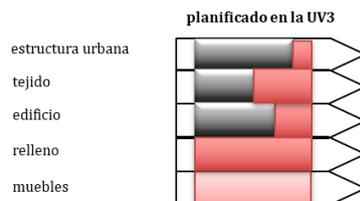


Figura 12 - Usuarios-residentes Gris: planificado/ rojo: colectivo /rosado: individual o familia extendida Fuente: Patricia Caldas

Los usos originales de algunos ambientes de los departamentos fueron cambiados para conseguir espacios de producción y negocios, para adaptar los ambientes de la vivienda existente y ampliarla para la familia extendida o para poder lograr espacios de vivienda de alquiler.

NIVELES DE USO EN LA UVMATUTE, EN LA ETAPA II DEL ARQ. E. CIRIANI (MEZCLA DE MORFOLOGÍA MANZANA-CALLE-PLAZA CON EDIFICIOS-BARRA)

Como muestra el siguiente gráfico, a diferencia de la UV3, donde predominan negociaciones colectivas en una estructura serial, en la UV Matute, específicamente en la segunda etapa con sistema de manzana-calle-plaza, predominan más bien las intervenciones individuales. Las negociaciones colectivas se dan en cierta medida a nivel del tejido y del relleno. Esto debido a la influencia del diseño de los departamentos tipo dúplex que, bajo el concepto del “vacío” (terrazas balcones en ambas fachadas del edificio-barra), ha permitido ampliarlos por etapas en el tiempo sin alterar la estructura urbana ni modificar mucho la arquitectura de los bloques. En el nivel del tejido, la modificación principal consistió en la transformación de ciertos caminos interiores en calles estrechas por las ocupaciones de jardines frente a los departamentos del primer piso. Pero la morfología de manzana-calle-plaza con clara definición del espacio público no se alteró.

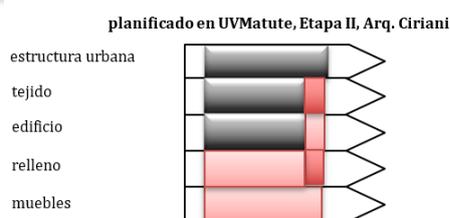


Figura 13 Planificado em UV Matute, Etapa II, Arq. Ciriani | Usuarios-residentes Gris: planificado/ rojo: colectivo / rosado: individual o familia extendida Fuente: Patricia Caldas

NIVELES DE USOS EN CH PALOMINO

A nivel de tejido, destacan en CHPalomino las negociaciones colectivas que han logrado convertir el espacio exterior abstracto en una variedad de espacios públicos de uso compartido. Se han identificado desde un parque ecológico – así denominando por los residentes – plazas, un espacio residual entre bloques de edificio que se llegó a aprovechar para cine al aire libre, jardines colectivos y caminos interiores definidos con arbustivas, todos con mobiliario urbano logrado a través de la organización vecinal y autogestión.

Se observaron rellenos del trazado “alfombra” de los bloques curvos a través de diversos tipos de extensiones de los módulos (9m x 9m) – nuclear, ortogonal y lineal – que se ubican de forma dispersa hacia los bordes de la parcela. En este caso fue más difícil el control de negociaciones colectivas pues el tamaño y forma de los espacios exteriores es muy variado y no está muy bien definido su carácter público en la medida que existe una tendencia generalizada en la ciudad de Lima de ocupar las áreas ajardinadas frente a la vivienda o departamento para usos privados de la vivienda (jardín o patio privado, car-port o tienda).

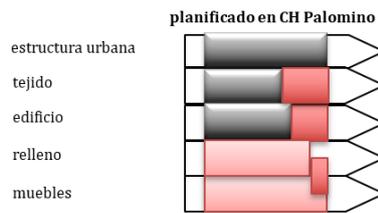


Figura 14 Planificado en CH Palomino | Usuarios-residentes Gris: planificado/ rojo: colectivo / rosado: individual o familia extendida Fuente: Patricia Caldas.

BARRIOS INCLUSIVOS Y RESILIENTES AL CAMBIO

Para entender el valor de la apropiación para lograr barrios inclusivos y resilientes al cambio se emplea la teoría de Salingaros y Mehaffy (2013) basada en el concepto de los sistemas biológicos.¹⁵ Las UVs transformadas pueden ser consideradas como lugares con: 1. sistemas que poseen una estructura de redes sociales y relaciones interconectadas, 2. diversidad y redundancia de actividades (legible en lo individual y lo colectivo) fomentadas a través de tipos de vivienda colectiva innovativos donde habitan grupos sociales que poseen un nuevo concepto de “eficiencia” basado en la coproducción del espacio, 3. amplia distribución de escalas de estructura en las estrategias de organización y autogestión vecinal, desde la barrial, zonas del barrio, grupos de bloques y esfera privada de la familia extendida. Estas escalas diversas están interconectadas, algunas alcanzan niveles internacionales de participación por los ex-residentes que viven en el extranjero, que aunque son pocos contribuyen también a transmitir de generación en generación las tradiciones de organización en el barrio (UV3). Estas diversas escalas de acción de los residentes les permite cambiar lo planificado con cierta facilidad según las necesidades colectivas e individuales de los usuarios y 4. gran capacidad de los habitantes limeños para reconocer la ampliabilidad de estructuras racionales frente a situaciones de cambio.

En estas cuatro características radica el valor de las estrategias informales en las UVs transformadas para lograr barrios inclusivos y resilientes al cambio si los barrios planificados fueran considerados como organismos donde los residentes adaptan el entorno construido planificado.

TENDENCIAS NEOLIBERALES EN PROGRAMAS DE VIVIENDA SOCIAL Y CRISIS URBANA EN CIUDADES INTERMEDIAS DEL PERÚ

Los problemas de desigualdad generados por una planificación y un sector privado indiferentes a las reales necesidades y deseos de los habitantes de bajos ingresos y la falta de comprensión de la cultura de la familia extendida en las políticas de vivienda en masa se muestran sobre todo a través de las actuales tendencias de “producción de la vivienda” neoliberales en ciudades intermedias del Perú. Éstas privan a los habitantes de su derecho de tomar decisiones y de determinar la configuración del entorno donde habitan.¹⁶

Ante la falta de suelo urbano de bajo valor en Lima y debido al debilitado rol del Estado en programas de vivienda social, el mercado privado ofrece desde hace un tiempo conjuntos o grupos de vivienda en áreas informales periféricas de ciudades intermedias del Perú, sin servicios comunales, alejados de los servicios y centros de trabajo de la ciudad y articulados deficientemente al sistema de transporte. Esto

¹⁵ Sobre resiliencia y arquitectura ver la teoría de Salingaros N. y Mehaffy, M., abril 2013 (revisado en noviembre 2018): <https://www.metropo-lismag.com/architecture/resilience-architecture/>

¹⁶ En base a las investigaciones formativas sobre vivienda social e innovación tecnológica en ciudades intermedias del Perú, se investigaron proyectos Techo Propio y Enace de tendencia neoliberal planificados a partir de módulos básicos de vivienda en Piura, Arequipa, Cusco y Trujillo. Estudios financiados por el Vicerrectorado de Investigación, Universidad Nacional de Ingeniería (Caldas; Aranda; Dongo, 2017, 2018).

tiene efectos negativos en dichas ciudades pues fomenta la expansión urbana y la segregación socio-espacial e incluso ambiental por localizar los barrios nuevos muchas veces en áreas vulnerables. Estos proyectos promovidos por el Estado a través del programa “Techo Propio” resultan excluyentes y sirven finalmente a los intereses del sector privado que invierte en terrenos aledaños en nuevas urbanizaciones tipo condominio para clase media aprovechando la infraestructura urbana previamente implementada.

Estos proyectos, planificados como vivienda ampliable, en realidad obstaculizan los procesos de autoconstrucción por la baja calidad de los materiales empleados, no consideran condiciones socio-económicas, ni clima, ni mucho menos innovación tecnológica. Barrios de 4 mil familias diseñados en Trujillo (figuras 12a y 12b) y Piura por el mismo arquitecto que planificó en Lima Villa El Salvador, ciudad en el desierto conocida por las estrategias de autogestión de sus pobladores, muestran que se repite un mismo módulo reducido, construido sin importar condiciones locales, ni patrones de organización vecinal. Estos barrios son la muestra de una crisis urbana y de las ciudades difícilmente habitables que se están planificando para los grupos sociales de bajos ingresos. El sector privado hace visible estos barrios en imágenes que prometen un mejor futuro cuando se trata de vender las viviendas, pero luego son invisibilizados muchas veces por la misma planificación. El potencial de la ciudad participativa permanece invisible para políticas públicas. Al respecto, como escribe Calvino (1970, p. 7): “[...] talvez estamos acercándonos a un momento de crisis de la vida urbana y Las ciudades invisibles son un sueño que nace del corazón de las ciudades invivibles[...]”¹⁷



Figura 12a: Conjunto Villa Marina, Trujillo. Foto: Victor Chavarry, sistema dron (2017)



Figura 12b Tejido de calle estrecha demasiado extensa impide la permeabilidad. Viviendas sin cercos perimétricos que definan el espacio privado, los habitantes tuvieron que colocar postes de madera para delimitar virtualmente los lotes. Fuente: Foto de la autora.

17 Calvino (1970), p. 7.

ROL DEL ESTADO, DEL GOBIERNO LOCAL Y DE LOS ARQUITECTOS FRENTE A LOS PROCESOS DE APROPIACIÓN EN LA VIVIENDA SOCIAL

El rol del Estado en la adaptación de las UVs de Lima ha pasado por diferentes fases. En la fase inicial de ocupación y adaptación de los departamentos de la UV3, durante casi quince años, el Estado jugó un rol paternalista, de especial apoyo a los residentes organizados en torno a un habitante del barrio que los representaba ante la Corporación Nacional de la Vivienda, ésta era la entidad pública encargada de construir y administrar las UVs. Tratándose de un experimento urbano, una célula de apariencia autónoma en medio de áreas agrícolas ubicada en la periferia urbana de aquellos tiempos, la organización vecinal se apoyó en la “Coopertiva de Servicios” creada por los residentes para adaptar los barrios planificados. La organización vecinal estuvo en parte respaldada por el Estado. Los habitantes de la UV3 se refieren a esta fase como la “fase de oro de su organización vecinal” e intentan transferir esta tradición y su capacidad de autogestión a las generaciones futuras del barrio.

Bajo políticas neoliberales, el Estado traslada su rol de proveer de vivienda a los más pobres a las clases populares mismas y de proveer vivienda dirigida a clase media-baja al sector privado. La “otra modernidad” que asocia lo planificado a lo informal ha sido posible por la falta de control del Estado y la falta de preocupación de organismos públicos por las necesidades de los residentes. En cuanto al gobierno local, a pesar de mantener una visión negativa respecto a los procesos de apropiación basados en la construcción informal, ha iniciado la formalización de las ampliaciones de los departamentos del primer piso en las UVs, hecho que termina reconociendo el esfuerzo que han realizado los habitantes. El municipio de Lima coordina escasos proyectos en estos barrios con la participación e iniciativa de los residentes.

Las UVs transformadas son una manifestación de que una nueva forma de ciudad coproducida puede surgir en el contexto de la ciudad informal, es una forma que a la vez que “[...]socaba el sueño de un entorno ordenado, planificado y controlado, basado en los paradigmas del planeamiento moderno [...]”¹⁸ completa el sentido social de la obra estatal en vivienda, completa aspectos específicos locales en lo planificado.

PAUTAS Y PERSPECTIVAS DEL URBANISMO Y ARQUITECTURA *BOTTOM-UP* PARA POLÍTICAS DE VIVIENDA EN EL CASO PERUANO: EL POTENCIAL PARTICIPATIVO DE LOS HABITANTES

Se ha demostrado en este estudio que los habitantes añadieron al concepto de “producción de vivienda” el concepto de “producción social del hábitat”, desde una perspectiva *bottom-up*, convirtiendo el modelo implantado del *garden-suburb-dormitorio* en un barrio de crecimiento incremental. Los ejemplos analizados muestran una amplia variedad de posibilidades de distribución de responsabilidades para completar en lo planificado aspectos locales propios que podrían ser empleados en contexto informales para grupos sociales de bajos ingresos. En estas responsabilidades están incluidos el Estado, el gobierno local y los arquitectos y urbanistas, los que frente a procesos de coproducción tendrían que asumir nuevas responsabilidades frente a situaciones de pobreza.

El paradigma del urbanismo participativo para la vivienda en masa en áreas informales es contrario a los intereses neo-liberales de las políticas económicas. Pero, según este estudio, dada la adaptación de estructuras racionales y de la introducción de contenidos socio-culturales en lo planificado, los ejemplos analizados representan una nueva alternativa que podría dar un nuevo impulso al sector privado. Se trata de una alternativa que no destruye el *know-how* local ni las tradiciones sino que “completando la estructura del barrio” logra su transformación consiguiendo barrios inclusivos y resilientes, barrios como organismos que reflejan procesos de vida. Esto implica un cambio de rol, en primer lugar del Estado y de organismos públicos

18 Brillenbourg; Klumpner (2012), p. 127.

que apoyen los procesos de coproducción, en segundo lugar del sector privado que reconozca en la apropiación y autoconstrucción los valores del capital social, en tercer lugar de los arquitectos y urbanistas que enfrenten el desafío de planificar la vivienda como procesos de vida como anticipándose a situaciones de cambio. Se han mostrado suficientes evidencias del potencial creativo de barrios coproducidos que serían posibles en territorios precarios del sur global si los programas de vivienda social aprovecharan las estrategias de la apropiación informal combinando el enfoque *top-down* con el *bottom-up* para el diseño de soportes.

Referencias

- ALMONDOZ, A. *Modernización urbana en América Latina*. De las grandes aldeas a las metrópolis masificadas. Chile: PUC de Chile, 2013.
- BRILLENBOURG, A.; KLUMPNER, H. Rules of engagement: Caracas and the informal city. In: HERNANDEZ F.; KELLET P.; ALLEN L. (ed.). *Rethinking the informal city*. Critical perspectives from Latin America. New York, Oxford: Berghahn, 2012. p. 119-136.
- CALDAS, P. Die andere Moderne. *Informelle Veränderungsprozesse in staatlich geplanten Siedlungen in Lima, 1938-1971*. 2015. Tesis (Doctoral) – HafenCity Universität, Hamburg, 2015.
- CALDAS, P.; ARANDA, E.; DONGO, C. *Vivienda social e innovación tecnológica en ciudades intermedias del Perú*. Arequipa y Piura. Manuscrito Informe final. Universidad Nacional de Ingeniería, nov. 2017.
- CALDAS, P.; ARANDA, E.; DONGO, C. *Vivienda social e innovación tecnológica en ciudades intermedias del Perú*. Cusco y Trujillo. Manuscrito Informe final. Universidad Nacional de Ingeniería, nov. 2018.
- CALVINO, I. *Las ciudades invisibles*. Madrid: Unidad Editorial, 1970.
- COFOPRI (Organismo Gubernamental de Formalización de la Propiedad Informal). *Planos de levantamiento realizados en coordinación con la municipalidad del callao*, 2001.
- GOLDA-PONGRATZ, K. *Struktur und Bedeutungswandel des Zentrums von Lima*. Frankfurt am Main, London: IKO, 2008.
- HABRAKEN, N. J. The uses of levels. *Open House International*, v. 27, n. 2, 2002.
- HUAPAYA, J. C. *Fernando Belaunde Terry y el ideario moderno*. Arquitectura y Urbanismo en el Perú entre 1936 y 1968. Lima: Editorial Universidad Nacional de Ingeniería, Editorial Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Artes, 2014. Edición bilingüe.
- JAKOB SCHÜTZ, E. Stones in the way. On self-determination in housing in times of globalisation. *Dialog – A Journal for Planning and Building in the Third World*, n. 78, 3, p. 5-7, 2003.
- ROMERO, G. Social production of habitat. Reflections on its history, conceptions and proposals. *Dialog – A Journal for Planning and Building in the Third World*, n. 78, 3, p. 8-15, 2003.
- SALINGAROS N.; MEHAFFY, M. Toward resilient architectures 3: how modernism got square. *Metropolis*, Apr. 2013. Disponible en: <https://www.metropolismag.com/architecture/resilience-architecture/>. Acceso en: nov. 2018.
- SILVA, E. *Incremental housing project in Bogotá, Colombia: the case study of "Ciudad Bachué"*. 2016. Tesis (Maestría) – Technische Universität Berlin, Berlin, 2016. Disponible em: <http://web.mit.edu/incrementalhousing/articles/Photographs/pdfs/CiudadB.pdf>. Acceso en: nov. 2018.
- SPENCER, A. The informal architecture of Brasilia: an analysis of the contemporary urban role of the satellite settlements. In: HERNANDEZ F.; KELLET P.; ALLEN L. (ed.). *Rethinking the informal city*. Critical perspectives from Latin America. New York, Oxford: Berghahn, 2012. p. 53-69.

Os Invisíveis Portadores de Futuro

The Invisible Bearers of the Future

Los Invisibles Portadores de Futuro

O artigo é uma contribuição de dois projetos de pesquisa apoiados pelo CNPQ (PQ-CNPQ 309560/2015-2 e Universal 430801/2016-2) coordenados pela professora doutora Ana Cláudia Duarte Cardoso.

*Ana Cláudia Duarte Cardoso. PhD em Arquitetura pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil. Arquiteta e urbanista.
E-mail: aclaudiacardoso@gmail.com*

*Letícia Ribeiro Vicente. Graduada em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil. Bolsista Pibic/CNPq.
E-mail: leticiavicente26@gmail*

*Rafaela Carolina Bulhões de Oliveira. Graduada em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil. Bolsista Pibic/CNPq.
E-mail: rafaelabulhoes.oli@gmail.com*

Resumo

Este texto analisa a formação socioespacial do urbano híbrido amazônico e apresenta casos de ocupação informal, com matriz tradicional, localizados na região metropolitana de Belém (PA), com o propósito de ampliar a compreensão do papel das comunidades tradicionais inseridas em contexto urbano e periurbano, que ocorrem em todo o país, mas são mais visíveis na Amazônia. A partir dos casos, conclui-se que atributos dessas comunidades podem fortalecer uma agenda global de construção de políticas públicas mais inclusivas e plurais seguindo as propostas da Agenda 2030 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Palavras-chave: Justiça socioambiental; Cidades na Amazônia; Populações tradicionais; Recursos naturais.

Abstract

This text analyzes the socio-spatial formation of Amazonian hybrid urban, and presents cases of informal occupation, with a traditional matrix, located in the Metropolitan area of Belém (PA), with the purpose of broadening the understanding on the role of traditional communities inserted in urban and periurban contexts, which occurs throughout the country, but are more visible in the Amazon. Cases studies show that the attributes of these communities can strengthen a global agenda of constructing more inclusive and plural public policies, following the proposals of Agenda 2030 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES

UNIDAS, 2015).

Keywords: Socio-environmental justice; Cities in the Amazon; Traditional communities; Natural resources.

Resumen

Este texto analiza la formación socioespacial del urbano híbrido amazónico y presenta casos de ocupación informal, con matriz tradicional ubicados en Región Metropolitana de Belém (PA), con el propósito de ampliar la comprensión del papel de las comunidades tradicionales insertadas en contexto urbano y periurbano, que ocurre en todo el país, pero son más visibles en la Amazonia. A partir de los casos, se concluye que atributos de esas comunidades pueden fortalecer una agenda global de construcción de políticas públicas más inclusivas y plurales siguiendo las propuestas de la Agenda 2030 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Palabras clave: Justicia socioambiental; Ciudades en la Amazonia; Poblaciones tradicionales; Recursos naturales.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre o futuro ideal desejável nas cidades brasileiras tem sido pautada pelos processos que incomodam: congestionamento, carências de habitação, falta de saneamento, condições do controle da terra urbanizada, convergindo para a polarização entre a cidade formal e a cidade informal. Urbanistas e gestores públicos brasileiros apostaram na estruturação de políticas e de estratégias claras de regulação como forma de superação das injustiças sociais criadas pela lógica de mercado, após uma longa alternância de períodos autoritários e democráticos (VILLAÇA, 1997). Mas, na segunda década do século XXI, percebe-se que essa estratégia foi claramente pautada pelos contextos inseridos no mercado, com predominância de economia formal e pleno emprego, e onde a propriedade privada da terra estava estabelecida, o que a torna insuficiente e inadequada para o contexto amazônico (CASTRO *et al.*, 2018).

Nessa perspectiva, o movimento pela reforma urbana conquistou a promulgação do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001); deu suporte para a criação do Ministério das Cidades, que, entre outras realizações, promoveu uma campanha de elaboração de Planos Diretores Municipais Participativos (BRASIL, 2004), estratégias de participação popular por meio das Conferências e Conselhos das Cidades (BRASIL, 2006); e instituiu marcos regulatórios importantes, como o do Saneamento (BRASIL, 2007a) e da Mobilidade (BRASIL, 2012), e ações importantes referentes ao avanço da regularização fundiária (BRASIL, 2009), que viabilizou a transferência do patrimônio federal para municípios da Amazônia, e mais recentemente a nova legislação de regularização fundiária para assentamentos urbanos e rurais (BRASIL, 2017).

Infelizmente, esse aparato não foi suficiente para o enfrentamento de passivos históricos ou para um direcionamento socioambientalmente justo da urbanização em curso em cidades amazônicas, já que grande parcela da população foi mantida no que Acselrad (2009) chamou de zonas de sacrifício, conforme comprovam os estudos comissionados sobre assentamentos precários a partir da década de 2000, que revelaram um patamar de informalidade acima de 50% em Belém, e o mais alto índice de população vivendo em áreas alagadas do país concentrado na Região Norte (MARQUES *et al.*, 2007). Também não foi possível considerar os entrelaçamentos entre as condições de vida urbana e rural observados em áreas periurbanas, o que é devido em grande parte à falta de conhecimento sobre a formação social e econômica diferenciada da região (BONILHA, 2011).

Este texto analisa casos de ocupação informal com matriz tradicional localizados na região metropolitana de Belém (PA), com o propósito de ampliar a compreensão do papel das comunidades tradicionais inseridas em contexto urbano e periurbano, que ocorre em todo o país, mas que é mais visível na Amazônia, e destacar seu potencial de contribuição para a realização de uma agenda global de construção de políticas públicas mais inclusivas e plurais seguindo as propostas da Agenda 2030 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015), considerando o contexto urbano cada vez mais extensivo (MONTE-MÓR, 2015).

Partiu-se da formação socioespacial da região para circunstanciar comunidades que praticam usos tradicionais, ligados ao manejo de recursos naturais, dentro do território da região metropolitana de Belém (RMB), e que tendem a ser associadas a níveis de precariedade pelas leituras oficiais. O cotejamento das metas da Agenda 2030 com o cotidiano dessas comunidades procurou expor a encruzilhada colocada ao país hoje: tratar tais comunidades a partir do ponto de vista das determinações do mercado e transformar suas populações em excluídos ou reconhecer seus potenciais e potencializar suas condições de produção por meio do compartilhamento de recursos, valorizando suas práticas de reciprocidade e solidariedade (POLANYI, 2000) alinhadas ao debate em curso em países pós-industriais, os quais tratam cada vez da esfera do comum (DARDOT; LAVAL, 2017).

A FORMAÇÃO DO URBANO HÍBRIDO AMAZÔNICO

Desde períodos pré-colombianos, a Amazônia possui comunidades profundamente integradas com a natureza. Souza *et al.* (2018) apontam estudos arqueológicos recentes na Amazônia que revelam achados de civilizações pré-colombianas interligadas com organizações urbanas complexas, desenvolvimento de sistemas de aproveitamento e distribuição de água e manejo da floresta. Durante a colonização portuguesa, o potencial da floresta provocou mudanças de planos significativas, como a substituição da proposta de implantação de monoculturas pela prática do extrativismo de coleta na região, mudança de curso viabilizada pela apropriação do conhecimento indígena. Aldeamentos religiosos e fortes militares permitiram o controle do território e de seus recursos humanos (índios) e naturais (drogas do sertão) e definiram a localização das cidades importantes, a exemplo de Belém, na foz da bacia amazônica, e de Manaus, na foz do rio Negro (BECKER, 2013; CORRÊA, 1987; GONÇALVES, 2005).

Desde essa época, a região foi posicionada na divisão internacional do trabalho como área de exploração de recursos naturais (COSTA, 2012), posição mantida durante o período de colonização brasileira, iniciado com a implantação das rodovias federais e do financiamento público às empresas pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam (BRASIL, 1971, 1974), ainda que segundo uma ótica diferente, pois o interesse mudou da exploração anterior de drogas do sertão – temperos, óleos, folhas, frutos e raízes – para a exploração de madeira, minério e hidroeletricidade.

No primeiro tipo, o extrativismo de coleta, a produção nativa alternou ciclos de produção para exportação e subsistência, e sempre garantiu o abastecimento de vilas e cidades próximas. Esse padrão foi identificado por Gonçalves (2005) como sistema rio-várzea-floresta e por Loureiro (2014) como um sistema rio-mata-roça-quintal. Caracterizava-se pela distribuição secular de assentamentos humanos nas margens de rios e igarapés, em pequenos agrupamentos ou em cidades. Os agrupamentos de poucas casas isoladas eram (são) ligados ao rio ou entre si por trapiches de madeira, viabilizando um portfólio de estratégias produtivas que dependia do rio (para pesca, obtenção de água, locomoção), do quintal (coleta de frutos, plantação de ervas medicinais, criação de animais), da roça (plantação de alimentos) e da mata (extrativismo, caça).

Após 1950, o Estado brasileiro instituiu o segundo tipo de extrativismo, o de aniquilação (COSTA, 2012), que converteu rios, florestas e a terra, de modo geral em mercadoria com potencial de lucro definido pela implantação de “grandes projetos” ligados à geração de energia, à mineração e às políticas colonizadoras. Gonçalves (2005) identificou esse novo padrão de organização do espaço como sistema estrada-terra firme-subsolo, associado à atração de mão de obra para a construção das obras de infraestrutura e à implantação de projetos de colonização ao longo das rodovias. O subsolo passou a servir para extração do minério, o solo para a derrubada da mata e implantação da pecuária, e os rios deveriam ser represados para produção de energia. Essa nova forma de apropriação assumiu o território da Amazônia como frente de expansão do capital, fronteira de exploração de recursos naturais e periferia do país, e modificou a forma de uso e ocupação das terras na Amazônia, antes devolutas (públicas sem uso destinado) e apropriadas pelos extrativistas de coleta (pescador-agricultor-extrator).

A mudança gerou uma superposição de tecnologias e de modos de vida na região, uma vez que a nova lógica de produção agrária extrativista concentrou seus empreendimentos fora das cidades, mas apoiados por uma rede logística e por alojamentos de elevado padrão urbanístico (*company towns*), e redefiniu o valor da terra rural e urbana. As políticas federais implantaram um urbano-industrial na Amazônia que prescindia das cidades existentes, mas as afetava por meio dos fluxos migratórios e pela reestruturação fundiária, alterando radicalmente o que existia até então.

Confirmou-se mais uma vez a condição de fronteira agrária e de exploração de recursos naturais, mas também de periferia do sistema capitalista (BECKER, 2013). O Gráfico 1 mostra como o crescimento da população rural no Pará há três décadas corresponde ao dobro do crescimento da população rural no país. Essa trajetória reflete o padrão de urbanização extensivo da região sobreposto a uma tradição de dispersão da população em pequenos núcleos (vilas, localidades e comunidades) e é complementada pelo crescimento da população urbana em ritmo duas vezes mais intenso do que a média do país desde a década de 1990.

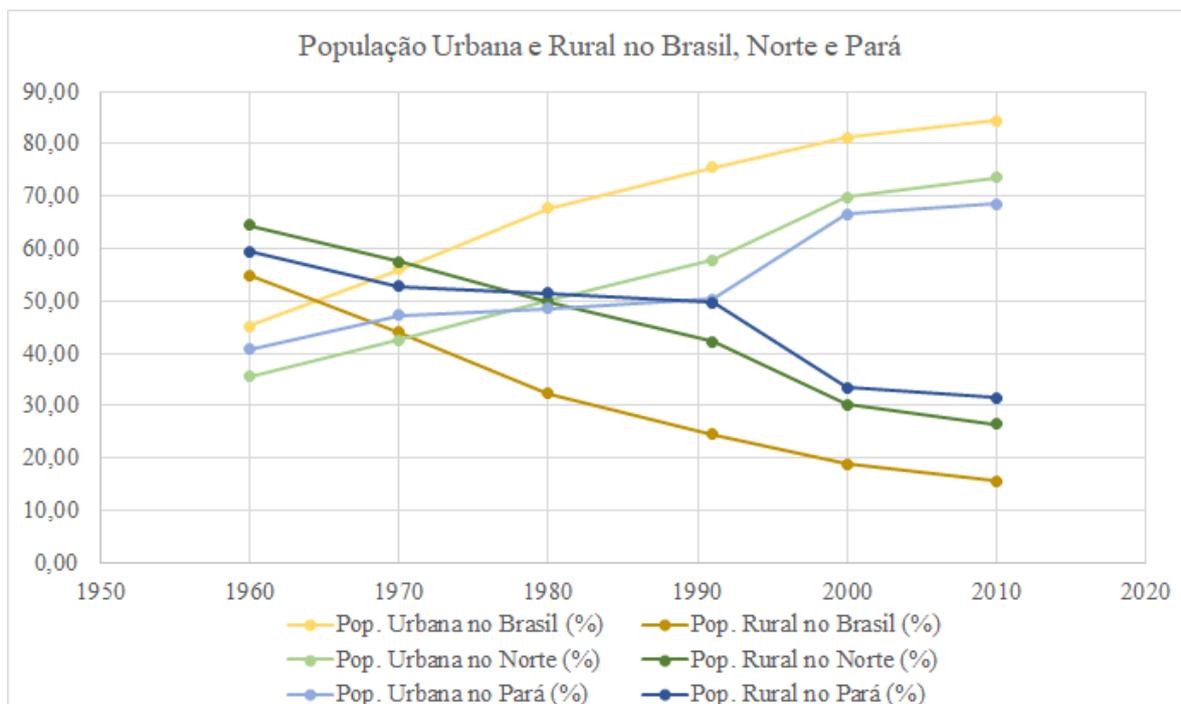


Gráfico 1: Evolução da população urbana, rural e total no Brasil, na Região Norte e no Pará de 1960 a 2010. Fonte: Elaborado pelas autoras. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Havia interesse geopolítico na região como fronteira física, o que justificou a atração de fluxos migratórios para preenchimento de um vazio demográfico, e o interesse econômico de transformá-la em fronteira de expansão do capital por meio da exploração de recursos naturais (LOUREIRO, 2014) e também em área de expansão do mercado interno, para a crescente industrialização do Centro-Sul do Brasil. Assim, os projetos de exploração de recursos naturais somados aos programas de colonização reestruturaram o campo e aumentaram significativamente o número de núcleos urbanos (CANO, 2002; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008).

Nesse contexto, as modernizações aconteceram conforme as características já destacadas por Santos (2013) como típicas de áreas subdesenvolvidas: de forma seletiva, abrangendo os territórios estratégicos, e incompleta e aberta, na medida em que ocorreram em ilhas que não se conectavam e deixavam seus interstícios fora do alcance dos novos benefícios (energia, estradas, fibra ótica, provisão de infraestrutura e melhores condições de moradia), criando um urbano extensivo na região (MONTE-MÓR, 2015), em período simultâneo ao fortalecimento do debate nacional sobre políticas urbanas e à estruturação de abordagens nacionais para o financiamento de habitação e saneamento, por exemplo, assumindo as necessidades e as condições de acesso da classe trabalhadora industrial (BONDUKI, 2004; MARICATO, 2001) que se articulavam às cidades de maior porte e aos espaços diferenciados pela modernização tecnológica.

De modo geral, as prioridades estabelecidas para a região foram determinadas pelo mercado, pelas agendas globais e por parâmetros universais, apesar da potência da natureza (rios gigantes, chuvas intensas, vegetação exuberante) e da manutenção de grande parte da população nativa, fora da lógica do mercado. As áreas não completamente convertidas pelo desenvolvimentismo de 1970/1980 inspiram o resgate das lições de Karl Polanyi (2000) sobre o caso da Ilha Trobriand na Melanésia Ocidental, onde esse autor compreendeu que a economia pode ser maior do que o mercado e identificou aspectos como a solidariedade e a reciprocidade como suportes da economia praticada fora do mercado.

Na Amazônia, as práticas locais baseavam-se no fato de a biodiversidade ser um recurso fundamental para populações locais desde tempos imemoriais – pautando tecnologias, estratégias de troca e de “produção” de pessoas (HECKENBERGER *et al.*, 2008), onde a gestão dessa biodiversidade era prioritária à acumulação típica do mercado, baseada na lógica da destruição de recursos naturais, para exploração rápida e lucrativa, na atração de novos trabalhadores para as frentes de trabalho e invisibilização dos camponeses nativos.

Com a chegada dos migrantes (colonos, pioneiros, operários), passaram a coexistir os modos de vida ditos “tradicionais” com outros pautados em uma lógica urbana já difundida em outras cidades brasileiras. A partir do contato entre os diferentes modos de vida surgiram as reexistências (GONÇALVES, 2005) ou novas formas de as populações nativas lidarem com as novas dinâmicas, sem perderem suas práticas tradicionais. Gonçalves (2005) cita os grupos ribeirinhos, quilombolas, indígenas, entre outros, evidenciando a articulação das lutas e permanências desses grupos em face de um contexto que tende a homogeneizar o espaço e as relações. Diga-se de passagem que esse processo não foi exclusivo da Amazônia e que mais de 20 grupos de populações tradicionais compartilham dessa trajetória no país (BRASIL, 2007b).

Nessa perspectiva, destaca-se na Amazônia a figura do caboclo – o camponês amazônico que genericamente representa o indivíduo que resultou da miscigenação entre povos indígenas e portugueses, e tempos depois com os migrantes nordestinos e africanos. Nativo da várzea, o caboclo desenvolveu atividades que interligam os elementos naturais, rio, floresta, solo, tornando-se produtor polivalente (GONÇALVES, 2005). Loureiro (2001) apresenta outra concepção do caboclo, como pessoas originadas da mistura entre índios e brancos que habitam em condição de relativo isolamento e possuem uma alimentação com comidas típicas (como peixe e farinha), compartilham festividades e danças em comum, relacionam-se com o ciclo da natureza (tempo de colher, tempo de pescar). Todas essas características conferem ao caboclo uma condição cultural própria, que não foi valorizada na nova fase de integração da Amazônia.

O êxodo do caboclo para a cidade transferiu para ela seus traços culturais e conhecimentos ligados ao manejo da biodiversidade. Entretanto, ao reproduzir na cidade os padrões socioespaciais habituais, o caboclo foi estigmatizado como ignorante, atrasado, incapaz, preguiçoso, primitivo. Esse simbolismo fez com que o modo de vida reproduzido nas comunidades integradas por indivíduos que dependem do manejo da biodiversidade fosse desconsiderado e excluído de políticas públicas urbanas (LOUREIRO, 2001) e resultou na oferta de políticas limitadas a um determinado perfil de população, tomado como hegemônico no país.

Apesar da trajetória de sucessivas colonizações, sempre existiram fortes sinais de resistência dos padrões caboclos de ocupação do território urbano, pautados pela interdependência entre pessoas e natureza (rios, biodiversidade, vegetação e solos), extrapolando a dicotomia clássica entre urbano e rural que regeu outras regiões durante o século XX. Segundo Fischer (2017), mesmo na Belém cosmopolita do século XIX, era comum a concessão de terras urbanas (inseridas na língua patrimonial da cidade) para fins considerados rurais (sítios e fazendas), que tiveram um protagonismo no atendimento das necessidades de produção de alimentos na cidade até os anos 1950. Até então, a preservação de massas vegetais e cursos d’água

nas áreas periurbanas ou nos interstícios entre assentamentos humanos (cidade, vilas e comunidades) atendia a múltiplas necessidades da população que chegava do interior (habitação, sustento, lazer etc.) e mantinha a conexão com o histórico de dispersão ancestral.

O resultado da mistura entre as formas antigas de ocupação e as novas formas implantadas a partir da “integração” da Amazônia foi uma sobreposição que julgava possível a rápida transferência para a região de um modo de viver e produzir típico dos grandes centros urbanos. A valorização da terra e o descolamento entre capacitação e a expectativa do mercado de trabalho com composição orgânica cada vez menos dependente de mão de obra criou uma série de pontos cegos nessa superposição, com a exclusão de grupos que praticavam agricultura e extrativismo e dependiam de áreas verdes e/ou proximidade com rios não poluídos para sua subsistência. A esse respeito, Gonçalves (2005) destaca que, ainda que para o Brasil o termo Amazônia seja singular, para os seus habitantes é plural e engloba múltiplas vivências tanto no meio rural quanto no urbano.

Em meio a esses processos socioeconômicos, ambientais e culturais, a integração produtiva ampliou o alcance de políticas federais na Amazônia Ocidental. No caso das cidades, houve maior difusão das políticas urbanas clássicas (transporte, habitação, saneamento e regularização fundiária), na medida em que o fluxo migratório direcionado para assentamentos rurais demandou também suporte de pequenas cidades e mais tarde, com a crise econômica dos anos 1970 e 1980, foi direcionado para Belém e para as cidades médias (TRINDADE JR., 1998; SPOSITO; SPOSITO; SOBARZO, 2006). O influxo migratório intenso modificou a composição da população, levou a um crescimento urbano acelerado, não acompanhado por oportunidades de trabalho para nativos e migrantes, que no decorrer de duas gerações sofreram um distanciamento da natureza. Diante dessa alienação, os padrões espaciais de expansão urbana alternaram entre a ocupação informal, semelhante à observada em outras metrópoles do país, e as práticas formais (oficiais ou privadas), cada qual, a sua maneira, com grande poder de degradação (CARDOSO; MIRANDA; ROCHA, 2016).

Em Belém, paradoxalmente, a ação do setor público na produção habitacional para trabalhadores assalariados nos anos 1970 resultou no desalojamento de comunidades nativas (PARACAMPO, 1992), tornou o mercado de terras mais excludente e levou à intensa contaminação de rios por esgotos não tratados, comprometendo a sobrevivência de grupos que dependiam da biodiversidade na cidade (MIRANDA; CARDOSO, 2016). Essas práticas foram absorvidas pela ação do setor privado, e, desde os anos 1990, empreendimentos imobiliários, mesmo quando de alto padrão, reproduziram a degradação ambiental (CARDOSO; MIRANDA; ROCHA, 2016). A crença de que a natureza é passiva e abundante e o desconhecimento de que houve constante ação humana (de populações nativas) no seu manejo levaram à absorção de práticas importadas de outros contextos socioambientais, inadequadas e insuficientes, para as condições socioambientais locais. Nesse contexto, a exclusão passou a ser produzida pela falta de acesso à terra urbanizada e ao trabalho formal em um extremo, e pelo desaparecimento de espaços que permitissem o manejo da biodiversidade (áreas alagáveis, áreas periurbanas) no outro.

As mudanças ocorridas regionalmente negligenciaram, em grande medida, o que acontecia dentro das cidades, transformadas em espaços de múltiplas vivências. O rápido crescimento urbano não foi acompanhado por pleno acesso a emprego por nativos e migrantes, o que culminou na reprodução de informalidade e precariedade socioespacial, com aumento da pobreza, ocupação de áreas ambientalmente frágeis, progressivamente adensadas e degradadas. Maricato (2001) aponta que o acesso desigual à terra e a concentração de renda resultam em ocupação precária de áreas ambientalmente frágeis e em vulnerabilidade física, social e econômica da população excluída do mercado de terras, ainda que absorvida pelo mercado informal de trabalho. Na Amazônia, esse processo gerou rápida expansão de mancha urbana, desmatamento, poluição de rios urbanos, erosão e assoreamento de grandes rios, e resultou no desmemoriamento (alienação) da população, que assimilou rapidamente

os valores exógenos de produção e consumo. Nesse panorama, destaca-se que a RMB é a região metropolitana brasileira com maior quantidade de domicílios em áreas de assentamento precário. Segundo o Censo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010a), a RMB apresentava 53,9% de sua população vivendo em aglomerados urbanos subnormais e 52,5% dos domicílios particulares ocupados estavam localizados nessas áreas.

O QUE REALMENTE IMPORTA?

Neste texto, o foco em áreas onde há práticas de usos rurais na cidade advém da hipótese de que suas populações tendem a cumprir funções sociais e ambientais, que são negligenciadas pelos setores público e privado, cuja ação é orientada majoritariamente pelas determinações do mercado, pela técnica e pelo binário público-privado. Segundo Tonucci Filho (2017), os processos socioespaciais reais ajudam a revelar injustiças que só poderão ser resolvidas quando houver algum grau de subordinação dos interesses tanto do mercado quanto do setor público ao interesse comum, como “vacina” para a despolitização da apropriação privada de bens comuns (terra, ar, água) e invisibilização de seus impactos socioambientais. No caso da RMB, estes últimos são justificados pela lucratividade auferida por acumulação primitiva – obtida quando há conversão de uso da terra de rural em urbana, combinada com a associação entre setor imobiliário e capital financeiro (ROLNIK, 2015).

Sob tais determinações, quaisquer áreas ainda não urbanizadas só podem existir enquanto se constituem em reservas de valor, sem que importe a falta de articulação sistêmica entre escalas de decisão (global, regional e local) ou as assimetrias históricas entre grupos sociais (SWYNGEDOUW, 2011). Enquanto isso, o acesso aos recursos naturais tende a ser resignificado como acesso a uma natureza idealizada e disciplinada (o parque, o clube, o jardim, a praia), cada vez mais mediado pela renda diante da crescente privatização da cidade neoliberal, o que exclui definitivamente milhares de indivíduos que contam com saber acumulado sobre como manejar a biodiversidade na região e poderiam ter um papel-chave na ampliação da luta pelo direito à cidade, articulando o acesso ao urbano e o acesso a recursos naturais na cidade (HORN; CARDOSO; ALENÇON, 2018), mas que prosseguem sub-representados em todas as políticas públicas.

No contexto amazônico, a presença de água e vegetação oferece ganhos para toda a coletividade urbana, como o controle do microclima, a absorção de água de chuvas, a prevenção de inundações e desestruturação do solo que são potencializados pela manutenção de interstícios verdes ou corredores de biodiversidade (MOREIRA, 2018). Embora não haja consenso sobre o processo de mudanças climáticas, há consenso sobre a intensificação de eventos extremos no planeta, os quais têm afetado de forma mais grave as populações mais vulneráveis (BUENO, 2013), e em Belém as populações mais vulneráveis são justamente aquelas que passaram a ocupar áreas alagáveis mantidas fora do mercado, em um primeiro momento oriundas do interior do estado e mais recentemente compostas por comunidades que migram dentro da RMB mediante avanço da mancha urbana (MIRANDA, 2018).

A partir desse posicionamento teórico, os quatro casos investigados foram enquadrados nas metas da Agenda 2030, reconhecida como um esforço de pactuação entre os diversos setores da população global (ver Quadro 1) para objetivar outros potenciais possíveis. Os quatro casos são: a Ilha do Combu, localizada em APA (Área de Proteção Ambiental) preservada de Belém; a comunidade do Cajueiro localizada na porção já urbanizada da Ilha de Mosqueiro, em Belém; a Comunidade Quilombola de Abacatal, localizada em área periurbana de Ananindeua, estabelecida desde o século XVII; e a Associação de Produtores da Terra Firme (APTF), remanejada de uma área de várzea de Belém para terras da Central de Abastecimento do Estado do Pará (Ceasa).

A ONU reconheceu a necessidade de equilíbrio entre aspectos sociais, ambientais e econômicos desde a publicação em 1987, do relatório *Nosso Futuro Comum*, que difundiu a expressão desenvolvimento sustentável; a partir daí a ONU tem procurado operacionalizar esse propósito por meio de um conjunto de iniciativas, em 1992 apresentou um conjunto de propostas de ações para a implantação do desenvolvimento sustentável na Conferência Rio 92 - a Agenda 21, no ano 2000, apresentou parâmetros quantitativos e metas para os países nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, com foco na erradicação da pobreza, e redução de desigualdades; em 2012, o Relatório *O Futuro que Queremos*, gerado na Conferência Rio+20, propôs metas ainda mais específicas para o desenvolvimento sustentável do planeta; em 2015, a ONU editou o documento *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, com dezessete objetivos, subdivididos em 169 metas para estimular quatro aspectos: planeta, prosperidade, paz e parcerias.

A agenda 2030 avançou no sentido de propor a busca de ações contra as mudanças globais do clima, apoiar a agricultura sustentável e provisão de direitos básicos como saneamento, além do apoio ao trabalho e crescimento econômico, indústria, inovação e infraestruturas, e do foco dos documentos anteriores na erradicação da pobreza, educação inclusiva, igualdade de gênero, saúde, e busca de soluções ambientalmente adequadas e de novos formatos de parcerias.

Quadro 1: Ações da ONU de 1987 a 2030.

Fonte: Plataforma Agenda 2030. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/sobre>. Acesso em: 10 nov. 2018.

Os territórios das comunidades estudadas estão sob constante pressão por conversão de uso. A Figura 1 localiza as comunidades e mostra a proximidade do Combu em relação ao centro de Belém, que, somado à facilidade de acesso fluvial, tornou a ilha um local turístico para moradores da parte continental, com a instalação de restaurantes. A ilha é vista como um espaço de lazer e como espaço para expansão urbana pela elite continental, sem atentar para as funções sociais e ambientais que desempenha. No caso do Abacatal, a própria prefeitura pretende designar a área como de expansão urbana, e há planejamento para a construção de uma rodovia atravessando a comunidade, enquanto os conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida no entorno poluem o rio com esgoto. No Cajueiro, o adensamento e a supressão vegetal progressivos eliminam espaços verdes usados para sociabilidade e extrativismo, o adensamento ocorre para fim residencial e comercial, já que um supermercado instalou trapiche e galpão de apoio à pesca industrial dentro da comunidade, aproveitando-se da informalidade. Por fim, em 1980, a APTF foi retirada de área de várzea que cultivava na estação seca, e essa área foi ocupada por migrantes para fins habitacionais em período de cheia e remanejada para as terras da Ceasa, com concessão de terra para plantio, sem local para moradia.



Figura 1: Mancha urbana conurbada, áreas vegetadas e aglomerados subnormais na RMB. Fonte: Ministério das Relações Exteriores (1936), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010b), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (2013), Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (2012) e Geo Catálogo do Ministério do Meio Ambiente (2015). Mapa elaborado pelas autoras.

Conforme o exposto no Quadro 2, observou-se que, dos 17 objetivos propostos, pelo menos nove são contemplados pelas comunidades, e, com apoio e regulação favorável, há potencial de avanço em outros. Há atendimento por parte das quatro comunidades dos objetivos 1, 2, 3, 4, 8, 11, 12 e 15, a saber: erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável, boa saúde e bem-estar, educação de qualidade, trabalho decente com crescimento econômico, consumo e produção responsáveis, e vida terrestre. As comunidades das ilhas (Combu e Cajueiro) também atendem ao objetivo 14, vida na água, diante de seu suporte à preservação da vida nos rios. O critério para superação da pobreza é atendido fora do mercado, no âmbito da economia popular, com práticas extrativistas de coleta (Combu), pesca (Combu, Cajueiro) e agricultura (Abacatal, APTF).

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	ILHA DO COMBU	COMUNIDADE DO CAJUEIRO	COMUNIDADE QUILOMBOLA DE ABACATAL	ASSOC. DE PRODUTORES DA TERRA FIRME (APTF)
1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA	✓	✓	✓	✓
2 FOME ZERO	✓	✓	✓	✓
3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR	✓	✓	✓	✓
4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	✓	✓	✓	✓
5 IGUALDADE DE GÊNERO				
6 ÁGUA LIMPA E SANEAMENTO				
7 ENERGIA ACESSÍVEL E LIMPA				
8 EMPREGO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÔMICO	✓	✓	✓	✓
9 INDÚSTRIA INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA				
10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES				
11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	✓	✓	✓	✓
12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS	✓	✓	✓	✓
13 COMBATES ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS				
14 VIDA DEBAIXO D'ÁGUA	✓	✓		
15 VIDA SOBRE A TERRA	✓	✓	✓	✓
16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES FORTES				
17 PARCERIAS EM PROL DAS METAS				

Quadro 2: Verificação do atendimento dos objetivos da Agenda 2030 pelas comunidades estudadas.
Fonte: Elaborado pelas autoras.

Todas as comunidades asseguram condições de reprodução da vida por meio de práticas ligadas ao ambiente natural. Na Ilha do Combu, uma das 39 ilhas de Belém, o extrativismo de coleta do açaí é atividade econômica predominante para subsistência e venda de eventual excedente, garantindo boa alimentação e qualidade de vida. Na comunidade do cajueiro, a pesca artesanal garante renda e boas condições de alimentação à população local. A Comunidade Quilombola de Abacatal possui diversas atividades econômicas como fruticultura, piscicultura, artesanato, extrativismo, produção de carvão e de derivados da mandioca (farinha d'água, farinha de tapioca, goma e tucupi), para consumo das famílias e venda do excedente na feira do produtor, organizada pelos próprios comunitários na feira de Ananindeua. A APTF vende hortaliças diretamente na Ceasa-PA.

Quanto aos objetivos 3, 4 e 11, a saber: saúde e bem-estar, educação de qualidade e cidades e comunidades sustentáveis, todas as comunidades têm acesso a serviços de saúde e educação formal até pelo menos o ensino fundamental; no Combu e no Abacatal, o acesso ao ensino médio depende do deslocamento para os centros urbanos, e, nesse contexto, ocorre a ruptura com os valores das comunidades, porque o ensino disponível não contempla conteúdos associados às práticas tradicionais dessas comunidades. Em todos os casos, há baixa densidade populacional, porque o espaço ocupado com moradia é uma pequena fração do território necessário para o suporte de todas as atividades das comunidades. No Combu, a moradia é distribuída na margem do rio, enquanto no Abacatal as famílias vivem ao longo da estrada de

acesso com barreiras de vegetação criando a privacidade necessária. Em todas as comunidades estudadas, as práticas de lazer são diretamente ligadas à natureza, e o rio é ponto de encontro e lazer de todas as faixas etárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dinâmicas territoriais na Amazônia têm seguido determinações de mercado e reproduzido os processos de exclusão típicos da urbanização capitalista. Nas cidades, o crescimento acelerado e improvisado tem transformado soluções vernáculas em assentamentos informais ordinários e reduzido a presença de rios e vegetação na cidade, com implicações sociais e ambientais importantes. Embora os dados oficiais não capturem os nuances da informalidade, a pesquisa de campo revela que as comunidades que conseguem manter o vínculo com recursos naturais no ambiente metropolitano experimentam condições de vida não sujeitas a risco físico, vulnerabilidade à fome e privação, e acessam serviços de saúde e educação. Contudo, há riscos de desestruturação dessas comunidades por pressões externas, em face de disputa pela terra para urbanização. Esse movimento ocorre a partir da intervenção de órgãos públicos e do setor imobiliário, assim como da ação de agentes nas comunidades (mudança de uso e adensamento). Esse fenômeno resulta na perda de biodiversidade e de serviços ambientais, no aumento de emissões de CO² na produção de alimento, na maior vulnerabilidade dessas populações e no agravamento de problemas sociais.

Este cotejamento pretende destacar que o processo de expansão urbana desenfreada é uma questão ambiental e social que precisa ser devidamente contestada como um problema político, de assimetria e exclusão da cidade daqueles que já foram excluídos do campo. O apoio a essas comunidades na RMB seria um valioso laboratório para o desenvolvimento de soluções urbanas compatíveis com o bioma amazônico a serem replicadas em outros centros da região. Esse apoio viria do fortalecimento de uma agenda educacional, de inovação tecnológica, do reconhecimento da sociobiodiversidade como condição de cidadania e especialmente da criação de institucionalidades que assumissem essas áreas como parte de corredores de biodiversidade, terra e água, a serem preservados e manejados para o máximo bem comum, acima das imposições da propriedade privada.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- BECKER, B. *A urbe amazônida*. São Paulo: Garamond, 2013.
- BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil: a arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- BONILHA, P. (ed.). *Periurbanos: contribuições para a política de desenvolvimento urbano no Brasil*. Belém: Fase, 2011.
- BRASIL. Lei n. 5.727, de 4 de novembro de 1971. Institui o I Plano Nacional de Desenvolvimento. Brasília, DF, 1971.
- BRASIL. *II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)*. Brasília: Imprensa Oficial, 1974.

- BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF, 2001.
- BRASIL. *Plano diretor participativo*: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: Ministério das Cidades, 2004.
- BRASIL. Decreto n. 5.790, de 25 de maio de 2006. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades – Concidades, e dá outras providências. Brasília, DF, 2006.
- BRASIL. Lei n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Brasília, DF, 2007a.
- BRASIL. Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF, 2007b.
- BRASIL. Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Brasília, DF, 2009.
- BRASIL. Lei n. 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Institui diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Brasília, DF, 2012.
- BRASIL. Lei n. 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentamentos da reforma agrária e sobre a regularização fundiária do âmbito da Amazônia Legal. Brasília, DF, 2017.
- BUENO, L. A adaptação da cidade às mudanças climáticas: uma agenda de pesquisa e uma agenda política. In: OJIMA, R.; MARANDOLA, E. *Mudanças climáticas e as cidades*: novos e antigos debates na busca da sustentabilidade urbana e social. São Paulo: Blucher, 2013. v. 1, p. 23-56.
- CANO, W. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2002.
- CARDOSO, A. C.; MIRANDA, T. O caráter seletivo da degradação ambiental na área de expansão de Belém (PA). In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS – URBFAVELAS, 2., 2016, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. p. 1-11.
- CARDOSO, A. C.; MIRANDA, T.; ROCHA, P. Da degradação à elitização: processos de exclusão social e ambiental em Belém. *Revista Terceira Margem Amazônia*, v. 2, p. 139-166, 2016.
- CASTRO, V. *et al.* Os vazanteiros, a agricultura de vazante e as barragens da destruição no Médio Rio Tocantins: perspectivas etnoecológicas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 26, p. 65-102, 2018.
- CORRÊA, R. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 39-68, jul./set. 1987.

- COSTA, F. A. *Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970)*. Belém: Naea, 2012.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *Comum: um ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. *Rodovias do Brasil*. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/mapas-multimodais/shapefiles>. Acesso em: 23 maio 2018.
- FISCHER, L. *Análise dos aforamentos municipais concedidos entre 1815 e 1930*. São Paulo: Acquerelo, 2017.
- GEO CATÁLOGO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Imagem RapidEye. Brasília, 2015. Disponível em: <http://geocatalogo.mma.gov.br/>. Acesso em: 20 jun. 2016.
- GONÇALVES, C. W. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2005.
- HECKENBERGER, M. J. *et al.* Pre-Columbian urbanism, anthropogenic landscapes, and the future of the Amazon. *Science*, v. 321, n. 5893, p. 1214–1217, 2008.
- HORN, P.; CARDOSO, A. C.; ALENÇON, P. A. Introduction. In: HORN, P.; CARDOSO, A. C.; ALENÇON, P. A. *Emerging urban spaces: a planetary perspective*. Cham: Springer, 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões de influência das cidades 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 201 p. 1 CD-ROM.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. 2010a. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 out. 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Aglomerados subnormais. 2010b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geocienciasnovoportal/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=downloads>. Acesso em: 23 maio 2018.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. *Malha viária da região metropolitana de Belém (RMB)*. Belém: Idesp, 2012. CD ROM.
- LOUREIRO, J. J. *Obras reunidas – cultura amazônica: uma poética do imaginário*. São Paulo: Escrituras, 2001.
- LOUREIRO, V. *Amazônia: estado, homem, natureza*. 3. ed. Belém: Cultural Brasil, 2014.
- MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. v. 1.
- MARQUES, E. *et al.* (coord.). *Assentamentos precários no Brasil urbano*. Brasília: Cebrap, Ministério das Cidades, 2007.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Traçado 1ª Léguas Patrimoniais*. Belém: Comissão Demarcadora de Limites, 1936.

- MIRANDA, T. *Interfaces do verde metropolitano: estudo para a criação do sistema de áreas verdes para a região metropolitana de Belém*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- MIRANDA, T.; CARDOSO, A. C. *Compreendendo o espaço público da área de expansão de Belém a partir de cartografias e análises morfológicas*. Belém: UFPA, 2016. Relatório final de Pibic/FAU.
- MONTE-MÓR, R. L. Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. *In: COSTA, G. M.; COSTA, H.; MONTE-MÓR, R. L. Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.
- MOREIRA, F. *Análise socioambiental do município de Belém, Pará: elementos para uma sustentabilidade urbana*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. ONU, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 1º nov. 2018.
- PARACAMPO, M. V. *Cidad(e)ania e Direito de morar: a prática das ocupações coletivas e o movimento de posseiros da área de Jaderlândia, Ananindeua, PA*. 1992. Dissertação (Mestrado Planejamento e Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Belém, 1992.
- POLANYI, K. *A grande transformação*. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 2000.
- ROLNIK, R. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SANTOS, M. A especificidade do espaço nos países subdesenvolvidos. *In: SANTOS, M. O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo: Edusp, 2013.
- SOUZA, J. G. *et al.* Pre-Columbian earth-builders settled along the entire southern rim of the Amazon. *Nature Communications*, v. 9, n. 1125, p. 1-10, 2018.
- SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. A. *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. v. 1.
- SWYNGEDOUW, E. ¡La naturaleza no existe! La sostenibilidad como síntoma de una planificación despolitizada. *Urban*, NS01, p. 41-66, 2011.
- TONUCCI FILHO, J. B. M. *Comum urbano: a cidade além do público e do privado*. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- TRINDADE JR., S. *A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana*. 1998. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- VILLAÇA, F. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR*, 7. 1997, Recife. *Anais [...]*. Recife: Anpur, 1997. p. 1375 - 1385.

O Campo Urbano

The Urban Camp

El Campo Urbano

Celma Paese. Doutora em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. Docente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) e Mestrado em Projeto de Arquitetura e Urbanismo da UniRitter. E-mail: celmapaese@gmail.com

Resumo

A busca pela coexistência urbana frequentemente encontra em seu caminho altos muros, oceanos em tempestade e abismos intransponíveis, que impedem a abertura das portas da alteridade. A cruel biopolítica contemporânea serve-se da manipulação do poder para sectionar territórios, dividindo, excluindo e impedindo o reconhecimento entre diferentes. O artigo inicia com uma brevíssima análise sobre o surgimento da biopolítica moderna no século XX, por meio da separação do humanitário e do político, e comenta como a segregação na cidade foi se configurando, até o surgimento do campo como nómos espacial contemporâneo. O reconhecimento do campo na cidade é cartografado pelas situações espaciais que dividem a cidade em territórios "estrangeiros". No final, o texto chama a atenção da responsabilidade dos arquitetos como agentes de mudanças de paradigmas espaciais e espacialidades¹.

Palavras-chave: Cartografia da hospitalidade; Arquitetura e desconstrução; Projeto de arquitetura e urbanismo.

Abstract

The search for urban coexistence often finds in its way high walls, stormy oceans and insurmountable gulfs, which prevent the opening of the doors of otherness. The cruel contemporary biopolitics uses the manipulation of power to divide territories, splitting, excluding and preventing recognition between different. The article begins with a brief analysis of the emergence of modern biopolitics in the twentieth century, through the separation of the humanitarian and the political, and comments on how the segregation on city was shaping up, until the emergence of the human field as a nómos of the contemporary space. The recognition of the human field in town is mapped by the spatial situations that divide the city into "foreign" territories. In the end, the text draws attention to the responsibility of architects as agents of changes in spatial paradigms and spatialities.

Keywords: Cartography of hospitality; Architecture and deconstruction; Architectural and urban design.

¹ Este artigo é baseado no texto original do capítulo "Des-acolher", da tese *Contramapas do acolhimento*, de Celma Paese (2016).

Resumen

La búsqueda por la coexistencia urbana a menudo encuentra en su camino altas barreras, oceanos en tempestad y abismos infranqueables, que impiden la apertura de las puertas de la alteridad. La cruel biopolítica contemporánea se sirve de la manipulación del poder para seccionar territorios, dividiendo, excluyendo e impidiendo el reconocimiento del excluido por lo incluido y viceversa. El artículo empieza con un breve análisis sobre el surgimiento de la biopolítica moderna en el siglo XX, a través de la separación de lo humanitario y de lo político y comenta cómo la segregación en la ciudad fue configurándose, hasta el surgimiento del campo como nómos espacial contemporáneo. El reconocimiento del campo en la ciudad es cartografiado por las situaciones espaciales que dividen la ciudad en territorios "extranjeros". Al final, el texto llama la atención de la responsabilidad de los arquitectos como agentes de cambios de paradigmas espaciales y espacialidades.

Palabras clave: Cartografía y hospitalidad; Arquitectura y desconstrucción; Proyecto de arquitectura y urbanismo.

O CAMPO

No século XX, Hitler, obcecado pela afirmação de uma suposta superioridade estética da raça ariana, impôs uma política segregacionista e xenófoba confinando e assassinando em massa milhares de seres humanos considerados inadequados para seus propósitos. Comandando o *Reich* Nacional Socialista, inaugurou a era da biopolítica moderna, integrando, com seu programa de purificação racial, a política com a medicina; ao assumir a postura de preservação e cuidados com o “corpo biológico da nação”, Hitler e seus aliados distorceram para seus próprios fins os conceitos científicos relacionados à genética. Considerando que a herança biológica é um destino, os cientistas do Reich justificavam a “solução final” como uma estratégia para torná-los os senhores desse destino. Baseados na manipulação de leis e utilizando a polícia como um agente executivo da ordem política, consagraram a tutela da vida como sinônimo da luta contra o inimigo. Ao declararem que só o cidadão de raça ariana comprovada seria um cidadão a título pleno, destituíram aos poucos quem não interessava de todo e qualquer direito civil. No final, enviaram-nos aos campos de concentração e extermínio a fim de concretizar a “solução final”.



Figura 1: Comunidade. Collage eletrônica, 2016.
Fonte:Elaborada pela autora.

Desde então, o humanitário e o político separaram-se, e essa fissura jamais parou de crescer. Agamben (2002, p. 173) considera o *Homo Sacer* – o ser humano que pode ser morto impunemente por não ter gestão sobre o direito de preservação da própria vida – como o produto desse descolamento. Para o filósofo, o seu hábitat natural é o campo urbano, espaço que é o desdobramento do campo de concentração nazista. O campo urbano é um espaço de exceção de abrangência territorial, em que toda a forma de vida pode ser capturada e excluída de seus direitos, sem sobreaviso e

impunemente. O seu ordenamento acontece sem localização e, portanto, torna-se uma localização sem ordenamento. A entrada no campo significa a definitiva exclusão da comunidade dos incluídos. Colocada no mais absoluto espaço biopolítico, o direito à vida de seus habitantes não pertence mais a cada um, mas ao governante do território.

Quando o sistema político não ordena mais as formas de vida e todas as normas podem ser virtualmente capturadas, o campo passa a existir como matriz oculta da biopolítica urbana, estabelecendo-se como paradigma espacial biopolítico do Ocidente, lugar que antes era ocupado pela cidade. O que acontece nos campos supera todas as expectativas do conceito jurídico de crime: o campo é o lugar da mais absoluta conditio inhumana que se tenha dado sobre a Terra. Esse é o fato que contou no passado para a memória da humanidade e hoje conta para a cidade contemporânea.

O CAMPO COMO NÓMOS ESPACIAL

Em vez de definir o campo a partir dos eventos que se desenrolam em seu espaço, o presente estudo investiga como a sua espacialidade se formou por meio do desenvolvimento da estrutura jurídico-política. Veremos, assim, o campo não como um fato histórico do passado ou como uma exceção de uma regra, mas como a matriz oculta, o nómos do espaço político contemporâneo. É importante salientar que as populações confinadas nos campos sempre são civis, vítimas de um estado de exceção e da lei marcial. Esse fato é evidente no regime nazista, em que a base jurídica para o internamento no campo não era o direito comum, mas a *Schutzhaft*, palavra que significa literalmente “custódia preventiva”: esse estatuto jurídico de derivação prussiana era utilizado pela justiça nazista, como “medida policial preventiva”, quando lhe interessava. A *Schutzhaft* possibilitava à polícia “tomar sobre custódia” pessoas que, independentemente de sua conduta, poderiam vir a se tornar inimigos do Estado². Seu fundamento jurídico era a necessidade de proclamação do estado de exceção, o que possibilitava suspender imediatamente as liberdades pessoais, o que possibilitou a instauração do Estado nacional-socialista.

E assim aconteceu em 28 de fevereiro de 1933: por esse instrumento jurídico, os nazistas tomaram o poder e suspenderam, por tempo indeterminado, os artigos da Constituição que garantiam a liberdade pessoal, a liberdade de expressão e de reunião, a inviolabilidade do domicílio e o sigilo postal telefônico. Por meio do decreto que chamaram de *Verordnung zum Schutz von Volk und Staat* – Portaria para a Proteção das Pessoas e do Estado –, seguiram o processo, que vigorou durante os 12 anos de existência do Terceiro *Reich*. A situação peculiar é justificada pelos juristas alemães da época, por uma expressão paradoxal: “*einem gewollten Ausnahmezustand*” que significa “um estado de exceção desejado” (AGAMBEN, 2002, p. 175). O processo de construção da relação entre estado de exceção e campo de concentração é o que proporciona o correto entendimento da natureza do campo: a “proteção” da liberdade que está em questão na *Schutzhaft* é, ironicamente, a proteção contra suspensão da lei que caracteriza a emergência. Desligando a *Schutzhaft* do conceito de estado de exceção no qual se baseava, ela passa a ser a regra do ordenamento espacial do dia a dia daquela sociedade, adquirindo uma disposição espacial permanente.

² Sobre a origem da *Schutzhaft*, ver Agamben (2002, p. 174).

Ao entrar no campo, a vida torna-se nua, e a pessoa é reduzida a *Homo Sacer*, condição que passa a se confundir virtualmente com o cidadão. É no campo que a política torna-se biopolítica: a “vida nua” em que os habitantes do campo se transformam é, antes de tudo, uma situação-limite em que o direito transmuta-se em fato e o fato em direito. No campo, os dois planos tendem a tornar-se indiscerníveis, e as decisões biopolíticas são soberanas, a ponto de não haver diferença nos atos praticados com os “corpos biopolíticos”, em fato e direito. Nesse espaço paradoxal, não existe a mínima possibilidade de discernir e decidir sobre o que é fato e direito, norma e aplicação, exceção e regra. São decisões tomadas incessantemente pelo poder de polícia, a qual, por sua vez, se confunde com a política. O espaço do campo é, portanto, a materialização do estado de exceção.

Aos poucos, o campo foi ampliando o seu papel. O descolamento crescente entre o nascimento humano e o Estado – nação impôs-se como fato na política contemporânea e o espaço que chamamos de campo como o seu resíduo. De dispositivo de confinamento e extermínio humano passou a existir como matriz oculta espacial da biopolítica ocidental. O campo é o quarto e inseparável elemento que veio a juntar-se à velha trindade Estado-nação-território, rompendo-a. Nessa nova e estável disposição espacial, o velho nómos é questionado não em sua localização, mas em seu nascimento, ao inscrever a vida nua em seu interior. Isso significa que o campo passa a ser o novo regulador oculto da inscrição da vida no ordenamento, o que pode ser o sinal da impossibilidade do sistema de funcionar sem transformar-se em uma máquina letal: a norma é indiscernível da exceção.

A situação espacial de campo na cidade é reconhecida quando a matriz oculta da biopolítica do campo surge à luz e torna-se regra – no início de maneira velada – quando a cidade passa a conter em seu interior uma situação espacial em que todas as formas de vida e todas as normas de sobrevivência podem virtualmente ser capturadas. O processo de ordenamento da vida na cidade passa a entrar em um processo de deslocamento e deriva, em que as leis de convivência da urbe não mais funcionam. Cidade e casa passam a ser indiscerníveis, e a possibilidade de distinção entre corpo biológico e corpo político, entre o que é comunicável e mudo e o que é comunicável e dizível é tolhida para sempre, tornando a vida nua, sem qualquer mediação. Essa realidade hoje se encontra – de maneira velada e já nem tanto – nas ruas de grandes cidades, nas periferias urbanas, nas comunidades e favelas. Ainda devemos citar os campos de refugiados, nas periferias das grandes metrópoles, em sua maioria exemplos claros de espaço de *conditio inhumana* fora de zona de guerra. São espaços urbanos onde o *Homo Sacer* confunde-se virtualmente com o cidadão.

ESTRANGEIROS, DESTERRADOS, ABANDONADOS E A ELITE GLOBAL

Porém, não são todos os seres humanos que estão expostos explicitamente ao *apartheid* urbano contemporâneo. Agamben (2002, p. 183-184) estabelece, em seu estudo sobre o campo, a fragmentação dos seres humanos, duas partes, apesar de um mesmo termo denominar tanto o sujeito político construtivo quanto a classe que, de fato, se não de direito, é excluída da política: a diferença está no uso da letra maiúscula ou minúscula no início da palavra. O conjunto Povo designa os cidadãos incluídos no sistema social e gozando de plenos direitos biopolíticos, portanto os incluídos. Já o conjunto povo designa a multiplicidade fragmentária de corpos carentes e excluídos, sem esperança de uma inclusão social plena. A mídia espetacular adestra o Povo a aceitar somente determinada linguagem estética vendida como aceitável, “recortando” e “descolando” de seu universo o diferente. O excluído dos padrões

estéticos espetaculares é literalmente hostilizado e empurrado para longe da “cidade oficial”: quem não é visto não é lembrado e, portanto, não incomoda.

O imenso bando do povo excluído é composto de pessoas com um destino em comum: de alguma maneira, deixaram para trás seus mortos e sua língua, em busca de um futuro melhor. Inesperadamente, suas esperanças foram encurraladas no círculo vicioso do empobrecimento e da miséria, à mercê dos acontecimentos e prisioneiros do acaso, abandonados pela esperança. Suas comunidades nascem do acolhimento de espaços antes abandonados, ignorados, que ali estabelecem seu “lugar de afeto”. Desconstruindo sentidos, dogmas e paradigmas, os primeiros que ali encontram uma resposta ao seu caminho de errância vão acolhendo os que chegam: famílias, bandos e solitários esquecidos; refugiados, pobres e desvalidos; desempregados que viraram sucatas. Buscam “uma nova chance” no espaço eleito como terra de asilo. Enquanto os terrenos são ocupados sem um controle de uso do solo, as casas e os edifícios determinam os territórios por cômodos. As conexões entre as heterogeneidades humanas constroem espaços antropomórficos que exibem, na multiplicidade de suas diferentes expressões estéticas, a sua política de acolhida. São referências espaciais peculiares, em que a criatividade é a prática essencial para driblar a rigidez da estrutura social que exclui essas pessoas. Os lares são mobiliados com móveis quebrados, ruínas e restos de construção. São arquiteturas e pessoas consideradas resíduos, rodeadas de semelhantes de toda a espécie, sujeitos excluídos até do desprendimento da matéria.

Driblar a exclusão é também reagir a ela: favelas, ocupações e invasões são comunidades com sua organização própria. As suas formas de governo e hierarquização espacial, juntamente com as variáveis de ação e comportamento de poder utilizados para impor domínio sobre seus territórios, são as que regem as leis da hospitalidade praticada. Geralmente, ela é clara: os considerados “estrangeiros”³ são os incluídos no Povo em seu território de origem, onde excluem quem não interessa. Estrangeiros só são bem-vindos nas comunidades quando são convidados a entrar, sob a pena de colocarem em risco a própria vida. A manipulação da incerteza é uma aliada, essência e o desafio primário da luta pelo poder e influência dentro de suas estruturas espaciais. A internet e as tecnologias de controle de presença, aliadas à configuração urbana confusa para quem a desconhece, servem de escudo para proteger a população da invasão e imposição da ordem por quem é considerado intruso. Seus líderes habitam a parte mais alta da área ocupada ou onde podem controlar o território, sem serem controlados: as suas variáveis de ação e comportamento são incógnitas para qualquer poder que seja considerado inimigo. Esse tipo de ação e comportamento espacial pode ser comparado ao pan-óptico (FOUCAULT, 1977, p. 177), que se apoia em suposições semelhantes: os supervisores ocultos da torre central do edifício em forma de estrela são invisíveis aos observados, porém os observados são totalmente visíveis aos supervisores. Apesar de o pan-óptico ser um espaço artificial, a semelhança aqui é encontrada na situação de controle espacial que o poder paralelo e oculto tem do espaço que domina.

3 Neste texto, utilizamos o significado de estrangeiro em Derrida, que se estabelece por meio da ética (*éthos*), do hábitat ou estadia. Para Derrida (2013), o estrangeiro é o diferente em vivência e cultura, porém nunca no sentido das diferenças nacionalistas, que não fazem parte do pensamento da desconstrução, por serem diferenças excludentes. A lei formal da hospitalidade, a que governa o conceito geral de hospitalidade, nunca é oferecida ao anônimo – o que seria o mesmo que oferecer hospitalidade a um bárbaro –, mas sim ao estrangeiro: não necessariamente alguém que vem de outro país, mas sim aquele que habita o mesmo solo e carrega uma cultura diferente daquele que o recebe, que questiona e sacode o dogmatismo ameaçador do logos em que se encontra. Por esses motivos, o estrangeiro receia não ser compreendido. Nessas circunstâncias, o estrangeiro sente-se ameaçado pelo “dono do logos” o qual, pressupostamente, estaria preparando-se para desarmá-lo e ameaçando seu direito à hospitalidade. O questionamento então passa a ser de direitos e deveres. Os limites que passam a ser impostos, passo a passo, por um grupo familiar ou étnico ao grupo familiar ou étnico que está sendo recebido estabelecem o que Derrida denomina de relação de hospitalidade. Ver Dufourmantelle (2003, p. 7, 11, 21, 25, 39).

Por sua vez, os humanos em situação de rua convivem com o risco de morte constante: dormem debaixo de marquises, moram nos baixios dos viadutos e debaixo das pontes, nas estruturas de edifícios vazias, às vezes habitam ruas inteiras, avenidas. Sobrepostos às paisagens psicossociais da cidade, eles caminham à deriva pelas ruas durante o dia, com seu cão companheiro e suas arquiteturas-carrinhos-casa de papel e plástico grudados aos corpos, catando lixo para sobreviver, apropriando-se de restos. As ruas são seus lares ao mesmo tempo que seus lares se tornam ruas. Habitam o espaço onde mora a hostilidade explícita da repressão e das violências descabidas; considerados a escória humana do mundo espetacular. Marginalizados pelas condições de sobrevivência na qual se encontram, enquanto lhes são negados os meios mínimos para chegar à porta de saída: educação, habitação e saúde. Se os cidadãos se sentem ameaçados, com medo de assaltos e violência, a recíproca é verdadeira: condenados a andar em círculos, em um campo de localização deslocante, aguardam, a qualquer momento, a execução de uma espécie de pena de morte velada, sem ritual prévio.

O NOMADISMO GLOBAL

Nos muros das cidadelas da tecnologia, o nomadismo⁴ eletrônico é o estilo de vida e a regra de convivência da atual elite global emergente: são pessoas que residem em centros financeiros, administrativos e profissionais, e interagem trabalhando em rede via internet, em nível global. Quando precisam se encontrar pessoalmente, praticam o nomadismo por transporte aéreo, porém jamais abandonam seus dispositivos de onipresença. Suas agendas não têm espaço para o por vir, o periférico ou o diferente. A internet as auxilia na minimização do confronto com o mundo exterior: quase tudo é materializado em um mínimo de tempo e com segurança, inclusive pessoas. Os programas e aplicativos, as redes sociais e demais interfaces da rede criam, diariamente, novos espaços de troca de diferentes informações e ideias. Os algoritmos realizam a tarefa de mapeamento e controle sobre esses dados, em nível de estrutura de acessibilidade e de mobilidade dos frequentadores: nenhum intruso, sem a credibilidade adequada, invade um espaço que não lhe é de direito ou permitido, sob a pena de ser expulso e punido.

A segurança contra qualquer “imprevisto” é prioridade: todo movimento é mapeado, controlado, fotografado, filmado e, não raramente, postado nas redes sociais. Invariavelmente, suas cidades favoritas são aquelas que utilizam dispositivos de segurança territorial para protegerem seus padrões. São dispositivos de controle espacial originários da Guerra Fria e do fordismo, tecnologias que serviam aos interesses das agências de “inteligência”, como a CIA e a KGB. Em termos urbanos, esses dispositivos começaram a ser utilizados como aliados no final dos anos 1980, disfarçados de tecnologia de segurança nas ruas e avenidas das grandes cidades, com o objetivo de evitar atos terroristas, enquanto começavam a ser utilizados como equipamentos de controle de empresas de segurança privada. Hoje criam um cordão sanitário de intimidação e higienização da presença do diferente, sem a necessidade da presença humana *in loco*. As ruas são transformadas em shoppings abertos: calçadas são removidas, o tráfego de pedestres é deslocado e os pontos de acesso são vigiados, para a área poder ser rapidamente fechada, se necessário. Câmeras de

4 Neste texto, utilizamos o conceito de nomadismo de Deleuze e Guattari (1997, p. 51-53): para os autores, o espaço nômade distribui os humanos sem partilhas nem fronteiras, formando um espaço liso, desterritorializado, imprevisível, em que a orientação é difícil. O nômade constrói sua relação com seu meio como simples suporte para estabelecer um espaço de localização e não de território. Vive seu espaço em constante movimento.

vídeo de monitoramento de movimentos são a rotina nos condomínios dentro de muros para resguardar a paisagem psicossocial de comercial de margarina. Espaços públicos com acesso controlado, edifícios inteligentes, portas eletrônicas e guardas bem armados complementam a eficiência dessa arquitetura segregacionista. Esses lugares de onde o povo é banido também lhes são inviáveis economicamente. Para controle em escala macro, basta pagar o Google Earth que, agregando a tecnologia de todos esses dispositivos, vende o controle espacial de qualquer parte do mundo para os que podem pagar por isso.

O medo de encarar o diferente acabou por culminar com a total falta de privacidade da mobilidade individual das pessoas, enquanto atende aos interesses dos que detêm o poder territorial e de quem lucra com essa indústria. A questão não é uma reação contra o estranho ao meio, mas sim o paradoxo que se cria contra o poder que se utiliza de tecnologias de controle em nome da segurança. Esse processo é chamado por Derrida de “violação do inviolável”: quando um poder sente-se no direito de utilizar dispositivos de controle para vigiar um espaço público a ponto de deixar esses dados disponíveis ou mesmo vender essas informações a quem interessa, então todo o pensamento ético em relação à privacidade de seus habitantes está em deslocamento. As tecnologias de controle, a internet e todos os dispositivos de comunicação virtual possuem em si o poder de violar e controlar a privacidade dos seres, a ponto de serem sentidos como ameaças ao direito de “sentir-se em casa”, nas suas diferentes dimensões. Evidentemente, reações em nível privatizante para com estranhos em relação à “casa” transformam-se facilmente em reações extremistas, como a xenofobia e o nacionalismo. De acordo com Derrida (2013), essas reações não são só dirigidas ao estrangeiro, mas também e paradoxalmente ao poderio técnico anônimo ou mesmo ao próprio Estado que deveria proteger a privacidade daqueles que vivem em seu território. Essas ameaças são vistas como ameaças à inviolabilidade do privado como condição de hospitalidade. Quanto ao constante conluio entre a hospitalidade tradicional, o poder e a hospitalidade no sentido corrente – paradoxal ou a perversão da Lei da Hospitalidade –, faz parte dos ajustes desse acordo a necessidade de escolher a quem dar hospitalidade: por esse conflito existir nas diferentes culturas e dimensões de nosso tempo-espaço, não é possível encontrar em nossa civilização a hospitalidade no sentido clássico – sem soberania de si para consigo –, assim como não há hospitalidade sem finitude: a soberania sobre um espaço só pode ser exercida quando se praticam a exclusão e a violência. No contemporâneo, sentir-se inviolável é conviver com iguais, seja qual for o espaço.

MUROS

A divisão da urbe em espaços dentro e fora dos muros tem sua origem histórica na sua configuração “dentro e fora das muralhas”: quem estava dentro era acolhido e protegido, e quem se encontrava fora de sua proteção eram deixados à mercê dos horrores do mundo. Com a queda das muralhas, a divisão da cidade passou a ser determinada pelo fator econômico: os mais abastados passaram a habitar as áreas centrais e regiões mais altas, e os menos privilegiados eram encontrados em seu entorno e nas regiões mais baixas. Sabe-se que as muralhas nunca deixaram de existir, só mudando em termos de *design* e tecnologia aplicada a esse fim. Na contemporaneidade, as muralhas são representadas nos espaços da cidade pelas avenidas que separam os bairros incluídos das periferias, pelas câmeras de vigilância, pela segurança privada, pelos muros que cercam os condomínios de luxo, edifícios de uso aparentemente público com filtragem de acesso e todo e qualquer espaço que tenha algum controle de fluxo. Para aqueles que ainda acreditam na ilusão do

desenvolvimento, cabe conviver com essa segurança aparente. A continuidade da vida espetacular conta com o auxílio dos dispositivos guardiões tecnológicos para seus espaços públicos e privados e seus bens de consumo. E dessa maneira, o *apartheid* urbano foi se configurando, até o surgimento do campo como nómos espacial.

Talvez as muralhas sejam o primeiro marco físico biopolítico ocidental, traduzidas em espacialidade: bem antes de Agamben atestar que biopolítica contemporânea separou o humanitário do político com a sacralidade do Homo Sacer, Foucault (1978) já afirmava em *A história da loucura na Idade Clássica* que a biopolítica medieval separou a tragédia da crítica, ao adestrar as pessoas a calar e ignorar o sofrimento alheio. Descrita por Foucault em sua obra, a *Nau dos Loucos* é um ilustre exemplo do início desse movimento. Tema de pinturas de mestres como Bosch e Bruegel, a *Narrenschiff* era um estranho barco que deslizava ao longo dos calmos rios da Renânia e dos canais flamengos. Supostas naus de peregrinação, essas embarcações assombraram a imaginação popular no final da Idade Média e na primeira parte da Renascença. Confiar o louco aos marinheiros era a maneira mais segura de ter certeza de que eles não ficariam vagando indefinidamente nos campos vizinhos e ao redor dos muros das cidades, símbolo visível de segurança e da segregação daqueles tempos. Durante os séculos XIV e XV, o recurso da *Narrenschiff* foi largamente utilizado, e, frequentemente, as cidades europeias viam essas naus dos loucos atracarem em seus portos. Para Foucault (1978, p. 12-16), os loucos seriam, dessa maneira, entregues ao mundo, onde ficariam fácil e literalmente à deriva, “errando” em um mar de mil braços, prisioneiros de sua própria partida, entre terras que não lhes poderiam pertencer, solidamente acorrentados à infinita encruzilhada da insanidade: colocados no interior do exterior e inversamente. Postura altamente simbólica e que permanece sem dúvida até nossos dias: as muralhas que outrora foram uma fortaleza visível de poder espacial tornaram-se agora um castelo na consciência. Como no início da história ocidental, a nave e seus passageiros insanos poderiam ser vistos como apenas mais alguns caminhantes consumando seu ritual de passagem em rotas até então inexploradas, definindo novas cartografias. Na verdade, a passagem que aconteceu a partir da figura da loucura medieval definiu uma divisão clara e fatal: até então, quando se falava em loucura, a tragédia e a crítica andavam de mãos dadas. Com o tempo, essa divisão passa a ser cada vez maior, criando um vazio intermediário que nunca mais seria preenchido. As figuras da visão cósmica (o trágico) e da moral (a crítica) iriam separar-se cada vez mais, abrindo uma fissura que jamais voltaria a ser preenchida⁵.

Conforme comentado no início deste artigo, tragédia e crítica, humanitário e político são valores que representam, em seus respectivos tempos, o processo de exclusão do diferente. Não querer ver facilita a prática da ignorância à figura do Outro. Talvez esta seja a mais cruel das práticas de segregação: a simples presença do diferente perturba a ordem disciplinar do código estético olímpiano dos espaços polidos e brilhantes das arquiteturas espetaculares, maculando-os com seus corpos, cores e gestos. Essa realidade é tão evidente quanto um tapa na cara: a apropriação de espaços e símbolos de poder do Povo, cidadãos incluídos no sistema social, gozando de plenos direitos biopolíticos, pelo povo, os carentes de uma inclusão social plena, na tentativa de resolver a brutal violência que está por trás disso, nunca foi bem-vinda.

5 “De um lado, haverá uma *Nau dos Loucos* cheia de rostos furiosos que aos poucos mergulha na noite do mundo, entre paisagens que falam da estranha alquimia dos saberes, das surdas ameaças da bestialidade e do fim dos tempos. Do outro lado, haverá uma *Nau dos Loucos* que constitui, para os prudentes, a *Odisseia* exemplar e didática dos defeitos humanos. [...] De um lado Bosch, Bruegel [...] e todo o silêncio das imagens. É no espaço da pura visão que a loucura desenvolve seus poderes” (FOUCAULT, 1978, p. 27).

Um recente fenômeno social brasileiro denominado “rolezinho” demonstra essa afirmação: os shoppings, arquiteturas criadas com a intenção de serem “templos do consumo seguro” dos incluídos, são os espaços favoritos dos jovens da periferia da cidade para a prática do “rolezinho”. Ou melhor, eram. Vindos diretamente dos “campos dos excluídos”, esses jovens começaram a frequentar os shoppings em eventos precursores dos “rolezinhos” chamados “bondes de marca”. Segundo Machado (2014), estudiosa do fenômeno, esses jovens, ao usarem as melhores roupas e marcas para ir ao shopping, queriam “ser vistos como gente” e, dessa maneira, resolver uma profunda tensão da visibilidade de sua existência. Esses jovens não pretendiam assustar, apenas se vestiam com as melhores marcas para que pudessem ser “dignos” de transitar pelos shoppings, enquanto os donos das lojas, receosos, cuidavam para ver se eles não roubavam nada (MACHADO, 2014, p. 11). O fenômeno ocorreu em um cenário no qual o evidente crescimento econômico do país e as políticas de inclusão governamentais davam condições financeiras aos jovens vindos de camadas menos privilegiadas de se apropriar de determinados símbolos de poder e riqueza do capitalismo global. Frequentar os templos de consumo para poder ostentar tais símbolos de desigualdade social pode ser uma atitude comparada ao direito de frequentar os templos com os nobres na Idade Média ou, no caso do Brasil, com os senhores dos escravos. Apesar das diferenças de mundos e crenças, tais fenômenos socioculturais colocaram e continuam colocando as respectivas elites em desespero. No caso do Brasil, o *apartheid* vem desde a abolição da escravatura: o espectro da casa grande e senzala, de braços dados com o caudilhismo, continua assombrando o imaginário coletivo brasileiro. Em contrapartida, diversos são os exemplos históricos de tentativa de apropriação da cidade pelas minorias, por movimentos e ações invariavelmente rotulados de “grupos de marginais”, “bagunceiros” ou “vagabundos”. Infelizmente, na civilização ocidental, a porta da inclusão plena ainda não foi aberta para os pobres, loucos e desvalidos.

Os rolezinhos não eram considerados um movimento social por aqueles jovens simplesmente porque essa não era a intenção. Porém, a política, no sentido aristotélico sobre a participação engajada na vida da polis, está ali presente em sua acepção: o movimento pode ser visto como uma manifestação de direito ao seu espaço em uma “cidade” à qual não se sentiam pertencentes antes de possuírem o poder do consumo. Talvez, no caso dos “rolezinhos”, a apropriação agregue um significado dualista e perigoso: o desespero em mostrar sua existência faz o jovem da periferia sucumbir à estrutura de poder que o repele por meio do desejo de se aliar aos seus símbolos, desfilando-os em um espaço que não lhe pertence. A negação da pobreza como carência, a apropriação dos espaços urbanos e dos símbolos de uma classe social à qual esses jovens não pertenciam de fato e o reconhecimento do racismo que sofriam são atos políticos de resistência.

Apesar de acharem que “estavam podendo”, a linguagem dos corpos e os modos de consumo não pouparam esses jovens da hostilização: Machado (2014) constatou em sua pesquisa que, apesar de a população ter argumentado que era contra os rolezinhos simplesmente porque eles causavam tumulto e aglomeração no espaço considerado “público” dos shoppings, era evidente que tamanha raiva dirigida a esses grupos não residia apenas no fato de eles estarem causando bagunça. O grande descontentamento vinha das camadas médias e altas, que sentiam a sua paz ameaçada em um lugar até então protegido pela presença do diferente. Durante o breve período de tempo em que um modelo de crescimento econômico frágil não se sustentou, o único ponto de (auto)inclusão social encontrado pelos excluídos foi o consumo dos símbolos das camadas mais altas da população (MACHADO, 2014).

Porém, essa política só piorou os fatos: das frequentes ofensas nas redes sociais a situação evoluiu para a proibição dos rolezinhos nos shoppings e para o uso da polícia como dispositivo de repressão com atos evidentemente agressivos, como fechar uma porta na cara.

REFLEXÕES SOBRE A DIMENSÃO SOCIAL DA ARQUITETURA

Em plena metamorfose, o final do modelo de cidade conhecido até então é iminente: a separação entre humanitário e político no contemporâneo retrata a fase extrema de descolamento entre a tragédia e a crítica e, conseqüentemente, dos direitos do homem e do cidadão excluindo o diferente. O projeto capitalista de eliminar os pobres, refugiados, desterrados e excluídos através do desenvolvimento, só reproduz no interior dos territórios delimitados por fronteiras, o povo dos excluídos transformando em vida nua as pessoas que não interessam existir para os que gozam da inclusão. Enquanto isso, o grande êxodo contemporâneo continua: massas de seres humanos caminham resignificando caminhos e cruzando fronteiras, até chutarem a porta do país eleito como lugar de acolhida. A hospitalidade, sua ética e os seus condicionantes são agentes que carregam em si a potência de diferentes formas do acolhimento na arquitetura das cidades. Talvez esses elementos possam ser vistos como uma alternativa viável para questionar a soberania do campo como paradigma espacial contemporâneo.

Se a finalidade da reflexão sobre a dimensão social arquitetura é chamar o arquiteto à consciência de suas práticas, então é preciso refletir sobre os modos atuais de experiência urbana, em que diariamente as potências do porvir do cotidiano transgride e resignifica os usos espaciais propostos. Os diferentes envolvidos na construção das redes humanas que coexistem na urbe criam situações de encontros que carregam consigo a potência de desconstruir qualquer ordem espacial imposta: toda a tentativa de controle, limite e homogeneização desses mundos não enquadrados nos universos convencionais confronta-se com as profanações de suas intenções. São os seres humanos que Jacques Derrida (1968) chamou de *différance*. Na conferência "*La différence*", pronunciada na Sociedade Francesa de Filosofia em 27 de janeiro de 1968, Derrida realizou uma análise semântica da *différance*: "Falarei, pois, de uma letra": o filósofo propõe o uso do termo *différance* escrito com "a" no lugar de "e", formado a partir do participio presente do verbo diferir. A diferença entre as escritas é puramente gráfica: escreve-se ou se lê, porém não se ouve. Para Derrida (1968), a *différance* não é uma palavra nem um conceito. Pode possuir o significado, entre outros, de não ser idêntico, distinto, ser outro, discernível. Essa diferença no sentido de diferir é tratada como questão de alteridade, dessemelhança, antipatia e polêmica. A *différance* produz-se entre os elementos de forma ativa, dinamicamente, como um jogo de sentidos que só existe em uma rede de rastros. A *différance* seria, portanto, o rastro concebido em sua pureza de veículo de expressão da diferencialidade.

Resgatar o sentido de coexistência na urbe é reconhecer essa complexidade. Se a *différance* é a expressão da diferencialidade, acolhê-la é reconhecer as pessoas diferentes e suas formas de viver e compreender o universo da cidade. Identificar o real potencial de acolhimento de determinados espaços é facilitar o acolhimento e a convivência entre essas "diferentes cidades" em todas as dimensões possíveis, suas rupturas e estruturas. É acolher outras possibilidades de coexistência urbana. Dessa maneira, a revisão das questões do acolhimento entre diferentes potencializa-se em força e verdade. Para reconhecer a *différance*, seu lugar no mundo, sobreposições e conexões, é necessário explorar, viver, acolher e registrar em quais espaços e

como seu movimento acontece. Lembramos que a *différance* é vista por Derrida não como uma palavra ou um conceito, mas como um significado: é o outro, o que não é idêntico, o discernível. É na *différance* que encontramos a aporia acolhimento e repulsa: o filósofo trata do seu acolhimento como ação de contemporização das diferenças como uma questão de alteridade com o outro e para o Outro, em que o desejo e a vontade de reconhecer e respeitar as diferenças como diferenças devem suplantar o desejo oposto. A abertura entre diferentes viabiliza o borrar de bordas, e busca desesperadamente construir pontes na rachadura entre o humanitário e o político.

É fundamental encontrar uma política de acolhimento que saberá fazer as contas com a cisão biopolítica fundamental do Ocidente. Enquanto o campo continuar a ser reconhecido como paradigma biopolítico, ele continuará a colocar em xeque qualquer política de acolhimento: a inclusão da *différance* só acontecerá quando a relação entre os conceitos de homem-cidadão, de Estado-nação e de nascimento-nacionalidade forem revistas. O reconhecimento do campo como logos e hábitat natural do *Homo Sacer* talvez seja o início para a busca de uma solução da inegável realidade espacial segregacionista que vivemos. No contemporâneo, priorizar o humano é procurar decifrar o significado da vida pura, como caminho para a mudança da política espacial biopolítica: dessa maneira, os limites impostos até então seriam profanados e transformados em portas, pontes e passagens.

Talvez a solução seja a busca de uma política forte e inteligente o suficiente para promover o acolhimento e a coexistência entre diferentes. Tal atitude criaria possibilidades de apontar caminhos para o fim das práticas biopolíticas que dividem os corações humanos e as chances reais do resgate do planeta como espaço de refúgio dos que o habitam. Nessa busca, é essencial a conscientização e ação dos arquitetos no apontamento de soluções viáveis para esse grande fantasma socioespacial do nosso tempo, o campo que segrega e exclui: espaço que cada dia separa mais o humanitário do político, ele coloca em xeque a postura até então assumida por nós como agentes de geração, promoção e preservação do espaço de viver. Ao encontrar soluções para essa realidade, a arquitetura se tornaria uma gente de libertação do sofrimento humano.

REFERÊNCIAS

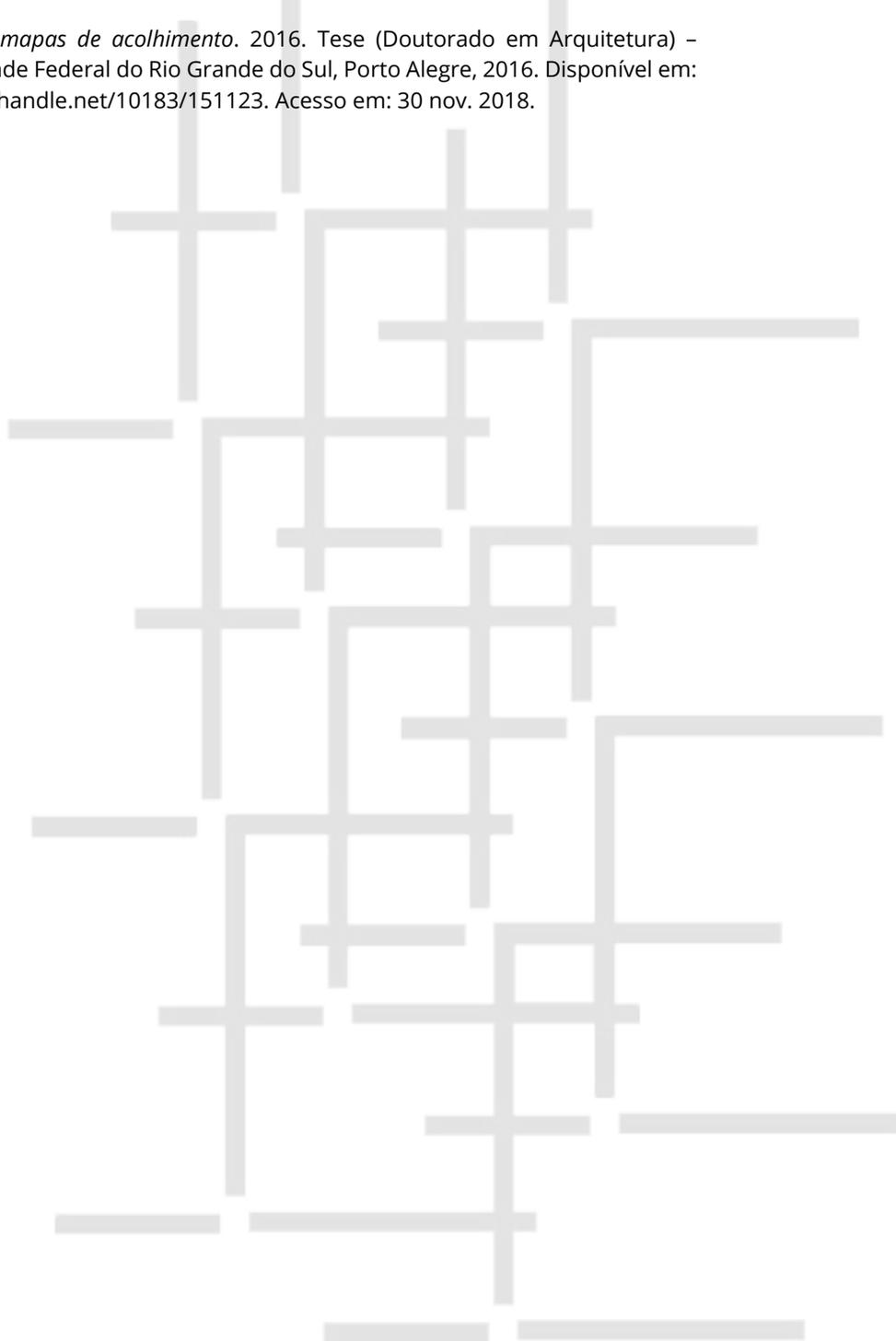
- AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1997.
- DERRIDA, J. *La différance*. 1968. Disponível em: <https://ia600401.us.archive.org/6/items/1968J.DerridaLaDifference/1968J.Derrida-LaDifference2.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2018.
- DERRIDA, J. Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade. São Paulo: Ed. Escuta, 2013.
- DUFOURMANTELLE, A. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade*. São Paulo: Escuta, 2003.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. São Paulo: Vozes, 1977.

FOUCAULT, M. *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

MACHADO, R. P. Rolezinhos: marcas, consumo e segregação no Brasil. *Revista de Estudos Culturais*, São Paulo, n. 1, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revistaec/article/view/98372>. Acesso em: 3 set. 2019

PAESE, C. *Contramapas de acolhimento*. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/151123>. Acesso em: 30 nov. 2018.



Micropolíticas LGBT no Espaço Urbano de Uberlândia-MG

LGBT Micropolitics in the Urban Space of Uberlândia-MG

Micropolíticas LGBT en el Espacio Urbano de Uberlândia-MG

*Cássio Henrique Naves Mota. Mestrando em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, MG, Brasil.
E-mail: cassiohmota@gmail.com*

*Luiz Carlos de Laurentiz. Professor doutor de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, MG, Brasil.
E-mail: ludelaurentiz@ufu.br*

Resumo

A hegemonia que rege a sociedade contemporânea é capitalista, heteronormativa, misógina e patriarcal, tendendo a favorecer camadas econômicas e sociais específicas. O efeito de seu poder pode ser visto nas cidades, pelos grandes empreendimentos como condomínios fechados ou shopping centers que visam à experiência de atores que tenham dinheiro e sejam aceitos no padrão societário. Dessa forma, a apropriação da cidade por atores sociais abnegados e rejeitados como as pessoas LGBT pode se configurar como o que Deleuze e Guattari (1996) consideram como micropolíticas, subvertendo usos do espaço urbano de maneira extensiva para obter sua visibilidade espacial. O objetivo do trabalho é tecer um relato a partir da observação participante e revisão bibliográfica sobre as naturezas de apropriações e subversões espaciais de pessoas LGBT no território urbano de Uberlândia-MG, na contemporaneidade. Também tem como objetivo demonstrar como a visibilidade dessas micropolíticas é necessária para que arquitetos e urbanistas se destituam da falácia do discurso neutro e apolítico de projeto e entendam o espaço urbano como diverso e plural. Enquanto uma cidade heterocissexista é projetada e produzida, a população LGBT subverte seus espaços para realizar suas sociabilidades.

Palavras-chave: Micropolíticas LGBT; Espaço urbano; Apropriação espacial; Ocupação espacial.

Abstract

The hegemony that governs contemporary society is capitalist, heteronormative, misogynist and patriarchal, tending to favor specific economic and social strata. The effect of this power can be seen in the cities, in big enterprises like closed communities or shopping centers that aim at the experience of actors who have money and are accepted

in the societal standard. Thus, the appropriation of the city by rejected social actors such as LGBT people can be configured, as Deleuze and Guattari (1996) would understand as micropolitics, using urban space in an extensive way to obtain its spatial visibility. This article goal is to build a story from participant observation and literature review about the nature of spatial appropriations and subversions by LGBT people in the urban territory of Uberlândia-MG in the present-day. It also has the end to show how necessary it is to make these micropolitics visibles for architects to let go of the neutral, apolitical project discourse fallacy and to understand urban space as diverse and plural. While a heteronormative cisgendered city is planned and produced, the LGBT population subvert them spaces to perform their sociabilities.

Keywords: LGBT micropolitics; Urban space; Space appropriation; Space occupation.

Resumen

La hegemonía que gobierna la sociedad contemporánea es capitalista, heteronormativa, misógina y patriarcal, tendiente a favorecer estratos económicos y sociales específicos. El efecto de su poder se puede ver en ciudades, por grandes empresas como condominios cerrados o shopping centers que buscan la experiencia de actores que tienen dinero y son aceptados en el patrón corporativo. Por lo tanto, la apropiación de la ciudad por parte de actores sociales rechazados como las personas LGBT, se puede configurar como Deleuze y Guattari (1996) consideran como usos micropolíticos y subvertidos del espacio urbano para obtener su visibilidad espacial. El objetivo de este trabajo es proporcionar una descripción de la observación participante y la revisión bibliográfica sobre la naturaleza de las apropiaciones y subversiones espaciales de las personas LGBT en el territorio urbano de Uberlândia-MG, en la actualidad. También pretende demostrar cómo la visibilidad de estos micropolíticos es necesaria para que los arquitectos y urbanistas desechen la falacia del discurso del diseño neutral y apolítico y entiendan el espacio urbano como diverso y plural. Mientras se diseña y produce una ciudad hetero-cissexista, la población LGBT subvierte sus espacios para realizar sus actividades.

Palabras clave: Micropolíticas LGBT; Espacio urbano; Apropiación espacial; Ocupación espacial.

A CIDADE CONTEMPORÂNEA E O CAPITAL

Na sociedade em que vivemos é comum que as cidades se desenvolvam subjugadas ao sistema capitalista e às suas prioridades, formando paisagens urbanas encerradas por cercas que demarcam a propriedade, câmeras de vigilância monitorando o comportamento das vizinhanças e ruas mal iluminadas que criam áreas de penumbra para seus passantes. As classes economicamente privilegiadas detêm uma grande autonomia para intervir no espaço urbano e dependem da produção de segregação espacializada para a manutenção de seu poder, pois é por meio dela que o controle dos corpos, recursos e lucros é facilitado. A cidade deliberadamente dividida por classes sociais é então produzida pela elite auxiliada por três mecanismos: o controle do mercado imobiliário, o controle do Estado e a produção de ideologias que naturalizem a condição em que seus cidadãos vivem e moram (VILLAÇA, 2001). De um lado, condomínios fechados e empreendimentos de alto padrão como shopping centers e bairros planejados; de outro, favelas e o descaso do poder institucional com o espaço público, o saneamento e a infraestrutura.

As alternativas de morar das classes abastadas, entre altos muros, separadas do restante da sociedade, podem ser configuradas no que Debord (2003) classificaria como uma estratégia de isolamento da população mantida por meio do controle espacial e da utilização dos grandes meios de comunicação, facilitando para que o poder de classe seja mantido nas mãos de quem é mais privilegiado e para que assim a “ordem” na rua seja mantida. A ideologia dominante constrói uma ideia de que a diversidade proporcionada pelos espaços públicos está diretamente relacionada a conflitos, e, dessa forma, a lógica de criar novas espacialidades, como ambientes privados e vigiados, megaconstruções de consumo e demais espaços que sejam diferentes da rua, da praça e de outras espacialidades públicas, é pacificar e neutralizar esses conflitos (JACQUES, 2010).

Essa vivência nova, asséptica, extremamente controlada e desenhada para pessoas específicas contribui para que ocorra um processo de “culturalização” dos centros urbanos (JACQUES; VAZ, 2006), onde as manifestações populares de cultura são desmotivadas ou invisibilizadas. Entretanto, a indústria cultural é fortalecida com estratégias que consideram a cultura como mercadoria, espaço como lucro e vida pública como um privilégio destinado somente às elites. Estabelecimentos de lazer fechados e bem iluminados, como shopping centers e clubes, com acessos controlados por cancelas que delimitam o tipo de público a ser recebido, tentam eliminar os conflitos e as diferenças, buscando a vida apenas entre iguais em classe social, gênero, sexualidade e raça, enquanto a cidade fora dos muros que tem sua potencialidade de ser um espaço em transformação permanente, promovida pela tensão entre as diferenças dos atores sociais que dela participam (JACQUES, 2010), é preterida na produção urbana.

Uberlândia, o município mais populoso da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e segundo maior de Minas Gerais, tem médio porte e grande destaque nas dinâmicas socioeconômicas de seu entorno. Cresceu por causa das políticas de incentivo às médias cidades após 1960 no Brasil e também por se localizar em entroncamentos de vias que ligam Rio de Janeiro e São Paulo à Região Centro-Oeste (SILVA, 2014). Por causa de posição econômica e geográfica estratégica no Brasil, tornou-se um polo de atração regional, capitalizando recursos dos centros urbanos vizinhos (SILVA, 2014).

A relação simbiótica que o desenvolvimento econômico de Uberlândia mantém com o fomento do seu mercado imobiliário perdura até hoje e existe desde pelo menos 50 anos de sua fundação, em 1891, quando de 1937 para 1938 a oferta de lotes cresceu quase 50%, enquanto sua população não aumentou consideravelmente, mantendo uma proporção de 353 lotes para cada 1000 habitantes” (SOARES, 1997). Atualmente, a cidade localiza-se dentro da lógica da culturalização por causa das megaestruturas desenvolvidas para atrair investimentos e esvaziadas de cultura local.

A ideologia que promove o território globalizado dos shopping centers e de suas lojas franqueadas, como o Uberlândia Shopping (SILVA, 2012), e os bairros planejados e financiados com a iniciativa privada que prometem uma vida na cidade com segurança, cultura e lazer, como o bairro Granja Marileusa (BATISTA, 2018), garantem que Uberlândia seja uma cidade feita para os ricos, enquanto trabalhadores informais, prostitutas, pessoas em situação de rua e demais minorias sociais são esquecidos nessa lógica do produzir cidade. Como forma de resistência a esse modelo capitalista de produção da urbe, esses indivíduos plurais se apropriam do espaço público como um todo: o lugar anônimo da rua também significa moradia, afetividade, trabalho, lazer e expressão cultural.

A APROPRIAÇÃO DA CIDADE COMO LEGITIMAÇÃO DOS PODERES

Os protagonistas da subversão das cidades então são os marginais: camelôs, traficantes, catadores e demais participantes da subcidade na margem da globalização (CASTRO, 2009), pessoas que se movem na contracorrente das contas correntes movimentadas nos bancos e da epopeia caótica do movimento casa/trabalho durante a semana uberlandense, por exemplo. Para essas pessoas, a cidade é experienciada de forma diferente do que a norma impõe. Essas formas de contestação e produção alternativa de como as cidades são projetadas e vividas são registradas desde pelo menos o início da modernidade, período que deixou de lado a relação corpo/cidade e as incorporações e apropriações do espaço público (JACQUES, 2012). Com essas discussões surgiram muitas maneiras de enxergar o urbano pelo olho de sua população, buscando reanimar a experiência não planejada e desviatória do espaço. Essa cidade então é diferente, tem um aspecto nômade, transitório e informal, ao mesmo tempo que certas localidades podem adquirir identidades específicas de grupos urbanos, com espaços transformados em territórios ou pontos de encontro, e fatores como esses não são programados pelo arquiteto ou por outro profissional que se encarrega de projetar as cidades.

Em Vigiar e punir, Foucault (2014) defende que a arquitetura é um mecanismo de domesticação dos corpos que representa a autoridade e ordem, um mecanismo que observa, vigia, fica à espreita. O urbano como um todo, assim como as escolas, prisões e outras estruturas disciplinares, é dividido em fragmentos fáceis de se controlar, marcando a exclusão espacial, em que seus indivíduos são classificados por oposições binárias como perigosos/inofensivos, normais/anormais, violentos/seguros, héteros/gays, ricos/pobres. Para o professor José Miguel G. Cortés (2008), o uso de linguagens universalistas em arquitetura traduz-se em uma suposta neutralidade técnica e descritiva, de natureza extremamente racionalista, o que possibilita às elites a utilização da arquitetura e do urbanismo como mecanismos que produzem segregação na cidade, realçando as diferenças sociais e negando espacialmente as minorias. A arquitetura parece servir assim a um cidadão comum e sem características específicas, seja em gênero, sexualidade, etnia ou classe social. É como se o espaço das cidades fosse experimentado por todos seus moradores

de uma mesma forma, obedecendo às funções atribuídas a cada lugar e ambiente pelos arquitetos, onde um banheiro é apenas um lugar destinado a necessidades fisiológicas e uma esquina é somente um ponto de cruzamento entre duas vias.

Foucault (2014) classifica as arquiteturas que criam “corpos dóceis” como parte de uma estrutura que chama de “poder disciplinar”. No século XIX, concomitante aos estudos do “nascimento” do “poder disciplinar”, o filósofo também estuda como o Estado controla o corpo das pessoas, com a popularização de estratégias para higienização das cidades e dos corpos, o controle de natalidade, os discursos de sexo e gênero normatizadores e demais ferramentas de poder para controle da vida humana em nível coletivo, o que ele denomina de “biopoder” (Foucault, 2008). Por meio do “biopoder” então, indivíduos transviados das normas de sexualidade e gênero são patologizados, criando-se rótulos científicos como “homossexuais” e “transgêneros”. O espaço para essas pessoas então, até os anos 1960, variava da cadeia para o sanatório, da punição à cura (TREVISAN, 2018), representando como o “biopoder” relaciona-se diretamente com o “poder disciplinar” em suas manifestações, promovendo políticas de controle do corpo amparadas por um tipo específico de arquitetura e de “fazer cidade”.

CORPOS LGBT E SUAS MICROPOLÍTICAS NO ESPAÇO URBANO

Como forma de sobrevivência plena na sociedade, aqueles que não se identificam com os modelos identitários heterossexuais cisgêneros impostos e não são aceitos pela hegemonia muitas vezes se apropriam do espaço público para suas interações sociais, afetivas e sexuais. Para Cortés (2008), os *gays* especificamente, pelo menos desde o final da década de 1960 e início de 1970, começaram a dar usos muito específicos e conferir conteúdos bem determinados a espacialidades, ocupando e apropriando lugares públicos (praias, parques) e redirecionando-os para um uso privado (e sexual). Além de ressignificar os espaços da cidade, a tomada de espaços públicos para um uso dissidente e não planejado tem como função “corporificar” necessidades que também não se encaixam na ideologia proposta pela elite, como a prática de relações sexuais impessoais, anônimas e contrárias aos conceitos de amor romântico e propriedade (CORTÉS, 2008).

Nos primeiros registros de apropriação do espaço urbano por pessoas LGBT, o banheiro público poderia/pode ser utilizado como ponto de encontro e a esquina se tornava/torna um estabelecimento comercial para prostituição, por exemplo. Até os dias atuais, a apropriação pública mantém grande relevância em encontros sexuais de pessoas LGBT. A penumbra do muro alto dos condomínios torna-se um ótimo ambiente para encontros noturnos, e os espaços fora do alcance de câmeras de segurança são ideais para o desejo, o proibido, onde a única forma de vigilância é o voyeurismo e a escassez de iluminação pública torna-se cenografia. Essas ações podem ser consideradas, de acordo com os estudos de Deleuze e Guattari (1996), como “micropolíticas”, pois são forças contrárias ao que a norma regente impõe e ao mesmo tempo invisíveis, discretas e difíceis de perceber quando não se vivencia a cidade fora de seus padrões.

De modo geral, portanto, as comunidades de pessoas LGBT mantêm um histórico universal de utilização do espaço público para sociabilidades de diversas naturezas: afetividade, manifestações culturais e militância. Castells (1983) também considera que a apropriação do espaço urbano sempre foi fundamental para a comunidade *gay* por causa dos preconceitos sociais, da repressão legal e da violência política que forçaram o homossexual a ser invisível dentro de seus próprios lares, assim como

na sociedade¹. Segundo Castells (1983), essa invisibilidade é o maior obstáculo para encontrar parceiros sexuais e ter uma vida aberta e livre de assédios, e, portanto, a comunidade sempre tendeu a estabelecer seus próprios territórios onde encontros fossem possíveis com base em valores sexuais, afetivos e culturais mútuos.

A própria ocupação do espaço público então é uma forma de se impor, se fazer visto e ir contra uma força totalitária que direciona a ordem e o controle por meio da arquitetura e do urbanismo. As interações LGBT ganharam novas possibilidades de existir além de encontros sexuais a partir do século XX, com as lutas dos direitos civis que eclodiram nas décadas de 1960 e 1970 principalmente nos Estados Unidos e também em lugares da Europa, saindo apenas do sigiloso para o espaço da militância. Essa garantia foi possível de existir também por causa da Rebelião de *Stonewall*² e inicialmente das “Paradas de Orgulho *Gay*”, marchas sobre vias públicas por direitos humanos e pela celebração de liberdade sexual (MATOS, 2015). Pode-se afirmar então que, assim como outros movimentos sociais em prol de direitos civis e outros tipos de sociabilidades realizadas pela agregação de corpos dissidentes em gênero e sexualidade, as relações de militância do Movimento LGBT também começaram genuinamente pela rua.

Dessa forma, com o avanço na luta pelos direitos civis e pelo empoderamento a partir da segunda metade do século XX, pessoas LGBT começaram a ter mais visibilidade e ser enxergadas pela sociedade, fazendo com que as apropriações subversivas e estigmatizadas dos espaços públicos não fossem os únicos locais de encontros para LGBTs. A partir dos anos 1950 e 1960, em grandes cidades do Brasil como São Paulo e Rio de Janeiro, surgiram os primeiros bares e casas noturnas GLS³, transformando também, por um período da noite, o seu entorno imediato, sendo então os pontos de encontro desses grupos específicos (GREEN, 1999).

Contemporaneamente, após algumas décadas desde os movimentos sociais que começaram a luta por uma visibilidade “LGBT”, a representação política e espacial dessa população na sociedade vem crescendo cada vez mais. Lugares de lazer para pessoas LGBT que antes de *Stonewall* eram fechados e sem identificação externa, hoje são visíveis na rua, com grandes vidraças para praças públicas (CORTÉS, 2008). Por um lado, criam-se espaços onde parte da população LGBT pode se encontrar e socializar sem o medo da repressão e violência (GREEN, 1999) e, por outro, são também estabelecimentos privados, baseados em uma cultura de consumo em que o acesso é muitas vezes controlado.

Para o filósofo István Mészáros (2006) em uma interpretação de Marx, a sociedade capitalista cria uma alienação humana, transformando todas as coisas e pessoas em “objetos alienáveis, vendáveis”, em que basicamente tudo vira mercadoria. É preciso então compreender que, em uma sociedade subjugada pelo sistema capitalista e heterocentrado, as próprias estratégias transgressoras do sistema podem ser assimiladas pelo capital e transformadas em um nicho de mercado domesticado e facilmente controlado. A partir disso surge a imagem de um “consumidor LGBT”, fazendo com que estabelecimentos privados criados para a interação social de

1 Aqui inscritos também podemos considerar outros grupos de pessoas LGBT, como transexuais, travestis, lésbicas, bissexuais etc.

2 Rebelião de *Stonewall*: evento marco para a militância *gay*, LGBT e queer, ocorrido em 1969, em Nova York, no qual uma operação policial resultou em um confronto entre policiais e civis como protesto por abusos de poder e discriminação, dando origem ao Dia Internacional do Orgulho LGBT e a várias Paradas de Orgulho ao redor do mundo.

3 GLS: sigla de denominação anterior a LGBT, compreendendo *gays*, lésbicas e simpatizantes, homogeneizando no termo “simpatizantes” a população transgênera, intersexual, queer, bissexuais e demais atores que fogem da norma heterocisgênero.

peças fora da norma de sexualidade e gênero sejam formas de acumular capital. Tais espaços são muitas vezes idealizados para públicos específicos, como homens, *gays*, brancos, jovens e de classe média alta, reforçando assim as próprias contradições e relações de poder e segregação dentro dessa comunidade, pois esses indivíduos mantêm um histórico de poder aquisitivo maior que outros subgrupos da camada LGBT, por terem se estabelecido primeiro no mercado de trabalho e por estarem dentro da lógica hegemônica de reproduzir misoginia e fortalecer o patriarcado (CORTÉS, 2008).

Isso destaca ainda como o poder vigente auxilia na estratificação do que é considerada uma comunidade “LGBT”, avaliando algumas questões e corpos específicos como mais importantes do que outros. Existem mais aberturas para homens *gays* no comércio e lazer, pois o consumo homossexual masculino é mais visado, por um histórico de bons trabalhos e poucos encargos familiares (CORTÉS, 2008), enquanto lésbicas e bissexuais são invisibilizados, e parte da população trans e travesti ainda luta para a conquista de espaços seguros e para ter suas próprias identidades reconhecidas, chegando a ser barrada em lugares considerados LGBT/*gay-friendly*.

Por se tratar de um centro urbano que agrega grande parcela da população da mesorregião, Uberlândia mantém uma dinâmica social e espacial diversificada e heterogênea, e também é uma das cidades do entorno que mais possui estabelecimentos que estejam propensos a sociabilidades entre grupos de pessoas *gays*, lésbicas, bissexuais, transexuais, entre outros, como casas noturnas e saunas em atividade. Esse fato acontece auxiliado por sua forma de urbanização, que acontece aliada à modernização urbana e social (FREITAS, 2016).

Caminhando pelas ruas de Uberlândia é possível perceber que a cidade possui grandes apropriações do espaço público para a interação de pessoas com sexualidades e gêneros dissidentes, desde aqueles de caráter sigiloso, que englobam parte desprivilegiada da população até os de caráter mais universal como a Parada LGBT, considerada um exemplo de ocupação espacial de resistência e coexistência na cidade. O evento concretiza-se a partir de uma passeata pela área central da cidade de Uberlândia. A concentração acontece na Praça Clarimundo Carneiro, onde milhares de pessoas *gays*, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e também heterossexuais que apoiam o movimento LGBT, enchem a praça ao redor de trios elétricos, enquanto esperam o horário definido para que comecem a percorrer o trajeto por vias centrais da cidade. Teve seu início em 2002 e ocorre anualmente desde então, sendo incluído no calendário oficial de eventos do município em 2015. É em parte desse trajeto também que ocorreram ao longo do tempo várias manifestações de cunho social e político em Uberlândia, passando sempre por edifícios de representação cívica como as sedes da antiga prefeitura e do antigo fórum municipal.

As boates que se consideram LGBT de Uberlândia são frequentadas em grande maioria por homens *gays* de classe média, lésbicas e *drag queens* e se localizam em sua grande maioria no centro da cidade, entre avenidas movimentadas, praças com grande fluxo de pessoas no fim de semana, ruelas e becos com pouca iluminação. Percebe-se uma relação íntima entre o espaço coletivo e privado de algumas boates do centro e o espaço público. Alguns fumódromos externos possibilitam que as pessoas (fumantes ou não) transitem dentro/fora do eixo boate/rua. A rua então vira boate, o banheiro ou a ruela se transformam em motel, e as pessoas se sentem encorajadas a se impor na cidade, auxiliadas pelo agrupamento e pertencimento de pessoas semelhantes. A exploração dos mais variados sentidos da cidade por um grande número de pessoas é

dessa forma visibilizada espacialmente, criando contatos com passantes de diferentes planos de fundo. A interação entre essas pessoas é legitimada pela agitação de jovens que passam de carro ao som de sertanejo universitário e buzina ou gritam para abrir passagem na rua ou por famílias inconsoladas que ali atravessam no caminho a um velório em uma das funerárias próximas. É nesse mesmo interstício que ocorre a ocupação de outras manifestações temporárias no espaço. Nas noites de sábado, todos os gatos pardos podem ser coloridos, e a cidade reflete um caos aparentemente organizado, em que as pessoas transviadas criam novas funções para o espaço público. A própria espacialidade contida e labiríntica das baladas de Uberlândia é um dos fatores a potencializar a experiência de seus usuários em gênero, sexualidade e sexo. Desde os mais antigos *dark rooms* até os mais ordinários banheiros públicos, os lugares escolhidos para a apropriação de pessoas com intenções intimistas ou sexuais são em sua maioria encurralados, escuros e reservados.

No geral, a administração dos clubes ditos LGBT de Uberlândia é conivente com demonstrações de afeto plurais, desde que ocorram dentro da legalidade penal. Isso facilita que as pessoas se sintam mais à vontade com seus corpos e que assim as boates virem ponto de encontro e contato afetivo entre esse público. A equipe de segurança do próprio clube, no entanto, pode servir como reguladora do que se passa nesse espaço, fazendo com que as demonstrações de afeto mais íntimas sejam veladas ou escondidas, enquadrando-se na regra dos encontros sexuais que acontecem nos banheiros públicos, parques e demais espaços livres.

A vigilância e repressão que acontecem nos espaços públicos afetam de formas diferentes outros atores sociais, uma parte das pessoas LGBT que tem as expectativas e necessidades mais emergentes de acordo com os marcadores sociais que as subjetivam. A expectativa de vida de uma pessoa trans no Brasil, por exemplo, é de 35 anos, e a causa da mortalidade na maioria das vezes é de transfobia (BORTONI, 2017). Enquanto uma parcela de pessoas LGBT está sendo atendida pelo comércio e lazer especializados, outra parcela é majoritariamente invisibilizada, assassinada e expulsa tanto da sociedade quanto das próprias famílias. Uma parcela altamente significativa de travestis e transexuais, por exemplo, é expulsa de suas casas e obrigada a encontrar outra moradia. Por causa da exclusão do mercado tradicional de trabalho, muitas delas são condenadas à prostituição nas ruas da cidade, realidade de parte da população transexual e travesti de Uberlândia. Olhando apenas por um levantamento do programa de extensão "Em Cima do Salto: Saúde, Educação e Cidadania"⁴, da Universidade Federal de Uberlândia, estima-se que cerca de 140 travestis circulem pela cidade por ano. Existem também na cidade duas casas de moradia coletiva destinadas a travestis e transexuais expulsas de casa (CARRIJO, 2012). Além de travestis e transexuais, outros corpos também enxergam a prostituição como única fonte de renda para subsistência, realçando as ruas de Uberlândia em certas localidades como eixos de prostituição.

Nessa perspectiva, a relação entre sexo e espaço urbano fica cada vez mais estreita. Existe a determinação de territórios apropriados por prostitutas e michês, e há também nesse caso a apropriação do espaço público para sociabilidades sexuais. Alguns dos "pontos" escolhidos para a prostituição em Uberlândia já foram localizados no centro da cidade, em avenidas e cruzamentos importantes, mas, por conta de estratégias

4 O programa "Em Cima do Salto" é um projeto criado em 2006, coordenado pela Prof. Dra. Flávia do Bonsucesso Teixeira, que trabalha com travestis e transexuais de Uberlândia, focando sua atuação na área da saúde física e mental, sexualidade, gênero, direitos humanos, prostituição, políticas de inclusão etc.

de higienização, gentrificação, violência urbana e demais fatores regidos pelo poder público e do capital, essas sociabilidades acontecem cada vez mais nas periferias, nos entornos de rodovias e nos demais lugares com o caráter líquido e volátil, longe do que é considerado e imposto como normal e correto.

Há ainda na contemporaneidade a presença do meio digital como um tipo de espacialidade virtual que conecta as pessoas e torna possíveis sociabilidades de diferentes naturezas. Nas redes sociais, as pessoas podem ser agentes de interação, independentemente da distância física em que se encontram (FREITAS, 2016). Existem aplicativos desenvolvidos para o encontro de semelhantes baseados na distância física em metros entre as duas pessoas, como meio de facilitar o relacionamento pela proximidade, pela praticidade e pelas características específicas escolhidas por esses usuários, desde altura até o tom de pele. Ao mesmo tempo que os “territórios digitais” podem ser grandes facilitadores para o encontro dessas pessoas na cidade e nos próprios lares, com intenções pré-acordadas por todas as partes, também são grandes responsáveis pelo esvaziamento de espaços da cidade subvertidos para encontros afetivos e sexuais, e, nesse contexto, o parque, o beco, o *dark room*, o cinema e a sauna são cada vez mais esvaziados, sucateados e menos utilizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante que arquitetos e urbanistas, gestores urbanos, construtores civis e demais agentes participantes na edificação das cidades estejam próximos de parte da população desviante dos padrões societários e tenham consciência de como ela vivencia a cidade e a ressignifica, para que assim consigam realizar projetos que não sejam tábulas rasas, homogêneas em superfície. Uma rua escura, um *layout* de banheiro ou até o planejamento urbano podem auxiliar ou prejudicar que mais pessoas se sintam livres para manifestar sua sexualidade e performar seu gênero, e é preciso que a pluralidade sexual e de gênero seja considerada para realizar projetos de cidades que sejam humanas e diversas e que permitam que, como Jacques (2010) prevê, aconteçam tensões e conflitos entre os diferentes atores sociais que se apropriam do urbano.

É preciso entender também que, na dinâmica atual, a ordem do capital prevalecendo na cidade faz com que espaços de interação LGBT fechados, como os clubes, sobrevivam apenas se forem direcionados a determinado público dentro da comunidade. Nas últimas duas décadas em Uberlândia, mais de dez estabelecimentos como boates e saunas que mantinham públicos de diferentes classes sociais deixaram de existir, enquanto as casas noturnas que resistem mantêm uma identidade visual e público semelhantes. Esse processo se assemelha muito ao que acontece na gentrificação da cidade, em que os locais mais acessíveis são substituídos pelos de maior padrão financeiro.

Os projetos de cidade contemporânea são majoritariamente pensados e projetados para as necessidades de pessoas heterossexuais e cisgêneros que se enquadram nas normas impostas de como uma sociedade deve se comportar e mantendo uma perspectiva conservadora de suas vidas sexuais. Para pessoas heterossexuais e cisgêneros, a oportunidade de realizar sociabilidades de afetividade e sexo dentro de seus próprios lares é considerada a regra e não um escasso privilégio, enquanto parte da população LGBT não se sente segura ou livre para expressar sua sexualidade dentro de casa, com a família. Também para pessoas dentro do padrão hetero-cis, a utilização do espaço público em tempo integral, podendo expressar seu gênero

e sexualidade, acontece de forma natural, enquanto travestis, transexuais, *gays*, lésbicas e bissexuais são violentados ou morrem diariamente nas ruas brasileiras por tentarem fazer o mesmo. Restam então para as pessoas LGBT, assim como para negros, pessoas da periferia, imigrantes, trabalhadores irregulares ou ilegais e demais subalternos urbanos, a apropriação do que podem nos territórios públicos e o regozijo de uma cidade feita de transações, cercas, vigilância e penumbras.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, I. T. *Transformações socioespaciais recentes no setor leste da cidade de Uberlândia-MG*. 2018. 189 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.
- BORTONI, L. Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional. 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>. Acesso em: out. 2018.
- CARRIJO, G. G. *(Re)apresentações do outro: travestilidades e estética fotográfica*. 2012. 315 f. Tese (Doutorado em multimeios) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- CASTELLS, M. *The city and the grassroots*. Los Angeles: University of California Press, 1983.
- CASTRO, D. A. *Resistores urbanos*. 2009.198 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.
- CENSO demográfico 2010. Amostragem: migração. Uberlândia: IBGE, 2011. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/pesquisa/23/24007?detalhes=true>. Acesso em: jun. 2018.
- CORTÉS, J. M. G. *Políticas do espaço: arquitetura, gênero e controle social*. São Paulo: Senac, 2008.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 237 p.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução Aurélio Guerra Neto et al. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- FOUCAULT, M. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 302 p.
- FREITAS, B. *Cidade, gênero e sexualidade: territorialidades LGBT em Uberlândia, MG*. 2016. 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.
- GREEN, J. N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- JACQUES, P. B. *Elogio aos errantes*. Salvador: EDUFBA, 2012. 331 p.

- JACQUES, P. B. Notas sobre cidade e cultura. In: RUBIM, A. A. C.; ROCHA, R. (org.). *Políticas culturais para as cidades*. Salvador: Edufba, 2010. p. 161-166.
- JACQUES, P. B.; VAZ, L. F. Territórios culturais na cidade de Rio de Janeiro. In: JEUDY, H.-P.; JACQUES, P. B. (org.). *Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais*. Salvador: Edufba, PPG-AU/FAUFBA, 2006.
- MATOS, T. C. *A dinâmica espacial gay na região da Avenida Paulista: o caso da Rua Frei Caneca*. 2015. 85 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- SILVA, J. P. G. *As políticas públicas de planejamento e o desenvolvimento urbano de Uberlândia (MG)*. 2014. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.
- SILVA, K. N. da. *Expansão urbana do setor sul da cidade de Uberlândia-MG: um estudo dos processos de exclusão e segregação socioespacial*. 2012. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.
- SOARES, B. R. Uberlândia: da boca do sertão à cidade jardim. *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, ano 9, n. 18, p. 95-104, jul./dez. 1997.
- TREVISAN, J. S. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4. ed. São Paulo: Objetiva, 2018. 552 p.
- VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 2001. 373 p.

Dinâmica do Movimento de Pessoas e Copresença: Passagens e Permanências

Dynamics of the Movement of People and Co-presence: Passages and Stays

Dinámica del Movimiento de Personas y Co-presencia: Pasajes y Permanencias

*André de Souza Silva. Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, RS, Brasil.
E-mail: silandre@unisinos.br*

*Alessandra Teribele. Doutora em Arquitetura pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, RS, Brasil.
E-mail: aleteribele@unisinos.br*

Resumo

Espaços abertos públicos delimitados por barreiras como grades, muros e empenas, desprovidos de acessos e até mesmo edificações não colaboram para a copresença e a dinâmica do movimento de pessoas. A vida social é afetada pelo surgimento da segmentação e distanciamento socioespacial. Explicar como ocorre a dinâmica espacial do movimento de pessoas apontando possibilidades de incrementar esse aspecto da vida social urbana é o objetivo desta pesquisa. Apresenta-se um apanhado teórico sobre a relação entre espaços e usos, que abarca as conexões físicas duais, de passagens e permanências, entre os domínios públicos e privados do sistema configuracional urbano, ou seja, as gradações de interfaces espaciais estabelecidas entre as edificações e o espaço aberto público. São utilizados princípios da lógica socioespacial como fundamento conceitual e procedimento metodológico de análise. Os resultados, obtidos por meio do referencial conceitual e teórico centrado em fundamentos da lógica socioespacial, indicam que a acessibilidade do sistema de vias, as edificações e as atividades, vinculadas a diferentes formas de continuidade física e visual disponibilizadas pelos acessos, são fundamentais e possibilitam efetivamente a dinâmica socioespacial.

Palavras-chave: Movimento de pessoas; Configuração espacial; Interface espacial.

Abstract

Open public spaces delimited by barriers such as grids, walls and gables, devoid of access and even buildings do not collaborate for the co-presence and the dynamics of the people movement. Social life is affected by the emergence of segmentation and socio-spatial distancing. The objective of this research is to explain how the spatial dynamics of the people movement occurs indicating possibilities to increase this aspect of urban social life.

A theoretical overview of the relationship between spaces and uses is presented, which encompasses the dual physical connections of passages and stays between the public and private domains of the urban configurational system, that is, the gradations of spatial interfaces established between the buildings and the open public space. As conceptual foundation and methodological procedure of analysis principles of socio-spatial logic are used. The results, obtained through a conceptual and theoretical reference centered on socio-spatial logic fundamentals, indicate that the accessibility of the road system, the buildings, and the activities, linked to different forms of physical and visual continuity made available by the accesses, are fundamental and effectively enable the socio-spatial dynamics.

Keywords: People movement; Spatial configuration; Spatial interface.

Resumen

Los espacios abiertos públicos delimitados por barreras como rejas, muros, empenas desprovistas de accesos e incluso edificaciones no colaboran para la co-presencia y la dinámica del movimiento de personas. La vida social se ve afectada por el surgimiento de la segmentación y el distanciamiento socioespacial. Explicar cómo ocurre la dinámica espacial del movimiento de personas apuntando posibilidades de incrementar ese aspecto de la vida social urbana es el objetivo de esta investigación. Se presenta un recuento teórico sobre la relación entre espacios y usos, que abarca las conexiones físicas duales, de pasajes y permanencias, entre los dominios públicos y privados del sistema de configuración urbana, es decir, las gradaciones de interfaces espaciales establecidas entre las edificaciones y el espacio público. Se utilizan principios de la lógica socioespacial como fundamento conceptual y procedimientos metodológicos de análisis. Los resultados, obtenidos a través de una referencia conceptual y teórica centrada en los fundamentos de la lógica socioespacial, indican que la accesibilidad del sistema de vías, las edificaciones y las actividades, vinculadas a diferentes formas de continuidad física y visual disponibilizadas por los accesos, son fundamentales y posibilitan efectivamente la dinámica socioespacial.

Palabras clave: Movimiento de personas; Configuración espacial; Interfaz espacial.

INTRODUÇÃO

O movimento de pessoas, objeto foco da presente pesquisa, especificamente a pé, potencializa a dinâmica espacial da vida social urbana. Diz respeito à condição e ao meio pelo qual existe a possibilidade de contato e percepção da presença ou ausência, de estar ou não estar, de ver e ser visto pelas outras pessoas. Seja de modo esporádico seja circunstancial, as pessoas tendem a se movimentar pelo espaço aberto público, independentemente das suas condições sensoriais e motoras, do tempo de permanência ou do modo de apropriação espacial (motorizado e não motorizado) (SILVA, 2004, 2010).

Espaços abertos públicos com pouco incremento do movimento de pessoas colaboram para o distanciamento dos contatos sociais em razão do cerceamento espacial, bem como para o aumento da insegurança motivado pela diminuição de pessoas no espaço em questão. O aumento de movimento de pedestres nesses locais pode colaborar para o incremento da dinâmica social, pois as relações sociais dependem da presença de outras pessoas, ou seja, a copresença (BRAGA, 2003, p. 23).

A premissa que fundamenta a problematização da pesquisa considera que o aumento do movimento de pessoas pelo sistema de vias mais acessíveis é diretamente proporcional ao aumento das oportunidades e facilidades oferecidas pelas edificações, especificamente os acessos às atividades por meio das aberturas ao nível térreo, as quais tornam espaços abertos públicos lugares capazes de manter a interação entre pessoas. O maior ou o menor movimento de pessoas em determinados espaços abertos públicos é a razão entre a acessibilidade do sistema de vias (conexões) e as permutações (trocas) disponibilizadas por cada edificação. Assim sendo, o objetivo desta pesquisa é compreender a dinâmica espacial da mobilidade intraurbana por meio da microacessibilidade em decorrência das permutações disponíveis pelos acessos das edificações em relação ao espaço aberto público (SILVA, 2004, 2010).

Trata-se de uma pesquisa explicativa que demonstra “o porquê das coisas através dos resultados oferecidos [...]”, usando o procedimento de pesquisa bibliográfica (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35). Desse modo, baseada em referencial teórico, a pesquisa apresenta em seus resultados o debate em torno da fruição do movimento de pessoas pelos acessos disponíveis nos espaços abertos públicos.

PADRÕES ESPACIAIS DE MOVIMENTO DE PESSOAS

Gehl (1987, p. 131-185) descreve uma série de relações interpessoais que podem influenciar a interação social e, conseqüentemente, o movimento de pessoas no espaço aberto público, entre as quais se destacam: 1. as relações necessárias que incluem a maior parte dos motivos de caminhar e são diretamente influenciadas pela estrutura física; 2. as relações opcionais mais esporádicas geralmente associadas ao lazer e à contemplação, em que o tempo e o lugar são os determinantes que tornam possíveis os deslocamentos; e 3. as relações sociais as quais dependem da presença de outras pessoas no espaço aberto público.

O motivo do deslocamento a pé tem papel significativo na escolha da rota e está diretamente relacionado à predisposição e/ou à necessidade de as pessoas se movimentarem, como: fazer compras, ir ao trabalho, sair a passeio e assim por diante. Por exemplo, as pessoas que se deslocam até o trabalho possuem um

caminhar provavelmente mais rápido e requerem menor ocupação espacial em comparação com aquelas que estão passeando, cujas relações interpessoais podem ser importantes para os deslocamentos. Assim, as trocas sociais são fundamentais à dinâmica espacial e são uma das principais diferenças entre o modo de deslocamento veicular e de pedestres (STILITZ, 1969).

De modo geral, ao decidirem o motivo e o modo de deslocamento, as pessoas tendem a escolher preferencialmente o percurso mais direto entre a origem e o destino, parcialmente independente das condições qualitativas apresentadas no percurso. Com isso, passam a estabelecer padrões espaciais de movimento em razão das propriedades espaciais, formais e funcionais dos tecidos urbanos vinculadas ao sistema de vias e edificações (SILVA, 2004, 2010), antes de considerarem alguns aspectos da infraestrutura: conservação das calçadas, existência de pavimentação, inclinação das vias, sentido do trânsito e outros fatores qualitativos, como contemplação e apazibilidade da paisagem.

A experiência cognitiva das pessoas de procurar a menor distância entre dois pontos em um sistema de vias tem como princípio a busca otimizada da menor distância métrica e tempo como medida primordial na escolha dos trajetos habituais, novos ou alternativos (SILVA, 2004, p. 23).

À medida que se deslocam, as pessoas definem pontos intermediários de destino, ligando-os a uma reta imaginária. Por esse motivo, o movimento de pessoas pode ser considerado um evento axial, devido às possibilidades descritivas e sintéticas dessa dimensão de análise. Na Figura 1, observa-se que as linhas curvas indicam os desvios entre a origem e o destino, e as linhas tracejadas indicam o mínimo percurso entre a origem e o destino.

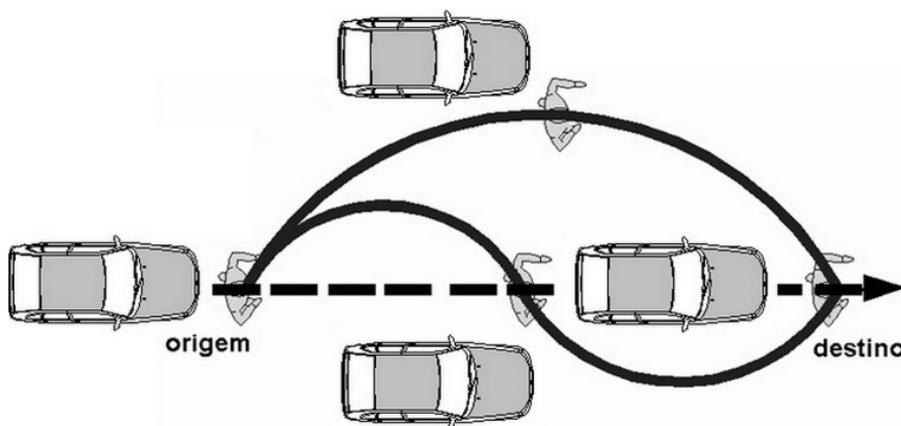


Figura 1: Movimento de pedestres e veículos como um evento axial.
Fonte: Elaborada pelos autores.

Uma das demandas fundamentais em um sistema de movimento de pessoas é organizar o movimento a distâncias mais curtas (Figura 2), pois elas se movimentam fundamentalmente por meio da relação de visibilidade (GEHL, 1987, p. 142). Na Figura 2, observa-se que, entre as alternativas de deslocamento, as pessoas tendem a escolher a relação mais direta e visível.



Figura 2: Alternativas de deslocamento espacial.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Da interdependência entre o motivo e o modo do deslocamento e a escolha do percurso mais direto emerge um padrão espacial de movimento. Trata-se dos percursos relativamente constantes, em razão das rotinas habituais como locais de moradia, trabalho, emprego, lazer, educação etc., que as pessoas estabelecem em um determinado intervalo de tempo pelo sistema de vias. Há poucas variações na demanda (diária) dos movimentos de pessoas, exceto em dias e épocas especiais (final de semana, datas comemorativas, feriados etc.) ou acontecimentos inesperados (passeatas, acidentes, congestionamentos etc.) que podem vir a representar oscilações estatísticas notáveis (NOVAES, 1982, p. 13).

Experiências espaciais, ditadas pelas rotinas habituais, estão potencialmente vinculadas à localização e distribuição das partes do sistema configuracional urbano (avenidas, ruas, praças, edificações etc.). Em princípio, a configuração do sistema de vias é um forte mecanismo de condicionamento do movimento das pessoas na cidade e indutora da própria localização das atividades – lógica socioespacial de Hillier e Hanson (1984). Significa dizer que, embora as descrições de como o espaço público é percebido sejam inúmeras e um tanto subjetivas, o modo como o espaço aberto público é percorrido é passível de descrições analíticas diagramáticas objetivas em razão do movimento natural estabelecido pela lógica socioespacial.

Em termos conceituais, o sistema de vias e as edificações estabelecem a base das propriedades configuracionais dos tecidos urbanos, essenciais na articulação e na orientação do movimento de pessoas, as quais possibilitam o alcance das diferentes atividades urbanas, tendo em vista que alguns espaços abertos públicos podem ser mais acessíveis do que outros. A acessibilidade, em maior ou menor grau, corresponde ao potencial de alcance das atividades e de interação das pessoas em decorrência do posicionamento relativo estabelecido entre diferentes espaços abertos públicos. Porém, na prática, ocorrem sucessivas escolhas de movimento em um constante itinerário exploratório entre os diferentes níveis de atratividade disponibilizados pelas edificações e possibilidades de acesso direto (HILLIER; HANSON, 1984; RIGATTI, 1995; HOLANDA, 2002).

Tal determinação da configuração espacial, em específico sua influência na dinâmica do movimento de pessoas e nos padrões de uso e apropriação espacial, é amplamente demonstrada em pesquisas sistemáticas e analíticas atuais. Com interesse no campo da sintaxe espacial e da percepção espacial, é possível encontrar diversos estudos contemporâneos que descrevem a qualidade espacial dos lugares por meio do ato de caminhar como método capaz de capturar tanto as qualidades (AGUIAR, 2015) quanto as necessidades socioespaciais (MENEZES; MATEUS, 2018) das pessoas em edificações e no espaço aberto público.

PASSAGENS E PERMANÊNCIAS NO ESPAÇO FÍSICO URBANO

De modo geral, espaços abertos públicos não podem ser alcançados diretamente, por causa do arranjo espacial dos artefatos construídos que compõem o tecido urbano. Desde a escala da rua, da quadra e do bairro e até a cidade, tais artefatos são compostos pelo sistema de vias (espaço), edificações (forma) e atividades (função), cuja disposição e arranjo dessas partes no todo (relações) ditam o comportamento espacial das pessoas e, em última análise, a essência de fruição da vida espacial (efeitos).

Espaço refere-se à separação e ao distanciamento (avenidas, ruas, praças etc.) entre formas construídas. Forma é a composição e o arranjo do artefato, na qual a edificação, o bairro, a cidade e o sistema de vias são formas de diferentes escalas e padrões. Função, por sua vez, implica a noção de uma atividade residencial ou não residencial a ser desempenhada pela forma do artefato. No entanto, faz-se necessário verificar as relações e os efeitos socioespaciais das transformações no espaço, na forma e na função. Relações referem-se ao modo como os artefatos estão organizados e vinculados. Em princípio, as relações entre espaço, forma e função são diretas: um determinado espaço, delimitado por uma forma, pode desempenhar uma ou várias funções. Ou seja, não existe função sem a sua forma e espaço correspondente. Já os efeitos são definidos como as consequências resultantes de relações causais entre espaço, forma e função que, se considerados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas do fenômeno urbano (SANTOS, 1985, p. 53). Porém, considerados em conjunto e relacionados entre si, constroem a base conceitual, teórica e metodológica (SILVA, 2010) a partir da qual é possível discorrer sobre o movimento de pessoas (Figura 3).



Figura 3: Espaço, forma, função, relações e efeitos.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Fundamentalmente, há dois tipos de comportamento de pessoas no meio urbano: um dinâmico, em movimento, de passagem ao longo dos espaços abertos públicos e/ou edificações e outro estacionário, parado, de permanência em um determinado espaço aberto e/ou edificação, predominantemente breve, influenciado pelo ambiente físico ou por circunstâncias momentâneas (GEHL, 1987, p. 148). Nesse percurso, acessos e

atividades também influenciam significativamente no comportamento das pessoas, pois despertam interesse e tendem a manter o diálogo sensorio-motor por meio da fruição do movimento (KARSSENBERG *et al.*, 2015, p. 33).

Assim, tão importante quanto o arranjo espacial dos artefatos construídos são as passagens e permanências disponibilizadas pelos acessos (portas de entradas) que possibilitam estabelecer conexões e transições entre domínios distintos: o espaço aberto público e o espaço privado. A partir dos acessos é que efetivamente observam-se os efeitos das relações entre espaço, forma e função, ou seja, a interface dos interesses individuais com as demandas coletivas. Trata-se das relações de passagem e permanência, “para e através” dos espaços abertos públicos e das edificações. Acessos fornecem a necessária transição entre o público (sistema de vias) e o privado (atividades residenciais e não residenciais), ocupando a condição de diálogo entre espaços de passagens e permanências. O arranjo geométrico espacial dos artefatos construídos potencializa as passagens e permanências que correspondem à condição relacional topológica de gradativa e sequencial acessibilidade e visibilidade pelo sistema de vias e espaços abertos públicos.

Espaços abertos públicos como praças, largos e parques também desempenham importantes relações como pontos de encontros casuais ou intencionais, os quais propiciam condições para a ocupação estacionária mais efetiva das pessoas, como ler, conversar, contemplar etc. Possuem especial interesse como elementos articuladores de espaços, ou seja, funcionam como elementos de conexão e transição entre espaços abertos públicos, os quais asseguram intensa movimentação de pessoas e pontos de encontro e permanência.

Passagens, permanências e acessos, em termos da condição de diversidade (a) temporal de espaços abertos públicos, edificações, atividades e classes sociais, encontradas na cidade tradicional e de crescimento natural, são emblemáticos na obra de Jane Jacobs (2000, p. 52), a qual considera que “Sob a aparente desordem da cidade tradicional, existe, nos lugares em que ela funciona a contento, uma ordem surpreendente que garante a manutenção da segurança e a liberdade. É uma ordem complexa”. Refere-se à primordial e necessária interface entre espaços abertos públicos, edificações, atividades e acessos, intrinsecamente vinculada à urbanidade (HOLANDA, 2011) e ambiência, ou seja, a qualidade de vida nas cidades.

ESTIMATIVA DA MULTIPLICIDADE DE TRANSIÇÕES ENTRE ESPAÇOS ABERTOS PÚBLICOS E EDIFICAÇÕES

Quantificar a disposição do sistema de artefatos construídos de modo a qualificar as passagens e permanências e, com isso, as possibilidades de interface entre o espaço aberto público e as edificações é o que possibilita estudos centrados em métodos dedutivos de análise (SILVA, 2010).

Ao relacionar o total de acessos às edificações pela metragem quadrada construída, Silva (2010) verifica a disposição dos artefatos construídos qualificando as passagens (portas de acesso) e, com isso, as possibilidades de interface entre os espaços abertos públicos e as edificações. Os acessos às edificações apresentam-se como propriedades fundamentais quando associadas à metragem quadrada construída residencial e não residencial e às viagens atraídas e produzidas de base domiciliar e não domiciliar; nesse caso, não se trata de simplesmente considerar a existência ou não de acessos ao espaço aberto público. Assim, os acessos são diferenciados e

ponderados conforme a atratividade dos usos do solo a que estiverem relacionadas e a metragem quadrada das edificações não residenciais fundamentalmente, desconsiderando-se quantidade, tamanho, material, localização e distância dos acessos (aberturas e portas ao nível térreo das edificações). Esse procedimento de Silva (2010) possibilita diferenciar, por exemplo, o acesso a uma residência e o acesso a uma edificação excepcional que possui atividades para as quais tendem a atrair significativo contingente de pessoas, independentemente de sua localização no espaço aberto público, como um shopping center. Esse refinamento possibilitou majorar ou minorar determinadas atividades residenciais e não residenciais em relação à ocupação efetiva e às condições de habitabilidade.

Do ponto de vista da física, a permutação estatística demonstra o número de combinações possíveis associadas a cada estado de um determinado parâmetro (por exemplo, o movimento de pessoas), no qual se desconhece qualquer informação adicional. Como cada edificação possui um determinado número de acessos, admite-se que, durante um certo período, haja o movimento irrestrito de um espaço de domínio público para o privado e vice-versa. Por meio de uma matriz, é possível calcular a quantidade de vínculos intervenientes necessários para um ponto alcançar todos os demais pontos de uma determinada edificação inserida em um espaço aberto público (Figura 4). É importante considerar que o método é adequado para o comportamento do sistema como conjunto; nesse caso, não interessa conhecer os inúmeros motivos e comportamentos individuais possíveis das pessoas.

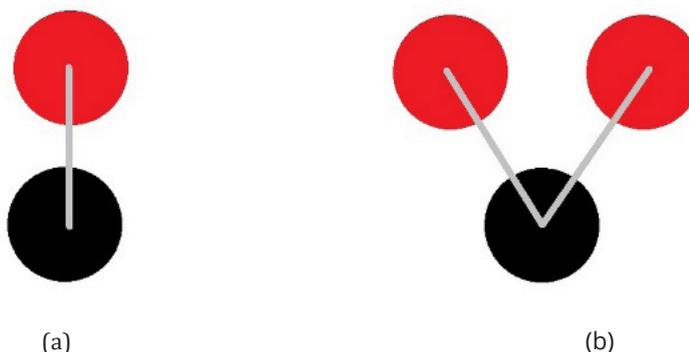


Figura 4: Conjunção de permutações espaciais.

Fonte: Elaborada pelos autores.

O caso (a) mostra a interação (valor 1) existente entre um acesso (célula vermelha) e uma unidade espaço aberto público (célula preta). Já no caso (b), há uma maior probabilidade de interação (valor 2) em função dos dois acessos e, conseqüentemente, do recebimento de movimento de pessoas para uma mesma unidade de espaço aberto público. Esse resultado pode ser obtido de duas maneiras distintas. Embora a distribuição do movimento de pessoas seja estocástica, é possível elaborar estimativas a partir da realidade que se desconhece e se pretende modelar. Desse modo, a situação do caso (b) apresenta o maior número de permutações possíveis, portanto a que provavelmente gera mais movimento de pessoas. Essa relação de movimento entre espaços (público e privado) se intensifica nos espaços abertos públicos onde há mais concentração de atividades e, principalmente, de acessos. Pode-se depreender desse fato que o maior movimento de pessoas nos espaços abertos públicos é essencialmente em função da maior concentração e diversidade de atividades potencializadas por meio das portas de acesso. Pessoas preferem se

movimentar por espaços abertos públicos que disponibilizem, sobretudo, o maior número de acessos, pois não basta haver atividades se inexistir a possibilidade de acessá-las.

Crowther (1974 apud KRÜGER, 1989, p. 47) exemplifica a estimativa mais provável da configuração de objetos em espaços ou recipientes que pode ser aplicada tanto ao estudo do deslocamento de moléculas em fluidos quanto de pessoas em áreas urbanas. Observam-se dois espaços (ou recipientes) nos quais estão dispostos quatro objetos à esquerda do observador e dois objetos à direita (Figura 5). Durante certo período, permite-se o movimento de qualquer um desses objetos (círculos pretos) de um espaço para outro ou de um espaço para si mesmo. Na ausência de qualquer outro tipo de conhecimento sobre o fenômeno, o desafio é como estimar a distribuição mais provável dos objetos pelos dois espaços. Constatou-se que o número de permutações superior a qualquer outro corresponde à alocação obtida de 20 maneiras distintas (três objetos em cada zona), de um total de 64 possíveis. Essa situação que apresenta a maior desordem (caótica) é possivelmente a mais provável de ocorrer em termos de movimento de pessoas no meio urbano, por causa do maior número de permutações possíveis (CROWTHER, 1974 apud KRÜGER, 1989, p. 47). Na Figura 5, observa-se o arranjo em sete colunas de todas as possíveis permutações de objetos entre as zonas. Os números colocados em círculos representam situações prováveis de ocorrerem movimentos, e as células pretas indicam as que trocam de zonas.

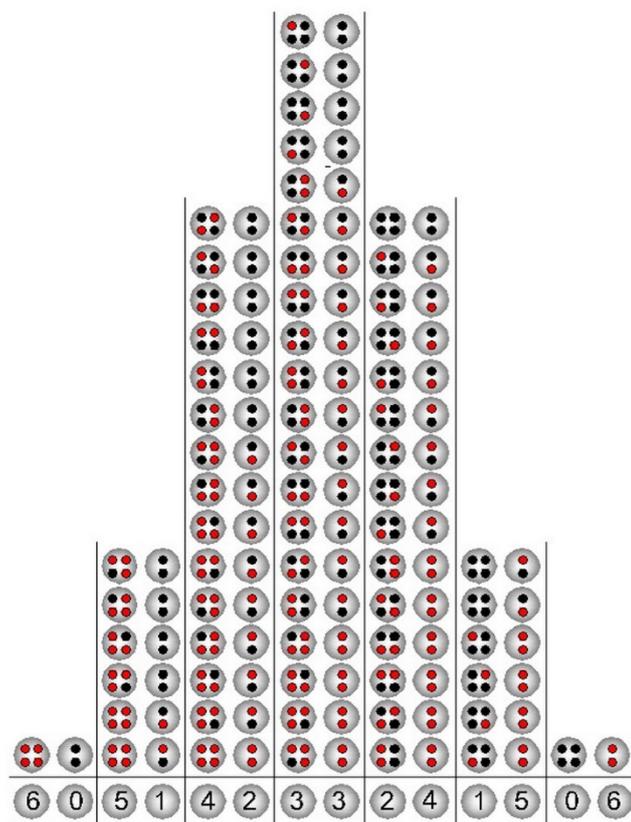


Figura 5: Probabilidades de permutações entre partições de espaço.
 Fonte: Adaptada de Krüger (1989, p. 48).

Desse modo, quanto mais o número de acessos estiver associado a uma dada edificação e espaço aberto público correspondente, maiores serão as possibilidades de interação e conseqüentemente de gerar movimento de pessoas. Em termos práticos, quanto maior a intensidade de interação entre as edificações e o sistema de vias, maior é o potencial de gerar trocas sociais. A interação socioespacial e o movimento de pessoas tendem a ser incrementados na medida em que o espaço aberto público tenha em média uma edificação residencial ou não residencial a cada dez metros, desde que uma ou outra atividade não seja demasiadamente dominante como função única (KARSSENBERG *et al.*, 2015, p. 23-25). Inclui edificações de pequena escala; variedade e flexibilidade de funções; fachadas transparentes e permeáveis; área híbrida de transição do privado para público; área compacta e densificada, cuja altura das edificações seja em torno da metade da largura da rua; possibilidades de sentar; condições propícias ao movimento de pessoas de dia e à noite; espaços atrativos e criativos; conexões com a rede de praças e parques; entre outras estratégias. Essas considerações demonstram o quão fundamental é considerar conjuntamente as edificações, o espaço aberto público, as atividades e os respectivos acessos como meio efetivo de interação socioespacial.

FROIÇÃO ESPACIAL URBANA E FACHADAS ATIVAS

Segundo Karssenber *et al.* (2015), faz-se necessário adotar estratégias de interface e transição capazes de promover a interação de pessoas e fortalecer a vida cotidiana, no sentido da reconquista da rua como lugar de convívio social que, em última instância, remete às fachadas ativas, as quais ocorrem a partir da relação dinâmica e direta das aberturas das edificações com acesso livre ao espaço aberto público (TEIXEIRA; SILVA, 2018).

Há edificações que são verdadeiras condensadoras e articuladoras do movimento de pessoas em determinadas áreas urbanas, configurando-se em artefatos não apenas de referência histórico-cultural urbanística, mas também de fruição espacial. Transformam-se em uma arquitetura dos espaços urbanos na medida em que disponibilizam às pessoas, por meio de seu espaço interno, a articulação com o espaço aberto público em seu entorno imediato (Figura 6), como promovido pelo Mercado Público de Porto Alegre, um exemplo emblemático.

Essa permeabilidade física deve-se em parte à grande quantidade de acessos, ou seja, as conexões e/ou aberturas que possibilitam a entrada e a saída de pessoas, fundamentais nas transições entre o espaço aberto público e o privado. Os encaminhamentos internos do Mercado Público disponibilizados pela quantidade e distribuição dos acessos orientam espacialmente as pessoas que cruzam o Mercado Público tanto para fazerem compras e acessarem mais rapidamente outros pontos (como, a estação do metrô), quanto para apreciarem um cenário pictórico e de descobertas. Quando se decompõe esquematicamente o sistema de percursos do Mercado Público, percebe-se que as linhas de movimento assemelham-se a um tradicional sistema de vias ortogonais (Figura 6).

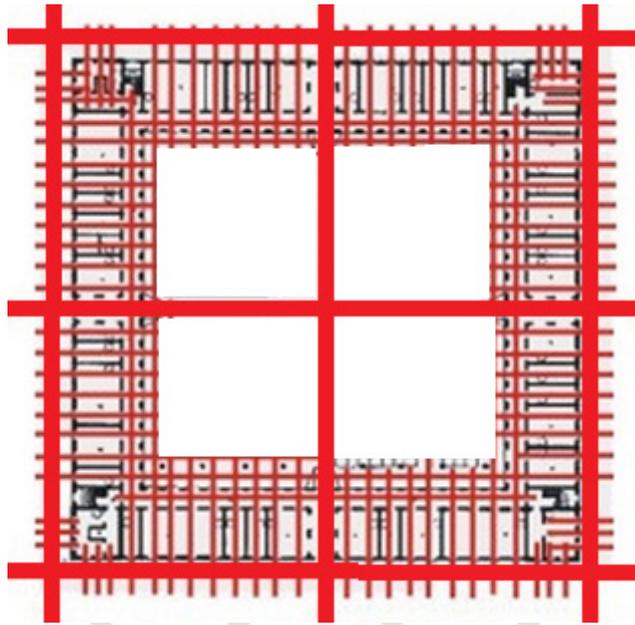


Figura 6: Urbanidade: linhas de movimento no pavimento térreo do Mercado Público de Porto Alegre.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Outro exemplar significativo é a Casa de Cultura Mario Quintana (antigo Hotel Majestic) localizado entre a Rua dos Andradas (Rua da Praia) e a Rua Sete de Setembro (Figura 7) em Porto Alegre. A edificação possui um átrio central que atravessa a edificação tanto no sentido vertical quanto no sentido horizontal ao nível térreo. Seu caráter dominante no espaço é enaltecido por meio do pé-direito alto, atribuindo à edificação uma conotação imponente. Esse percurso qualifica e transforma o entorno imediato, principalmente por causa de sua dimensão e acessibilidade, disponibilizando às pessoas o deslocamento entre diferentes espaços.

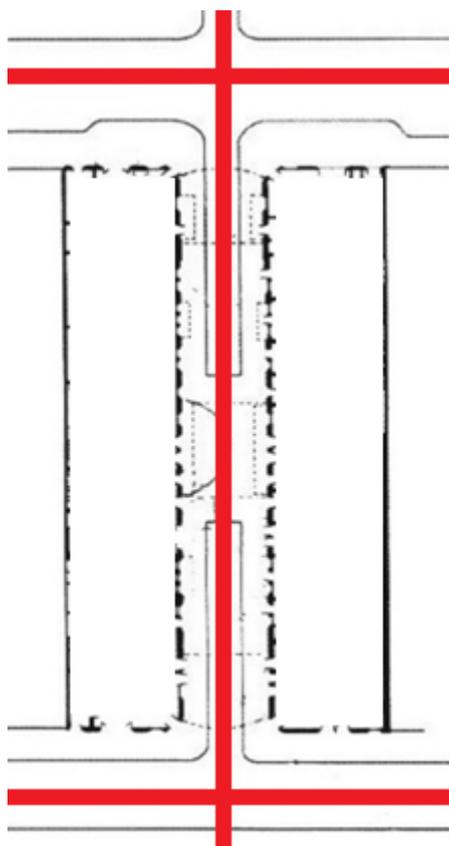


Figura 7: Graduação de acessibilidade: linhas de movimento no pavimento térreo da Casa de Cultura Mario Quintana, em Porto Alegre.
Fonte: Elaborada pelos autores.

Essas condições de continuidade física e visual, por meio dos acessos, estabelecem linhas de movimento mais controladas e de menor extensão entre espaços. Permitem que as pessoas se movimentem por espaços que, em si, não teriam interesse, mas tornam-se mais frequentados por serem caminhos para outras edificações e espaços abertos públicos.

No deslocamento por essas edificações, há uma sucessão de espaços inteligíveis em um eixo sequencial de movimento. Esses espaços estabelecem a sequência gradativa de movimento de pessoas no limiar entre o espaço público, o espaço privado de uso público e o espaço privado, pois cumprem tanto a condição de marcar e direcionar um eixo de passagem quanto de dinamizar a permanência, ou seja, a ocupação estacionária dos espaços.

O distanciamento entre o espaço externo e interno às edificações, do ponto de vista do pedestre, gera maior probabilidade de movimentos. Tais edificações subvertem a ideia de público e privado, ao menos no que diz respeito ao acesso, em que o domínio privado se torna contínuo e publicamente acessível. Promovem o movimento de pedestres por estarem diretamente relacionados à irrestrita permeabilidade física e visual do entorno, que possibilita maior reconhecimento, entendimento e alcance nos deslocamentos dos pedestres. Os espaços contínuos são justamente os que estão dispostos ao longo das principais linhas de movimento que configuram a irrestrita continuidade espacial.

Tais edificações, por causa da escala urbana e humana que mantêm com o entorno, sugerem o caráter de convergência, contenção e acolhimento social característico dos tecidos tradicionais. Diversos autores (Gordon Cullen, Kevin Lynch, Jane Jacobs, Jan Gehl, William Whyte, Allan Jacobs, Fred Kent, entre outros) abordam a temática das cidades centrada na escala humana e psicológica de percepção do olhar, a qual denota ser aprazível, dinâmica, atrativa e adaptável ao movimento de pessoas.

O SENTIDO DA COPRESENÇA

Em uma visão diametralmente oposta, espaços abertos públicos áridos, inóspitos e introvertidos (delimitados por grades, muros, empenas) fornecem subsídios suficientes para que a condição típica da cidade tradicional seja substituída pela configuração espacial do espaço aberto público descontínuo ao nível do movimento natural das pessoas. Nesse contraponto, espaços abertos públicos desprovidos de edificações e/ou de acessos tendem ao pouco incremento no movimento de pessoas.

Espaços abertos públicos com menor número de acessos apresentam menores possibilidades de estabelecerem a interface entre os domínios público e privado. A pouca quantidade de acessos dificulta e até mesmo impossibilita que pessoas realizem respectivamente movimentos de chegada, entrada e saída das edificações. Citam-se como exemplo 1. as áreas de estacionamento, 2. os muros dos condomínios horizontais fechados, 3. as edificações subutilizadas e/ou abandonadas, 4. as edificações em altura e/ou distantes da via envolvidas por empenas desprovidas de aberturas de acesso no nível térreo, 5. a frequente e extensiva combinação de edificações geminadas, em fita e isoladas, do tipo barra e/ou torre, com eventuais recuos frontais, laterais e fundos, que difere de sua natureza de integração socioespacial, entre outros casos que representam situações na quais inexistem qualquer tipo de relação com o entorno imediato. São áreas que impossibilitam estabelecer continuidades e conexões do sistema de vias, e, como consequência, há o distanciamento dos contatos sociais em razão do cerceamento espacial (Figura 8).



Figura 8: Espaços abertos públicos desprovidos de acesso.
Fonte: Foto dos autores.

A lógica socioespacial da dimensão experiencial do movimento de pessoas é incompreendida e relegada a um papel secundário, em que segmentos de espaços abertos públicos desprovidos de acesso assemelham-se a sólidos platônicos, tangentes em relação aos demais, enclausuram pessoas e estabelecem a ambivalência de pertencer ao privado e não ao coletivo. O espaço aberto público de coesão desaparece, e surgem a segmentação e o distanciamento socioespacial. Há o incremento de condições cada vez mais precárias da espacialidade da vida social.

Espaços abertos públicos sem acessos são típicas situações nas quais o movimento de

peças é circunstancial e induzido. Por vezes, geram apropriação espacial transitória e efêmera, pois parte do sistema de vias é utilizada tão somente para acessar outras vias, o que resulta em um quadro progressivo de perda da urbanidade (HOLANDA, 2011). Tal rompimento com o espaço externo produz

[...] efeitos sobre a segurança das ruas em volta, ao renunciar a relação entre edifício e uso público de térreos, a relação franca entre o edifício e a rua – relações geradoras de movimento e segurança. [...] ao gerar segurança interna, se produz mais insegurança nas ruas e bairros onde esses tipos tornam-se “regra” (NETTO, 2006).

Durante o dia e principalmente à noite e aos finais de semana, determinadas vias tornam-se semidesertas, pois pessoas se sentem inseguras em espaços desconstituídos de acesso. A segurança possui relação com a natureza da organização social e com a configuração física do espaço. Sentir-se seguro foi identificado nos estudos de Francis (1987) como um dos principais pré-requisitos para que as pessoas se movimentem pelos espaços abertos públicos, sendo importante componente que satisfaz crianças, jovens, adultos e idosos. O comportamento social das pessoas em interagir com as demais muitas vezes influencia a escolha de percursos nas quais haja mais movimento.

Pessoas atraem mais pessoas, e a condição para promover espaços seguros e defensáveis (NEWMAN, 1996) é que existam preferencialmente moradores no nível térreo das edificações. Com isso, é estabelecido um ciclo virtuoso do movimento de pessoas que passam a atrair sucessivamente cada vez mais movimento. Assim, a copresença de pessoas está diretamente vinculada às passagens em termos da acessibilidade do sistema de vias e às permanências no sentido da possibilidade de acesso às edificações (HILLIER *et al.*, 1993; NEWMAN, 1996; JACOBS, 2000; SILVA, 2004).

Em Trafalgar Square, no centro de Londres, Foster e Partners consideraram os princípios do empirismo da análise de observação com o pragmatismo das probabilidades e simulações inerentes à lógica socioespacial. A partir de conceitos do movimento natural e da copresença, propuseram o redirecionamento do movimento de pessoas e o uso estacionário do espaço aberto público (STONOR, 1998). Com isso, o local, antes desagradável, inseguro e dominado pelo tráfego veicular, passou a ter animação urbana diária com movimentos de passagens e permanências tanto de turistas quanto dos londrinos (Figura 9).



Figura 9: Placemaking de Trafalgar Square.

Fonte: Creative Commons Pixabay.

A esse respeito, o estudo de Rego e Bezerra (2016) verifica os níveis de integração e segregação em torno do sistema de espaços livres públicos (Selp) e sua relação com a interação entre pessoas quando da apropriação espacial em praças e parques. Já Talavera-Garcia (2012), ao analisar a distribuição espacial de praças e parques com a acessibilidade do sistema de vias da cidade, demonstra que a configuração espacial desempenha papel crucial na qualidade ambiental e influencia significativamente o movimento de pedestres a esses espaços abertos públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa contribui para o debate conceitual em torno da dinâmica do movimento de pessoas a partir da premissa de que as oportunidades e as facilidades oferecidas pelas edificações, especificamente os acessos às atividades por meio das aberturas ao nível térreo, colaboram para a passagem e a permanência das pessoas nos espaços abertos públicos. Fundamentalmente, considera que o sistema configuracional urbano e a quantidade de acessos às edificações definem o potencial de alcance das atividades e a probabilidade de copresença e movimento de pessoas.

A variação no posicionamento, na distância, no tamanho, na forma e na quantidade de conexões e gradações de interfaces espaciais definidas pelos acessos às edificações e a permeabilidade física e visual do espaço aberto público, ao estabelecer o caráter socioespacial urbano, apresentam-se como importantes mecanismos de incremento da atração e repulsão do movimento de pessoas em termos de passagens e permanências entre espaços públicos e privados. Ou seja, a chave para a dinâmica espacial, em termos de movimento de pessoas, não corresponde apenas à atratividade da edificação em si, mas à relação com outros espaços, sobretudo pelas possibilidades de acesso.

A premente necessidade de controlar e restringir o acesso às edificações e, conseqüentemente, aos espaços abertos públicos (praças, parques, sistema de vias), diante das atuais demandas por segurança, é um fenômeno contemporâneo complexo que extrapola a lógica socioespacial. Portanto, mais do que propor deduções

sintéticas para as circunstâncias às quais o movimento de pessoas, especialmente o de pedestres, irá se adaptar, é compreender que a lógica socioespacial de copresença, responsável pela dinâmica nos espaços abertos públicos, é condição fundamental para a qualidade de vida em cidades.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, D. O papel da caminhada na arquitetura. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, v. 22, n. 31, 2015, p. 31-96. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/P.2316-1752.2015v22n31p96/10676>.
- BRAGA, A. C. *Morfologia, transformação e co-presença em centros urbanos: o caso do centro do Rio de Janeiro/RJ*. 2003. 280 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- CROWTHER, D. Entropy: a theoretical approach to urban model building. In: Perraton, J.; Baxter, R. (ed.). *Models, evaluations and information systems for planners*, LUFBS Conference proceedings nº 1, MTP, Cambridge: [s.n.], 1974. FRANCIS, M. Urban open spaces. In: ZUBE, E. H.; MOORE, G. T. *Advances in environment, behavior and desing. Proceedings New York*: Plenum Press, 1987. v. 1, p. 71-103.
- GEHL, J. *Life between buildings: using public space* New York. New York: Van Nostrand Reinhold Company, 1987.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). *Métodos de pesquisa*. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- HILLIER, B. I.; HANSON, J. *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- HILLIER, B. *et al.* Natural movement: or configuration and attraction in the pedestrian movement urban. *Environment and Planning B: Planning and Design*, London, v. 20, p. 29-66, 1993.
- HOLANDA, F. *O espaço de exceção*. Brasília: Editora UnB, 2002.
- HOLANDA, F. (org.). *Arquitetura & urbanidade*. 2. ed. Brasília: FRBH, 2011.
- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KARSSENBERG, H. *et al.* *A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths*. Tradução Paulo Horn Regal e Renee Nycolas. Porto Alegre. EdiPUCRS, 2015. Disponível em: <https://thecityateyelevel.files.wordpress.com/2015/10/a-cidade-ao-nivel-dos-olhos.pdf>. Acesso em: 29 Jun. 2018.
- KRÜGER, M. J. T. *Teorias e analogias em arquitetura*. São Paulo: Projeto, 1989.

- MENEZES, M.; Mateus, D. Walking as tactile method urban planning and design. *In: Cyberparks ii makingmediatedplaces* p. 65-74. 2018.: Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/322661606>. Acesso em: 29 maio 2019.
- MORAES NETTO, V. M. *O efeito da arquitetura: impactos sociais, econômicos e ambientais de diferentes configurações de quarteirão*. 2006. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.079/290>. Acesso em: 29 maio 2019.
- NEWMAN, O. *Creating defensible spaces*. Washington, DC: U. S. Department of Housing and Urban Development, 1996.
- NOVAES, A. G. *Modelos em planejamento urbano e regional e de transportes*. São Paulo: Edgard Blücher, 1982.
- RIGATTI, D. *Apropriação social do espaço público – um estudo comparativo*. *Paisagem e Ambiente*, São Paul, n. 7, p. 141-197, 1995. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i7p141-197>.
- SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SILVA, A. S. *O movimento de pedestres em função da configuração espacial e das condições das calçadas*. Estudo de caso: área central de Santa Cruz do Sul/RS. 2004. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- SILVA, A. S. *Modelagem, mensuração e simulação do movimento de pedestres e veículos*. 2010. Dissertação (Doutorado em Planejamento Urbano Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: http://www.ufrgs.br/propur/teses_dissertacoes/Andre_Silva.pdf. Acesso em: 10 jan. 2019.
- STILITZ, I. B. The role of static pedestrian groups in crowded spaces. *Ergonomics*, v. 12, p. 821-839, 1969. doi: <https://doi.org/10.1080/00140136908931100>.
- STONOR, T. Trafalgar Square. A world square for all. London, 1998. Disponível em: <https://spacesyntax.com/project/trafalgar-square/>. Acesso em: 19 maio 2019.
- TALAVERA-GARCIA, R. Improving pedestrian accessibility to public space through space syntax analysis. *In: SPACE SYNTAX SYMPOSIUM*, 8., 2012, Santiago de Chile. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/258842267>. Acesso em: 29 maio 2019.
- TEIXEIRA, B. K.; SILVA, A. S. Fachadas ativas e sua influência na qualidade de vida urbana. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, v. 25, p. 206-243, 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/19096>. Acesso em: 15 maio 2019. doi: <https://doi.org/10.5752/p.2316-1752.2018v25n36p206>.

Planos Territoriais Metropolitanos: Governança, Consenso e Colaboração

Metropolitan Territorial Plans: Governance, Consensus and Collaboration

Planes Territoriales Metropolitanos: Gobernanza, Consenso y Colaboración

*Gabriela Stein Zacchi. Mestra em Urbanismo, História e Arquitetura na Cidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil.
E-mail: gabi.zacchi@gmail.com*

*Sergio Torres Moraes. Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP) com período "sanduíche" na Universidade da Califórnia em Berkeley e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela USP, São Paulo, SP, Brasil.
E-mail: sergiomoraes@arq.ufsc.br*

Resumo

Este artigo trata do planejamento territorial metropolitano integrado. Embora, no cotidiano da vida urbana, as fronteiras municipais tenham sido esquecidas, ainda se busca uma estrutura de governança interfederativa que proporcione a prestação de serviços de melhor qualidade, equidade social e racionamento dos recursos. Este artigo se propôs a entender quais fatores uma estrutura de governança podem determinar o bom andamento de planos territoriais metropolitanos. Percebeu-se que não há um modelo de governança que possa ser replicado para garantir o sucesso do planejamento integrado. Nota-se, entretanto, que a vontade dos atores de colaborar é um fator determinante do sucesso do planejamento territorial metropolitano. Para atingir esse consenso em prol da colaboração, este estudo sugere que o ponto de partida do desenvolvimento de um plano territorial metropolitano deve contemplar alguns passos que se mostraram fundamentais para a construção do consenso, são eles: a interdependência dos participantes, a estrutura de incentivos oferecida e a representatividade adequada de cada ator no processo.

Palavras-chave: Região metropolitana; Planejamento metropolitano; Plano territorial.

Abstract

This article deals with metropolitan territorial planning. Even though the fact that in the daily urban life the borders were surpassed, a governance structure is still needed to provide better quality services, social equity, and resource rationing. This article has proposed to understand what factors in a governance structure can determine the good progress of metropolitan territorial plans. It has been realized that there is no single model of governance that can be replicated to ensure the success of integrated planning. It is noted, however, that the will of the stakeholders to collaborate is a determining factor of the success of the metropolitan territorial planning. In order to reach this consensus for collaboration, this study suggests that the starting point of the development of a metropolitan territorial plan must contemplate some steps that have been fundamental for the construction of the consensus, they are: the interdependence of the participants, the structure of incentives and the appropriate representation of each actor in the process.

Keywords: Metropolitan region; Metropolitan planning; Territorial plan.

Resumen

Este artículo trata de la planificación territorial metropolitana integrada. A pesar de que, en el cotidiano de la vida urbana, las fronteras municipales fueron olvidadas, todavía se busca una estructura de gobernanza interfederativa que proporcione la prestación de servicios de mejor calidad, equidad social y racionamiento de los recursos. Este artículo se propuso a entender qué factores en una estructura de gobernanza pueden determinar el buen desarrollo de los planes territoriales metropolitanos. Se percibió que no hay un modelo de gobernanza que pueda ser replicado para garantizar el éxito de la planificación integrada. Se observa, sin embargo, que la voluntad de los actores de colaborar es un factor determinante del éxito de la planificación territorial metropolitana. Para alcanzar este consenso en favor de la colaboración, este estudio sugiere que el punto de partida del desarrollo de un plan territorial metropolitano debe contemplar algunos pasos para la construcción del consenso, son esos: la interdependencia de los participantes, la estructura de incentivos ofrecida y la representatividad adecuada de cada actor en el proceso.

Palabras clave: Región metropolitana; Planificación metropolitana; Plan territorial.

INTRODUÇÃO

As regiões metropolitanas brasileiras são territórios de grande importância econômica e onde os problemas sociais mostram sua face mais cruel: a da desigualdade que se expressa em áreas de intensa pobreza e violência. De acordo com Garson (2009, p. 191):

Apesar de próximas do núcleo mais dinâmico da economia, as periferias metropolitanas – e áreas dentro dos próprios núcleos regionais – reproduzem, ou mesmo exacerbam o quadro de forte desigualdade da sociedade brasileira, com poucos similares em nível mundial.

No cotidiano da vida urbana, há muito as fronteiras municipais foram esquecidas. A periferização da população advém da facilidade de deslocamento, da busca de mão de obra, do mercado consumidor e de outros fatores. Entretanto, em se tratando de planejamento urbano de municípios inseridos na mesma região metropolitana, é rotineiro que a orientação urbanística de um município prejudique os demais (MARICATO, 2011). Macrodrenagem, coleta e distribuição de água tratada, transportes de cargas e passageiros, coleta e tratamento de esgoto, habitação, uso e ocupação do solo são temas que exigem um tratamento integrado no âmbito metropolitano.

A necessidade de um planejamento territorial metropolitano vem sendo amplamente debatida em nível mundial. Há a emergência da busca por uma estrutura de governança interfederativa que proporcione a prestação de serviços de melhor qualidade, equidade social e racionamento dos recursos, financeiros, humanos ou ambientais.

Tal percepção levou à busca por formas mais eficazes de ordenar o território. Desse modo, o Brasil sancionou em janeiro de 2015, o Estatuto da Metrôpole – Lei Federal n. 13.089 – que obriga as regiões metropolitanas e os aglomerados urbanos a realizar de maneira colegiada e participativa um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado. Verifica-se, entretanto, que passados quase quatro anos da aprovação do Estatuto da Metrôpole, nenhuma região metropolitana brasileira tem o plano territorial integrado aprovado, fazendo com que o governo federal adiasse o prazo final de aprovação do plano para dezembro de 2021.

Desse modo, entende-se que a aprovação da lei não foi capaz, por si, de desencadear um processo ágil de ordenamento territorial metropolitano. Muitos fatores podem ser elencados como causa do não planejamento: a falta de recursos financeiros para a elaboração e consequente execução dos planos, a falta de uma instituição metropolitana de caráter executivo ou a dificuldade de abrir mão da autonomia já conferida aos gestores são os mais citados (GARSON, 2009; MARICATO, 2011).

Em que pese a dificuldade de transposição de todos esses obstáculos, o empecilho ao planejamento metropolitano brasileiro parece repousar principalmente sobre a grande autonomia municipal arraigada. Tendo em vista a dificuldade política de planejamento conjunto, este ensaio procura, por meio da literatura recente, sintetizar maneiras de formação de consenso entre os governos locais, no âmbito do planejamento metropolitano territorial. Governos locais e a forma como se relacionam entre si e com os demais entes da Federação são fundamentais na estrutura de governança. Nesse contexto, a cooperação pode ser chave para reduzir desigualdades e melhorar a eficiência dos serviços públicos.

AS REGIÕES METROPOLITANAS

As regiões metropolitanas podem ser apreendidas em várias escalas. Podem também ser adotadas diferentes terminologias para o mesmo território, como metrópole, região metropolitana, cidade-região ou aglomerado urbano. Para fins analíticos, Fricke (2017) sugere três atributos principais para definir uma região metropolitana, são eles: interdependência funcional interna, importância relativa do conjunto no sistema urbano e necessidade de cooperação interlocal.

As regiões formaram-se a partir de certos processos sociais recorrentes. Lefebvre (1991) afirma que o processo de industrialização é há um século e meio o motor das transformações na sociedade. O desenvolvimento tecnológico possibilitou a produção de excedente e a conseqüente concentração de riqueza nas cidades. Dessa maneira, além de valores monetários obtidos pelo comércio, houve ainda o acúmulo de serviços, conhecimentos, técnicas e obras (LEFEBVRE, 1991). Esse acúmulo de possibilidades passou a ser desejável, e, já nesse momento de urbanização incipiente, acentua-se a desigualdade socioespacial que permeia os problemas urbanos até hoje.

Esse movimento de atração das cidades nucleares foi especialmente observado no século passado por Christaller (1966). Hoje, os núcleos metropolitanos tendem a crescer de maneira menos acelerada, ao passo que as cidades médias no seu entorno ganham importância. Segundo Limonad (2011), o atual movimento é uma tendência ao crescimento demográfico e à realocação da população de diferentes faixas de renda em áreas periféricas de baixa densidade ou em áreas antes direcionadas para atividades agrícolas ou extrativas.

O deslocamento rumo às áreas menos urbanizadas está enraizado em mudanças sociais e mercadológicas. A falta de acesso à moradia e ao emprego dignos nos centros já há tempo faz com que as classes menos abastadas se acomodem em lugares afastados. Já as classes mais altas são arrastadas por pressão do setor imobiliário, que realiza empreendimentos de grande porte nas periferias. Uma boa parte da ocupação periférica aos centros urbanos é realizada, portanto, pelo setor imobiliário, previamente aos planos oficiais, a partir da lógica de desenvolvimento voltada para o mercado (REIS FILHO, 2006).

Essa nova modalidade de gestão do espaço, adotada pelo setor imobiliário, aconteceu concomitantemente às mudanças no modo de vida contemporâneo. Assim, a profusão de informações e as rápidas transformações tecnológicas que marcam a sociedade pós-moderna refletem na atual forma mutante das regiões metropolitanas – entidades difíceis de ser conceituadas e que apresentam um enorme desafio na gestão de seus recursos.

Apesar dessa complexidade, Harvey (2006) defende que é claro que as alianças regionais vinculadas vagamente em um território e organizadas habitualmente, ainda que não exclusivamente pelo Estado, são uma resposta necessária para defender a coerência regional.

GOVERNANÇA METROPOLITANA

Desde meados do século passado, o debate teórico mundial aborda qual deveria ser o tamanho ótimo de uma jurisdição metropolitana, entretanto ainda não há consenso sobre qual a melhor estrutura institucional para ela. A única constante é, justamente, que cada contexto deve lidar com o fenômeno de acordo com as suas

especificidades. Assim, a solução de governança metropolitana varia de um país para o outro, em função de sua história e cultura (GARSON, 2009).

Um bom espelho da diversidade de arranjos institucionais metropolitanos europeus é a pesquisa, realizada pela *Organisation for Economic Cooperation and Development* (OECD), em 2014, envolvendo 29 países e 263 regiões metropolitanas. O trabalho indica que a instituição das regiões metropolitanas teve sua atenção renovada nos últimos anos, com novos órgãos metropolitanos criados. Das 263 regiões analisadas, 178 possuem órgãos de governança, ou seja, 68%. Em 48 dos 178 governos metropolitanos existentes, os órgãos metropolitanos têm o direito de impor leis ou regulamentos obrigatórios, o que equivale a uma parcela de 27%.

Mas o que exatamente se entende por governança? De acordo com Garson (2009), a governança metropolitana é entendida com o conjunto de ferramentas, mecanismos, instrumentos e ordenamentos que permitem desenvolver ações coletivas capazes de resolver problemas e contribuir para o desenvolvimento desses territórios. Essas estruturas não se restringem às ações e às instituições formais de governo, mas incluem todo o conjunto de organizações engajadas na prestação de serviços públicos e beneficiários destes.

Viabilizar a construção de acordos para toda uma região metropolitana é um grande desafio. Zimmermann e Getimis (2017) apontam que há duas vertentes opostas quanto ao tamanho ideal da jurisdição, cujo papel principal seria a prestação de serviços públicos metropolitanos. Uma delas defende que a fragmentação do espaço leva à falta de eficiência e à dispersão de recursos. Assim, propõem-se arranjos de consolidação obrigatória, estabelecendo novas unidades metropolitanas ou um segundo nível de governo local. Contudo, os atores citam teóricos que apoiam a fragmentação institucional, destacando como vantagens: o ajuste da política local às necessidades dos cidadãos, a importância histórica e política da identidade local, os benefícios da proximidade da prestação de serviços e a participação pública facilitada (OSTROM; TIEBOUT; WARREN, 1961). Nesses casos, a cooperação voluntária seria a resposta para a necessidade de organização regional.

Apesar da diversidade das visões do problema, de maneira simplificada, podem-se categorizar as iniciativas de governança metropolitana em três fases, sendo a última a atual. A imposição pelo governo central de uma organização regional, a ser alcançada por meio da consolidação obrigatória de governos locais ou pelo estabelecimento de um nível adicional de governo, pode ser entendida como regionalismo antigo (*old regionalism*) – que está enraizado em uma abordagem abrangente do regionalismo das décadas de 1960 e 1970 (BAFARASAT; BAKER, 2016).

Na Europa, na década de 1990, começou um movimento de transição para o novo regionalismo (*new regionalism*), como é chamada a associação voluntária, envolvendo autoridades locais, agências governamentais e organizações privadas e de terceiro setor, para planejar os interesses em toda a região e atender a eles (BAFARASAT; BAKER, 2016). Esse modelo, fundamentado em acordos cooperativos, é criticado por alguns acadêmicos sob o argumento de estar focado em uma lógica de desenvolvimento de mercado que visa apenas ao crescimento econômico e não necessariamente à melhor distribuição dos recursos, negligenciando questões sociais (ZIMMERMANN; GETIMIS, 2017).

Não tardou para que se percebesse que, embora não suficiente, a liderança estatal é importante para a governança metropolitana. Assim, nos últimos anos, há a emergência do chamado regionalismo híbrido, que reconhece que o planejamento espacial estratégico deve ser liderado pelo Estado, mas busca colaboração dos envolvidos dentro dessa estrutura abrangente (BAFARASAT; BAKER, 2016).

Para Bafarasat e Baker (2016), essa mistura do regionalismo antigo e do novo evita alguns déficits do primeiro em termos de formação de consenso e construção de instituições, bem como aqueles do último em termos de fornecer uma visão abrangente e um reconhecimento de oportunidades estratégicas e ameaças em maior escala. O regionalismo híbrido passa, portanto, pelo estabelecimento de instituições regionais colaborativas que são incentivadas a produzir planos espaciais para o desenvolvimento integrado.

Zimmermann e Getimis (2017), ao compararem os quadros contemporâneos de governança metropolitana de seis países europeus (Alemanha, Itália, França, Polônia, Espanha e Inglaterra), mostram que, em nenhum deles, pode ser detectado um padrão comum claro de governança metropolitana. Em particular na Alemanha e na Espanha, o padrão dominante seria justamente a variedade do regionalismo metropolitano. Em poucas palavras, o estudo aponta que, dos seis países, a Espanha é provavelmente onde a influência do governo nacional na gestão metropolitana é mais fraca, seguida pela Alemanha. Por sua vez, a Itália, a França, a Polônia e o Reino Unido mudaram suas leis nacionais recentemente e criaram estruturas de incentivo para promover a criação institucionalizada de regiões. Na França, Itália e Polônia foi apontada resistência contra políticas e intervenção lideradas pelo Estado nacional, além de reivindicação por mais autonomia. A pesquisa conclui que, apesar das diferentes ferramentas e resultados, em todos os seis países a competitividade econômica é o principal motivador para a cooperação entre entes locais (ZIMMERMANN; GETIMIS, 2017).

Sobre os territórios metropolitanos latino-americanos, eles apresentam problemas de tal magnitude – como disparidades fiscais, desigualdade social, segregação espacial, entre outros – que levam a crer na necessidade de estruturas de governança instituídas legalmente (GARSON, 2009). Nesse contexto de industrialização tardia e desigual, o papel do Estado seria assegurar que as necessidades dos mais fragilizados fossem consideradas no processo de planejamento.

Entretanto, Garson (2009) aponta que a instituição de uma nova escala de governo parece carecer de viabilidade no caso brasileiro, ao menos no médio prazo, em face da trajetória do movimento municipalista e da associação entre autonomia e descentralização, que é reafirmada na Constituição de 1988. Nesse contexto, os arranjos mais flexíveis de um possível governo metropolitano, como a cooperação voluntária, trazem a vantagem de manter a autonomia dos governos locais.

Para Bafarasat e Baker (2016), a resposta para a governança das regiões metropolitanas é, antes de impor uma condição, considerar o potencial de acordos locais, operando sob um estado central de capacitação (ao contrário de austero) com um compromisso ideológico com a sustentabilidade.

REFORMAS INSTITUCIONAIS

Estudos de casos empíricos mostraram que a estrutura institucional de uma área metropolitana tem um impacto notável na eficiência na prestação de serviços e no

consequente bem-estar da população (POPESCU; ȘTEFAN-GORÎN; TACHE, 2017). A esse respeito, buscar o mecanismo de governança metropolitana mais adequado para cada contexto tem sido tarefa recorrente por meio das reformas institucionais.

O reescalonamento da governança, seja pela criação de um nível intermediário de gestão, seja pela simplificação da administração eliminando atravessadores, foi debatido e colocado em prática nos últimos anos em vários países. A variedade de configurações espaciais e a rápida mutação que as cidades sofrem fazem com que as jurisdições administrativas dos governos não coincidam com a evolução espacial (POPESCU; ȘTEFAN-GORÎN; TACHE, 2017), encorajando as administrações a tentar alternativas para lidar com as questões metropolitanas.

Assim, a criação de mais um nível de governança pode ser um bom aliado para conectar as diretrizes nacionais aos níveis locais, isso se não se perder de vista que seu papel é agilizar as provisões não adicionar mais encargos administrativos ou impor regulamentos complicados (POPESCU; ȘTEFAN-GORÎN; TACHE, 2017). Outra possibilidade seria eliminar instâncias e simplificar o processo.

Evers (2015) reflete sobre essa segunda hipótese a partir dos resultados de uma avaliação plurianual da Lei de Planejamento Espacial de 2008 nos Países Baixos, realizada pela PBL *Netherlands Environmental Assessment Agency* a pedido do Parlamento holandês. A lei mudou o processo de aprovação do plano de zoneamento. Nos moldes da antiga lei, primeiramente as províncias preparavam um plano provincial com uma linguagem generalista, e os municípios, por sua vez, embasados nesse plano geral realizavam seus zoneamentos. O zoneamento municipal era então submetido a um processo de negociação e revisão pela província. A mudança de 2008 aboliu esse processo reativo, permitindo que os municípios realizassem seus zoneamentos definitivamente. A nova lei determinou que as províncias fossem mais específicas sobre seus interesses, e, caso os municípios seguissem as regras de ordenamento, não haveria a necessidade de revisão provincial. Assim as instâncias foram separadas no processo de planejamento. Apenas em casos excepcionais a província deveria enviar observações sobre os planos locais, informando os municípios sobre um possível conflito com interesses provinciais. Esses instrumentos de caráter extraordinário foram, entretanto, utilizados indiscriminadamente, como apontou Evers (2015), confirmando que os objetivos nacionais – simplificação, transparência e desregulamentação – não foram seguidos em nível provincial. Os novos instrumentos foram aplicados para perpetuar o status quo já estabelecido.

Já no caso italiano estudado por Mazzeo (2017), o processo de reestruturação institucional desencadeado pela aprovação da Lei das Cidades Metropolitanas (2014), apesar das suas potencialidades, também não desencadeou mudanças significativas. As novas instituições metropolitanas concentraram-se na formação do plano estratégico, mas de tal maneira que essa tarefa fosse realizada apenas dentro do prazo. Quando se consideram o conteúdo e as previsões dos planos documentados, o autor aponta que os instrumentos formalizados são sem personalidade e não contêm nenhum elemento de inovação nas metodologias, nem visões territoriais particularmente regionais.

A partir desse resultado, o autor lembra a capacidade de comportamento seletivo, usado para reafirmar a cultura de planejamento predominante, à revelia das reformas institucionais e leis aprovadas. O efeito prático do redesenho institucional é indireto. Isso ocorre porque, embora as regras formais e leis possam mudar da noite para o

dia, os costumes, as tradições e os códigos de conduta podem mostrar-se bastante impermeáveis às políticas deliberadas (EVERS, 2015). Desse modo, para que os novos procedimentos e regras resultem em novas práticas institucionais, deve-se lançar mão de estratégias colaborativas.

CONSTRUÇÃO DO CONSENSO

Como já mencionado anteriormente, não há uma resposta sobre o formato e tamanho ideal para uma jurisdição metropolitana. Ainda, seu reescalonamento formal não implica necessariamente em mudanças práticas no ordenamento territorial. É recorrente entre os teóricos, entretanto, que a vontade de cooperar e encontrar um denominador comum a favor do interesse geral seria a chave para uma gestão espacial exitosa das regiões. Esse processo fundamental é também chamado de construção de consenso entre os atores envolvidos, um conceito amplamente debatido e que aqui será direcionado para as ações metropolitanas de planejamento territorial.

Innes e Booher (2010) alegam que a tomada de decisão baseada em consenso é o modo mais propício para alcançar as condições de racionalidade colaborativa. A partir do estudo de pesquisas recentes (ELINBAUM; GALLAND, 2016; SORIA; VALENZUELA, 2013; LEVELT; JANSSEN-JANSEN, 2013; DEYLE; WIEDENMAN, 2014), observou-se que, no que tange ao sucesso do processo de planejamento territorial interfederativo, entre outras, três constantes de análise são possíveis de inferir como elementos fundamentais para a construção do consenso e tomada de decisão. São elas a interdependência dos participantes, a estrutura de incentivo e a representatividade. Sobre elas: falaremos a seguir, sem esquecer que por certo há outros inúmeros fatores envolvidos na complexa dinâmica da gestão regional.

INTERDEPENDÊNCIA DOS PARTICIPANTES

A interdependência funcional interna ou intrametropolitana é muitas vezes medida em termos de fluxo de passageiros ou trocas de serviços entre os municípios que compõem a região. Essa interdependência também é influenciada por fatores geográficos e demográficos. Os municípios vizinhos com maiores preocupações compartilhadas serão mais propensos a colaborar, na busca de oportunidades de soluções para problemas em comum (RAYLE; ZEGRAS, 2013).

Restando clara a interligação e trocas entre os municípios, outro fator determinante no favorecimento das redes de governança é se já houve relações prévias de trabalho em conjunto, proporcionalmente e na medida da expressividade e qualidade dessas parcerias preexistentes (RAYLE; ZEGRAS, 2013). Em determinadas regiões, a existência de trabalhos de cooperação regional é tão vasta que pode aparecer o termo tradição para expressar a tendência de repetir as ações de planejamento integradas.

Rayle e Zegras (2013) esclarecem que as interações positivas prévias aumentam a probabilidade de manter uma parceria, pois já existiu a oportunidade de julgar a confiabilidade dos outros atores envolvidos, reconhecer oportunidades de cooperação e gerenciar os riscos. Os autores ressaltam, contudo, que, em se tratando da escala regional, envolvendo inúmeros municípios, os laços prévios entre um subconjunto de municípios podem ser um obstáculo, pois formam um ativo que os governos municipais podem não querer abandonar em prol das intenções regionais. Ou ainda configurar relações de poder assimétricas, que podem dificultar a colaboração.

ESTRUTURA DE INCENTIVO

Outra ferramenta citada por Deyle e Wiedenman (2014) como determinante no sucesso de parcerias regionais e amplamente difundida em estudos de caso é a criação de uma estrutura de incentivo convincente para motivar os atores a participar, permanecer comprometidos e trabalhar em busca de acordo. As organizações provavelmente tentarão colaboração se as recompensas esperadas superarem os custos.

Incentivos para colaborar dependem da natureza do problema em questão e podem surgir do contexto externo ou dos benefícios inerentes à própria colaboração. Os benefícios externos podem apresentar-se como linhas de financiamento, isenções fiscais, entre outros; e os benefícios inerentes à própria colaboração esperados incluem, por exemplo, capitalização de potenciais economias de escala e conseqüentemente o aumento da probabilidade de alcançar objetivos (RAYLE; ZEGRAS, 2013). Nota-se que a colaboração requer tempo e esforço, ou seja, custos de transação, e necessita superar barreiras, como eventuais flexibilizações de jurisprudências e possível perda de autonomia.

REPRESENTATIVIDADE

Sobre a representatividade, Innes e Booher (2010) argumentam que a racionalidade de uma decisão depende da medida em que reflete o conhecimento e as necessidades de todas as partes interessadas. A inclusão das partes interessadas mostra-se então fundamental para a legitimidade percebida do resultado do planejamento e sua posterior implementação bem-sucedida.

Embora a representatividade de todos os envolvidos seja ideal, muitos participantes no processo de formulação aumentam a complexidade dos esforços colaborativos e podem ser um obstáculo para o diálogo produtivo (DEYLE; WIEDENMAN, 2014), o que é um problema recorrente nas questões metropolitanas que envolvem muitos atores.

Para esses casos, Popescu, Ștefan-Gorîn e Tache (2017) recomendam que um abrangente processo de consulta deve ser implementado para acordar prioridades e objetivos a serem descritos nos planos espaciais metropolitanos. Além dos representantes estatais, o setor privado, preferencialmente organizado, deve ser incluído no debate, juntamente com as universidades. Estas, por sua vez, poderiam mediar as discussões entre cidadãos e autoridades locais. A tecnologia deve ser usada como uma ferramenta para abrir a governança metropolitana para a comunidade mais amplamente possível, tornando o processo mais transparente (POPESCU; ȘTEFAN-GORÎN; TACHE, 2017).

DISCUSSÃO

Este artigo se propôs a entender, a partir de publicações na área, que fatores em uma estrutura de governança podem ter maior relevância para o bom andamento de processos de desenvolvimento de planos territoriais metropolitanos. Particularmente no Brasil, a falta de planos metropolitanos nos mostra que ainda permanecem entraves para modelos operacionais que garantam a gestão compartilhada. A aprovação do Estatuto da Metr pole e a conseqüente obriga o de realizar o planejamento territorial integrado não despertaram nas metrópoles brasileiras um processo virtuoso de revisão metodológica e das práticas de planejamento territorial.

Percebeu-se que, no âmbito do planejamento territorial metropolitano não há um modelo único de governança que possa ser replicado para garantir o sucesso do planejamento integrado. As trajetórias de governança não podem ser tomadas como universais, pelo contrário, são fortemente delimitadas pelas especificidades locais e dinâmicas de interação de onde emergem os sistemas de decisão conjunta. Ademais, as soluções ficam mais complexas na medida em que a administração territorial de áreas metropolitanas parece responder a interesses políticos opostos ou estratégias espaciais. Apesar das diferentes ferramentas e resultados, a competitividade econômica e a manutenção do poder continuam sendo os principais fatores para a criação de regiões metropolitanas (ZIMMERMANN; GETIMIS, 2017).

Nesse contexto, as soluções que passam pelo acréscimo ou decréscimo de instituições governamentais intermediárias não se mostram capazes de solucionar o problema de atraso na tomada de decisão por si sós. Avaliando-se os casos internacionais e retomando as considerações de Evers (2015), pode-se afirmar que a normatização de novos procedimentos e regras não produz necessariamente novas práticas institucionais se desvinculadas de normas e valores subjacentes dos atores participantes. Entende-se assim que os atores não abandonarão o poder voluntariamente, mas tentarão usar as novas ferramentas para manter ou mesmo expandir sua influência.

A partir da constatação de que a vontade dos atores de colaborar é, portanto, um fator determinante do sucesso do reescalonamento da governança e da realização de um planejamento territorial metropolitano mais eficiente, reforça-se a ideia de que o chamado “regionalismo híbrido” seria o mais adequado, especialmente no contexto de desigualdade social latino-americano. Nesses termos, reconhece-se que o planejamento espacial deve ser liderado pelo Estado, mas busca colaboração voluntária dos envolvidos dentro dessa estrutura abrangente por meio de incentivos.

Lembrando-se da complexidade e dificuldade de atingir o consenso e a tomada de decisão no âmbito do planejamento territorial metropolitano, este artigo sugere que o ponto de partida para o desenvolvimento de planos territoriais metropolitanos deve contemplar alguns passos recorrentes na literatura, são eles: a interdependência dos participantes, a estrutura de incentivos oferecida e a representatividade adequada de cada ator no processo.

Analisar o grau da interdependência entre os municípios permite saber a dimensão das oportunidades e dificuldades inerentes ao planejamento integrado. Quanto mais interdependentes em termos econômicos, sociais, ambientais etc., maiores podem ser os benefícios alcançados em conjuntos ou as deficiências advindas da falta de ordenamento entre os municípios. Se já existem planos comuns prévios, essas tratativas provavelmente são favorecidas, caso os planos tenham sido bem-sucedidos. Caso contrário, prezar a confiabilidade das tratativas é indispensável.

Manter uma estrutura de incentivos é outro fator que surge como necessário. Explicitar aos envolvidos que as recompensas esperadas no planejamento territorial integrado superam os custos, inclusive em termos financeiros e de capital político, parece ser fundamental.

Por fim, uma última recomendação em relação à representatividade se faz necessário – gerir o planejamento territorial metropolitano de maneira que todos os envolvidos estejam e se sintam representados é oportuno, embora desafiador. Nas questões

metropolitanas que envolvem muitos atores, a representatividade é especialmente difícil de realizar. Portanto, um abrangente processo de consulta deve ser implementado durante a formulação do plano territorial metropolitano, para acordar prioridades e objetivos. Além dos representantes estatais, os setores privado e civil e a academia devem ser incluídos no processo, para favorecer a legitimidade percebida no resultado. Especialmente no contexto brasileiro, de ampla autonomia municipal, espera-se que cada instância envolvida tenha um certo grau de autodeterminação e autonomia na tomada de decisões, para que todos permaneçam motivados e o plano seja desenvolvido e aplicado de maneira satisfatória.

REFERÊNCIAS

- BAFARASAT, A. Z.; BAKER, M. *Strategic spatial planning under regime governance and localism: experiences from the North West of England*. *Town Planning Review*, v. 87, n. 6, p. 681-703, 2016.
- BRASIL. Lei n. 13.089. Institui o Estatuto da Metr pole, altera a Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, e d  outras providências. Brasília, DF, 2015.
- CHRISTALLER, W. *Central places in southern Germany*. Nova Jersey: Prentice Hall, 1966.
- DEYLE, R. E.; WIEDENMAN, R. E. Collaborative planning by metropolitan planning organizations: a test of causal theory. *Journal of Planning Education and Research*, v. 34, n. 3, p. 257-275, 2014.
- ELINBAUM, P.; GALLAND, D. Analysing contemporary metropolitan spatial plans in Europe through their institutional context, instrumental content and planning process. *European Planning Studies*, v. 24, n. 1, p. 181-206, 2016.
- EVERS, D. Formal institutional change and informal institutional persistence: the case of Dutch provinces implementing the Spatial Planning Act. *Environment and Planning C: Government and Policy*, v. 33, n. 2, p. 428-444, 2015.
- FRICKE, C. Metropolitan regions as a changing policy concept in a comparative perspective. *Raumforschung und Raumordnung-Spatial Research and Planning*, v. 75, n. 3, p. 291-305, 2017.
- GARSON, S. *Regiões metropolitanas: por que n o cooperam?* Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.
- HARVEY, D. *A produ o capitalista do espaço*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- INNES, J. E.; BOOHER, D. E. *Planning with complexity: an introduction to collaborative rationality for public policy*. Nova Iorque: Routledge, 2010.
- LEFEBVRE, H. *O direito   cidade*. São Paulo: Moraes, 1991. 145 p.
- LEVELT, M.; JANSSEN-JANSEN, L. The Amsterdam Metropolitan Area challenge: opportunities for inclusive coproduction in city-region governance. *Environment and Planning C: Government and Policy*, 2013, v. 31, n. 3, p. 540-555.
- LIMONAD, E. Urbaniza o dispersa – mais uma forma de expressão urbana? *Revista Forma o*, v. 1, n. 14, p. 31-45, 2011.

- MARICATO, E. Metrôpoles desgovernadas. *Estudos Avançados*, v. 25, n. 71, p. 7-22, jan./abr. 2011.
- MAZZEO, G. Planning assignments of the Italian metropolitan cities. Early trends. *TeMa – Journal of Land Use, Mobility and Environment*, v. 10, n. 1, p. 57-76, 2017.
- OSTROM, V.; TIEBOUT, C. M.; W., Robert. *The organization of government in metropolitan areas: a theoretical inquiry*. *American Political Science Review*, v. 55, n. 4, p. 831-842, 1961.
- POPESCU, O.; ȘTEFAN-GORÎN, J.; TACHE, A. Theoretical aspects of territorial and metropolitan governance. *Urbanism. Arhitectură. Construcții*, v. 8, n. 1, 2017.
- RAYLE, L.; ZEGRAS, C. The emergence of inter-municipal collaboration: evidence from metropolitan planning in Portugal. *European Planning Studies*, v. 21, n. 6, p. 867-889, 2013.
- REIS FILHO, N. G. *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo: Via das Artes, 2006.
- SORIA, J. A.; VALENZUELA, L. M. A method for the evaluation of metropolitan planning: application to the context in Spain. *European Planning Studies*, v. 21, n. 6, p. 944-966, 2013.
- ZIMMERMANN, K.; GETIMIS, P. Rescaling of metropolitan governance and spatial planning in Europe: an introduction to the special issue. *Raumforschung und Raumordnung-Spatial Research and Planning*, v. 75, n. 3, p. 203-209, 2017.

As Superfícies Vegetadas como Alternativa para Cidades Resilientes

Vegetated Surfaces as an Alternative to Resilient Cities

Las Superficies Vegetadas como Alternativa para Ciudades Resilientes

Mariana Daré Araujo Neves. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Espírito Santos (Ufes), Vitória, ES, Brasil.

E-mail: maridare.eng@gmail.com

Daniella do Amaral Mello Bonatto. Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Espírito Santo e Professora Adjunta da Universidade Federal do Espírito Santo.

E-mail: daniella.bonatto@ufes.br

Resumo

Os processos de urbanização brasileira têm levado à redução das áreas verdes, à formação de ilhas de calor, entre outros problemas. A inserção de plantas no espaço urbano por meio de paredes e telhados verdes é uma possibilidade para criar espaços verdes em áreas urbanas densas e com restrição de calçadas, que não têm capacidade para receber arborização urbana. O objetivo deste artigo é analisar o comportamento de variáveis climáticas para um cenário urbano existente e para dois cenários simulados – um com implantação de paredes verdes e outro com implantação de telhados verdes. Utilizou-se como estudo de caso um trecho de cânion urbano no centro de Vitória-ES. As simulações foram feitas no *software* ENVI-met e os resultados encontrados demonstraram que a inserção da vegetação nas paredes é mais eficiente que nos telhados, no que diz respeito ao conforto térmico no nível do pedestre, no cânion estudado. O cenário mais promissor foi o das paredes vegetadas, que diminuiu em até 2,5 °C a temperatura do ar, aumentou a umidade relativa em até 5,76% e melhorou o índice PMV (Voto Médio Predito) em 1 ponto na escala de sensações. As simulações demonstraram a eficiência das paredes verdes em melhorar o microclima urbano em área consolidada e que não teria capacidade de receber arborização urbana. Estudos como este podem colaborar para o desenvolvimento da pesquisa aplicada ao contexto brasileiro, com adequação dos aspectos climáticos e de vegetação, ainda pouco desenvolvidos. Também pode colaborar com a demonstração das superfícies vegetadas como estratégia eficiente para implantação de corredores verdes em áreas urbanas consolidadas e sua disseminação no poder público. Por fim, as paredes verdes se mostram uma alternativa adequada e possível para a minimização da ilha de calor nos centros urbanos, de modo que cabe às políticas públicas e ao planejamento

urbano estimular a sua implantação.

Palavras-chave: Superfícies vegetadas; ENVI-met; Conforto térmico.

Abstract

The processes of urbanization of the Brazilian currency are responsible for the reduction of green areas, the formation of islands of heat, among other problems. The insertion of plants in urban space through green walls and roofs is a possibility to create green spaces in dense urban areas with restricted sidewalks that do not have the capacity to receive urban afforestation. The objective of this article is to analyze the behavior of climatic variables for an existing urban scenario and for two simulated scenarios - one with green walls and the other with green roofs. We used as a case study a stretch of urban canyon in the center of Vitória-ES. The simulations were carried out in the ENVI-met software and the results showed that the vegetation insertion on the walls is more efficient than on the roofs, with respect to thermal comfort at the pedestrian level, in the studied canyon. The most promising scenario was that of vegetated walls, which decreased the air temperature by up to 2.5 °C, increased the relative humidity by up to 5.76%, and improved the PMV (Predicted Mean Vote) index by 1 point on the scale of sensations. The simulations demonstrated the efficiency of green walls in improving the urban microclimate in a consolidated area that would not have the capacity to receive urban afforestation. Studies such as this one can contribute to the development of research applied to the Brazilian context, with adequacy of climatic and vegetation aspects, still underdeveloped. It can also collaborate with the demonstration of vegetated areas as an efficient strategy for the implantation of green corridors in consolidated urban areas and their dissemination with the public power. Finally, green walls are an adequate and possible alternative for the minimization of heat island in urban centers, and public policies and urban planning should stimulate their implementation.

Keywords: vegetated Surface; ENVI-met; Thermal confort.

Resumen

Los procesos de urbanización brasileña han llevado a la reducción de las áreas verdes, a la formación de islas de calor, entre otros problemas. La inserción de plantas en el espacio urbano por medio de paredes y techos verdes es una posibilidad para crear espacios verdes en áreas urbanas densas y con restricción de calzadas, que no tienen capacidad para recibir arborización urbana. El objetivo de este artículo es analizar el comportamiento de variables climáticas para un escenario urbano existente y para dos escenarios simulados, uno con implantación de paredes verdes y otro con implante de techos verdes. Se utilizó como estudio de caso un trecho de cañón urbano en el centro de Vitória-ES. Las simulaciones se realizaron en el software ENVI-met y los resultados encontrados demostraron que la inserción de la vegetación en las paredes es más eficiente que en los techos, en lo que se refiere al confort térmico a nivel del peatón, en el cañón estudiado. El escenario más prometedor fue el de las paredes vegetadas, que disminuyó en hasta 2,5 °C la temperatura del aire, aumentó la humedad relativa en hasta 5,76% y mejoró el índice PMV (Voto Medio Previsto) en 1 punto en la escala de sensaciones. Las simulaciones demostraron la eficiencia de las paredes verdes en mejorar el microclima urbano en área consolidada y que no tendría capacidad de recibir arborización urbana. Estudios como éste pueden colaborar para el desarrollo de la investigación aplicada al contexto brasileño, con adecuación de los aspectos climáticos y de vegetación, aún poco desarrollados. También puede colaborar con la demostración de las superficies vegetadas como estrategia eficiente para implantación de corredores verdes en áreas urbanas consolidadas y su diseminación junto al poder público. Por último, las paredes verdes se muestran una alternativa adecuada y posible para la minimización de la isla de calor en los centros urbanos, debiendo las políticas públicas y la planificación urbana estimular su implantación.

Palabras clave: Superficies vegetadas; ENVI-met; Confort térmico.

INTRODUÇÃO

Os processos de urbanização atuais geram graves impactos socioambientais devido à sua intensa transformação do meio natural, e, dentre os mais evidentes, são aqueles relacionados à formação de um clima urbano específico (DUMKE, 2007). Mascaró (2006) complementa que os diferentes microclimas urbanos já evidenciam as alterações por causa da perda da cobertura vegetal, o que, em termos quantitativos, é demonstrado na fragmentação das áreas verdes e na consequente modificação da ambiência urbana.

Na maior parte dos espaços urbanos, a vegetação é encontrada em áreas como parques ou espaços de recreação. Porém, essas massas vegetadas não conseguem atingir áreas com adensamento construtivo e onde os cidadãos circulam e trabalham nas áreas da cidade (ROSSETI; NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2013).

Para Costa e Ferreira (2009), a vegetação como elemento natural inserido na cidade pode ser capaz de promover melhorias no ambiente urbano, principalmente no que se refere à minimização das temperaturas e à promoção do conforto térmico e do bem-estar físico.

Uma estrutura adequada ao clima urbano deveria relacionar as intervenções urbanas com as diferentes formas de uso/ocupação dos espaços construídos e com os elementos climáticos (DUMKE, 2007).

Nesse contexto, a criação de cidades resilientes é uma oportunidade para se obter um projeto urbano cujas alterações consideram os riscos que a própria cidade produz (FARIAS, 2017). A resiliência urbana considera as práticas de adoção de estratégias voltadas para o equilíbrio entre o ambiente natural e o construído, visando ao uso adequado do solo e enfatizando a inserção de elementos naturais como solução para os principais problemas de ordem climática.

Sendo assim, o emprego de componentes naturais na arquitetura dos edifícios, como os jardins verticais, representa importante alternativa para minimizar os impactos no ambiente local e aumentar exponencialmente a área vegetada nas cidades. A implantação de superfícies vegetadas no meio urbano possibilita reabilitar áreas, de modo a torná-las mais resilientes no que se refere à “capacidade de um sistema absorver impactos e manter suas funções ou propósitos, isto é, sobreviver ou persistir em ambiente com variações, incertezas” (HERZOG, 2013, p. 79).

De fato, existe a necessidade do desenvolvimento de mais estudos acerca do impacto gerado pela adoção de superfícies vegetadas em áreas urbanas, sobretudo no que concerne às melhorias para o microclima urbano, ao bem-estar e à capacidade de retenção de águas pluviais. Este artigo tem a intenção de colaborar com a ampliação da base bibliográfica apresentando os resultados de uma simulação microclimática de um trecho de um cânion urbano localizado na cidade de Vitória-ES.

O CLIMA URBANO E A INFLUÊNCIA DA VEGETAÇÃO

Urrestarazu e Burés (2012) descrevem que o desenvolvimento urbano vem alterando o clima urbano por utilização de materiais que retêm o calor e pela criação de superfícies impermeáveis que alteram também o ciclo da água.

O clima de uma região, segundo Givoni (1976), é determinado pelo padrão das variações dos elementos climáticos e de suas combinações. Os principais elementos, considerando o conforto humano e o desenho da edificação, são: radiação solar, perda de calor por radiação, temperatura do ar, pressão do ar e vento, umidade da atmosfera, condensação e precipitação.

Segundo Katzschner (1997), o estudo do clima urbano pode ser um instrumento importante para o projeto de criação de “clima urbano ideal”, pois esse projeto considera, por exemplo, a circulação do ar e as condições térmicas.

A rede viária tradicional, asfaltada, é a maior responsável pela impermeabilização do solo urbano e um dos elementos que mais contribui para a formação de ilhas de calor. O sombreamento por arborização urbana é desejável e necessário por causa do grande efeito sobre o microclima, sendo mais eficiente do que marquises e outros elementos horizontais. A vegetação atua sobre os elementos climáticos contribuindo para o controle da radiação solar, temperatura, umidade, ação dos ventos, ação da chuva e da poluição – sendo condição necessária para a resiliência urbana. A forma de atuação das massas vegetais variará de acordo com o tipo de vegetação presente, seu porte, tipo de copa, folhagem, idade, época do ano, formas de associação (se estão isoladas ou dispostas em conjunto; se há uma única espécie ou várias espécies misturadas) e dos recintos urbanos no seu entorno. A folhagem de uma árvore absorve e transforma a radiação solar, diminuindo a radiação que chega às superfícies. Sob a cobertura vegetada, a umidade relativa do ar é maior por causa da evapotranspiração, o que não ocorre no sombreamento por edifícios (BONATTO, 2015).

Nesse sentido, a arborização urbana passa a ser vista nas cidades como importante elemento natural reestruturador do espaço urbano, pois aproxima as condições ambientais normais da relação com o meio urbano e influencia na qualidade ambiental (RIBEIRO, 2009).

Mascaró e Mascaró (2009) descrevem que a vegetação pode contribuir para a amenização dos impactos ambientais, assim como para a melhoria das ambiências. De acordo com o tipo de espécies de vegetação, influenciam-se elementos climáticos, sobretudo temperatura, umidade e ventilação.

Vários estudos demonstraram a melhoria do microclima urbano, utilizando a vegetação como elemento atenuador e de contribuição para a sensação de bem-estar aos usuários (ABREU; LABAKI, 2010; MONTEIRO; ALUCCI, 2007; PEZZUTO *et al.*, 2011; SANTAMOURIS, 2001).

Um das estratégias para mitigar os efeitos negativos da urbanização é a incorporação de superfícies vegetadas, como as paredes verdes que podem servir como estratégia de inserção da vegetação em áreas urbanas, principalmente nas já consolidadas. Segundo Matheus *et al.* (2016, p. 72), de acordo com a tradição, as peles vegetadas verticais têm sido implantadas nas edificações por meio das plantas trepadeiras, em uma tipologia conhecida como paredes verdes.

De acordo com Valesan (2009, p. 56), existe uma gama de benefícios vinculados à vegetação que proporcionam versatilidade e vantagens ao ambiente construído.

Em relação aos benefícios térmicos na escala urbana, uma recente pesquisa experimental, conduzida por Djedjig, Bozonnet e Belarbi (2015), que fez parte do

programa francês VegDUD (que tem por objetivo pesquisar os efeitos da vegetação nas cidades), demonstrou os resultados em uma escala reduzida de edifícios com telhados e fachadas vegetados, destacando os efeitos térmicos e higrométricos no microclima urbano. Demonstrou-se que as paredes verdes podem reduzir em um terço o superaquecimento do cânion da rua por meio da evapotranspiração. Para os telhados verdes, retratou-se a mesma condição, porém de forma menos perceptível. Do mesmo modo, verificou-se que as utilizações de fachadas vegetadas reduziram em 4°C a temperatura radiante média.

Os benefícios associados à melhoria da qualidade do ar são descritos como a captação dos poluentes do ar e a filtragem de gases como CO₂ (GREEN ROOF ORGANIZATION, 2016). Embora o tema sobre as fachadas e telhados verdes não seja um novo conceito, as pesquisas correlacionadas são ainda recentes, como afirmam Kenai *et al.* (2014, p. 927).

O desenvolvimento da tecnologia de utilização de vegetação nos edifícios pode contribuir para as melhorias do conforto térmico, principalmente se os elementos vegetativos forem aplicados de forma congrua com as tipologias construtivas das áreas urbanas. Sendo assim, o emprego de componentes naturais em arquitetura, como os jardins verticais e telhados verdes, representa uma alternativa importante para minimizar os impactos no ambiente local e aumentar exponencialmente a área vegetada nas cidades.

O OBJETO DE ESTUDO

O município de Vitória, situado no estado do Espírito Santo (20°19'09' de latitude sul e 40°20'50' de longitude oeste, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), está inserido, de acordo com NBR 15220-3, na Zona 8, que apresenta o zoneamento bioclimático brasileiro (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005). Segundo o Censo do IBGE, em 2010, Vitória contava com uma população de 327.801 habitantes distribuídos em 98,5 km², conferindo uma densidade demográfica de 3.327,73 hab/km². Em 2018, a previsão de população realizada pelo IBGE era de 358.267 habitantes, o que teria aumentado a densidade demográfica para 3.637,2 hab/km² e diminuído, conseqüentemente, a distribuição de áreas verdes por habitante.

Vitória possui grandes áreas de ambientes naturais, embora grande parte da vegetação nativa tenha sido perdida em decorrência do crescimento da malha urbana. A distribuição das áreas verdes no município é diversificada na malha urbana, pois há porções insulares de variadas proporções, bem como porções no continente formadas por mangues, parques, praças e áreas reflorestadas, observando-se grandes interrupções (PENTEADO; ALVAREZ, 2007). A vegetação do município de Vitória é representada por diversos tipos, como manguezais, áreas urbanas com vegetação, campos e áreas com reflorestamentos. Cabe destacar a área central, carente de áreas verdes.

O bairro Centro, onde se desenvolveu o estudo (Figura 1), é caracterizado pelo centro histórico da cidade, possuindo edifícios institucionais e públicos. As atividades são de uso comercial, misto e residencial, com grande fluxo de pessoas, automóveis e serviços, excesso de carros estacionados nas ruas, - por causa da falta de estacionamentos -, e há excesso de poluição do ar, poluição visual, caracterização de ilha de calor e escassez de áreas vegetadas e de arborização urbana.

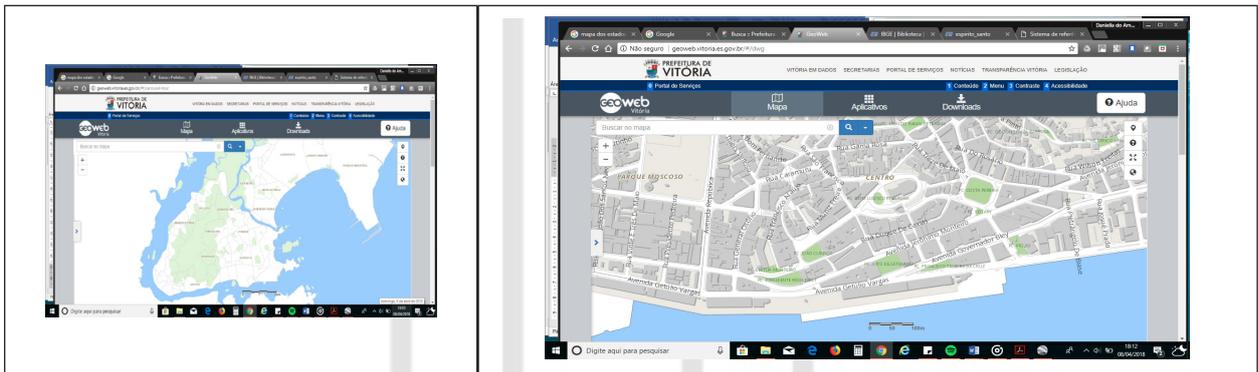


Figura 1: Mapa de Vitória e parte do Centro, com destaque em vermelho para a área de estudo.

Fonte: Prefeitura de Vitória/Geoweb, adaptada pelas autoras.

O recorte da área da Avenida Jerônimo Monteiro a ser simulado (Figura 2) foi definido pelos seguintes critérios: 1. ser uma área já consolidada em seu uso-ocupação; 2. inexistência de massas vegetadas nas calçadas, configurando um ambiente com desconforto térmico e sendo possível observar as possíveis alterações climáticas nas hipóteses de simulação de superfícies vegetadas; 3. largura pequena de calçadas que dificultassem a implantação de canteiros arborizados e que reforçassem as superfícies vegetadas como uma alternativa para melhoria do conforto térmico local; 4. existência de edificações aptas a receber superfícies verdes.



Figura 2: Trecho da Avenida Jerônimo Monteiro com a área a ser simulada.

Fonte: Neves (2017).

A Figura 3 apresenta duas fotos da Avenida Jerônimo Monteiro, demonstrando a morfologia da área, com predominância de edifícios mais baixos do lado esquerdo, considerando o sentido do tráfego de veículos, e uma heterogeneidade de gabarito à direita. A figura demonstra também o grande fluxo de veículos, a falta de arborização nas calçadas ao longo de toda a via e a insolação durante o período da tarde. A Figura 3 também mostra uma característica morfológica da avenida: os edifícios não têm recuo lateral, os comércios são localizados nos andares térreos dos edifícios e não há arborização na calçada. Pode-se observar também que o comércio abrange parte da calçada, estreitando ainda mais o local de passagem de pedestres.



Figura 3: Trecho da Avenida Jerônimo Monteiro: (a) vista aérea da área de estudo, (b) perfil viário e (c) tipologia. Fonte: Google (vista aérea) e fotos de Neves (2017).

Por meio de levantamento in loco, foi possível caracterizar as edificações e as suas características geométricas, como altura e largura, tipologia das fachadas, empenas cegas e telhados.

A partir desse levantamento, obtiveram-se os dados sobre as áreas das superfícies, assim como a área de telhados, empenas cegas e fachadas. A área total de superfícies disponíveis foi de 27.230,8 m². As áreas verdes totais foram de aproximadamente 20.064,10 m². A área total de paredes verdes foi de 12.052,10 m², dos quais 3.563,4 m² de empena cega. A área total de telhados verdes foi de aproximadamente 8.012,0 m². A porcentagem de paredes verdes sobre a área total das superfícies foi de 44%, e a área por telhados verdes foi de 29% da área total. Ou seja, a porcentagem da área equivalente às superfícies em interesse em preservação foi de 26%.

Diante dos dados coletados, foi possível iniciar a parte de simulação microclimática. Para tanto, utilizou-se o programa de *software* livre denominado ENVI-met, desenvolvido na Alemanha por Bruse e Fleer em 1998 e aperfeiçoado por Bruse em 2004. Tal *software* configura-se como um modelo tridimensional de clima urbano, que simula as relações entre a estrutura urbana e o ambiente. A ferramenta oferece várias possibilidades de aplicação em diversos cenários urbanos com possibilidade de inclusão de massa vegetada, de corpos d'água e diferentes tipos de solo, edificações e densidade construída, por exemplo.

O processo de modelagem demanda três etapas principais: 1. simulação das características morfológicas reais da área de estudo, 2. criação de arquivo de configuração de entrada do modelo com descrição de cada parâmetro e 3. escolha dos dados de saída.

Os dados climáticos do município utilizados nas simulações foram fornecidos pelo Instituto Nacional de Meteorologia (2016): direção do vento predominante: nordeste, velocidade do vento de 4 m/s na altura de 10 m, temperatura inicial do ar ajustada para 29,10° C e umidade relativa na altura de 2 m ajustada para 75%. O valor solicitado pelo modelo corresponde à rugosidade da superfície logo abaixo do anemômetro. No caso de pavimento liso de concreto, a rugosidade típica é de 0,01. As simulações foram iniciadas em um típico dia de verão, às 21 horas, e duraram 24 horas.

Os horários dos dados de saída do programa abrangeram os períodos matutino, vespertino e noturno, com intervalos de duas horas. Segundo Silva (2013), a orientação técnica da Organização de Meteorologia Mundial é de registros para cada três horas. Para o adequado tratamento dos dados nesses diferentes horários, analisaram-se as

respostas das simulações para as oito horas durante o dia: 7 horas, 9 horas, 11 horas, 13 horas, 15 horas, 17 horas, 19 horas e 21 horas. Posteriormente, analisaram-se os horários que mais influenciavam nas variáveis. Em virtude disso, foram selecionados os horários em função do índice Voto Médio Estimado (*Predicted Mean Vote – PMV*), pois ele condensa os fatores climáticos em um único índice. Com a finalidade de destacar os horários, cujas mudanças sejam maiores no microclima, percebeu-se que os dados da tecnologia de parede verde, nos horários das 9 horas, 15 horas e 19 horas, mantiveram maior influência da tecnologia para os valores de conforto térmico. Sendo assim, os mapas foram analisados dentro desses horários para uma análise pormenorizada.

A configuração do trecho do cânion urbano no *software* foi feita considerando o tipo de material construtivo, assim como o material de revestimento da pavimentação da via (asfalto) e da calçada (concreto). A simulação do cenário atual é extremamente necessária e importante para permitir a comparação do comportamento da inserção da vegetação, de modo a avaliar se há melhoria e em que medida. Para a estratégia das paredes verdes, o cenário foi simulado com a aplicação nas edificações que possuíam condições para receber essa técnica, ou seja, aquelas que não tinham programa de preservação. A Figura 4 mostra os cenários simulados.



Figura 4: Configuração modelada no *software* ENVI-met, para os cenários simulados. Fonte: Neves (2017).

A seguir são apresentados os resultados obtidos, comparando-se o cenário atual com os cenários com paredes e telhados verdes.

RESULTADOS

A sistematização dos resultados foi realizada por meio do programa Excel. Produziram-se planilhas para organizar os dados pelos seguintes elementos climáticos: temperatura do ar, umidade relativa do ar e índice PMV. Durante a produção das tabelas, os resultados foram consolidados para cada variável climática, agrupando todos os cenários simulados. Posteriormente, analisaram-se as diferenças entre o cenário atual, o cenário com telhado vegetado e o cenário de paredes verdes.

A Figura 5 mostra os mapas de temperatura do ar extraídos por meio do programa *plug-in* do ENVI-met, Leonardo 3.75, permitindo visualizar espacialmente os dados gerados.

Para a simulação às 9 horas, no cenário atual, a temperatura do ar registrou variações em torno de 29,04 °C a 31,9 °C. Na região oeste da figura, observam-se variações menores entre 29,5 °C e 30,5 °C do que no lado leste, com variações entre 30,5 °C e 31,5 °C. O cenário de telhado vegetado apresentou, às 9 horas, temperaturas predominantes entre 29,5 °C e 30,5 °C, sendo a mínima de 29,05 °C e a máxima

de 31,06 °C. Esse mapa, em comparação com o cenário atual, obteve alterações mínimas, sendo a influência maior na temperatura máxima que baixou de 31,19 °C para 31,06 °C, apenas 0,13 °C. O mapa de temperatura do ar no cenário da fachada verde às 9 horas mostra predominância da temperatura de 28,5 °C, sendo a mínima de 27,31 °C e a máxima de 28,75 °C. Em comparação com o mapa do cenário atual às 9 horas, observa-se uma diminuição de aproximadamente 2 °C, sendo a região leste com maior impacto de 2,5 °C.

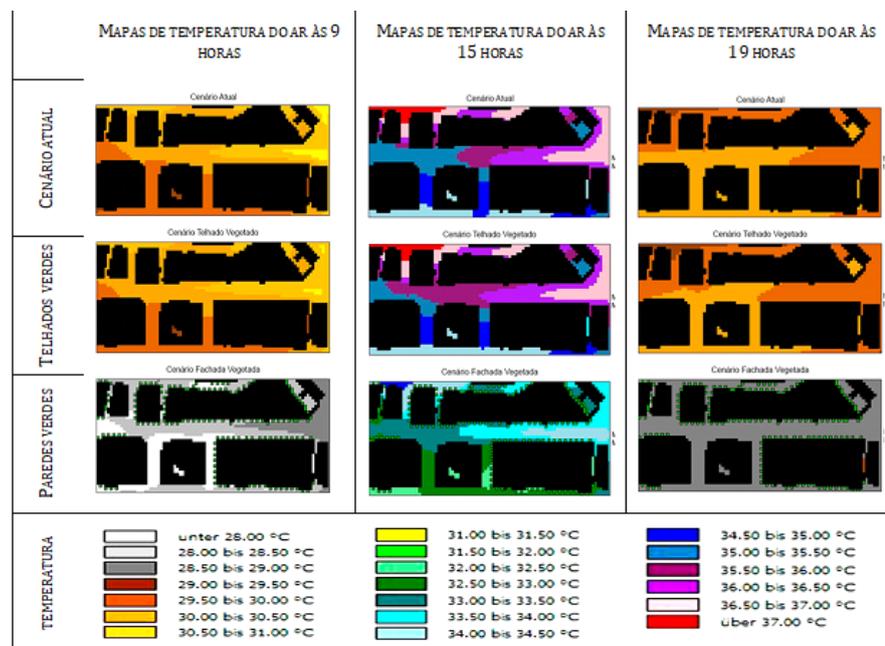


Figura 5: Mapas de temperatura do ar por horário (9 horas, 15 horas e 19 horas) e por cenário (atual, telhados verdes e paredes verdes). Fonte: (Neves) (2018).

As imagens geradas pela simulação no horário das 15 horas registraram variações entre 34,03 °C e 37,53 °C. A área sudoeste registrou 35 °C, e na área leste predominaram as temperaturas de 36 °C a 37 °C. Esse resultado indica a predominância da incidência solar na área direita do mapa. Para o cenário de telhado verde, às 15 horas, na maior parte do mapa gerado, as temperaturas estavam em torno de 32 °C a 34 °C, sendo a mínima de 33,96 °C e a máxima de 37,46 °C. As temperaturas mínimas e máximas diminuíram 0,07 °C com relação ao cenário atual. Para o cenário de fachada verde, toda a região ficou em torno de 32 °C a 34 °C, sendo a mínima de 32,16 °C e a máxima de 34,69 °C. Com relação ao mapa do cenário atual às 15 horas, a temperatura simulada diminuiu em torno de 2 °C em toda a região.

Às 19 horas, os mapas apontam maior homogeneidade das cores, representando menor variação na temperatura. O mapa gerado para o cenário atual apresenta uma grande parte de área leste com valores mais baixos de temperatura, em torno de 29,5 °C a 30,0 °C. No caso das áreas oeste e sul, os valores de temperatura do ar são mais elevados, de 30 °C a 30,5 °C. A temperatura mínima foi de 29,38 °C e a máxima de 30,31 °C. Para o mapa do telhado verde, a temperatura do ar mínima foi de 29,33 °C e a máxima de 30,23 °C. Em comparação com o cenário atual, as diferenças ficaram mais próximas de onde foi inserida a tecnologia do telhado verde, que teve variação na parte leste de 0,05 °C. As diferenças nas máximas e mínimas

foram, respectivamente, de 0,08 °C e 0,05 °C. Para as fachadas verdes, a temperatura manteve-se constante praticamente em toda a área, sendo a mínima de 28,38 °C e a máxima de 29°C. Observa-se às 19 horas que o mapa da fachada verde, comparado com o cenário atual, apresenta forte variação em toda a área representada pela cor “cinza”, referente à temperatura 28,38 °C, apresentando diferença de até 1,3 °C.

A Figura 6 mostra os mapas de umidade relativa do ar extraídos pelo *plug-in* do ENVI-met, Leonardo 3.75, permitindo visualizar espacialmente os dados gerados.

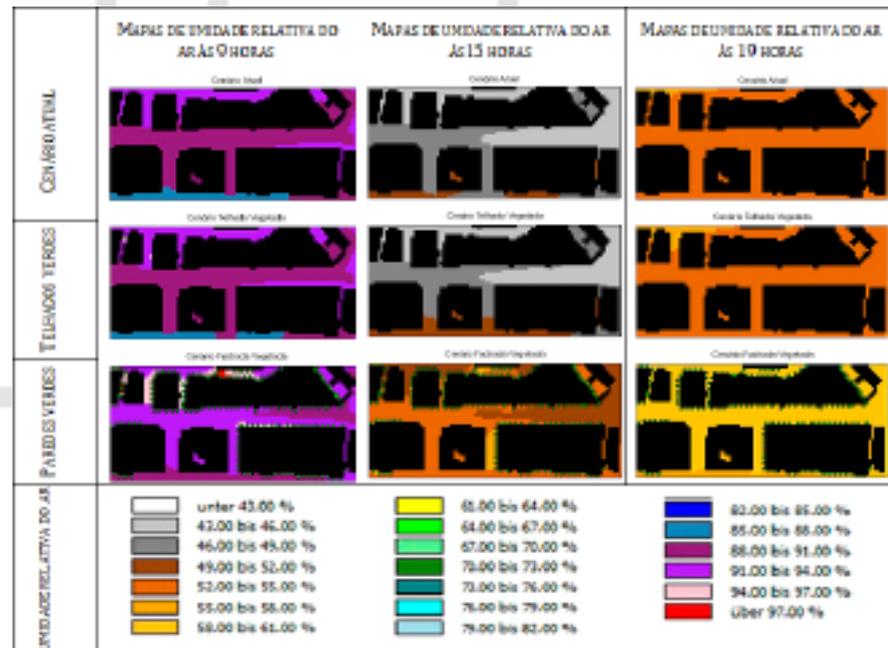


Figura 6: Mapas de umidade relativa do ar por horário (9 horas, 15 horas e 19 horas) e por cenário (atual, telhados verdes e paredes verdes).

Fonte: Neves (2018).

No cenário atual às 9 horas, as variações da umidade relativa foram de mínima de 86,57% e a máxima de 93,81%. No cenário de telhados verdes, a variação do índice foi baixa, porém teve uma maior influência na região leste da imagem, na frente dos edifícios, demonstrando um aumento de 88% para 91%. Provavelmente essa diferença se deve à baixa altura das edificações de até três pavimentos da área leste, contribuindo para a potencialidade do uso do telhado verde. Para o cenário de parede verde às 9 horas, o mapa apresentou umidade relativa do ar mínima de 88,58% e máxima de 99,39%. Com relação ao cenário atual, observa-se que houve um aumento da umidade relativa de 2,01% para a mínima e maior aumento para a umidade relativa máxima, de 5,58%.

A umidade relativa no cenário atual, às 15 horas, foi mínima de 43,22% e máxima de 50,09%. O cenário de telhados verdes apresentou umidade relativa do ar mínima de 43,67% e máxima de 50,56%, demonstrando pequenas variações, das quais 0,44% na mínima e 0,47% na máxima. O cenário de parede verde apresentou mínima de 49,35% e máxima de 60,53%. Em comparação com o cenário atual, a umidade relativa foi maior em 6,13% e a máxima em 10,44%.

No horário das 19 horas, o cenário atual apresentou mínima de 51,77% e máxima de

55,48%. O cenário do telhado verde em relação ao cenário atual demonstra poucas variações. A mínima foi de 52,19% (0,42% maior) e a máxima de 55,88% (0,34% maior). O mapa de parede vegetada apresentou a umidade relativa mínima de 57,53% e máxima de 60,48%, demonstrando ser maior em 5,76% na umidade relativa mínima e em 5,00% na máxima

A Figura 7 mostra os mapas do índice PMV, que “prevê o valor médio de um grande grupo de pessoas, segundo uma escala de sensações de 7 pontos” (LAMBERTS; XAVIER, 2002). Os mapas do PMV foram extraídos pelo *plug-in* do ENVI-met, Leonardo 3.75, permitindo visualizar especialmente os dados gerados.

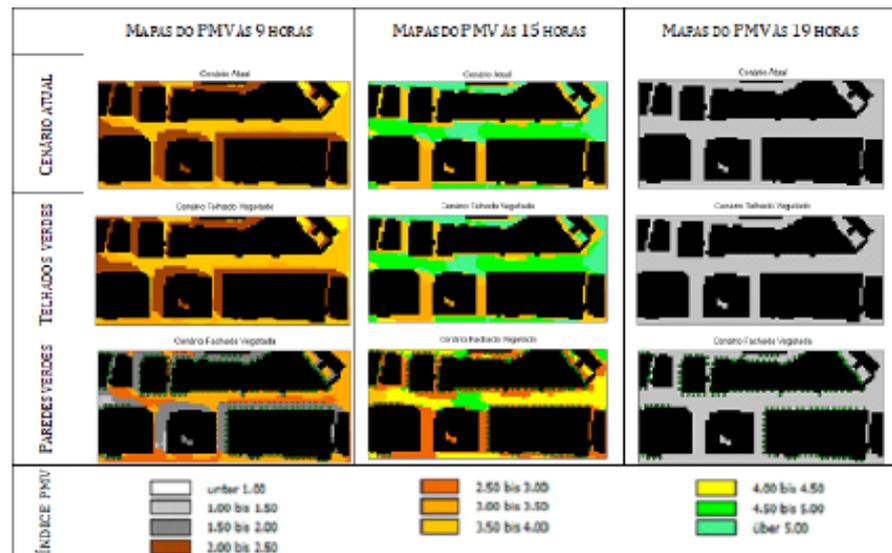


Figura 7: Mapas do índice PMV por horário (9 horas, 15 horas e 19 horas) e por cenário (atual, telhados verdes e paredes verdes).

Fonte: Neves (2018).

O índice PMV do cenário atual, às 9 horas, foi de 2,04 a 4,14, variando de quente a muito quente, pela escala de Fanger. Os resultados obtidos no mapa do cenário telhado vegetado às 9 horas mostram valores de mínimo de 2,05 e máximo de 4,14. No cenário da fachada verde, às 9 horas, o índice PMV estava entre 1,0 e 1,5 nas áreas próximas às edificações. Ou seja, a área estava levemente quente. As simulações às 9 horas mostraram que não houve alteração relevante do cenário atual para o de telhado verde. Porém, a fachada verde mostrou uma redução pela metade na Escala Fanger, demonstrando melhoria na sensação térmica.

Às 15 horas, os valores de índice PMV para a máxima foi de 5,57 e para a mínima foi de 3,17, na simulação do cenário atual. Os índices estiveram entre 4,5 e acima de 5,0 na Avenida Jerônimo Monteiro e de 3,17 a 4,0 em torno das edificações localizadas em toda a área. Nota-se que, levando-se em consideração os estudos de Fanger (1972), a sensação térmica do local estaria acima de 3 na escala, ou seja, acima de “muito quente”. Para o cenário dos telhados verdes, o PMV variou entre 3,14 para a mínima e 5,55 para a máxima, e, nas áreas de projeção das edificações para o horário das 15 horas, o índice foi de 3,14 a 4. Nas demais áreas, como a avenida principal, o índice foi de até 5,55, demonstrando assim a influência do tipo de material de revestimento da pavimentação no conforto térmico. Em frente às fachadas vegetadas, os valores

do índice PMV para as 15 horas variaram de 2,31 a 2,50, valores que demonstram que a área está “quente” para os transeuntes. Em contraponto, na via central, os resultados obtidos variaram de 4,0 a 5,0. A área em amarelo representa, na escala ASHRAE, a sensação térmica “muito quente”. Portanto, pode-se notar que a presença da vegetação atenua a sensação térmica em até 2 pontos.

Quando se relacionam os mapas de PMV, pode-se observar que não houve alteração dos índices entre o cenário atual e o cenário com telhado vegetado, já que praticamente não houve alteração das “manchas” cromáticas representativas dos resultados do índice PMV. No entanto, no mapa do cenário das paredes verdes, as “manchas” de cor variaram em todo o mapa, sinalizando a influência das paredes com vegetação no conforto térmico no nível do pedestre. Às 19 horas, o índice PMV esteve entre 1,0 e 1,50 na escala de Fanger (1972), ou seja, a área, nesse horário, pode ser considerada “levemente quente”. Avaliando os resultados obtidos pela simulação do cenário de telhados verdes e fachadas vegetadas, os índices PMV apresentaram a mesma classificação: “levemente quente” do que no cenário atual, porém diminuíram as mínimas e máximas em 0,01 e 0,02 e 0,22 e 0,12, respectivamente. Cabe salientar que mesmo à noite, às 19 horas a sensação térmica na área estudada ainda gerava desconforto térmico.

DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

A partir dos mapas gerados, foi possível compreender as modificações e interferências que as superfícies vegetadas trouxeram para a área construída.

Os dados gerados pelas simulações permitiram verificar que a influência das paredes vegetadas não se limita à localização da aplicação, já que toda a área do cânion urbano foi afetada pela técnica, no nível do pedestre. Entretanto, o mesmo não ocorreu para a técnica de telhados verdes, pois a influência ficou restrita aos valores máximos de temperatura e com pequenas alterações no mapa cromático, no nível do pedestre.

A adoção de telhados verdes na estrutura urbana estudada não gerou valores significativos nos fatores climáticos no nível do pedestre, como a temperatura do ar, e nos índices de conforto térmico na altura do pedestre. Chen, Ooka e Huang (2009) investigaram a possibilidade de diminuição da temperatura no nível da rua por meio de simulação de telhados verdes extensivos em prédio médios e altos, usando um modelo denominado CSCR (*Coupled Simulations of Convection, Radiation, and Conduction*). Os autores verificaram que o impacto é praticamente insignificante, por causa da altura dos edifícios. Resultados similares foram demonstrados no estudo de Ng *et al.* (2012) utilizando o ENVI-met. Os autores verificaram também que a influência de telhados verdes extensivos era quase nula. Esse fato ocorreu por causa da altura elevada das edificações simuladas. O estudo concluiu que quanto maior for a relação entre a altura e à largura da via, menor será o grau de resfriamento no nível do pedestre.

Outro fator que pode explicar os resultados encontrados deve-se ao período úmido simulado, de verão, quando as taxas de umidade já se encontram elevadas, demonstrando essa interferência como verificou-se no estudo de Rosseti, Nogueira e Nogueira (2013, p.1967) quando realizaram as análises dos telhados para as estações seca e úmida:

[...] a presença da cobertura verde é capaz de otimizar as condições de conforto térmico no entorno da construção,

elevando os níveis de umidade relativa e reduzindo a temperatura do ar, nas estações secas. Nas estações úmidas não se verificam interferências significativas da cobertura no microclima do entorno.

Esses resultados também são confirmados por meio de pesquisa experimental conduzida por Djedjig, Bozonnet e Belarbi (2015), que demonstraram que as paredes verdes reduziram em um terço o superaquecimento do cânion da rua, diminuindo a amplitude térmica ao longo do dia. O mesmo estudo mostrou resultado semelhante para os telhados verdes, porém de forma menos perceptível. As paredes vegetadas no estudo de Djedjig, Bozonnet e Belarbi (2015) também reduziram em 4 °C a temperatura radiante média, que afeta o conforto térmico no cânion da rua.

CONCLUSÕES

No aspecto mais amplo do estudo, os cenários com a inclusão da vegetação nas paredes demonstraram melhores condições de conforto térmico na configuração urbana delimitada, comparando-se à inclusão de telhados verdes. Ressalta-se que foi um resultado encontrado para as especificidades da área estudada, não cabendo generalizações.

Para a variável climática temperatura do ar, de forma geral, a técnica da parede verde influencia todo o trecho do cânion urbano, diminuindo em até 2,5 °C às 9 horas. A técnica do telhado verde influenciou de forma localizada, sendo a mais expressiva na área onde as edificações possuíam alturas de até quatro pavimentos.

A simulação microclimática para a variável umidade relativa do ar com o cenário da parede verde influenciou de maneira mais homogênea no horário às 19 horas, aumentando para 5,76% a umidade relativa mínima. Os resultados gerados em forma de mapa para o cenário do telhado verde mostraram uma alteração pequena, sendo mais expressiva nas áreas onde os edifícios possuíam alturas menores, com aumento da umidade relativa de 91% para 94%.

O índice PMV no cenário com parede verde foi alterado em locais próximos à inserção da técnica de parede vegetada. O mapa gerado apresentou diminuição no índice de até 1 ponto na escala. Já para o cenário com telhado verde, o índice praticamente ficou inalterado em todos os horários simulados.

As simulações demonstraram a eficiência das paredes verdes em melhorar o microclima urbano em área consolidada que não teria capacidade de receber arborização urbana. Estudos como este podem colaborar para o desenvolvimento da pesquisa aplicada ao contexto brasileiro, com adequação dos aspectos climáticos e de vegetação ainda pouco desenvolvidos. Também pode colaborar com a demonstração das superfícies vegetadas como estratégia eficiente para implantação de corredores verdes em áreas urbanas consolidadas e sua disseminação no poder público. Por fim, as paredes verdes apresentam-se como uma alternativa adequada e possível para a minimização da ilha de calor nos centros urbanos, cabendo às políticas públicas e ao planejamento urbano estimular a sua implantação.

REFERÊNCIAS

- ABREU, L. V. de; LABAKI, L. C. Conforto térmico propiciado por algumas espécies arbóreas: avaliação do raio de influência através de diferentes índices de conforto. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 10, n. 4, p. 103-117, out./dez. 2010.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15220-3: Desempenho térmico de edificações - Parte 3: Zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações de interesse social. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.
- BONATTO, D. do A. M. Infraestrutura verde: estratégia para a regeneração de espaços livres e qualidade do ambiente construído. *In: EURO-ELECS 2015 -LATIN AMERICAN AND EUROPEAN CONFERENCE ON SUSTAINABLE BUILDINGS AND COMMUNITIES*, 2015, Guimarães. Lisboa: Multicomp, 2015.
- BRUSE, M. Updated Model overview envi-met 3.0. Technical report. University of Bochum: Germany, 2004.
- BRUSE, M.; FLEER, H. Simulating surface-plant-air interactions inside urban environments with a three-dimensional numerical model. *Environmental Modelling & Software*, v. 13, p. 373-384, 1998.
- COSTA, R. G.; FERREIRA, C. de C. M. Análise do Índice de Áreas Verdes (IAV) na área central da cidade de Juiz de Fora, MG. *Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana - REVSBAU*, v. 4, n. 1, p. 39-57, 2009.
- CHEN, H.; OOKA, R.; HUANG, H. Study on mitigation measures for outdoor thermal environment on present urban blocks in Tokyo using coupled simulation. *Building and Environment*, v. 44, p. 2290-2299, 2009.
- DJEDJIG, R.; BOZONNET, E.; BELARBI, R. Experimental study of the urban microclimate mitigation potential of green roofs and green walls in street canyons. *International Journal of Low-Carbon Technologies*, v. 1, issue 1, p. 34-44, 2015.
- DUMKE, E. M. S. *Clima urbano/conforto térmico e condições de vida na cidade: uma perspectiva a partir do aglomerado urbano da região metropolitana de Curitiba (AU-RMC)*. 2007. 418 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- ENVI-MET. ENVI-met 3 by Michael Bruse & Team. Disponível em: <http://www.envi-met.com/>. Acesso em: 2 fev. 2019.
- FANGER, O. P. *Thermal comfort: analysis and application in environmental engineering*. New York: McGraw-Hill, 1972.
- FARIAS, J. A. Resiliência: um bom conceito para o projeto e a reforma urbana? *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL*, 17., 2017, São Paulo. São Paulo: 2017.
- GIVONI, B. Man, *climate and architecture*. London: Applied Science, 1976.

- GREEN ROOF ORGANIZATION. Introduction to Green Walls Technology, Benefits & Design. 2008. Disponível em: <http://www.greenroofs.org/index.php/about/greenroofbenefits>. Acesso em: 4 jul. 2016.
- HERZOG, C. P. Cidades para todos: (re)aprendendo a conviver com a natureza. Rio de Janeiro: Mauad X, Inverde, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/20170530_PNUD_ParaAlemdasMedias_alta.pdf. Acesso em: 10 dez. 2016.
- INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. Prognóstico climático. Disponível em: <http://www.inmet.gov.br/portal/>. Acesso em: 2 set. 2016.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO 7730. Ergonomics of the thermal environment: analytical determination and interpretation of thermal comfort using calculation of the PMV and PPD indices and local thermal comfort criteria. Switzerland, 2005.
- KATZSCHNER, L. Urban climate studies as tools for urban planning and architecture. *In: ENCONTRO NACIONAL DE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO*, 4., 1997. *Anais [...]*. Salvador FAUFBA / LACAM; ANTAC, 1997. p. 49-58.
- LAMBERTS, R.; XAVIER, A. A. Conforto térmico e stress térmico. Florianópolis: Laboratório de Eficiência Energética em Edificações da UFSC, 2002. Apostila de aula.
- MASCARÓ, J. J. Evolução da cobertura vegetal e seus impactos energético-ambiental em Porto Alegre, RS. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TECNOLOGIA NO AMBIENTE CONSTRUÍDO*, 11., 2006, Florianópolis. Florianópolis: Associação Nacional de Tecnologia no Ambiente Construído, 2006.
- MASCARÓ, L.; MASCARÓ, J. L. *Ambiência urbana*. 3. ed. Porto Alegre: Masquatro, 2009.
- MATHEUS, C. *et al.* Desempenho térmico de envoltórias vegetadas sem edificações no Sudeste brasileiro. *Ambiente Construído*, v. 16, n. 1, p. 71-81, 2016.
- MONTEIRO, L. M.; ALUCCI, M. P. Conforto térmico em espaços abertos com diferentes abrangências microclimáticas. Parte 2: proposição de calibração de modelos preditivos. *In: ENCONTRO NACIONAL DE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO*, 9., 2007, Ouro Preto. *Anais [...]*. Ouro Preto: UFMG, 2007.
- NEVES, M. D. A. *A influência das superfícies vegetadas no conforto térmico: simulações no centro de Vitória-ES*. 2017. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.
- NG, E. *et al.* A study on the cooling effects of greening in a high-density city: an experience from Hong Kong. *Building and Environment*, v. 47, p. 256-271, 2012.
- PENTEADO, H. M.; ALVAREZ, C. E. de. Corredores verdes urbanos: estudo da viabilidade de conexão das áreas verdes de Vitória. *Paisagem e Ambiente*, n. 24, p. 57-68, 2007.

- PEZZUTO, C. C. *et al.* Análises do microclima urbano através de medições experimentais e simulações no programa ENVI-met. *In: ENCONTRO NACIONAL DE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO*, 2011, Búzios. *Anais [...]*. Associação Nacional do Ambiente Construído, Búzios, 2011.
- ROSSETI, K. de A. C.; NOGUEIRA, M. C. de J. A.; NOGUEIRA, J. de S. Interferência microclimática na utilização do telhado verde para eegiões tropicais: estudo de caso em cuiabá, MT. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, n. 9, n. 9, p. 1959-1970, fev. 2013.
- SANTAMOURIS, M. *Energy and climate in the urban environment*. London: James & James, 2001. 402 p.
- SILVA, C. F. *O conforto térmico de cavidades urbanas: contexto climático do Distrito Federal*. 2013. xvii, 175 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- UNIVERSIDADE DE WYOMING. College of Engineering. Department of Atmospheric Science. Disponível em: <http://weather.uwyo.edu/upperair/sounding.html/>. Acesso em: 2 fev. 2019.
- URRESTARAZU, M.; BURÉS, S. Sustainable green walls in architecture. *Journal of Food, Agriculture & Environment*, v. 10, n. 1, p. 792-794, 2012.
- VALESAN, M. *Percepção ambiental de moradores de edificações residenciais com Pele-Verde em Porto Alegre*. 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

Avaliação Pós-Ocupação em uma Cidade Média Catarinense: Percepções sobre Satisfação e Necessidades dos Usuários

Post-Occupancy Evaluation in a Medium City of Santa Catarina: Perceptions about the Users' Satisfaction and Needs

Evaluación Post-Ocupación en una Ciudad Media Catarinense: Percepciones sobre Satisfacción y Necesidades de los Usuarios

*Angélica Saccol Berleze. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: angelicaberleze@gmail.com*

*Marcos Martinez Silvano. Doutor em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Departamento de Tecnologia da Construção, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: silvano@fau.ufrj.br*

*Julio Cesar Araujo da Silva Junior. Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul,. Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG, Brasil.
E-mail: julio.econometria@gmail.com*

Resumo

Este artigo é o resultado de uma pesquisa realizada em um conjunto habitacional de baixa renda, na cidade de Chapecó/SC, que visou avaliar o desempenho funcional das edificações e investigar o comportamento e o nível de satisfação das famílias. Para tanto, utilizou-se uma abordagem com múltiplos métodos de avaliação pós-ocupação (APO), quantitativos e qualitativos, como análise *walkthrough*, questionário e grupo focal. Observou-se que o PMCMV demonstra pouca preocupação com a diversidade socioeconômica e cultural, bem como em atender a perfis fora do padrão médio existente. Sobre a unidade habitacional, percebeu-se pouca funcionalidade, além de um número de ambientes e área útil inferior à necessidade de boa parte das famílias. Todos esses fatores colaboram para um baixo nível de satisfação dos moradores e uma rápida obsolescência da edificação. Além disso, a comparação com estudos similares realizados em outras localidades evidenciou a importância da realização de APOs em diversas regiões do país, gerando um panorama

global do tema e divulgando diferenças referentes à diversidade cultural e ambiental.

Palavras-chave: Avaliação pós-ocupação; Programa Minha Casa Minha Vida; Avaliação multimétodo.

Abstract

This paper is the result of a research carried out in a low income housing complex in the city of Chapecó/SC, which aims to evaluate the functional performance of the buildings and investigate the behavior and level of family satisfaction. For that, an approach was used with multiple methods of post-occupancy evaluation (POE), quantitative and qualitative, such as walkthrough analysis, questionnaire and focus group. The PMCMV shows little concern with socioeconomic and cultural diversity, as well as attending profiles outside the existing average standard. About the housing unit, low levels of functionality was detected, as well as a number of rooms and a living area that was less than the need of most families. All these factors contribute to a low level of satisfaction of the residents and a rapid obsolescence of the building. In addition, the comparison with similar studies carried out in other locations showed the importance of POEs in several regions of the country, generating a global panorama of the theme and disseminating differences regarding cultural and environmental diversity.

Keywords: Post-occupancy evaluation; My House My Life Program; Multi-method evaluation.

Resumen

Este artículo es el resultado de una encuesta realizada en un conjunto habitacional de bajos ingresos en la ciudad de Chapecó/SC, que busca evaluar el desempeño funcional de las edificaciones e investigar el comportamiento y el nivel de satisfacción de las familias. Para ello, se utilizó un abordaje con múltiples métodos de evaluación post-ocupación (EPO), cuantitativos y cualitativos, como análisis *walkthrough*, cuestionario y grupo focal. El PMCMV demuestra poca preocupación por la diversidad socioeconómica y cultural, así como en atender perfiles fuera del estándar medio existente. Sobre la unidad habitacional se percibió poca funcionalidad, además de un número de ambientes y área útil inferior a la necesidad de buena parte de las familias. Todos estos factores colaboran para un bajo nivel de satisfacción de los habitantes y una rápida obsolescencia de la edificación. Además, la comparación con estudios similares realizados en otras localidades evidenció la importancia de la realización de EPO's en diversas regiones del país, generando un panorama global del tema y divulgando diferencias referentes a la diversidad cultural y ambiental.

Palabras clave: Evaluación post-ocupación; Programa Minha Casa Minha Vida; Evaluación multiusuario.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o problema habitacional vem sendo tratado de forma inconstante ao longo das décadas, a depender da situação política e econômica de cada período. Até o momento não houve uma política habitacional de longo prazo e que priorizasse as questões qualitativas da moradia, assim como a qualidade de vida dos moradores. As primeiras iniciativas de produção habitacional em massa, voltadas à produção rentista e à construção de vilas operárias, são reconhecidamente as que produziram os exemplares de maior qualidade arquitetônica e urbanística (BONDUKI, 2014).

Desde o início dos anos 2000, a política habitacional brasileira passou por profundas transformações, principalmente após a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2009. O programa já viabilizou a construção de mais de dois milhões de moradias, e até 2017 haviam sido entregues cerca de 850 mil unidades habitacionais para famílias com renda mensal de até R\$ 1.800,00 (faixa 1 do programa). Para essa mesma faixa de renda, o programa beneficiou mais de 14 mil famílias em Santa Catarina e cerca de 1.050 em Chapecó/SC (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2018).

Mesmo com tantas unidades sendo produzidas nos últimos anos, o Brasil ainda apresenta um déficit habitacional expressivo. Givisiez e Oliveira (2018) preveem uma demanda de 29,5 milhões de moradias até 2040, o que corresponderia à necessidade de produção de mais de um milhão de unidades por ano nos próximos 20 anos. Cerca de um terço dessa produção será direcionada para as classes 1 e 2, ou seja, para moradias com rendimento mensal inferior a R\$ 2.600,00. A Região Sul apresenta uma das demandas mais baixas, cuja produção média para as mesmas classes gira em torno de 25 mil unidades anuais (7,5% da demanda nacional).

Em relação à composição familiar (Gráfico 1), a maioria pode ser considerada nuclear, sendo os valores de Santa Catarina ligeiramente superiores aos nacionais. As famílias unipessoais, que vêm aumentando nos últimos anos, giram em torno de 15%. Já as famílias estendidas, com parente agregado, representam 17% no Brasil e 13% no estado de Santa Catarina.

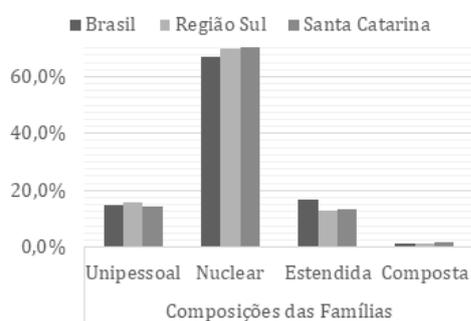


Gráfico 1: Composição das famílias em 2017.
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018a).

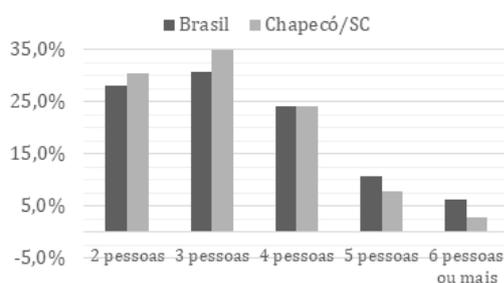


Gráfico 2: Número de pessoas por domicílio urbano em 2010
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018b).

Quanto ao número de pessoas vivendo no mesmo domicílio (Gráfico 2), no Brasil, em cerca de 28%, vivem até duas pessoas; em 85% dos domicílios, vivem até quatro pessoas, e, em 17% dos domicílios, vivem cinco ou mais pessoas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018b). Percebe-se que em Chapecó esses

dados tendem para um menor número de moradores por domicílio.

O PMCMV, baseado nos dados nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apontam predomínio de famílias nucleares compostas por quatro membros, estabeleceu apenas uma tipologia de unidade habitacional, com dois dormitórios. Essa tipologia atende satisfatoriamente a um grupo familiar muito restrito (no máximo uma família composta por pai, mãe e dois filhos do mesmo sexo). Essa limitação desconsidera a grande variedade de perfis familiares contemporâneos e exclui todas as famílias que excedem o padrão estabelecido, o que demanda modificações e ampliações imediatas na moradia.

Nos últimos anos, diversas avaliações pós-ocupação (APOs) foram realizadas a fim de testar novos métodos, avaliar o desempenho das edificações e verificar o nível de satisfação dos usuários. Esses estudos são predominantemente aplicados à Região Sudeste e, em menor escala, às Regiões Nordeste, Norte e Sul (MOREIRA; SILVA, 2017; AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015; CONCEIÇÃO; IMAI; URBANO, 2015; ONO *et al.*, 2015; VILLA; SARAMAGO; GARCIA, 2015). As poucas APOs conduzidas no Sul do país concentram-se nas capitais e regiões metropolitanas, deixando uma lacuna de investigação para importantes municípios que concentram parcela significativa da população e de geração de riqueza, além de apresentarem diversidade cultural e ambiental.

Diante disso, o objetivo deste artigo é avaliar o desempenho funcional das edificações e investigar o comportamento e o nível de satisfação das famílias de um conjunto habitacional em Chapecó/SC, aqui intitulado Loteamento "A". Estudos dessa natureza podem influenciar o desenvolvimento de novos empreendimentos habitacionais provenientes de programas sociais em Chapecó, assim como divulgar especificidades regionais sobre o PMCMV no Sul do Brasil.

AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO EM PROGRAMAS HABITACIONAIS

A APO pode ser definida como um conjunto de métodos e técnicas para avaliação de desempenho de edificações e do ambiente construído, considerando a perspectiva do pesquisador e dos usuários das edificações (ABIKO; ORNSTEIN, 2002). Dessa forma, a APO pode avaliar a qualidade do projeto ao mesmo tempo que afere a satisfação do usuário, criando um vínculo entre as duas percepções (KOWALTOWSKI *et al.*, 2006).

Especificamente em habitação social do PMCMV, estudos têm apontado para o baixo atendimento das reais necessidades dos moradores, visto o grande número de modificações e ampliações feitas nos primeiros anos de moradia. O número reduzido de ambientes e a dimensão deles são os principais fatores de insatisfação (VILLA; SARAMAGO; GARCIA, 2015). Os projetos também demonstram baixa preocupação com questões de funcionalidade, flexibilidade, adaptabilidade e privacidade das moradias (REIS; LAY 2002; ROMERO; ORNSTEIN, 2003; LIMA; BARROS NETO, 2011). Não obstante, a baixa diversidade formal, funcional e construtiva do PMCMV tem demonstrado pouca preocupação com contextos culturais, ambientais, históricos e socioeconômicos de uma sociedade tão diversificada quanto a brasileira, como demonstram Amore, Shimbo e Rufino (2015).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos deste estudo foram baseados em experiências anteriores como Villa, Saramago e Garcia (2015) e Blumenschein, Peixoto e Guinancio

(2015), e os instrumentos de APO foram fundamentados em referências como Rheingantz *et al.* (2008).

A pesquisa foi precedida pela sua aprovação na Plataforma Brasil (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) n. 75949317.0.0000.0116; o estudo foi submetido em 9 de novembro 2017 e aprovado em 10 de fevereiro de 2018) e pela distribuição de *folders* no loteamento, os quais explicavam a pesquisa e comunicavam as datas de aplicação do estudo. Na aplicação dos questionários, foram apresentados os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos moradores, assim como obtiveram-se as assinaturas autorizando o estudo. A metodologia foi dividida, sequencialmente, em cinco fases principais, conforme o Quadro 1. Os instrumentos de APO foram:

	 LEVANTAMENTO DE DADOS	 WALKTHROUGH	 QUESTIONÁRIO	 GRUPO FOCAL	 ANÁLISES FUNCIONAIS
MATERIAIS E TÉCNICAS	LEVANTAMENTO GERAL, PROJETOS ARQUITETÔNICOS, LEGISLAÇÕES PERTINENTES, REGISTRO FOTOGRÁFICO	OBSERVAÇÕES, PREENCHIMENTO DE CHECKLIST, REGISTRO FOTOGRÁFICO E ÁUDIO	QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO	ENTREVISTA E DINÂMICAS EM GRUPOS	DESENHOS GRÁFICOS, LEGISLAÇÃO PERTINENTE, RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO E G. FOCAL
RESPONDENTE	PESQUISADOR	PESQUISADOR	ENTREVISTADO/MORADOR	ENTREVISTADO/MORADOR	PESQUISADOR
MÉTODO	QUANTITATIVO/QUALITATIVO	QUANTITATIVO/QUALITATIVO	QUANTITATIVO	QUALITATIVO	QUALITATIVO
TEMPO ESTIMADO	15 DIAS	2 DIAS	7 DIAS	2 HORAS	2 DIAS
EQUIPAMENTO UTILIZADO	COMPUTADOR E MATERIAL GRÁFICO	PRANCHETA, CHECKLIST, CÂMERA FOTOGRÁFICA E GRAVADOR (CELULAR OU TABLET)	PRANCHETA, QUESTIONÁRIO, TERMOS DE CONSENTIMENTO, GRAVADOR E CÂMERA FOTOGRÁFICA (CELULAR)	DATASHOW, FILMADORA, CÂMERA FOTOGRÁFICA, MAQUETES	COMPUTADOR E MATERIAL GRÁFICO
AMOSTRAGEM	NÃO SE APLICA	100%	CALCULADO (75 FAMÍLIAS = 63%)	7 MORADORES	NÃO SE APLICA

Quadro 1: Quadro síntese sobre os instrumentos aplicados no estudo.
Fonte: Elaborado pelos autores.

- **Passeio *walkthrough*:** Primeiro instrumento aplicado, consistiu em visitas técnicas, nas quais os pesquisadores fizeram observações sobre as condições das moradias e do entorno, com registros fotográficos. Os percursos foram orientados por *checklists* e gravados em áudio para posterior conferência e tabulação dos dados.
- **Questionário:** Foram aplicados questionários estruturados, em forma de entrevistas individuais, uma vez que os respondentes poderiam ter baixo nível de escolaridade e também para garantir o preenchimento de todas as perguntas. Um pré-teste evidenciou a necessidade de pequenos ajustes no questionário, os quais foram realizados antes da aplicação geral.

- Grupo focal: O grupo foi formado após convite geral, tendo comparecido sete moradores do loteamento, todos adultos, predominantemente mulheres e com mais de 35 anos. O encontro consistiu na discussão e aplicação de três dinâmicas: seleção visual, poema dos desejos e brincando de boneca. Este último consistiu em plantas das residências com blocos de mobiliário baseados na NBR 15575-1 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2013), porém com dimensões encontradas comercialmente em lojas populares. A intenção desse instrumento era verificar a forma de apropriação da moradia e discutir questões de funcionalidade dos espaços.

LOCAL DO ESTUDO

A cidade de Chapecó localiza-se na região oeste do estado de Santa Catarina e possui uma população estimada em aproximadamente 210 mil habitantes, dos quais quase 93% residem área urbana (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018c). Segundo o Censo Demográfico de 2010, aproximadamente sete mil pessoas residiam em moradias inadequadas, o que correspondia na época a 1.320 domicílios (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018b).

O conjunto escolhido para o estudo é beneficiário do PMCMV – faixa 1 e foi inaugurado em 2011, abrigando uma população superior a 1.500 moradores. Ele é composto por 464 unidades habitacionais, sendo 336 em edifícios multifamiliares de dois pavimentos (distribuídos em 42 blocos) e 128 em residências geminadas térreas (duas a duas). Esse é o único conjunto habitacional na cidade que apresenta mais de uma tipologia arquitetônica e também o único com unidades térreas, características que motivaram sua escolha para o estudo.

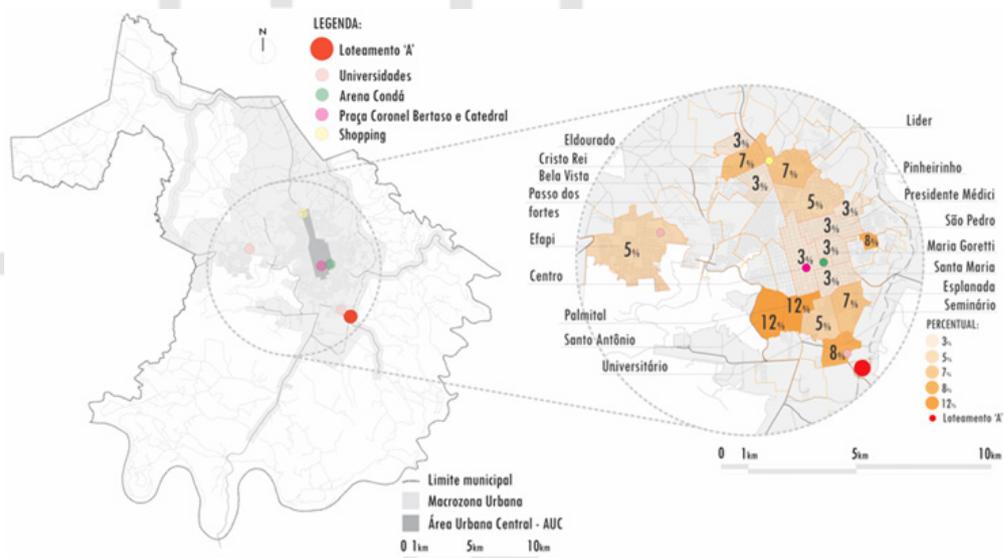


Figura 1: Localização do Loteamento “A” em Chapecó/SC

Figura 2: Bairros de origem dos moradores do Loteamento

Fonte: Elaboradas pelos autores.

Sua localização pode ser visualizada na Figura 1, bem como alguns pontos de referência importantes da cidade. Percebe-se que o conjunto está localizado em área periférica à malha urbana, próximo à área rural do município. A Figura 2 mapeia os bairros de origem dos moradores do Loteamento “A”, espacializando-os em relação à cidade. Percebe-se que as maiores concentrações de moradores eram provenientes

de bairros periféricos ao centro, alguns reconhecidamente de baixa renda. No entanto, pelo menos 12% dos moradores provêm de bairros bem abastecidos de infraestrutura urbana.

UNIDADE HABITACIONAL

As casas geminadas são térreas e possuem dimensões totais de 6 x 12 metros e pé-direito de 2,50 m, são compostas por duas unidades de moradia com área total de 35,4 m² cada, divididas em quatro ambientes: sala de estar e cozinha integradas, dois dormitórios e um banheiro. As implantações propostas no conjunto apresentam unidades com fachada voltada às quatro principais orientações cardeais.

A Figura 3 representa a planta baixa padrão com a fachada principal voltada a norte. Há apenas uma tipologia de casa geminada, havendo modificações em algumas unidades acessíveis a pessoas com deficiência que apresentam variação nas dimensões dos banheiros e da cozinha.

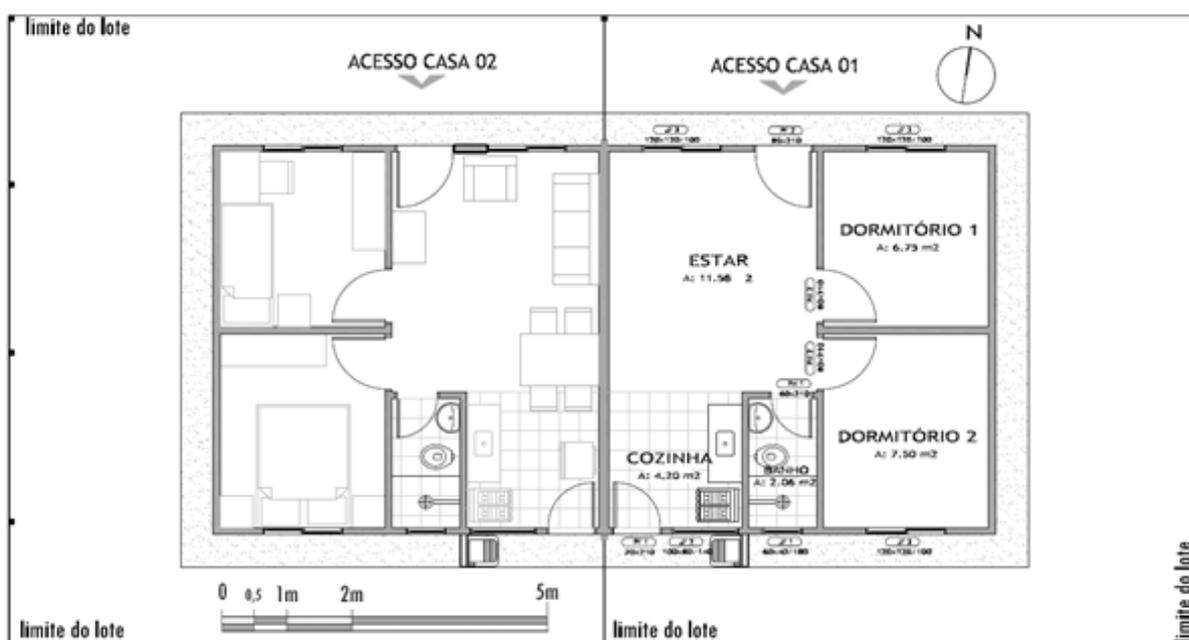


Figura 3: Planta baixa padrão da edificação geminada térrea.
Fonte: Adaptada pelos autores a partir do projeto original. Escala gráfica.

Os objetos de estudo deste artigo foram as unidades geminadas que, excluídas as que estavam desocupadas (oito), totalizaram 120 unidades habitacionais na data da pesquisa. Desse universo, calculou-se o tamanho de uma amostra com base na estimativa da proporção populacional. Os valores adotados para o cálculo consideraram intervalos de 95% de confiança e um erro amostral de 7%, escolhidos por causa da disponibilidade de tempo e recursos, o que resultou em uma amostra de 75 residências. Com isso, foram aplicados 75 questionários, distribuídos de forma aleatória simples, ou seja, de modo que todos tivessem igual probabilidade de serem selecionados.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este estudo¹ avaliou principalmente o perfil dos moradores e os aspectos funcionais e comportamentais, dando ênfase ao lote e à unidade.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E CONTEXTO PRÉ-MUDANÇA

Do universo de respondentes, a maioria era composta de mulheres (72%) em idade média de 39 anos. Em relação à escolaridade, a maior parte dos respondentes (64%) possuía, no máximo, ensino fundamental completo, apenas 19% possuíam ensino médio completo e 4% não possuíam nenhuma escolaridade. Nenhum dos respondentes cursava ou tinha ensino superior completo ou incompleto, conforme Gráfico 3.

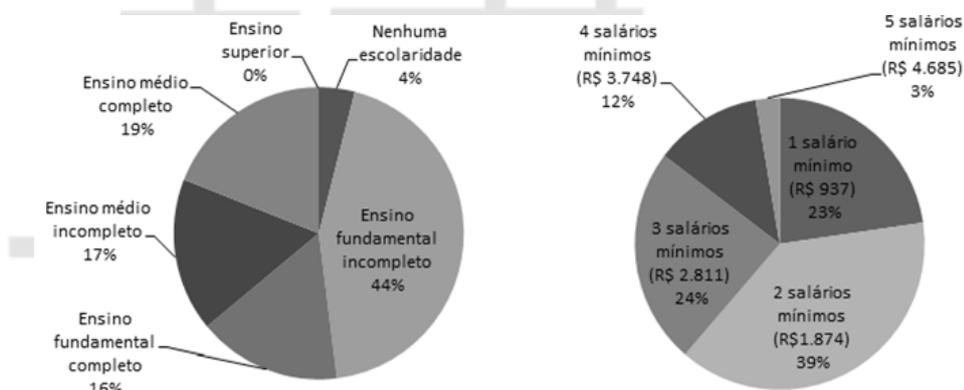


Gráfico 3: Escolaridade dos respondentes

Fonte Elaborado pelos autores.

Gráfico 4: Renda familiar.

Fonte Elaborado pelos autores.

Sobre os trabalhadores, 60% desenvolviam atividade remunerada com carteira assinada. Conforme o Gráfico 4, em 61,3% dos casos, a renda familiar era de até 2 salários mínimos (aproximadamente R\$1.800,00 – atual limite da faixa 1 do PMCMV), e 84% das famílias recebiam dois ou mais salários mínimos, dado superior ao da média nacional (70%) verificado em estudo nacional realizado por Freitas e Camargo (2014). Em relação ao tipo de emprego da população (Tabela 1), destacam-se empregos braçais, como doméstica/diarista e pedreiro.

Do total de entrevistados, 53,3% declararam não possuir uma renda complementar à dos salários de empregos formais. Apenas 19% recebem bolsa assistencial do governo; 20%, pensão; e outros 13%, aposentadoria. Em relação à residência, 84% denominaram-se primeiros proprietários do imóvel, tendo se mudado em 2011 (data da inauguração), e 7% se declararam-se inquilinos ou que utilizavam a casa de modo emprestado.

¹ Este estudo faz parte da pesquisa de doutoramento em Arquitetura e Urbanismo de um dos autores, o qual é aplicado à região de Chapecó/SC.

Tabela 1: Tipo e frequência de empregos dos moradores

Empregos	Freq. absoluta	Freq. relativa	Empregos	Freq. absoluta	Freq. relativa
Doméstica/diarista	15	15,5%	Do lar	4	4,1%
Pedreiro	14	14,4%	Auxiliar de limpeza	3	3,1%
Aposentado	5	5,2%	Bicos	3	3,1%
Vendedor	5	5,2%	Serviços gerais	3	3,1%
Atendente	4	4,1%	Outros	7	7,2%
Autônomo	4	4,1%	Desempregado	4	4,1%
Auxiliar de produção	4	4,1%			

A média do número de moradores por unidade no loteamento é de 3,97 moradores, valor superior ao encontrado no estudo nacional (3,73) e da média do estado de Santa Catarina (3,23) em 2013 (FREITAS; CAMARGO, 2014) e do verificado no interior do estado de São Paulo por Fabricio, Brito e Vittorino (2017) (3,50).

Em relação ao número de moradores (Gráfico 5), em 67% das moradias eram até quatro; em 65%, eram quatro ou mais, valor superior ao estudo de Fabricio, Brito e Vittorino (2017), que foi de 46%. Essa diferença em relação aos dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018b) representa a tendência de um maior número de moradores para edificações dessa faixa de renda do PMCMV. Em 46% das moradias, residiam três ou mais adultos (Gráfico 6) – valor superior aos 30% constatados por Fabricio, Brito e Vittorino (2017). Esse resultado demonstra uma possível saturação no número de quartos para quase metade das famílias e comprova que parte delas já se muda para uma casa inadequada ao número de pessoas da sua estrutura familiar.

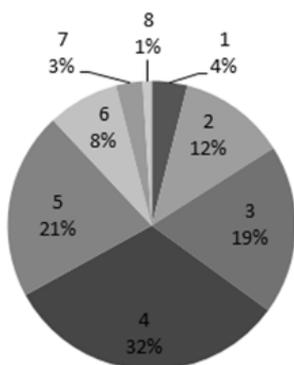


Gráfico 5: Número de moradores na edificação.
Fonte: Elaborado pelos autores.

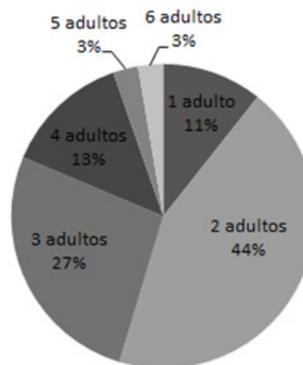


Gráfico 6: Número de adultos na edificação.
Fonte: Elaborado pelos autores.

A composição familiar foi investigada (Tabela 2) nas situações pré-mudança e atual. De forma geral, não ocorreram grandes alterações na estrutura familiar com a propriedade da residência. Os resultados indicaram que, na situação atual, 74,7%, das

famílias são compostas por família nuclear, com família monoparental representando 25,3% e família biparental 49,3%, dados que divergem de outros estados brasileiros (AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015), nos quais o número de famílias monoparentais chega a 45%.

Tabela 2: Composição familiar atual

Estrutura familiar	Freq. absoluta	Freq. relativa
Casal de idosos ²		2,7%
Casal de idosos + netos	1	1,3%
Coabitação (sem vínculo familiar)	1	1,3%
DINK (casal com duplo salário sem filhos)	3	4,0%
Família monoparental (pai ou mãe + filhos)	19	25,3%
Família monoparental expandida (monoparental + parentes)	8	10,7%
Família biparental (pai ou padrasto + mãe ou madrasta + filhos)	37	49,3%
Família biparental expandida (biparental + parentes)	1	1,3%
Pessoa só	3	4,0%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Em relação à situação da moradia anterior (Tabela 3), os resultados indicaram que 60% das famílias pagavam aluguel e que 62% das residências eram totalmente de madeira ou madeira e alvenaria. Já em relação às casas próprias, 71% eram de madeira e 21% de alvenaria, das quais 14% tinham um maior número de ambientes que as casas entregues pelo programa. A preponderância de casas de madeira (59%) pode ser decorrente da situação socioeconômica das famílias, mas também pode demonstrar uma peculiaridade regional, cuja cultura da edificação de chalés em madeira foi trazida para o Brasil por imigrantes europeus predominantes na região.

Tabela 3: Situação da moradia anterior à mudança

Situação da moradia	Frequência absoluta	Frequência relativa	Material construtivo	Frequência absoluta	Frequência relativa
Alugada	45	60%	Madeira	44	59%
Emprestada	5	7%	Alvenaria	24	32%
Irregular	6	8%	Mista (madeira e alvenaria)	7	9%
Própria	14	19%			
Coabitação	1	1%	Zinco	-	-
Chácara rural	4	5%	Papelão	-	-

Fonte: Elaborada pelos autores.

Em 25% das famílias, observou-se que moravam em casas com o mesmo número e função dos ambientes entregues no Loteamento "A" (sala, cozinha, dois dormitórios e um banheiro). Entretanto, 55% das casas tinham mais ambientes que a casa recebida pelo programa e 28%, tinham três ou mais dormitórios. A diminuição do número de ambientes e, principalmente, de dormitórios também contribui para a insatisfação dos moradores, como apresentado adiante.

Além disso, 55% dos respondentes mencionaram que a moradia entregue

originalmente não atendia às necessidades da família. Quando questionados sobre o motivo, 90% responderam que a casa era pequena, 22% que o número de dormitórios era insuficiente, 7% que faltavam ambientes e 2% que a casa não era segura. Ainda sobre o atendimento das necessidades, 76% das casas com cinco ou mais moradores foram dadas como pequenas, assim como 50% das casas com quatro moradores e 27% das casas com até três moradores.

ASPECTOS DO LOTE E DA UNIDADE

Em relação ao desempenho funcional da unidade habitacional, alguns autores definem áreas úteis mínimas em função do número de moradores, visando garantir índices aceitáveis de habitabilidade e funcionalidade dos ambientes. Segundo Boueri, Pedro e Scoaris (2012), quando comparado com programas adotados em outros países, como Argentina, Espanha, França, Inglaterra, Portugal e Venezuela, o PMCMV é o único que estabelece os menores limites de área útil e apenas uma tipologia de casa térrea (dois dormitórios).

Boueri (2015) define a área útil da casa pelo número de moradores separando em índices² que variam entre bom, satisfatório, regular e precário. O índice³ bom varia de 14 a 16 m²/morador, e o precário é limitado entre 8 a 10 m²/morador. Valores abaixo de 8 m²/morador são considerados inaceitáveis e patogênicos aos moradores (SILVA, 1982). Boueri e Pedro (2010) acrescentam que a satisfação dos usuários tende a ser negativa quando a edificação apresenta área útil inferior a 14 m²/morador, o que de fato demonstra este estudo.

Portanto, quando se consideram a área mínima estipulada na fase 1 do PMCMV (de 2009 a 2011) de 32 m² e o número de moradores padrão (quatro), percebe-se que o projeto arquitetônico da moradia gera inicialmente um contexto patogênico (8 m²/morador). No caso em estudo, observa-se que 65% das famílias são compostas por quatro ou mais moradores, ou seja, são entregues moradias consideradas inadequadas, ou ainda insalubres, para a maior parte das famílias. Quando consideramos o universo de moradores em uma mesma edificação, esse índice chega, no pior dos casos, a 3,5 m²/morador. Esses valores contrariam os objetivos desse programa: melhorar a qualidade de vida da população e produzir moradia digna.

Quando se analisam as áreas dos ambientes individualmente e as comparam com as áreas mínimas indicadas na bibliografia (Tabela 4), percebe-se que os ambientes da casa do Loteamento "A", em geral, apresentam área inferior aos indicados, exceto alguns casos da sala de estar e da cozinha. Também se verifica que os ambientes, exceto a sala de estar, apresentam área considerada precária por Boueri (2015), ou seja, os ambientes não suportam o mobiliário e os equipamentos básicos, o que é confirmado na aplicação dos questionários, do grupo focal e por análises funcionais (figuras 4 a 6).

Em relação à disposição dos ambientes, observa-se que o modelo de setorização da casa é tripartido, com divisão entre os setores social, íntimo e de serviço (Figura 4). Para esse modelo funcionar atualmente, com a diversidade de composições familiares, ele precisa de amplo espaço, sem que haja sobreposição de atividades nos ambientes e sem que haja conflito entre espaços de circulação e uso do mobiliário.

2 Bom: ambiente suporta adicionar mobiliário e equipamento básico com dimensões usuais; satisfatório: ambiente suporta o mobiliário e equipamento básico com dimensões usuais; regular: ambiente suporta o mobiliário e equipamento básico com dimensões reduzidas aos usuais; precário: ambiente não suporta o mobiliário e equipamento básico com dimensões usuais.

Tabela 4: Área útil mínima por cômodo

	Lot. "A"	Boueri (2015) ¹		HCC ²	IPT (1987) ³	CDHU (2008) ³	Buzzar e Fabrício (2007) ³	Mediana da área mínima
		Satisfat.	Precário					
Dormitório 1	7,50	De 12 a 15	10,5	7,8	9,0	9,0	8,0	9,0
Dormitório 2	6,75	De 10 a 12	9,0	7,8	8,0	8,0	7,0	8,0
Sala de estar	11,58	De 12 a 15	12,01	10,5	12,0	12,5	10,0	12,0
Cozinha	4,20	De 8 a 10	6,0	3,6	10,0	5,0	5,5	5,5
Banheiro	2,06	De 5 a 5,5	3,5	2,4	2,5	2,8	2,5	2,8
Área de ser- viço	-	De 8 a 10	3,5	2,1	1,5	2,8	2,0	2,8
TOTAL	32,09	De 55 a 67,5	44,50	34,2	43	40,1	35	40,1

¹Área indicada para unidades com dois dormitórios. ²Habituação a Custo Controlado (Portugal). ³Apud Barcelos e Brandão (2017).
Fonte: Elaborada pelos autores com base em Boueri e Pedro (2010), Boueri (2015) e Barcelos e Brandão (2017).

Porém, a aplicação do questionário e grupo focal indicou uma grande sobreposição de atividades em todos os ambientes (Figura 5), apresentando uma maior variedade de usos e atividades que a encontrada na bibliografia (BOUERI, 2008) em espaços com área útil inferior às recomendadas (Tabela 4). Ademais, a dimensão desses espaços é claramente insuficiente (Figura 6) para desempenhar essas funções de maneira adequada e confortável, principalmente englobando todos os usuários simultaneamente. Observa-se que áreas tão limitadas permitem baixos níveis de funcionalidade, adaptabilidade e flexibilidade, pois sequer possibilitam um arranjo de mobiliário de modo adequado, quando o indicado seria permitir vários arranjos (SCHNEIDER; TILL, 2005).



Figura 4: Setorização geral da residência.
Fonte: Elaborada pelos autores.

Para a análise da distribuição de mobiliário e das circulações, foram simulados dois cenários (Figura 6), considerando o mobiliário mínimo e suas dimensões conforme a NBR 15575-1 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2013). O cenário 1

leva em conta o dormitório frontal como de casal e o dormitório de fundos como de solteiro. Os principais aspectos observados nesse *layout* são os seguintes:

- A disposição do mobiliário na sala permite maior circulação até os dormitórios.
- Há conflito nas circulações mínimas para uso e circulação dos ambientes.
- No dormitório de casal, o mínimo admitido deveria ser 60 cm ao redor da cama (laterais e frente) e/ou um espaço para utilização do roupeiro de 60 cm, o que não é atendido, inviabilizando a abertura do roupeiro e mesmo a circulação em frente a ele.
- O dormitório de solteiro apresenta as circulações mais adequadas.
- Há conflito entre a mesa de jantar e o mobiliário da pia, apresentando uma circulação de apenas 40 cm.
- Existe pouco espaço para móveis de apoio e armazenamento, principalmente na cozinha.

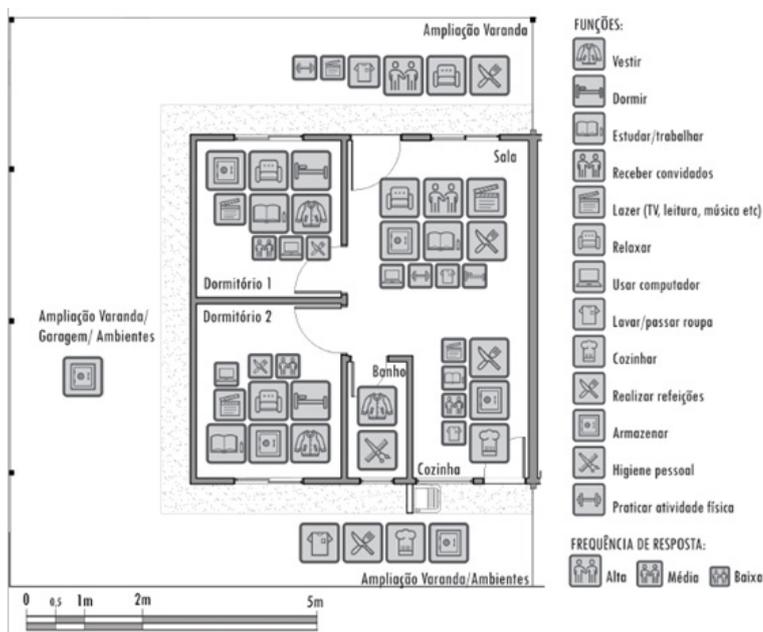


Figura 5: Sobreposição de funções nos ambientes.
Fonte: Elaborada pelos autores.

No cenário 2, a posição dos dormitórios foi invertida, alterada a posição da mesa de jantar e considerado um conjunto de dois e três lugares na sala de estar. Os principais aspectos observados nesse *layout* são os seguintes:

- O dormitório frontal não comporta o mobiliário de solteiro, a menos que seja utilizado beliche.
- A área de circulação é muito exígua se forem utilizadas duas camas, inviabilizando a utilização de roupeiro.
- O dormitório de fundos é o que apresenta as circulações mais aceitáveis, para ambos os casos (casal e solteiro).

- Há uma menor circulação na sala de estar, porém uma maior possibilidade de uso de armários de apoio na cozinha, melhorando a funcionalidade desse espaço.

Conflitos frequentes com o mobiliário foram observados *in loco*, durante a aplicação dos questionários e posteriormente durante o grupo focal. Entre eles, destacam-se: 1. o mobiliário utilizado possuía dimensões maiores que as estabelecidas pela NBR 15575-1 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2013), por ser fruto de doação ou pelo fato de o morador já o possuir; 2. estudos têm constatado a dificuldade em encontrar mobiliário nas dimensões estabelecidas pela NBR 15575-1 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2013) no comércio varejista (BOURI, 2008); 3. o móvel da TV e os roupeiros eram maiores que os espaços previstos, resultando no avanço desses móveis sobre os vãos das portas e impossibilitando o seu fechamento ou a sua abertura total; 4. os moradores optavam por posicionar a cama de casal encostada na parede e não utilizar criado-mudo. No entanto, o acesso à cama e sua arrumação se tornam inadequados, assim como a manipulação da janela (que também não é ideal nos cenários propostos).

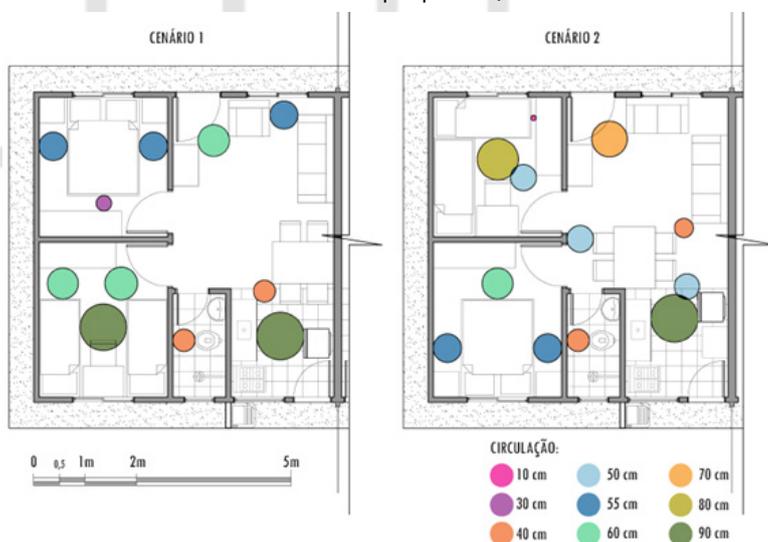


Figura 6: Circulação entre mobiliário.
Fonte: Elaborada pelos autores.

De modo geral, essa análise complementa os resultados do questionário sobre a adaptação do mobiliário existente à nova casa em que 45% responderam que metade, poucos ou nenhum dos móveis couberam.

Na investigação sobre ampliações e adaptações da moradia, observou-se que, desde a inauguração do empreendimento, 92% das casas sofreram algum tipo de modificação, valor superior ao encontrado na avaliação do mesmo sistema construtivo (52%) em Fabricio, Brito e Vittorino (2017). A principal modificação percebida no *walkthrough* (verificada em 88% das casas) foi em relação ao fechamento do lote, por meio da construção de muros e/ou instalação de gradis (Figura 7 – à direita). A segunda alteração mais expressiva, recorrente em 82% das moradias, foi em relação à ampliação do piso no entorno da residência, principalmente na parte frontal.



Figura 7: Residências geminadas em 2011 (inauguração) e em 2017. Fontes: Google Street View e acervo dos autores.

Percebe-se (Figura 7 – à esquerda) que os moradores não possuíam um espaço de permanência aberto e coberto. O beiral e a calçada pouco proeminentes dificultavam a apropriação do espaço em torno da edificação. Além disso, a necessidade de um local de descanso mais fresco e abrigado da chuva fez com que grande parte dos moradores (64%) ampliasse as coberturas, criando varandas abertas, principalmente em frente às casas (Figura 7 – à direita). Em alguns casos, também foram criadas coberturas na lateral e nos fundos, destinadas a garagens e áreas de serviço (inicialmente descobertas e com previsão apenas para o espaço do tanque).



Figura 8: Implantação geral do conjunto e modificações realizadas nas unidades térreas. Fonte: Elaborada pelos autores.

Na Figura 8, foram mapeadas as modificações verificadas por meio do *walkthrough*, visíveis externamente. Nela é possível visualizar o tipo de alteração efetuada, sua função e localização, além do impacto gerado, como a ocupação de 100% do lote em alguns casos. Os pesquisadores constataram que, de modo geral, o sistema construtivo não limitou a realização de modificações internas nas residências.

As maiores necessidades de adaptação foram na área externa da edificação (68% – Tabela 5), criando um ambiente extra que proporcionasse um local mais arejado, sombreado e protegido da chuva. A principal motivação para essas ampliações foi tornar os espaços mais funcionais e criar um espaço para os moradores descansarem e interagirem com a vizinhança. As ampliações para criação de garagem e área de serviço coberta e protegida também foram modificações frequentes (32% e 29%). Ampliações para a criação de uma cozinha maior ocorreram em 27% das moradias, e a criação de um maior número de dormitórios ocorreu em 21%. Essa necessidade se deu em função do pouco espaço para armazenamento dos utensílios, pouco espaço para realizar as refeições com a família e principalmente porque os moradores já tinham seus pertences quando se mudaram e precisavam descartá-los em função do pouco espaço ou ampliar os ambientes.

Contudo, todas essas modificações, mesmo motivadas por questões como segurança, conforto térmico e funcionalidade, também podem estar vinculadas a necessidades intrínsecas do ser humano, como apropriação, personalização e fortalecimento da autoidentidade em seu contexto habitacional, o que afeta diretamente o bem-estar desse indivíduo.

Tabela 5 - Cômodo reformado

Local da reforma	Freq. absoluta	Freq. relativa
Área externa/varanda	51	68%
Garagem	24	32%
Área de serviço	22	29%
Cozinha	20	27%
Dormitório	16	21%
Sala de estar	8	11%
Banheiro	5	7%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Outra especificidade cultural e/ou ambiental decorre da utilização de fogão a lenha (13%) como uma alternativa para aquecer a casa no inverno, além de cozer os alimentos.

Quando se analisa o perfil familiar, percebe-se que, nas casas em que moram até três pessoas (35%), o nível de atendimento da casa original às necessidades da família é maior (62%). Porém, nas casas com quatro ou mais moradores (65%), o nível de atendimento às necessidades da família baixa para 37%.

Quando questionados sobre a dimensão e facilidade de mobiliar ambientes, a opinião dos moradores se mostrou conforme os gráficos 7 e 8. A sala de estar foi o ambiente mais bem avaliado (60%), em função de sua dimensão. Já a cozinha foi considerada com dimensão ruim ou péssima por 89% das famílias, seguida da avaliação negativa dos dormitórios. Novamente os dados divergem do estudo realizado no interior do

estado de São Paulo, em que a dimensão dos cômodos foi avaliada positivamente (FABRICIO; BRITO; VITTORINO, 2017).

No questionamento sobre a facilidade de mobiliar os espaços, 78% dos moradores consideraram a cozinha ruim ou péssima, e a sala de estar foi novamente a mais bem avaliada (32%). As principais reclamações foram a dificuldade em posicionar a mesa de jantar e armazenar os utensílios nos armários.

No que concerne ao desejo do morador em modificar o projeto original, 77% gostariam que houvesse ambientes maiores na casa, e 75% apontaram a necessidade de mais ambientes. As demais modificações desejadas são representadas no Gráfico 9.

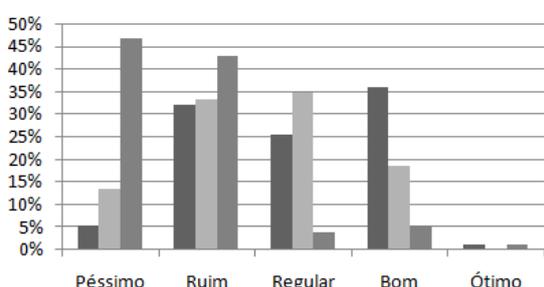


Gráfico 7: Qual é sua opinião sobre a dimensão dos ambientes?
Fonte: Elaborado pelos autores.

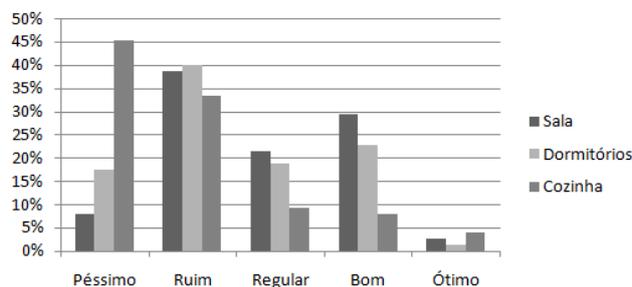


Gráfico 8: Qual é sua opinião sobre a facilidade de mobiliar os espaços?
Fonte: Elaborado pelos autores.

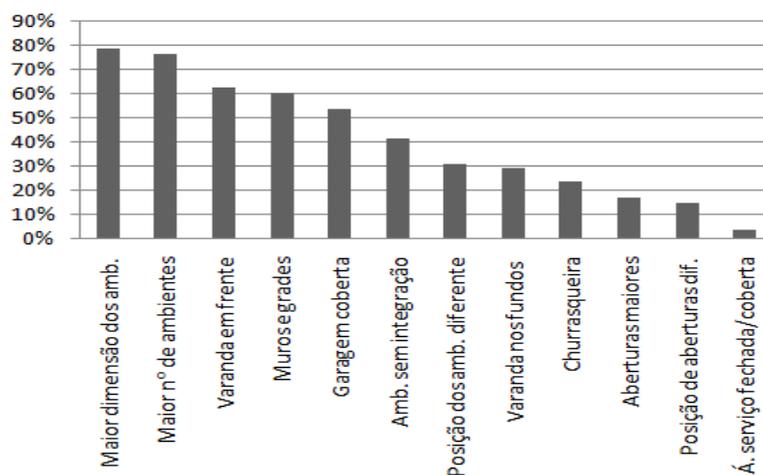


Gráfico 9: Modificações na edificação que desejaria.
Fonte: Elaborado pelos autores.

Esses resultados representam as modificações físicas da moradia consideradas mais importantes para os moradores de Chapecó. Ressalta-se que esses desejos divergem do levantamento feito em São Paulo (FABRICIO; BRITO; VITTORINO, 2017), o que indica a relevância de realizar estudos para diferentes localidades.

Por fim, questionou-se se o morador pretendia morar no local por tempo indeterminado, haja vista a condição de propriedade da moradia. No entanto,

corroborando os níveis de insatisfação dos moradores, 30% responderam que, se tivessem uma oportunidade melhor, se mudariam para outros bairros. O grupo focal evidenciou os principais motivos para a mudança (em ordem de importância): a insegurança; a baixa sensação de identidade e pertencimento ao bairro; a distância dos equipamentos e serviços; a distância de postos de saúde e hospitais para os que necessitam de tratamento; e a vontade de morar num local mais calmo e mais espaçoso. Esses resultados diferem dos da pesquisa nacional de Freitas e Camargo (2014), em que a intenção de mudar é inferior.

O maior interesse em mudar do bairro pode estar relacionado aos dados socioeconômicos dos moradores de Chapecó e à própria dimensão do município, que permite a visualização de outros locais e a fácil migração para bairros mais bem abastecidos. Percebe-se que, mesmo com a baixa satisfação dos moradores com a unidade habitacional, os problemas pontuados não são determinantes para uma possível mudança do loteamento. Em geral, essa decisão está relacionada à inserção urbana, ao acesso a equipamentos públicos, a segurança, entre outros fatores. Dada a limitação de espaço e o objetivo principal deste trabalho, não foi realizada uma análise urbanística aprofundada, a qual se deixa como sugestão para pesquisas futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliações de desempenho e diagnósticos provenientes de APOs podem embasar o processo projetual de futuras edificações similares, visando à sua melhoria constante. Estudos em diversas regiões do país contribuem para diagnosticar efeitos de diversidades culturais, econômicas, sociais e ambientais, assim como permitem que esses dados sejam cruzados e comparados, o que possibilita a geração de um panorama global sobre o tema.

De modo geral, os resultados desta pesquisa vão ao encontro das percepções gerais sobre o PMCMV na literatura, como: baixa preocupação com o contexto socioeconômico e cultural das famílias, baixo desempenho funcional da edificação, pouca preocupação com as reais necessidades das famílias, entre outras. Entretanto, a comparação com estudos similares apontou para diferenças no perfil familiar, no nível de satisfação geral da moradia, na intenção de mudar para outros bairros e na frequência de ampliações e adaptações já realizadas. Isso sugere que, apesar de o contexto tender à similaridade, as diversidades regionais devem ser investigadas e podem auxiliar no desenvolvimento de diretrizes projetuais mais adequadas à realidade local.

Além disso, é preciso pensar na construção de habitações que atendam às necessidades de diferentes composições familiares, pois são os perfis que excedem ao padrão mediano os principais prejudicados pelo projeto padrão do PMCMV. Assim como há um aumento nas composições unipessoais, o programa poderia produzir unidades com menos dormitórios, menores e mais baratas. Contudo, existe a necessidade, mesmo que em menor proporção, de produção de unidades com três ou mais dormitórios, o que conseqüentemente teria um custo inicial maior, porém garantiria a segurança estrutural e níveis mínimos de habitabilidade e funcionalidade que não podem ser garantidos nas moradias que atualmente já sofrem alteração e ampliação sem o devido acompanhamento profissional. Nota-se que as famílias maiores já custeiam o ônus da habitação que atende às suas necessidades, a ampliação apenas passaria a ser de maneira controlada e possivelmente atenuada por um maior prazo de financiamento.

REFERÊNCIAS

- ABIKO, A. K.; ORNSTEIN, S. W. (ed.). *Inserção urbana e avaliação pós-ocupação (APO) da habitação de interesse social*. São Paulo: FAUUSP, 2002.
- AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (org.). *Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 15575-1: Edificações habitacionais – Desempenho: Parte 1: requisitos gerais*. Rio de Janeiro: ABNT, 2013.
- BARCELOS, K. A.; BRANDÃO, D. Q. Avaliação da qualidade da habitação social no que se refere à adequação espacial-funcional e sua interferência nos custos. *Engineering and Science*, v. 1, ed. 6, p. 51-66, 2017.
- BLUMENSCHNEIN, R. N.; PEIXOTO, E.; GUINANCIO, C. *Avaliação da qualidade da habitação de interesse social: projetos urbanístico e arquitetônico e qualidade construtiva*. Brasília, DF: UnB, FAU, 2015.
- BONDUKI, N. *Pioneiros da habitação social*. São Paulo: Editora Unesp, Sesc, 2014. v. 1.
- BOUERI, J. J. Projeto de dimensionamento dos espaços da habitação: espaços de atividades. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2008.
- BOUERI, J. J. *Recomendações: índices ergonômicos de dimensionamento e avaliação da habitação*. São Paulo: FAUUSP CPG, 2015. (Apostila).
- BOUERI, J. J.; PEDRO, J. B. *Comparação das exigências de espaço aplicáveis à construção de habitação de interesse social em Portugal e no Município de São Paulo*. Relatório n. 438/2010. Lisboa: LNEC, 2010.
- BOUERI, J. J.; PEDRO, J. B.; SCOARIS, R. O. Análise das exigências de área aplicáveis às habitações do programa “Minha Casa Minha Vida”. In: PEDRO, J. B.; BOUERI, J. J. (org.). *Qualidade espacial e funcional da habitação*. Lisboa: LNEC, 2012. v. 1, p. 89-106.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Habitação. Minha Casa Minha Vida. Habitação Urbana. 2018. Disponível em: http://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/Beneficiarios_MCMV.zip. Acesso em: 27 fev. 2018.
- CONCEIÇÃO, P. A.; IMAI, C.; URBANO, M. R. Captura e hierarquização de requisitos do cliente de habitação de interesse social a partir da avaliação pós-ocupação e da técnica de preferência declarada. *Gestão e Tecnologia de Projetos*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 83-102, 2015.
- FABRICIO, M. M.; BRITO, A. C.; VITTORINO, F. *Avaliação de desempenho de tecnologias construtivas inovadoras: conforto ambiental, durabilidade e pós-ocupação*. Porto Alegre: Antac, 2017.
- FREITAS, F. G.; CAMARGO, E. N. (ed.). *Pesquisa de satisfação dos beneficiários do programa Minha Casa Minha Vida*. Brasília, DF: MCidades, SNH, Ipea, 2014.

- GIVISIEZ, G. H. N.; OLIVEIRA, E. L. (org.). *Demanda futura por moradias: demografia, habitação e mercado*. Niterói: UFF, Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Habitação. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=downloads>. Acesso em: 20 ago. 2018a.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-2020-censo4.html?=&t=downloads>. Acesso em: 20 ago. 2018b.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/chapeco/panorama>. Acesso em: 17 jun. 2018c.
- KOWALTOWSKI, D. C. C. K. *et al.* Quality of life and sustainability issues as seen by the population of low-income housing in the region of Campinas, Brazil. *Habitat International*, London, v. 30, p. 1100-1114, 2006.
- LIMA, M. M. X.; BARROS NETO, J. P. N. Inadequações projetuais no setor serviço em habitações. *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO*, 2011, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: ANTAC, 2011. p. 423-434.
- MOREIRA, F. R.; SILVA, R. D. Habitação de interesse social rural na região metropolitana de Maringá, PR: avaliação pós-ocupação. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 235-253, 2017.
- ONO, R. *et al.* Avaliação pós-ocupação: pré-teste de instrumentos para verificação do desempenho de empreendimentos habitacionais em sistemas construtivos inovadores. *Gestão e Tecnologia de Projetos*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 67-81, 2015.
- REIS, A. T. da L.; LAY, M. C. D. Tipos arquitetônicos e dimensões dos espaços da habitação social. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 7-24, jul./set. 2002.
- RHEINGANTZ, P. A. *et al.* *Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação*. Rio de Janeiro: Proarq, FAU-UFRJ, 2008.
- ROMERO, M. A.; ORNSTEIN, S. W. *Avaliação pós-ocupação. Métodos e técnicas aplicados à habitação social*. Porto Alegre: Antac, 2003. (Coleção Habitare).
- SCHNEIDER, T.; TILL, J. Flexible housing: opportunities and limits. *Architectural Research Quarterly*, v. 9, n. 2, p. 157-166, 2005.
- SILVA, E. *Geometria funcional dos espaços da habitação: contribuição ao estudo da problemática da habitação de interesse social*. Porto Alegre: UFRGS, 1982.
- VILLA, S. B.; SARAMAGO, R. C. P.; GARCIA, L. C. *Avaliação pós-ocupação no programa Minha Casa Minha Vida: uma experiência metodológica*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

Arteteto Responsável: Arte Urbana como Instrumento de Políticas Públicas Urbanísticas (Projeto Social “Palavra Cruzada: a voz do Leblon”)

Responsible Artchitect: Urban Art as an Instrument of Urban Public Policies (Social Project “Crossword: the voice of Leblon”)

Responsible Artetecto: Arte Urbana como Instrumento de Políticas Públicas Urbanísticas (Proyecto “Palabra Cruzada: la voz de Leblon”)

*Frederico Alfaix Assis. Doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Pesquisador do Laboratório de Artetutura e Humanismo de Ações para Questões Urbanas Insolúveis (LAH-AQUI).
E-mail: fredleblue@gmail.com*

Resumo

Arte é vista aqui como cronotipias (trans)histórico-temporais criadoras de heterotopias (trans)social-territoriais. O objetivo do texto é autenticar essa atividade profissional, a partir da interface com a arquitetura, em face dos desafios contemporâneos de construir social e arquitetonicamente cidades sustentáveis e humanizadas. O arteteto atua de forma antropológicamente responsiva para transformar e preservar localidades, tradições, memórias, tempos, comunidades e saberes geoafetivos a partir de sentidos de pertencimento toponímico e de compensação simbólica – mormente, em contextos socioambientais “marcados” pela desigualdade social e violência urbana. Como exemplo para essa metodologia proposta, o autor apresenta o projeto sociomusical “Palavra Cruzada: a voz do Leblon” que se originou de uma oficina de percussão e prática de conjunto do artista Fred Le Blue com crianças “carentes de atividade” no “Condomínio-Comunidade” Cruzada São Sebastião (Leblon, Rio de Janeiro) em 2009/2010 e tem como meta a requalificação humanista e “artetetônica” do ambiente construído e vivido negativamente e estigmatizado pela mídia e sociedade carioca.

Palavras-chave: Arquitetura tática; Memória social; Planejamento urbano participativo; Educação musical.

Abstract

Art is seen here as a trans-historical-temporal chronotype that creates socio-territorial (trans) heterotopias. The objective of the text is to authenticate this professional activity, from the interface with architecture, to the contemporary challenges of the social and architectural construction of sustainable and humanized cities. Artchitect acts in an anthropologically sensitive way to transform and preserve localities, traditions, memories, times, communities and geo-affective knowledge, to create a sense of toponymic belonging, but also to symbolic compensation, especially in social and environmental contexts "marked" by social inequality and urban violence. As an initial example of this proposed methodology, the author presents the socio-musical project "Crossword: the voice of Leblon". Originated in a percussion workshop and joint practice of the artist Fred Le Blue with children "without activity" in "Condominium-Community" Crusade San Sebastian (Leblon, Rio de Janeiro) in 2009/2010 and aims at the humanistic and "artetetonic" reclassification of the built environment and lived negatively stigmatized.

Keywords: Tactical architecture; Social memory; Participatory Urban Planning; Musical education.

Resumen

El arte se ve aquí como cronotipo (trans)histórico-temporal que crea heterotopias (trans) socio-territoriales. El objetivo del texto es autenticar esta actividad profesional, desde la interfaz con la arquitectura, ante los desafíos contemporáneos de la construcción social y arquitectónica de ciudades sostenibles y humanizadas. Arteteto actúa de manera antropológicamente sensible para transformar y preservar localidades, tradiciones, recuerdos, tiempos, comunidades y inteligencias geoafectivos, para crear un sentido de pertenencia toponímica, pero también a la compensación simbólica, especialmente en contextos sociales y ambientales "marcados" por la desigualdad social y la violencia urbana. Como ejemplo inicial de esta metodología propuesta, el autor presenta el proyecto socio-musical "Palabra Cruzada: la voz de Leblon", que se originó en un taller de percusión y práctica conjunta del artista Fred Le Blue con niños "sin actividad" en el "Condomínio-Comunidade" Cruzada São Sebastião (Leblon, Río de Janeiro) en 2009/2010 y tiene como objetivo la recalificación humanística y "artetetónica" del entorno construido y vivido negativamente estigmatizado.

Palabras clave: Arquitectura táctica; Memoria social; Planificación urbana participativa; Educación musical.

“O sentido rigoroso da palavra, poesia é uma tomada de medida, somente pela qual o homem recebe a medida para a vastidão de sua essência” (HÖLDERLIN, 1993, p. 173).

“O artista não é um sonhador acordado, mas um realizador sonâmbulo que tateando no labirinto dos guetos invisíveis da cidade do inconsciente individual e coletivo para transformar sua realidade e salvar o planeta faz dos sonhos uma planta arquitetônica para construir na sua arte, uma casa da humanidade e natureza, que seja o lar materno de todos os homens e seres” (ASSIS).

INTRODUÇÃO: CONDOMÍNIO DA COMUNIDADE (LUGARES DE FALA)

O projeto sociomusical “Palavra Cruzada: a voz do Leblon” de requalificação espacial do Condomínio Cruzada surgiu da prática musical voluntária com crianças locais com o “arquivista”¹ Fred Le Blue (autor deste artigo) no verão de 2009-2010, quando morou em uma organização não governamental (ONG) local dentro prédio e participou, como voluntário, da Associação de Moradores do Condomínio Cruzada São Sebastião (Amorabase). Esse *background* experiencial serviu, posteriormente, de acervo etnográfico incidental, em 2014-2019, para a pesquisa urbana acadêmica mais ampla sobre o condomínio, intitulada *Entre a CRUZ e a EspADA: análises sociourbanísticas de um Condomínio Comunidade* (ASSIS, 2019).

Do ponto de vista de uma história social, hoje percebo que o projeto “Palavra Cruzada: a voz do Leblon” parecia arqueologizar, inconscientemente, o legado do franco-humanismo lebreteano (*movimento Economia e Humanismo*) no Brasil². Os ensinamentos urbanísticos do padre Lebrete, historicamente, quase “esquecidos” desde o seu exílio pós-golpe de 1964, são fortemente tributários à *epistemologia do saber local e bem comum*. Premissas essas enunciadas nas encíclicas papais que fundamentam a filosofia do século XIX chamada “solidarismo cristão” (*Doutrina Social da Igreja*). Entre o legado indireto da atuação missionária desse clérigo economista-humanista, destaca-se, justamente, a idealização do “projeto Cruzada” liderado pelo bispo Dom Hélder Câmara, do qual o piloto fora a construção do condomínio social Cruzada São Sebastião³.

Construído em 1955 para os moradores, em sua maioria negros, da favela da Praia do Pinto, que foram removidos da Lagoa, na zona sul carioca, pela política higienista, eugenista e engenharística do ex-prefeito Carlos Lacerda (Batalha do Rio)⁴, para a área vicinal no bairro Leblon (classe média alta), esse condomínio, ao longo de mais de 50 anos de “insistência”, ganhou a alcunha de “favela vertical”. Nesse sentido, passou a ser encarado pela sociedade e mídia local não como exemplo de projetos de inclusão

1 Somente anos depois viria a chamar de intervenção artetônica e humanista – ou “intervenção urbana” localizada de impacto sociourbanístico.

2 “[...] o movimento Economia e Humanismo encontrou um ambiente mais aberto, em meio à crise econômica do Estado keynesiano no Brasil e a concorrência de organizações sociais e políticas comunistas. O que o permitiu credenciais junto à sociedade para as equipes de Lebrete orientarem intervenções urbanísticas interdisciplinares de orientação solidarista, a partir de pesquisa participante e participativa nas comunidades” (ASSIS, 2015, p. 119).

3 “[...] em parceria com a Fundação Leão XIII, entidade conservadora da Igreja criada em 1947 para assumir uma postura anticomunista, porém integradora, por meio da sua tutela das favelas, à cidade e à cidadania (serviços básicos) [...]” (ASSIS, 2015, p. 119).

4 “Essa política que pregava o retorno dos migrantes da favela para o campo, teria como alvo principal do Morro do Pinto, o que sensibilizaria Dom Helder a encomendar à Lebrete e sua equipe urbanista interdisciplinar, a SAGMACS (Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais), para compreender melhor o senso de comunidade entre os favelados que pudesse levá-lo ao de comunitarismo” (ASSIS, 2015, p. 119).

patrimonial que prometia interação social e adaptação territorial para negros e pobres de favela, mas, ainda sim, como problema de política pública sociourbanística ou “caso de polícia”.

Pouco consideradas, as preexistências geoafetivas e mnemônicas espaciais do ambiente construído e vivido da favela em questão e as sucedâneas adaptações reurbanizadoras pós-ocupacionais performadas do que é chamado de condomínio-comunidade têm sido constantemente desprezadas pelos entes públicos envolvidos em tentar majorar o grau de adequação territorial dos moradores à vida em condomínio (ambiente construído) e suas interações sociais com a vida no Leblon (zonas envoltórias). Cabe notar que a origem e a trajetória da Cruzada performam uma negação relativa da epistemologia do bem comum e saber local, do qual o bispo Câmara pretendia ter sido signatário integral. Mas, como tutor dessas populações acossadas no processo de litígio espacial com o Estado, que culminou com a remoção da Favela da Praia do Pinto, é mister mencionar que foi “providencial” a sua mediação política em prol de criar esse condomínio sócio-habitacional, se visto sob a óptica do contexto estatal local reformador-terroristada época, ainda patente nos dias de hoje⁵. A percepção urbana e a opinião pública já centenária têm sido construídas a partir da lógica de que os moradores de favelas são invasores e, por isso, criminosos contra os direitos da propriedade pública e privada.

Embora projetos de reurbanização de favelas que incorram em política de remoções sejam cada vez mais criticados, exceto em casos de áreas de risco ou vitimadas por intempéries naturais e incêndios acidentais, o fato é que a Cruzada, apesar de ter essas características, não é “descentramento” (AUGÉ, 2010) de populações. Isso não impediu que gentrificações passassem a ser mais comuns após as conclusões, em 2016, da estação de metrô “Jardim de Alah”, no mesmo quarteirão do condomínio. Para efeitos comparativos, vale considerar que o programa “Minha Casa, Minha Vida” não costuma preservar os assistidos em áreas centrais vicinais às antigas moradias, o que tem desconfigurado os seus tecidos subjetivos, sociais e econômicos ecolocalizados.

Sendo assim, a premência da aplicação mais íntegra da *epistemologia do bem comum e saber local* no pensamento e prática urbanística (LEBRET, 1952) ainda é um tópico premente, pois as tentativas de inclusões patrimoniais dos moradores de favelas em conjuntos habitacionais sociais não têm significado inclusão efetiva, em termos econômicos e simbólicos. E isso justifica e legitima projetos de educação socioculturais que se utilizam prioritariamente de transformações simbólicas heterotópicas como instrumento para “edificação” social. Será possível por meio da mobilização de memória, da música e da ação social revelar ambientes construídos e vividos para além do estigma socioespacial de uma favela vertical, de modo a permitir apontar para formações de estrutura morfológico-representacionais híbridas do tipo “condomínio (estética arquitetônica) comunidade” (vida comunitária)?

O caráter multissituado, rizomático e paratático entre motivos estéticos e motivações ideológicas modernas e tradicionais na Cruzada mostrou ser mister as análises

⁵ Trata-se de processo de longa duração de modernização urbana carioca, que sempre sempre tem implicado remoções de favelas e populações afrodescendentes no Brasil, cujos deslocamentos de seus corpos parecem não ter fim. As diásporas contemporâneas são as remoções compulsórias para conjunto sócio-habitacional de moradores negros de favela (segunda África), de onde vieram e ainda, poeticamente, na qual habitam seus ex-moradores pioneiros e, até mesmo, alguns descendentes destes. Em favelas extintas, as “crias da comunidade” ou filhos de “crias” não podem nem ter o direito de retornar ao local de origem natal ou ancestral, como alguns afro-brasileiros já fizeram, na tentativa de findar essa opressão latente em si, em função da situação de deslocamento físico forçado interterritorial.

e reapropriações urbanísticas que se concatenem com o heurístico território subjetivado, como lugar relacional espacializado localmente por meio de elaboração metafísica dos seus moradores-(re)construtores-pensadores. Essa perspectiva permite inculcar no campo das políticas públicas urbanas e sociais “medidas poéticas” para minorar os baixos índices (matemáticos) de adaptação espacial e de interação sociorracial dos seus projetos positivistas e cartesianos.

A construção em 2006, no mesmo quarteirão do condomínio, do Shopping Leblon, um dos mais badalados da cidade, só fez agravar esse contraste moral e estético de signos e peles toponímico-antropológicas. Em 2009-2010, ao perceber intuitivamente as exclusões e violências simbólicas, bem como estigmas e invisibilizações sociais orquestrados pela mídia e sociedade carioca em relação à Cruzada, foi concebido um projeto de requalificação musical desse território, catalisado por uma demanda local apresentada pelas crianças do “condomínio-comunidade”, reivindicantes do seu “direito à música”: de usarem as percussões de capoeira subutilizadas em uma entidade social.

Como compositor popular, acredito ter despertado alguma empatia comunicacional capaz de dar vazão subjetiva, por meio da música, a seus vícios e suas vicissitudes. Escolhi algumas canções do meu repertório que pudessem ressoar suas existências (potências e traumas) e passei a compor novos temas também, inspirados por essa minha interação sociorracial de alto nível. Após nossos primeiros ensaios, entusiasta de minha banda mirim, esbocei um projeto mais elaborado de registro e divulgação daquelas obras e interpretações que pudessem permitir uma nova percepção arquiteto-antropológica daquele condomínio de prédios, no íntimo, comunidade de moradores, que aqui apresento, à guisa de anexo introdutório:



A voz do Leblon

- Descrição: Disco-informativo de música popular brasileira/ sobre o cotidiano, inspirada no cotidiano e na memória coletiva dos moradores do Condomínio Cruzada e Leblon, com participação artística de seus moradores. O material é encadernado por um livreto informativo sobre a história e antropologia do lugar, seguido de um jogo de *palavras cruzadas*.
- Objetivo: Corrigir os *frameworks* interpretativos equivocados na mídia e sociedade carioca que posicionam o ambiente construído e vivido do condomínio com estigma social associado

à marginalidade e degradação. Apresentar uma imagem cidadã e assertiva do local e de seus moradores que propicie maior integração social no bairro do Leblon, no que estimule parcerias do condomínio e a sociedade carioca e brasileira.

- *Proposta estético-temática:* O hábito de preencher palavras cruzadas não é só um passatempo de lazer, mas também uma forma interativa de exercitar a inteligência e memória terapêuticamente. Assim como a música, essa mídia perpassa várias classes sociais, no que pode também permitir uma readequação imagética da percepção urbana da *Cruzada São Sebastião* do Leblon. A associação desse elemento lúdico (jogo) associado a um material musical eclético permite performar uma linguagem criativa e multimídia em prol da defesa da inclusão social e patrimonial no Brasil.

Percorrer os “deslimites” e as “desfronteiras” do campo epistêmico disforme de pesquisa, atuação e militância que tenho chamado de “Artetutura e Humanismo” é o que se propõe no desenvolvimento deste artigo. Dito isso, saliento que o nome foi inspirado no movimento “Economia e Humanismo” e na disciplina “Arquitetura e Urbanismo”. Essa conceituação será mais bem ilustrada por meio de uma crítica sobre o enviesamento arquitetural do debate público sobre o direito à cidade.

Em face da constatação da hegemonia prático-discursiva desse debate no campo (ensino acadêmico e atuação profissional) da Arquitetura e Urbanismo, propomos sua ampliação, no sentido de incluir as mais variadas artes (populares) e humanismos (saberes). Como fundamento assertivo, utilizaremos discussões filosóficas de várias correntes filosóficas que, por vezes, orbitam marginalmente nesse campo ARQ/URB e que contribuíram para amalgamar em mim os índices dessa não tão nova epistemologia fenomenológica – inaugurada pela metafísica poética do espaço em Hölderlin, Heidegger e Bachelard – que proponho inventariar e redenominar, sincronicamente. Mas que, assim como tantos esforços, são apenas uma singela contribuição para retroalimentar prática e reflexivamente a ciência do espaço com temporalidades menos consagradas.

Em função de o lugar de fala desses faróis intelectuais ser muito peculiar e complexo, com maneirismos terminológicos e pilares hermenêuticos peculiares, não se intenta forçar aqui uma intertextualidade orgânica entre eles, mas somente uma amostra demonstrativa do meu percurso de interlocuções precedentes imprescindíveis para formatar nossa abordagem de análise e intervenção em fenômenos socioespaciais: mais inclusiva e prática, pois privilegia os olhares “artístico” e “humanístico”, inerente a todos os seres, aqui pensados como arquitetos orgânicos das “formas e sons do viver”, por ladear conhecimento científico, jurídico, jornalístico e heurístico e local (senso comum/cultura popular). O intuito desse entrelaçamento é facilitar o reconhecimento e a replicação a contento desses diálogos “retroperspectivos” para os mais variados lugares, públicos, profissões e pensamentos ligados e interessados na construção/gestão antropológica e urbanística dos territórios urbanos.

Na conclusão, voltaremos ao projeto sociocultural já apresentado para examiná-lo à luz dos conceitos apreendidos. O que nos permite instrumentalizar o exercício

filosófico-antropológico da alteridade epistêmica e espacial, que o estudo e trabalho sobre cidades requerem. Faz-se mister ressaltar que este trabalho não é um libelo contra a modernização urbanizante, mas somente um convite à reflexão da relevância do lócus do pensamento artístico nas políticas públicas sociais e urbanas por meio de uma mirrada tática da antropológica do espaço.

EXPLANAÇÃO: ARTETETURA E HUMANISMO: TEMPOS DE ESCUTA

Projetos de arte urbanística, arteteto e humanisticamente responsáveis são, destarte, aqueles que inspirados e/ou aplicados a determinados espaços públicos e plataformas virtuais, por meio de tecnologia de auscultas etnográficas e participativas de empoderamento narrativo e simbólico, criam “fala de lugares” a partir da “ação de sujeitos”. Sem grandiloquência megalomaniaca, trata-se de intervenções urbanas (artes visuais, sonoras e multimídias) pensadas com o olhar do artista e antropólogo, que podem permitir uma aproximação dialógica da arquitetura e urbanismo com os assistidos de seus projetos, com maior apreciação em projeto de requalificação sociourbano, de usos, práticas e saberes locais (cotidianidade).

O arteteto/humanista responsável deve considerar as preexistências e pós-ocupacionalidades físicas e simbólicas de um território, a partir da noção de metafísica e relacional do espaço. No que visa pensá-lo como ambiente construído, natural e virtual e ambiente vivido, social e interativo, passível de ser compreendido em suas problemáticas urbanísticas por “medidas poéticas”. De que maneira o arquiteto como artista e o artista como arquiteto podem trabalhar conjuntamente em prol de objetivar um comportamento espacial “amigável” dos espaços (semi)públicos e (semi) privados em meio ao caos e à violência urbana pós-modernos – no que permita tornar as suas redes e edificações mais profícuas e espontâneas em termos de ressonâncias sociais e culturais?

Projetos de arte e cultura aplicados ao espaço urbano podem transformar a cidade sem grandes intervenções de engenharia, estas quase sempre fáticas (monumentais) e fálicas (verticalizantes) em relação às demandas reais da população. Intervenções urbanas plásticas e sonoras podem, destarte, em alguns casos, mais do que as intervenções urbanísticas, ou em complemento a elas, atender a uma lacuna histórica do trabalho do arquiteto e urbanista, relativo à dificuldade de dialogar com os assistidos de determinadas políticas públicas – no sentido de tornar a linguagem e a prática do planejamento de inovação e preservação urbana mais acessíveis para que estes possam participar ativamente do processo criativo-decisório – *approachs* edu(folk)comunicativo⁶ e etno(arte)metodológico⁷.

6 Folkcomunicação caracteriza-se pela criação de canais de comunicações orais, textuais e digitais da própria localidade para produção e veiculação de conteúdos informacionais e narrativas culturais nativas e regionais. Trata-se de “sistema de comunicação sub-reptício de milhões de indivíduos alienados do pensamento das elites dirigentes [...] (BELTRÃO, 1980, p. 23), “[...] resultado de uma atividade artesanal do agente-comunicador [...]” (p. 27) “[no que] [...] preenche o hiato, quando não vazio, não só da informação jornalística como a de todas as demais funções de comunicação: educação, promoção e diversão, refletindo o viver, o querer e o sonhar das massas excluídas por diversas razões do processo civilizatório, e exprimindo-se em linguagem e códigos [...] [ao] campo de estudo e pesquisa da Semiologia” (p. 26). Já a Educomunicação faz uso desses mesmos canais, mormente as novas mídias, como ferramentas para criar plataformas educativas, visando disseminar assertivamente ideias, campanhas e causas, bem como combater preconceitos, injustiças e censuras.

7 Etnometodologia refere-se, originalmente, a metodologias não científicas, no sentido de não terem comprovação de sua eficácia replicável fora do seu contexto simbólico de produção original, criadas a partir de saberes e práticas culturais milenares e iniciáticos de grupos sociais, étnicos, religiosos e políticos. Nesse sentido, dependem de uma eficácia simbólica. Por exemplo: as ervas medicinais dos povos e caboclos da floresta são etnometodologias de cura, mas que atualmente podem ser utilizadas de forma vulgarizadas nas cidades. Já a artemetodologia refere-se aos muitos e singulares processos criativos do que-fazer artístico, mas que pode servir de inspiração metodológica para pensar estratégias e tecnologias de auscultas coletivas de lugares e suas muitas falas em disputa e consenso, por exemplo.

Mal comparando o papel hegemônico do campo da arquitetura e do urbanismo no seio das políticas públicas urbanísticas e sociais – mantidas as ressalvas históricas de que costuma haver aqui dissonâncias vindas de alas progressistas e antiaugenistas –, a figura hegemônica na contemporaneidade do “arquiteto > urbanista” talvez seja semelhante ao papel incontestável e onipresente ocupado pelos médicos sanitaristas e engenheiros politécnicos na história, não muito remota, da urbanização brasileira e mundial. Essa conjuntura atual dificulta transcender a velada noção hermética de que o fenômeno humano ocorre por excelência nas dimensões físico-materiais (altura, largura e profundidade = três dimensões) que compõem o espaço, em detrimento das quántico-imateriais (temporalidade e extrassensorialidade = quarta dimensão).

A (auto)construção verticalizante tanto de favelas quanto de prédios, tenta relativizar a dificuldade física imposta pela imponderabilização dos corpos e objetos no espaço escasso e conflituoso, em tempos de capitalismo e demografia expansionista. O uso da terra e sua legitimação, como propriedade privada a serviço do rentismo e da especulação imobiliária, têm esbarrado na clemência do direito natural do usufrutuário da terra e na veemência da militância pelo uso social da terra, em observância ao direito à cidade e à moradia. Aqui favelas e ocupações de prédios são movimentos autogestionários ante o déficit habitacional do Brasil.

A tendência à intangibilização da cultura (economias digitais e ambiente virtuais) como forma de ocupar o tempo e aumentar a realidade espacial parece ser uma resposta tecnológica à falência iminente do paradigma perceptivo do real, eminentemente como espaço fechado em si. O que, talvez, nos mostre que a desorientação da transcendência imanente ou presença reminescente (não real) das imagens em sua condição fenomenológica aurática dialética de dupla distância (próximo/alhures), da visualidade plástica (visão/tato) e da obscuridade relativa (aparecimento/luto), se dá no cruzamento e limiar entre geometria (minimalismo tautológico) e meditação (crença figurativa), espaço (objeto) e simulacro (duplo), mortalidade e inumanidade, forma formadora e presença performática (DIDI-HUBERMAN, 1998):

Pois portamos o espaço diretamente na carne. Espaço que não é uma categoria ideal do entendimento, mas o elemento despercebido, fundamental, de todas as nossas experiências sensoriais ou fantasmáticas. E não basta dizer que o espaço constitui nosso mundo: cumpre dizer também que ele “só se torna acessível pela desmundanização do mundo ambiente” [Heidegger]. E que assim ele só aparece na dimensão do encontro em que as distâncias objetivas sucumbem, em que o aí se ilimita, se separa do aqui, do detalhe, da proximidade visível; mas em que subitamente se apresenta, e com ele o jogo paradoxal de uma proximidade visual que advém numa distância não menos soberana, uma distância que “abre” e faz aparecer [Heidegger]. Eis por que o lugar da imagem só pode ser apreendido através desse duplo sentido da palavra aí, ou seja, através das experiências dialéticas exemplares da aura e da inquietante estranheza. As imagens – as coisas visuais – são sempre já lugares: elas só aparecem como paradoxos em ato nos quais as coordenadas espaciais se rompem, se abrem a nós e acabam por se abrir em nós, para nos abrir e com isso nos incorporar (DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 246-247).

As trajetórias humanas finitas subjetivadas e materializáveis infinitamente através das memórias, dos vestígios e das “significâncias” no espaço-tempo de indivíduos e grupos têm sempre colidido frontalmente com os surtos de desenvolvimentos seletivos que fazem uso de mudanças arquiteturais como “fachada” política de avanços históricos. A arquitetura modernista de Brasília é o exemplo ainda mais atual dessa geometria físico-discursiva, tábulas rasas que tentam negar as dialéticas estéticas e sociais brasileiras.

E mesmo que a pós-modernidade não desdenhe tanto do incorporado, do vernacular e do consuetudinário, a partir de seus caleidoscópios paratáticos intertemporais, em que o excesso eclético de citações épicas e futuristas tende a banalizar o conjunto da obra, esse partido arquitetônico também parece crer na ilusão de eternidade e estabilidade aparente do mundo material e validade absoluta das leis gerais da percepção visual. Muitos arquitetos do *star system* parecem evadir-se do tempo histórico, em face de um tempo mágico *fake*, pois que, longe de ter o vigor catártico e arquetípico do mito, parecem figurar como passatempos colorísticos da engenharia, produtos visuais de indústria cultural imobiliária, vendedora de céus de *m&m*⁸.

Essa conjuntura pouco “construtiva” tem resultado em um terreno movediço infértil para correntes interdisciplinares profícuas no Brasil, como a Abordagem Ambiente e Comportamento⁹ e seus congêneres (Arquitetura Sociológica, Antropologia do Espaço e Antropologia da Forma), que fazem a crítica do engessamento das temporalidades e corporalidades efetuadas pelo imperativo positivista, gestáltico, internacionalista, minimalista e transtético. Essa relativa cegueira para esses olhares das crenças e fantamagorias dos lugares tende, destarte, a ser pouco disseminada no Brasil, mesmo em cursos de pós-graduação – amiúde, camuflados através da disciplina “Desenho Urbano” ou “Percepção Urbana”¹⁰.

Por outro lado, é notório que o discurso vigente que desses “espaços logos” espaçosos incorporaram com pioneirismo os valores da inter(trans)disciplinaridade, o que é morfogeneticamente constitutivo da própria dupla nomeação da disciplina, “arquitetura & urbanismo” – apesar de a segunda, propriamente, mais associada às Ciências Humanas, ainda ser, em algumas faculdades de graduação, praticamente, sublimada da grade curricular ou desvalorizada. Ao modificar essa equação de Arquitetura > Urbanismo para Urbanismo > = Arquitetura, o *éthos* metonímico e holístico fundante do trabalho do arquiteto irrompe na prancheta multidirecionais e interdependentes escalas/escolhas de interferência ambiente-comportamental. O espaço do projeto passa a ter mais aderência com a realidade do projeto no espaço.

8 O capitalista pós-moderno é marcado pelo transtético, em que a hiperbolização da estética e arte no cotidiano permite ao mercado se articular como a arte se mercantiliza (LIPOVETSKY; SERROY, 2015).

9 Essa abordagem é multimetodológica e já inclui, pelo menos, três correntes de psicologia da percepção que se debruçam sobre as modulações indivíduo-ambientes: a Gestalt, a Transacionista (cognitivismo) e a Ecológica.

10 A alcunha da disciplina “Percepção Urbana” – que tive a oportunidade de cursar como aluno visitante no PROPUR/UFRGS – passou a ocupar o lugar da cátedra “Desenho Urbano”, naquelas escolas de arquitetura que puderam relativizar um pouco da prerrogativa técnica especializada atrelada fortemente ao sentido visual e da aptidão pictórica, em observância ao imperialismo visual e paradigma vitruviano (utilidade, beleza e solidez) – refiro-me mais especificamente ao tratado do arquiteto romano Vitruvius, cuja perenidade conceitual advém também do fato de ser o único livro arqueologicamente remanescente da era clássica. A justificativa para essa mudança de nome para “Percepção” que propõe uma fenomenologia anticartesiana e dialética do espaço, entendido como não só visto, mas também percebido, é que a palavra “desenho” ali figurava como metáfora de “paisagem” não projetada e antropologicamente modificada, e, talvez, porque se tem considerado, atualmente, que o desenho não é um pré-requisito fundamental para pensar o espaço urbano arquitetural e humano – o que se coaduna com a discussão de sobre não necessidade de testes específicos na FAU/USP, por exemplo, para acesso ao curso de Arquitetura e Urbanismo, o que permitirá uma acessibilidade maior de camadas pobres e periféricas da população que não tiveram ensino de belas-artes básico. A inversão sugestiva do nome para “Urbanismo e Arquitetura”, vulgo “Urbanismo”, talvez fizesse mais sentido pedagógico para o ensino arquitetural disseminar com mais coerência retórica, conceitos compactuados com uma perspectiva e prática humanista da vida social e urbana, para além dos aspectos espaciais.

Cabe notar que a maior revisionista dessa disciplina nas Américas da disciplina foi a jornalista Jane Jacobs (2011), autora do clássico *Vida e morte de grandes cidades*. A inflexão de algumas das Ciências Humanas e Sociais em relação ao campo de atuação de pensamento sobre a construção espacial urbana edifício-urbanística pelo homem e pela sociedade se clarificam na existência de vários núcleos de pesquisas, fóruns de debates e grupos de consultoria multitarefas e multimétodos. Porém, a condução dos trabalhos ainda é, inquestionavelmente, dominada pelos arquitetos e urbanistas, e, na atual “perspectiva política de retrocessos”, pelo recente Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephat), que, em 2019, não conta com nenhum profissional do Estudo do Tempo (História), exclusive, no cargo de suplente.

Essa liderança e, por vezes, a exclusividade do campo da arquitetura e do urbanismo como agentes deliberadores e influenciadores das políticas públicas sociourbanísticas são consubstanciadas pela “licenciosidade” da crença difundida de que o pensamento projectual especializado é o mais “gabaritado” para lograr êxito nessa aventura cartográfica de definir as formas, as estruturas, as funções e as regras de habitar humano – estas sempre estruturantes e estruturadas pelas *performances* dos hábit(u)s sociais.

A disseminação quase heurística desse senso comum nas camadas médias da sociedade¹¹ deve-se ao relativo êxito com que a profissão se estabeleceu em função dos jargões cifrados iniciáticos, imperialismo estético da pós-modernidade, competência pictoral/tecnológica da formação e das coesões corporativistas da categoria. Mas também do próprio desinteresse e incompreensão da população leiga em matéria de políticas públicas urbanísticas. Outro ponto é que, não raras vezes, as soluções urbanísticas dos planos diretores costumam ser teóricas e mais complexas do que seus problemas¹², o que, sem educação urbana nas escolas, tende a gerar mais afastamento da população dos debates sobre cidades, mesmo quando a ordem e palavra do dia é “planejamento participativo”¹³.

Fato complementar é que, nessa paleta hierárquica de cores disciplinares, é justamente a antropologia, disciplina que versa sobre a diversidade, que tem lugar de fala menos legitimado e perolizado nos assentos público-institucionais. O resultado é que, por mais multiculturalista que a Arquitetura e Urbanismo almeje ser, a formação morfogenética desse pensamento disciplinar é tributário e busca aquiescência junto ao cabedal visual e estético nortecentrista. O que é compreensível, de certa forma, uma vez que o arquiteto será mais odiado se um prédio cair do que se a construção não dialogar com o entorno.

Os profissionais do projeto que ousaram sair da caixinha, em geral, criaram fazeres muito inovadores, pactuados com correntes afins às perspectivas autoconstrutivas

11 Haja vista que as favelas e os cortiços das camadas pobres são soluções locais para um problema público de habitação social, o que demonstra que sabem realizar arquitetura de uma maneira menos escolástica, mesmo que suas autoconstruções devam também ser fiscalizadas pelo Conselho Regional de Engenharia (CREA) e aprimoradas pelas Assistências Técnicas – equipe interdisciplinares de suporte consultivo de construção e reformas em áreas periféricas.

12 O plano diretor da cidade de São Paulo de 2014 é, em tese, salutar quando correlaciona zonas das cidades com gabaritos perimetrais e de altura variados, conforme disponibilidade e situação de equipamentos públicos de mobilidade urbana multimodal e saneamento básico regular de cada microrregião, no entanto se mostra “criativo” demais quando o assunto é defender interesses dos incorporadores imobiliários e dos políticos por eles patrocinados. Ao institucionalizar o quase poético instituto jurídico do “solo criado”, cujo eufemismo é conhecido como “outorga onerosa do direito de construir”, que permite burlar a lei antiverticalizante, mediante compensação financeira, cria-se uma regra, justamente, para silenciar as possíveis escusas exceções.

13 Talvez a própria palavra “planejamento” não faça parte do vocabulário de muitas pessoas, o que não significa dizer que não existam formas legítimas de organizar a mente, a vida e o espaço que tenham na entropia o seu princípio ordenador.

e etnoarquitetônicas, como a Assistência Técnica – que já deveria ser uma disciplina obrigatória na graduação brasileira, em função do nosso contexto de diletantismo construtivo em periferias e favelas. Assertividades que ainda assim estão dentro da lógica da intervenção (re)construtiva tangível. Defendemos que realizar um mapa mental com membros de uma população assistida por uma intervenção pública é tanto o trabalho de um arquiteto urbanista quanto de uma planta arquitetônica ou um plano diretor. É desse tipo de prática preparatória que se criam insumos mais profícuos para que o comportamento espacial flua ritmicamente harmonizado com as demandas psico-socioambientais.

Dessa forma, perspectivas que passam pelo domínio do sentido da visão e razão do instrumental do Norte e da Ciência não devem ser consideradas as únicas formas legítimas de promover e refletir sobre o construir, habitar, fundar, distribuir e transformar *habitações*, que estão sempre envolvidas no pensar, sentir e agir dos *habitus e hábitos sociais* (BOURDIEU, 2006). A tendência conservadora de uma localidade/habitação e a capacidade mimética da memória social em relação à inércia da matéria (HALBWACHS, 2004) não devem bloquear a criatividade do arquiteto inovador, que tenta por meio da forma criticar e modular comportamentos sociais. Mas somente alertá-lo que as estruturas socioespaciais são processos transversais compostos de diversas temporalidades e subjetividades, entrelaçadas por permanências, memórias, “projetos” e objetos preexistentes e pós-ocupacionais, em que suas consecutivas alterações e/ou manutenções requerem negociações políticas entre construtores e usuários.

A mutação cultural deve ser compreendida a partir de uma ecologia urbana do entorno imediato dos assistidos, que, como todos nós, em graus variados, identificam um lugar toponímico para as suas ações sociais. E que, por isso, tendem a ter uma reação aversiva à mudança, entendida, preventivamente, como ameaça à sua estabilidade local comunitária (BOURDIN, 2001). Segaud (2016, p. 251), que versa não sobre o conservadorismo da localidade, mas sobre o conservadorismo da habitação, ressalva que há, no entanto, quatro tipos de procedência e mutacionais que, em geral, adotam o seguinte fluxo: “ações endógenas voluntaristas e endógenas progressivas, depois em ‘mudanças exógenas’ e em ‘reformulações exógenas violentas’”.

O que importa é igualmente afirmar que o objeto “espaço” pode ser considerado sob um aspecto antropológico, isto é, constatar que é obrigatoriamente social, já que em qualquer configuração espacial há uma abordagem social. Falar de espacialidade própria a cada sociedade não significa encerrá-la num espaço imutável, mas reconhecer um espaço dominante que a caracteriza tanto quanto sua organização social, cultural ou econômica. Isso significa que cada indivíduo possui um sistema de referência em relação ao qual ele se situa, seja reconduzindo-o, seja deturpando-o, seja ainda modificando-o. Esses sistemas hoje são perturbados pela mobilidade das populações e informações. [...] Ela [antropologia do espaço] permite estabelecer, a partir da diversidade, princípios invariantes [habitar, fundar, distribuir e transformar] porque transculturais ou até trans-históricos (SEGAUD, 2006, p. 73).

Sob a égide da “descentralização” epistêmica descolonizadora aqui efetuada, em que relativizamos didaticamente o pensamento arquitetônico e urbanístico ocidental

na análise e intervenção socioespacial, é possível vislumbrar auscultas das formas silenciadas e invisíveis de expressão, memória e *habitat* – que também merecem ter sua chance de se cristalizar criativamente em realidade vital perceptível, cognoscível e ecológica. Tal olhar crítico da polifonia de gestos e ideias estéticos, estruturais e sociais na habitação pode ser um pilar refundante, inclusive em termos de teoria da arte no Brasil, que ainda tem no internacionalismo, concretismo e minimalismo condimentos ideológicos importados que escondem (e revelam a falta de) referências político-nacionais e etnometodológicos.

A requalificação desse épico edifício modernista pós-modernisticamente ressignificado nos entremeios do polo morfológico tautológico de condomínio e representacional figuracional de favela, a Cruzada, demonstra que ele não dormita escravo de uma geometria cartesiana. Permite mostrar os poros de sua dialética subcutânea com fluxo informacional rizomático (tanto da imagem para o objeto como das pessoas para o espaço) que agrega biopotências capazes de suscitar registros de vestígios e produções de propostas multi(trans)ssensoriais, imateriais, reapropriativos e resilientes. Como consequência desse exercício de alteridade epistêmica e cultural, permite-se perceber a vida psicossocial cotidiana na sua estranheza e intensidade própria, a partir de cruzamento interescares de diferentes saberes e práticas: direito-traçado-plano urbanístico/mobilidade urbana/arte urbana/ mobiliário urbano (cidade), arquitetura/decoração¹⁴/paisagismo/museologia (casa) e a arte/tatuagem/moda/comportamento (corpo). Vale considerar que o seguinte eixo comum:

Arquitetura, arte e literatura compartilham uma fronteira, como partes do campo da cultura. Muito além das respostas técnicas, o urbanismo, a arquitetura e a paisagem urbana demandam, mais e mais, novas formas de abordagem e elaboração de novos conceitos capazes de responder às novas e complexas demandas (JÁGUERI, 2012, 96).

Outra corrente que podemos incluir no arcabouço disso que estamos, doravante, chamando de “Artetutura e Humanismo”, a CorpoPoética (anarquismo poético), a cidade é o externo e extremo, sincronicamente. A cada indivíduo convém viver, mesmo em um ambiente construído homogêneo e autoritário, um “prazer urbano” possível distinto, no que contraria, justamente, a visão convergente do urbanismo ainda patente (ARDENNE, 2012): a cidade sem direitos e desejos. Se as utopias de *tomorrow lands*¹⁵ produzidas na prancheta dos arquitetos/urbanistas modernistas como bebê de proveta, ainda presente em países como a China, parecem ter gerado desertificação dos espaços e desolamento dos habitantes, cabe se perguntar por que ainda hoje se concentra no imaginário sociocultural desses profissionais do espaço a primazia das sugestões imaginativas de uso para a cidade, da qual todos fazem parte.

A propensão humana à fascinação faústica por engenhocas engenharísticas e “mirabolâncias” miraculosas tangiversa sobre a questão principal: independentemente de um “projeto” ser planejado ou espontâneo, os comportamentos espaciais de um ambiente construído-vivido costumam ser os mais imprevisíveis e inventivos

14 Cada espaço da casa pode ser pensado a partir de um dos cinco perceptos sensoriais, o que cria uma imaterialidade absurda para esse trabalho de criar ambiências que irradiem atravessamentos, mesmo em ambientes fechados com baixa luminosidade e arejamento, como uma casa subsolo que habitei na Rua Cardel Arcoverde em Pinheiros, onde realizei uma “residência artística” intitulada “ECOCASA: a verde casa de-ver-cidade”.

15 Serão as smart cities uma variante pós-moderna dessas cidades forjadas que irradiariam o sol de um amanhã, que parece nunca vir de fato?

possíveis. Isso porque a produção da cidade (e moradia), sem prejuízo do papel nodal do planejamento urbano e projeto arquitetônico participativo, é uma obra aberta e em progresso, somatório de ações individuais e coletivas em conflito e consenso, acerca do significado e alcance do que é privado e é público. Nesse sentido, a rua, funcionando como lócus pedagógico e pecaminoso, a depender do viés analítico, é, destarte, tanto fonte de pesquisa consultiva de diferenças, como prática interventiva de singularidades, por parte dos cidadãos cidadãos:

Apesar de estigmatizada, entretanto, a rua é ainda a única possibilidade de a cidade continuar a ser o lugar do convívio, da diferença, da hospitalidade, do acolhimento e no limite, da vida em sociedade. Livre do preconceito, a rua é o convite à retomada da cidade, pois, é justamente ali que esta atualiza seu repertório [...] em diferentes representações sobre a experiência urbana dos últimos anos, numa espécie de disputa de hegemonia entre diferentes discursos que apregoam seja o terror, seja a possibilidade da festa, na rua (PECHMANN, 2012, 164).

De forma geral, essa capacidade e/ou possibilidade de apropriação recriativa e democrática do espaço público é um direito de todos habitantes. Amiúde, são as pessoas em situação permanente ou permeável na rua em busca de sobrevivência e/ou moradia que conseguem desenvolver um simbolismo poético e político com mais aderência – mas nem sempre como opção deliberada¹⁶, mas sim como um contrafeito de sua condição de exposição total, sem desconsiderar que,

[...] apesar da rua ser um local de risco [físico, psicológico e social] para essa população, é também um local onde encontram algum tipo de compensação diante de uma trajetória de vida marcada pela fragilização dos laços familiares e das condições de educação, saúde e proteção. Portanto, é possível pensar sobre a manutenção dos modos de vidas dessas pessoas como uma tentativa de organização relacional com o mundo e com as pessoas ao seu redor (NERY FILHO; VÁLERIO; MONTEIRO, 2011, p. 23).

Em todo caso, com a rua, é possível para todos nós criarmos, poeticamente, implícitas ou explícitas, identidades e orientações psico-socioespaciais adjetivantes, principalmente, quando nas adjacências do local de habitação e trabalho. Já para as pessoas mais caseiras, são os ambientes domésticos os mais expressivos vetores de ancoragem das memórias coletivas dos grupos coletivos de primeira socialização, como a família e amigos de infância. A favela, por sua vez, como artefato arqueológico tramado em um tempo e local, em alguns casos, performa uma noção de privacidade mais próxima à de situação de rua. É, assim, um local imantado de senso de pertencimento geoafetivo e afetado – até em maior grau, pelas características tão biopotentes do seu processo autoconstrutivo em simbiose com suas formas de sociabilidade, paradoxalmente, fluidas e conflituais, ao mesmo tempo.

¹⁶ Moradores de rua também criam níveis de privacidade e divisão espaço-funcional do espaço em suas casas inventadas debaixo das pontes e marquises. Lembremo-nos do vigor da técnica grotvskiana do não cenário como cenário que tantas obras no teatro e no cinema têm influenciado, de forma a assistirmos a essas narrativas após os primeiros minutos de estranhamento, mesmo sem a habitual presença de ambiências cenográficas épicas ou contemporâneas.

Talvez, por isso, a mudança compulsória de favelados para blocos blocados seja mais complexa do que a de moradores de rua para albergues públicos, já que a favela, mesmo sendo considerada perigosa, está mais próxima de uma caverna vedada do que uma marquise de prédios, devassada em muitas de suas arestas. Em ambos os casos de deslocamentos ecogeográficos, a não realização de auscultas dos relatos pessoais com diários e projetos de vida, em relação ao seu ambiente físico (natal e/ou progresso), tende a comprometer a conexão e aderência psicossocial futura do indivíduo/grupo com o seu novo lugar, haja vista que o território simbólico referente às imagens e sombras autoafirmativas e depreciativas, respectivamente, do seu antigo local, pode persistir através dos hábitos culturais tradicionais. De maneira geral, é possível que o elemento espacial entificado pela linguagem do homo *symbolicus*, que não separa fenomenologicamente mundo-objetivo eu-subjetivo, mundo telúrico e sagrado, se torne anteparo para um fenômeno de projeção narcisística individual e coletivo. Fundamentalismos localistas podem patologicamente surgir dessa auto-referência sócioterritorial quando há também nela uma conotação política, econômica, religiosa e cultural acentuada, mormente, quando a mesma terra santa é prometida para muitos povos e seus diferentes deuses.

Ao reconhecer que morada (lar) é diferente de moradia (casa) e que, mais do que espaço físico, habitamos o imaginário poético (BACHELARD, 2008), criam-se as condições de que, quando acordados os termos de uma remoção/reurbanização, por questões voluntárias ou vitais, elas sejam feitas da maneira menos impactante e infensa possível para o grupo envolvido. Para que as perspectivas de intervenção sociourbanísticas ocorram somente na medida do estritamente necessário, não se exige um estado *alfa* de tábula rasa mental por parte dos assistentes sociais e arquitetos/urbanistas. Somente que, a partir dos *inputs* locais, relativizem-se dogmas, estéticos, éticos, epistemológicos e metodológicos apriorísticos que os obrigam a pensar fora do Excel e do Outcad, para propor novos tipos de parcerias mais afinadas com as demandas reais. Isso equivale, no caso dos arquitetos, a não impor, antes da observação etnográfica do local e da população a ser impactada, suas ideias conceituais e estéticas.

O descondicionamento do imperialismo estético insuflado pela técnica cartesiana e renascentista do desenho em perspectiva já está em curso, quando percebemos a contemporização recente em torno da obrigatoriedade da prova de desenho para graduação em Arquitetura. Ao aprofundarmos o sentido etimológico filosófico de “poético”, logo se percebe que ele transcende o significado de signo figurativo, que, no caso do homem, já seria um dom físico e biológico, constitutivo ontologicamente de sua relação temporal-intimista extensiva no espaço e compactadora dele. A partir da fenomenologia da copertença homem-ser-mundo, ou presença humana (*Dasein*) como ser-no-mundo (HEIDEGGER, 2001), percebe-se o seguinte:

1) A “medida” ontológica no entre do ser do tempo com a mundanidade do mundo se dá a partir do reconhecimento e respeito da unidade das quatro dimensões do seu universo imediato (*Umwelt*) que é sua *morada primeva*: o acolhimento, o cuidado, a espera e o agir¹⁷.

17 “A noção de habitar constitui na analítica existencial de Ser e Tempo, a estrutura fundamental da presença como ser-no-mundo, como desvelamento da relação ser-homem-mundo. No pensamento tardio de Heidegger, habitar é compreendido como a relação essencial que caracteriza a copertença entre ser, homem, mundo no âmbito de uma conjunção ontológica que manifesta a unidade das quatro instâncias que desvelam o ser e a totalidade do mundo” (TEIXEIRA, 2006, p. 7). “[...] habitar propriamente significa corresponder como mortal à mútua pertença da quadratura, isto é, ser em sintonia com as essências da terra e do céu dos mortais e dos imortais resguardando as suas diferenças e reconhecendo o acontecimento da totalidade da existência e do mundo na simplicidade desta unidade a partir do acolhimento, do cuidado, da espera e do agir que são

2) Habitamos antes de construir, pois o homem-habitante mede o espaço primeiramente através da linguagem (Heidegger, 2001), sendo a morada ontológica do ser-no-mundo o significado oculto do desejo de cristalização local do homem-construtor por meio do significante de uma casa física do *ser-em-um-mundo*.

O território seria, então, uma paisagem ambiental-humana conservadora transformável – situada entre a preservação imobilista e o transformismo demolidor. Entendido como produto e fluxo técnico-poético de diferentes *backgrounds*, temporalidades, desejos e traumas por operações ilógicas de adição, subtração, multiplicação e divisão, rompe-se aqui com a imperiosidade do pensamento moderno cartesiano e cronológico. Aqui, onde espaço não é extensão geométrica dada, prevista e hermética, uma “ponte” é tanto lugar de passagem dos veículos e pessoas quanto lócus da transitoriedade temporal dos lugares e espaços. Ou seja: constructo edilício, material e físico (ambiente construído), mas também psico-sócio-mnemônico (ambiente vivido); experiência subjetiva e realidade objetiva; coisa (multiplicidade) e palavra (conceito); espaço e tempo; absoluto e relativo; essencial estrutural e aparente conjuntural; “habitar” e “construir”; pensar e morar¹⁸.

Apesar de “territórios” serem propriedades (placas e assinaturas) e qualidades (subjetividades e intensidades), as suas atuações expressivas viriam antes de suas delimitações possessivas (DELEUZE; GUATTARI, 1995). A poesia do espaço físico só existe porque na poesia existe um espaço metafísico que dá qualidade à propriedade física, a ponto de ser possível falarmos, de maneira racional, em propriedade intelectual e patrimônio intangível, e afetada, em propriedade material e patrimônio material. O caso da música é mais inquietante, por ser o som, aparentemente, muito abstrato em sua origem e suporte¹⁹.

Surgida das forças coletivas desterritorializantes do caos ambiental (forças da terra e movimentos da multidão), a música popular pode insurgir com relativo efeito destabilizante das placas tectônicas das estruturas macropolíticas reificantes (OBICI, 2014) – o que remonta à pesquisa de Schaffer (2011) sobre *soundscape* (esquizofrênico) produzido pela máquina, pelo homem e/ou pela natureza. As condições sociais e políticas do espaço comum acústico, a partir da noção de território sonoro instituído e destituído, são operantes aqui também, pois apontam para possíveis correlações concordantes ou concorrentes entre ordens estéticas, musicoterapêuticas, sociais, políticas, ecológicas, mercadológicas, identitárias e cósmicas (OBICI, 2008). O que suscita a seguinte questão: como não “balançar” os “muros concretistas” dos prédios e ouvidos e ser invadido pela mensagem político-poética biopotente do som contracultural produzido nos e sobre os territórios físico-simbólicos periférico sem algumas letras de *funk*, *rap*, *hip-hop* e *samba*²⁰?

A canção, ao atuar como elemento reterritorializante, é passível de criar “canto-chãos” imaginários e “territórios sonoros irreais” (OBICI, 2008, p. 49) – muito além e aquém dos “solos criados” dos planos diretores. Por meio da graça volitiva e holística dos

os quatro traços que conjugam a morada do homem no entre desta relação que constitui a medida do homem como ser-no-mundo. Habitar em sentido pleno é reconhecer e guardar essa Relação Originária” (TEIXEIRA, 2006, p. 87).

18 Há semelhanças aqui com o mesmo sentido artístico de passagem relacional transcodificante entre meios diferentes que é dado ao conceito de território em Deleuze e Guattari (1980), em que quanto mais os códigos forem descodificados, maior será o fator de territorialização que permite delimitações de suas diferenças por meio das representações e identidades territorializantes.

19 Evidente que as invisíveis – e algumas delas, inaudíveis, – ondas sonoras são processos físicos e que há sempre um suporte material para catapultar essas ondas, mesmo que ele seja um algoritmo de computador.

20 Ver canção “O que se vê da Laje” na nota 28.

movimentos corporais anímicos (BATESON, 2000), a arte harmoniza ecologicamente o sistema psíquico, composto de ordens, fluxos e processos orgânicos, que, em mediação com o meio externo entrópico, tende ao colapso mental – mais ainda, sob a égide da atual fase do capitalismo fictício que tende a aguçar a dissociação do corpo *versus* mente, tempo *versus* espaço, Estado *versus* sociedade e capital *versus* trabalho.

As arquiteturas musicais têm reivindicado, como os corpos humanos, os muros urbanos e os folguedos populares (“brinquedos”), que sejam utilizadas como prática coletiva e política pública autoafirmativa compensatória. Isso em casos de exclusão física e/ou simbólica por remoção compulsória e/ou estigma social de algumas camadas da população, em determinados sistemas intersociais assimétricos, em função de conflitos socioterritoriais. Não seriam os terreiros territórios sagrados de intimidade do coletivo para exorcizar a ordem social e urbana racialmente excludente e subalternizante, como também foram, historicamente, as religiões afro-brasileiras, em que o território expandido do campo espiritual era o lócus retaliativo e redistributivo da opressão e desigualdade social (MACEDO, 2012)?

Outro exemplo cabível seria o território onírico dos sonhos, feito da mesma matéria-prima da arte, o inconsciente coletivo, em que há certa recorrência de suas ambientações mentais, como a casa “primeva” da infância (BACHELARD, 2008) – que parece ser, por vezes, tão maior e presente quanto mais afastado fisicamente se encontrar o sonhador dela no ato de sonhar. A poetização desse espaço na vida adulta aponta para uma inteligência lúdica, que a habitação física representa e desperta: a casa que contém “asa”. A nostalgia seria, dessa forma, mais da liberdade sensorial do corpo vibrátil “micropolítico”²¹ (ROLNIK, 2014) da infância do que da casa estática em si, por mais que esta, como patrimônio edificado museográfico de uma família, seja significativa-ressonante aos sentidos de forma plástica e arquitetônica estruturante daquele estado de graça pueril “significativo” preservado pela memória psicossocial temporal.

No limite, essa dificuldade de dissociação do indivíduo-coletivo entre sujeito-tempo do objeto-espaço, mesmo na ausência física deste, em sua busca por “aconchego”, em uma perspectiva de ecologia urbana, nos introduz uma *noção arquetípica-natural de “Útero Eterno”*: de que somos metonimicamente casas uterinas de nossas mães e depois casas próprias no nosso próprio umbigo, cujo cordão não se rompe poeticamente no inconsciente do sujeito. Mas apenas se transfere projetivamente para os também templários laços, mediados pelo corpo sensorial ressonante, com os espaços/comunidades imaginadas/sacralizadas socialmente, em que nos “religamos” com aquele vazio volumoso da ausência maternal, doravante, através da projeção do *self* na escala da casa, do bairro, da cidade, do estado, do país, do continente, do planeta, do sistema solar e do cosmo.

A musicalidade, como construtora de processos sociais e simbólicos, é um dos sentidos do corpo humano (SHEPHERD; WICKE, 1997): no caso do homem, já seria constitutivo fisicamente de sua dimensão existencial intimista em equilíbrio dinâmico com sua dimensão espacial pertencedora. Ao operar por meio da matéria sensível musical intangível as transformações sociais e urbanísticas (re)desterritorializantes que se espera que ocorram na sociedade desigual capitalista, apela-se para o poder “maquínico” das forças coletivas da música (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

21 Remeto-me aqui ao conceito esquizoanalítico de “micropolítica” (não o de Ciência Política, que é mais próximo do de “microfísica” de Foucault), como corporalidades vibráteis do campo do volitivo-sentimental, em oposição à macropolítica cortical, do identitário-representacional (ROLNIK, 2014).

Os relatos de empoderamento social e arteterapêutico via composição/prática musical e educação sociomusical em territórios socialmente sensíveis²², como política pública urbana e educacional, baseiam-se na ideia de que a identidade de um lugar/povo advém mais do patrimônio imaterial que é a cultura do que do material (RONCAYOLO, 1990) – o que remonta ao conceito equizonalítico de identidades geoafetivas e mapas íntimos “micropolíticos” de Rolnik (2014). Essa tipologia de orquestração social pela música permite aprendizagens técnicas, mas também trocas culturais – haja vista que o grupo se torna uma espécie de canal de comunicação sonoro para se expressar com narrativas psicanalíticas próprias e grupais, como pertencente a um determinado lugar estigmatizado, que o vulnerabiliza física ou metaforicamente, mas que, por meio da criação e/ou interpretação musical, pode ser ressignificado positivamente.

O direito fundamental do uso social da terra reivindicado pelo sem-teto e sem-terra nos aponta para a premência de um viés analítico jurisnaturalista, que, para além da questão funcional, remete a uma dimensão humana de pertencimento ao espaço, como definidora da legitimidade de ocupação de um grupo sobre um território²³. O território é de quem a ele pertence e é pertencido em termos paisagem vital. O pertencimento afetivo e afetado geocologicamente decorre do fato de que os espaços e as comunidades são sempre relativos (re)inventados, mesmo pelo nativo pouco cosmopolita²⁴. As paredes parecem ter mesmo ouvidos simbólicos que guardam e revelam a aura de um tempo social, em função da tendência do espaço de conservar inercialmente as memórias coletivas (HALBWACHS, 2004).

Qualquer grupo pode criar e mudar identidade com o território, como pode ser percebido no livro *Utopias urbanas* (VELHO, 1973) sobre quitinetes em Copacabana que, apesar de diminutas e famigeradas, permitem que seus moradores, mesmo que estigmatizados como moradores desprezíveis e deletérios (GOFFMAN, 2008), sintam-se parte da “zona sul” *way of buy* e, ao mesmo tempo, reinventem esse estilo de vida carioca. Lembrando que “toponímias” – como “Zona Sul” que virou até nome de supermercado – são alcunhas semióticas que se referem a lugares geográficos e podem ser instrumentalizadoras para pensar o espaço material/simbólico nos termos de uma economia da distância (próximo/longe), como imagem dialética que nós vemos, mas que também nos olha (DIDI-HUBERMAN, 1998).

O viés “poematemático” do habitar de Hölderlin e Heidegger permite pensar as políticas públicas sociais e urbanas como territórios metafísicos, em que produtos “artetetônicos” e plantas/planos arquitetônicos/urbanísticos²⁵ passam a se equivaler em termos de relevância social para compor a paisagem global de um local: grafite no muro colorido tão importante quanto prédio com muro verde²⁶.

22 Tomamos como referência os casos do Timbalada, Ilê Aiyê e Olodum em Salvador; do AfroReggae, do Rappa e da Orquestra da Maré do Amanhã; Banda Mirim do Baeta Neves em São Bernardo do Campo; Orquestra Sinfônica de Heliópolis e de Paraisópolis, em São Paulo, entre outros.

23 Proudhon (1988) acrescentaria que toda propriedade privada é um roubo, pois ela é fundamentada no direito positivo do primeiro ocupante a partir do direito natural da livre ocupação, origem que depois ela nega ao vedar juridicamente futuras livres ocupações.

24 É claro que há diferentes níveis de abstrações imaginativas do caráter simbólico de um povo/lugar, a depender se os grupos sociais são nativos que nunca se mudaram de seus locais e comunidades de origem, cuja arquitetura e antropologia se mantêm mais ou menos estáveis, ou migrantes que tentam restaurar laços socioecológicos com a Terra-Mãe Nacional/Regional por meio de laços de vizinhança, compadrio e sociabilidades que permitam reapropriar da nova localidade e reproduzir os hábitos, os hábitos, o habitat e as habitações do local de origem.

25 Não queremos aqui desconsiderar que arquitetura também é arte. Somente conclamar que as ferramentas de artes e arquitetura para afetar um ambiente simbólico-arquitetônico são as seguintes: arte urbana, identidade visual, design de interiores, paisagismo ambiental, assistência técnica, autoconstrução, arquitetura comercial, artes plásticas, artes visuais, sounddesign, música popular, jogos corporais, artes circenses, artes cênicas, expografia, infografia, tecnologia digital etc.

26 Tal possibilidade tem ocorrido em alguns partidos arquitetônicos, como o brutalismo paulistano, em que a construção revela nuances estruturais de seu que-fazer, abrindo o discurso projetual hermético do arquiteto para uma investigação arqueológica e museológica relacional pelo receptor percussivo. Podemos pensar também o campo da expografia/cenotécnica em museus e centro culturais, como o “lugar” pioneiro desse entroncamento mais direto entre arte e arquitetura, desde o tempo (século XVII) dos gabinetes de curiosidades, mas aqui arquitetura está mais

A cultura entendida como recurso (YÚDICE, 2006) tende a quebrar sua associação subliminar residual com o processo civilizatório colonizante europeu do saber, do qual a arquitetura e o urbanismo também remontam e que, amiúde, reproduzem.

No Brasil, até mesmo nas artes literárias, mesmo quando apontam para uma “estética da periferia”, percebe-se uma colonialidade reticente, pois que “o escritor sempre foi o sujeito do discurso sobre o pobre excluído na literatura brasileira” (HOLANDA, 2012, p. 89). A nova cultura engajada de emancipação social, que incorpora uma economia criativa e o multiculturalismo urbano, aponta para uma possibilidade de desterritorialização terretorializante (glocalismo), em que é possível catalisar saberes e vozes dissonantes e periféricas dentro do sistema cultural hegemônico dominante, provando que a subalternidade não é algo maniqueísta e cármico, imbuído de uma cultura em que pobre significa vítima irreversível (YAZBEK, 2015).

No caso do *hip-hop*, o caráter “nacional e/ou regional e, ao mesmo tempo, de fácil comunicação e integração com o hip-hop internacional” (HOLANDA, 2012, p. 89) aponta para uma configuração multissituada que permite uma maior amplitude do raio de produção e recepção de mensagens, no que permite, em alguns casos, transformar guetos em vitrines. No que, por sua vez, pode catalisar avanços no tocante à inclusão político-econômica e sociocultural, tendo como causa ou efeito o pertencimento existencial poético-espacial para as parcelas estigmatizadas e invisibilizadas das cidades²⁷. A possibilidade de maior empoderamento pessoal e social dos habitantes de periferias, favelas e conjuntos habitacionais populares – como sugere o projeto *Palavras Cruzadas*²⁸, mormente, por ele contemplar estilos musicais ecléticos²⁹ – costuma ter incidência direta na diminuição da exposição às situações de risco sociais como drogadição, banditismo e miserabilidade.

CONCLUSÃO: PALAVRAS DAS CRUZADAS: OUTRAS FALAS, ESCUTAS, TEMPOS E LUGARES

O Rio de Janeiro, apesar de ter vivido recente tsunami de positividade urbanística, em função das reformas urbanas visando arrumar a sala para os grandes eventos (Olimpíadas/Copa), ainda conseguiu manter, relativamente, preservada sua cozinha cultural antropológica. Isso quer dizer que, em termos de produção de sentidos, narrativas e temperos urbanos, ainda são visíveis na cidade flagrantes de fulgurâncias e intensidades cotidianas. Suas ruas (praias), para o bem ou para o mal, ainda são locais onde se exerce uma cotidianidade com alto grau de interpelação social, que, por sua vez, gera acúmulos de experiências que podem se sedimentar em criações/reproduções de culturas populares, de movimentos políticos e até mesmo

a serviço da arte, do que o contrário, que é o que tentamos apontar com essa denominação “Artetetura”. Cabe mencionar que a expografia também sofreu influência do modernismo que pretendia criar ambientes descontextualizados, neutros e estereis, que não dialogam com o entorno museológico, social e urbano, a partir do ultrapassado, porém o ainda utilizado, paradigma do “cubo branco”.

27 “Invisibilização’ para além do sentido de silenciamento de memórias coletivas e direitos universais, mas também como reducionismo de caracterização de grupo social com base na crença em determinado estigma negativo, como no caso dos moradores de rua, geradoras na sociedade envolvente de atitude de indiferença, hostilidade e assistencialismo que, no fundo, reforçam a condição de exclusão social [...]” (NERY FILHO; VÁLERIO; MONTEIRO, 2011, p. 15).

28 “O que se vê da laje” (Fred Le Blue): “A favela não tem causa/ Não tem cura, não tem cor/A favela não é doença/ Pra ter choque de terror./ A favela é prato cheio/ Pra cientista social;/ A favela nunca passa/ Na coluna social./ A favela diminuta/ Se vista isoladamente/ Mas com as casas todas juntas/ E misturada, não é carente/ E faz balançar/ O gringo deprimente./ A favela tem suas costas/ Suas surras, seu tambor./ A favela tem suas gatas/ Gatos de televisor./ A favela é saco cheio/ Do patrão, é informal./ A favela é ‘fábrica’/ Que fornece ao carnaval/ A favela é um gruta/ Onde mora e morre gente./ Todas elas numa luta,/ Bem ou mal, por ouro e dente/ E faz balançar/ A laje decadente./ E faz balançar/ Toda a estrutura/ Do espaço sideral. E faz balançar/ Toda os anais da arquitetura/ Com um sistema genial”.

29 Apesar de maior identificação de jovens de áreas socialmente vulneráveis com a produção musical “nativa” (NASCIMENTO, 2014), o uso exclusivo de estilos musicais comuns em periferias em projetos sociomusicais pode ter pífios resultados de inserção e desconstrução imagética do estigma social desses jovens e de suas “quebradas”.

de atividades ilícitas. Essas cicatrizes e tatuagens intertemporais criam/recriam/destroem pontos de intersecção espacial de alteridade, no que propiciam o diálogo fluido e quântico, mesmo que em tempos globais capitalistas que incitam todas as relações a uma espécie de superficialidade fugaz líquido-moderno (BAUMAN, 2004).

Essa peculiaridade da ecogeografia íntima carioca já fora destacada por João do Rio (2014) em *A alma encantadora das ruas*, ele, inclusive, tendo sido um dos grandes cronistas que ajudaram a compor esse mapa mental colaborativo da cidade maravilhosa, capital nacional de locações cenográficas para filmes, músicas e novelas. Um exemplo pouco estudado pelos arquitetos é a intervenção urbana no Rio conhecida como a sinédouca Escadaria Selarón (Lapa)³⁰, obra monumental em progresso, construída ao longo de vários anos por um único homem, o ceramista chileno Jorge Selarón. Como uma espécie de favelas de degraus e bancos disformes com azulejarias temáticas de vários países, no que representa a diversidade cultural humana, essa Quéops brasileira se tornou a meca preferida dos loucos, poetas e drogados da cidade.

O projeto “Palavras Cruzadas: a voz do Leblon”, de certa maneira, coaduna-se historicamente com esse campo de iniciativas de comunicação radical da cultura que permite um planejamento urbano participativo e simbólico, de forma a complementar as deficiências do prédio modernista construído para ex-moradores de favela. Essa construção planejada tende a silenciar as memórias temporais vinculadas à favela da Praia do Pinto, na medida em que o ordenamento urbano impôs padrões mentais homogêneos por meio de espaços verticais reificantes. Alguns ex-moradores da favela e seus descendentes resistem na Cruzada a essa invasão dos alquimistas arquitetos e suas fórmulas mágicas de criar solos. Por meio da configuração morfológico-representacional de “condomínio-comunidade” (ASSIS, 2019), como zona cultural de produção autônoma (HABERMAS, 1987), anseiam por resistência mitológica de seu passado africano e favelado – se não, por meio do espaço, já impetrado pela oblíqua expropriação do seu potencial criativo por meio da forma arquitetônica eurocêntrica, pelo menos, através do tempo por meio de iniciativas culturais que permitam descolonizar sua identidade ancestral.

O fato de eu não ser negro e ter morado pouco tempo no local, se não cria lugares de fala puristas, já criou tempos de escutas criativos, que, de fato, é o que mais importa doravante. Haja vista que é a alteridade antropológica e territorial, como a que vivi nesse sítio, que vai nos permitir ultrapassar o multiculturalismo superficial – criador de autossuficientes e referentes “zonas morais” (PARK, 1967), mesmo que de luxo – para um interculturalismo denso, que respeite e transcenda a cor/signo das bandeiras e das peles. Isso em prol de uma cidade mais democrática como gesto de troca, de uso e de desejo, um museu dinâmico com as ruas e becos abertos à visita de todos a qualquer hora do dia e da noite.

Embevecido de uma arquitetura e um urbanismo invisíveis, por meio do território da imaginação, a partir de intervenção de arte musical, antropologia urbana e ação social, o projeto em questão aponta para complementações necessárias, no tocante, às ineficácias simbólicas do ambiente construído e vivido, reforçadores negativos de estigmas sociais marginalizadores da área e moradores. O material musical e

30 Obra comparável às pirâmides do Egito, visto que imagina quão difícil deva ter sido para um homem só forrar uma escada de centenas de degraus com azulejos dos mais variados países, a Escadaria Selarón.

informativo, que em uma situação ideal será distribuído em versão física no bairro, tem sido uma tecnologia sociocultural de paz profícua para relativizar a negativa valoração desse lugar e de seu grupo sociorracial no bairro do Leblon. No que parece performar uma situação de *apartheid* moral em apartamento habitacional (“apartamentheidização”) (ASSIS, 2019)³¹.

Ao tentar compor uma coletânea poético-musical e histórico-jornalística entrecruzada de sons-locais que fazem e fizeram parte das *palavras cruzadas*, representadas pelas suas obras arquitetônicas (ambiente construído) e antropológicas (ambiente vivido), o projeto “Palavras...” tenta inventariar a aura histórico-urbana desse condomínio. O que implica auscultar sua dimensão antropomórfica, como ressonador de memórias, de narrativas e de crenças por meio da desocultação das origens dessa condição de presença invisibilizadora (estigmatizadora) desse conjunto de cubos negros minimalistas – aparentemente monolíticos, talvez por absorverem e chocarem todas as luzes brancas do sol carioca, avessas ao direito à cidade, quando o assunto é a fanfarrônica Praia do Leblon. Nesse prédio modernista comunitarista com comportamento espacial de “condomínio-comunidade”, tornar-se sujeito da ação e do discurso, a partir da diatribe contra os clichês desabonadores (“favelão”, cabeça de porco” e “favela vertical”), permite aos moradores assumir sem constrangimento identidades híbridas e singulares, simultaneamente.

A arte e a intervenção urbana podem, destarte, ser um instrumento de pedagogia libertária atendendo ao próprio chamado de Dom Hélder (1983, p. 96) aos artistas para combater a escravidão negra, em função do potencial comunicativo subliminar da arte, mormente, a música popular, que “tem mais penetração do que tratados científicos, fortemente documentados. O que o povo canta se grava na inteligência de quem e de quem ouve” (HELDER, 1983, p. 96).

Os efeitos iniciais do projeto “Palavras Cruzadas” têm apontado para o potencial transformador da concatenação da arte, da antropologia e da ação social em uma só nota. No território lúdico da música, é possível reposicionar compensatoriamente o estigma sociourbano deletério atribuído a esse local e aos seus moradores, por meio de novas associações semânticas identitárias criadoras de outros territórios sonoros imagéticos. “Realidades expandidas” heterotópicas biopotentes de condições políticas de autoafirmação e reflexão socioespacial passam a ser críveis, pois que

[...] não vivemos em um espaço homogêneo e vazio, mas, pelo contrário, em um espaço inteiramente carregado de qualidades, um espaço que talvez seja também povoado de fantasma; o espaço de nossa percepção primeira, o de nossos devaneios, o de nossas paixões possuem neles mesmos qualidades que são como intrínsecas; é um espaço leve, etéreo, transparente, ou então, é um espaço obscuro, pedregoso, embaraçado: é um espaço do alto, um espaço dos cumes, ou é, pelo contrário, um espaço de baixo, um espaço do limo, um espaço que pode ser corrente como a água viva, um espaço que pode ser fixo, imóvel como a pedra ou como o cristal (FOCAULT, 2015, p. 430-431).

31 Cf. Barbon (2018).

A partir da perspectiva da arte, como objeto demonstrável e (auto)afirmativo, tem-se a possibilidade insurgente e terapêutica de as populações de áreas socialmente sensíveis da cidade não serem marginalizadas materialmente – como incipientemente defendia o projeto Cruzada São Sebastião por não tocar na questão da inclusão laboral. Mas também de não serem marginalizadas criativa e decisoramente, como defendia Câmara (1983), com base na pedagogia horizontalizante libertária (aluno = mestre) de desvencilhamento da opressão desumanizante³² de Paulo Freire (1974, 1987) e na epistemologia do saber local/bem comum aplicadas às questões sociourbanas do padre Lebret (1952).

Àquela época já se percebia que, sem inclusão simbólica dos modos de vida social e habitacional, não se torna verossímil a inclusão patrimonial com prédios modernos e positivistas, haja vista que esta tende, nesse caso, somente a reificar uma ordem urbana desigual em termos de progresso social (positivismo seletivo). Sem apontar para emancipação social efetiva, apenas se tem dourado a pílula do colonialismo interno, ao transformar assistência social em instrumento de um assistencialismo beneplácito³³, no que contribui para reproduzir o mito de “cultura da pobreza” – de que o assistido é carmicamente subalterno e acrítico de maneira incondicional, ou seja, no que camufla o potencial político e microfísico de resistência social (YAZBEK, 2015) manifesto e latente³⁴.

Uma pedagogia de projeto participativa e etno(arte)metodológica se dá a partir do aparelhamento cultural e educacional da sociedade envolvente pelo Estado, pela mídia e pela sociedade civil, no que permita eleger a valorização da memória, da identidade, do urbanismo e da urbanidade local como premissas básicas do processo de sensibilização. O projeto analisado é assim “porta-escuta” de vozes, somente audíveis a partir do silenciamento da nossa condição privilegiada de fala laureada por diplomações acadêmicas e melaninas brancas. A articulação dos atores políticos de pequeno poder de barganha, como a ONG e Associação de Moradores local, com um morador artevista, mesmo que não nativo, permitiu uma vitalidade discursiva, em que se valorizou o papel endógeno na produção e reprodução cultural das dinâmicas sociais desse grupo de moradores.

Criada espontaneamente, o projeto “Palavras Cruzadas” teve como nascedouro o próprio grupo assistido, no caso as crianças do Condomínio, que solicitaram a prática de conjunto musical ao artevista da ONG. A partir delas e com elas é que o projeto foi criado, no que tem tentado não apenas eternizar e compartilhar essas experiências de alteridade sociorraciais, mas também reposicionar a imagem dos moradores em face de sua situação de distância, de estigma, de invisibilidade e de violência social-simbólica.

32 A partir da conscientização do homem de sua condição de oprimido, que permitisse a ele conduzir o processo de humanização, inclusive, de seu opressor, já que este, em tese, não teria motivos políticos para se desvencilhar da opressão, em virtude de sua condição hierarquicamente superior.

33 É interessante apontar aqui a influência do pensamento de Paulo Freire (1987) sobre a diferença entre a generosidade “humanitarista”, que se utiliza de gestos e atitudes benéficos paliativos para dar sobrevida ao sistema social injusto, e a “humanista”, que aponta para a superação da condição de oprimido (e opressor) pela iniciativa sempre dos oprimidos – no máximo dos entusiastas desses – que despertam tanto a si quanto o opressor para a consciência libertária da nova humanização.

34 Freire (1987, p. 31, 32) apresenta uma noção de reflexividade reprodutora ou transformadora da violência sofrida internalizada na mente, em função de níveis distintos de consciência sociopolítica, algumas delas podendo resultar em pactuações diplomáticas de “aderência ao opressor”, sem com isso, no entanto, “querer dizer que os oprimidos, neste caso, não se saibam oprimidos. O seu conhecimento de si mesmos, como oprimidos, se encontra, contudo, prejudicado pela ‘imersão’ em que se acham na realidade opressora. [...] os oprimidos, em vez de buscar libertação na luta e por ela, tendem a ser opressores também, ou subopressores”. Cabe ressaltar, em tempos de caças às(aos) bruxas(os) intelectuais, que, partindo da dialética hegeliana da condição servil e opressora, Freire (1987, p. 33) apontava para uma pedagogia da libertação independente em relação ao marxismo, do qual é considerado expoente radical: “Até as revoluções, que transformam a situação concreta da opressão em uma nova, em que a libertação se instaura como processo, enfrentam esta manifestação [individualista] da consciência oprimida. Muitos dos oprimidos [...] pretendem fazer da revolução a sua revolução privada. Perdura neles, de certo modo, a sombra do testemunhal do opressor antigo”.

Com base nesse arsenal progresso de reflexões criativas e combativas a partir de um projeto de arte-social e pesquisa-ação resultante em um meio-mensagem folkcomunicativo para promover educação social e urbana, o que hoje chamo anacronicamente de “artetutura e humanismo”, parece apontar “epistemologicamente”, justamente, para essa perspectiva do saber local e do conhecimento coletivamente construído. O que remonta à pré-história da construção predial e social do Condomínio Cruzada com o movimento Economia e Humanismo, que é uma das bases ideológicas fundantes, nem sempre creditada, do ímpeto de consolidação da Arquitetura e Urbanismo no Brasil, a partir do descolamento formativo da área de Engenharia Civil.

No limite, pensando agora em futuras iniciativas “artetônicas e humanistas”, acredito que esta mirrada prático-reflexiva pode ser também útil, a partir de aportes com tecnologias de inteligência georreferenciadas, como realidade aumentada e simulada. Assim como a arte já o faz, como tela mental por meio da imaginação, os novos recursos técnicos de cartografia podem auxiliar a criação de mapas mentais expandidos, capazes de ressignificar espaços-comunidades sociourbanisticamente estigmatizadas ou antiantropológicas.

Mostramos aqui que a linguagem e a prática projectual das políticas públicas sociais e urbanas especializadas, sob a égide da Arquitetura e Urbanismo, tendem a desestimular a adesão voluntária mais aglutinativa no processo criativo e decisório da construção social e urbanística da vida humana em aglomerados urbanos. O artista, como mediador cultural do corpo-cidade e da alma-sociedade, uma vez instrumentalizado no campo da artetutura e do humanismo, participando, inclusive, com assento nas instâncias estatais deliberativas de ações e fiscalizações substantivas, pode criar uma ponte “poematemáticamente” segura para fazer a travessia intersaberes. A partir de um *design* etnográfico baseado em problemas-desafios sociourbanísticos com enfoque em soluções simbólicas culturais ecogeográficas, sua voz responsiva e resiliente pode ser o eco das vozes que não costumam ser ouvidas, mas são os mais impactados pela surdez seletiva dos tecnocratas da nação.

Multissituado entre o conhecimento técnico e o local, o ambiente construído planejado e o vivido entrópico, o patrimônio material e imaterial, a arquitetura e a arte, espera-se que o artista atuante nas questões sociais e urbanas, como arteteto e humanista, possa criar um “outro mundo” dentro desse velho mundo, cujas porteiros, muros e cancelas não são capazes de barrar a possibilidade de portais imaginários para quem pensar fora da “casinha”. Afinal, moramos na filosofia.

REFERÊNCIAS

- ARDENNE, P. A cidade corpopoética. In: PESSOA, F. M.; BARBOSA, R. (org.). *Sobre desejos e cidades*. Vila Velha: Museu Vale, 2012.
- ASSIS, F. Para a questão da habitação no Rio: uma breve história de urbana de longa duração da habitação social carioca. *Cadernos del CLAEH*, v. 34, n. 102, p. 113-140, 2015. Disponível em: <http://claeht.edu.uy/publicaciones/index.php/cclaeht/article/view/190>. Acesso em: 8 fev. 2019.
- ASSIS, F. *Entre a CRUZ e a EspADA: análises sociourbanísticas de um condomínio-comunidade*. 2019. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

- AUGÉ, M. *Antropologia da mobilidade*. Maceió: Editora Unesp, Ufal, 2010.
- BACHELARD, G. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Claret, 2008.
- BARBON, J. Destoantes, dez prédios populares no coração do Leblon. *Folha de S.Paulo*, 25 jul. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/07/destoantes-dez-predios-populares-resistem-no-coracao-do-leblon.shtml>. Acesso em: 8 fev. 2019.
- BATESON, G. *Steps to an ecology of mind*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.
- BELTRÃO, L. *Folkcomunicação*. São Paulo: Cortez, 1980.
- BOURDIEU, P. *As estruturas sociais da economia*. Porto: Campo das Letras, 2006.
- BOURDIN, A. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- CÂMARA, D. H. *O deserto é fértil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- DIDI-HUBERMAN, G. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs 2: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1995.
- FOCAULT, M. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Organização Manuel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. (Ditos & Escritos, III).
- FREIRE, P. *Uma educação para a liberdade*. Porto: Textos Marginais, 1974.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- HABERMAS, J. A nova intransparência. Do esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos Cebrap*, n. 18, 1987, p. 103-114.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- HEIDEGGER, M. *Ser e tempo* (Parte I). Petrópolis: Vozes, 2001.
- HEIDEGGER, M. *Ensaio e conferências*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- HOLANDA, H. B. de. Estética da periferia: um conceito capcioso. In: PESSOA, F. M.; BARBOSA, R. (org.). *Sobre desejos e cidades*. Vila Velha: Museu Vale, 2012.
- HÖLDERLIN, F. *Hipérion ou O Eremita na Grécia*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- JACOBS, J. *Vida e morte de grandes cidades*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- JÁGUERI, J. M. Do desejo de cidade no século XXI. In: PESSOA, F. M.; BARBOSA, R. *Sobre desejos e cidades*. Vila Velha: Museu Vale, 2012.
- LEBRET, L. J. *Princípios para a ação*. São Paulo: Edições SAL, 1952.

- LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. *A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- MACEDO, J. M. *As vítimas algozes*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.
- NASCIMENTO, A. D. Projetos sociais e educação. *In: SOUSA, J. Música, educação e projetos sociais*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.
- NERY FILHO, A. N.; VÁLERIO, A. L. R.; MONTEIRO, L. F. *Guia do Projeto Consultório de Rua*. Salvador: Cetad, Ufba, 2011.
- PARK, R. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. *In: VELHO, O. (org.). Fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- PECHMANN, R. Cenas, algumas ob-cenas, da rua. *In: PESSOA, F. M.; BARBOSA, R. Sobre desejos e cidades*. Vila Velha: Museu Vale, 2012.
- PROUDHON, P. J. *O que é a propriedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- RIO, J. do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- ROLNIK, S. *Cartografia sentimental*. Porto Alegre: Sulinas, Editora UFRGS, 2014.
- RONCAYOLO, M. *La ville et ses territoires*. Paris: Folio Essais, 1990.
- SCHAUFFER, M. *A afinação do mundo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- SEGAUD, M. *Antropologia do espaço: habitar, fundar, distribuir e trans-formar*. São Paulo: Edições Sesc, 2016.
- SHEPHERD, J.; WICKE, P. *Music and cultural theory*. Malden: Politc Press, 1997.
- TEIXEIRA, S. P. A. *Noção de habitar na ontologia de Heidegger: mundanidade e quadratura*. 2006. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- VELHO, G. *Utopias urbanas: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- YAZBEK, M. C. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 2015.
- YÚDICE, G. *A conveniência da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

universidade presbiteriana mackenzie

